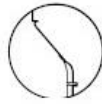


FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA
UNIVERSIDADE DO PORTO



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

ESPAÇO PÚBLICO URBANO, EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

Um estudo sobre os discursos teóricos e a prática do
espaço público contemporâneo

MARIA LUÍSA TORRES MENESES BARBOSA

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de

MESTRE EM PLANEAMENTO E PROJETO URBANO

Orientador: Professor Doutor Paulo Santos Conceição

SETEMBRO DE 2014

MESTRADO EM PLANEAMENTO E PROJETO URBANO 2011/2013

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

Tel. +351-22-508 1901

Fax +351-22-508 1446

✉ mppu@fe.up.pt

Editado por

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Rua Dr. Roberto Frias

4200-465 PORTO

Portugal

Tel. +351-22-508 1400

Fax +351-22-508 1440

✉ feup@fe.up.pt

🌐 <http://www.fe.up.pt>

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição que seja mencionado o Autor e feita referência a *Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano - 2011/2013 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2014.*

As opiniões e informações incluídas neste documento representam unicamente o ponto de vista do respectivo Autor, não podendo o Editor aceitar qualquer responsabilidade legal ou outra em relação a erros ou omissões que possam existir.

Este documento foi produzido a partir de versão electrónica fornecida pelo respectivo Autor.

“ Eis porque a criação do nosso Mundo não pode ficar restrita, como por vezes se afirma, aos que tratam apenas matérias que respeitam aos aspetos espirituais do Homem e de cuja atuação resultariam como fatal consequência aos seus quadros físicos, mas também para essa mesma criação terão de contribuir todos aqueles que por vocação e profissão organizam os referidos quadros físicos, entre os quais se encontram, por definição, os Arquitetos. E daqui a tremenda responsabilidade de uma profissão cuja presença é dia a dia mais evidente, embora também dia a dia menos isolada, menos egocêntrica, mais participante e mais exigente em matéria de estabelecimento de relações com outras atividades e com o fenómeno humano em geral.”

Fernando Távora

In prefácio de “a cidade como arquitetura”

PORTAS, Nuno. Livros Horizonte, 2007

ESPAÇO PÚBLICO URBANO, em constante transformação
Um estudo sobre os discursos teóricos e a prática do espaço público contemporâneo

AGRADECIMENTOS

A viagem fez-se por caminhos nem sempre retos, no entanto, vencidos os obstáculos cheguei mais enriquecida!

Fiz a viagem sozinha mas, nunca só, tive companheiros que me ajudaram ao longo deste percurso, a quem expresso o meu reconhecido agradecimento.

Ao Professor Paulo Conceição, pela disponibilidade, pela compreensão e pela oportunidade de concretizar melhor os objetivos, quando as circunstâncias de tempo e da vida se revelam difíceis de gerir.

À Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitetos, nomeadamente, aos coordenadores e assessores do pelouro da Cultura e da Comunicação, pela colaboração prestada na divulgação do questionário que integrou esta investigação.

Aos meus amigos, em especial aos que fiz nesta viagem, à Luana, ao Luís e à Soraia, pela cumplicidade e pelas vozes de força.

Aos meus Pais um obrigada por sempre contribuírem, e uma vez mais, para o meu enriquecimento, quer pessoal, quer profissional. À minha Mãe agradeço pelo exemplo e pelas constantes conversas de incentivo.

À minha irmã, incondicional amiga Eduarda. Um obrigada único, por em todos os momentos difíceis, quando o mundo parece completamente virado ao contrário, segurar as pontas e nunca me deixar cair.

À Constança e à Margarida agradeço pela revigorante alegria dos seus sorrisos e a sinceridade dos seus apertados abraços.

Ao Tiago, meu especial companheiro desta e de outras lutas, um obrigada pela partilha constante do saber, do fazer com rigor e pelos diálogos, pontuados pela sua singular ironia, capazes de suavizar as dificuldades.

ESPAÇO PÚBLICO URBANO, em constante transformação
Um estudo sobre os discursos teóricos e a prática do espaço público contemporâneo

RESUMO

O ponto de partida do trabalho é o Espaço Público Urbano, enquanto elemento de uma realidade em constante transformação. A cidade contemporânea e a sociedade atual serão o nosso ponto de vista perante as transformações do Espaço Público Urbano, com a certeza de que encontraremos distintas visões e processos que necessitamos de entender.

Os fatores de mudança, efeito de uma alteração das relações sociais, dos estilos de vida quotidiana, da reorganização de modelos espaciais, das modalidades de organização do trabalho, das inovações tecnológicas, das tomadas de decisão políticas, das estratégias de gestão e processos de manutenção praticados e de uma complexificação da esfera social, refletem-se na cidade e, em especial, nos seus Espaços Públicos. A compreensão deste complexo contexto revelou-se importante, assim como o entendimento da correlação direta entre a transformação da sociedade e a transformação do Espaço Público Urbano.

O objetivo central desta dissertação consiste em investigar como se pensa o Espaço Público Urbano na contemporaneidade. Com este propósito, a investigação consubstancia-se num estudo que relaciona dois objetivos, uma análise sobre a visão teórica, recente, interdisciplinar e emergente, acerca do Espaço Público Contemporâneo e uma análise à perceção dos arquitetos perante a prática, ou seja, o ato de projetar o Espaço Público.

Procura-se também demonstrar que o bom reconhecimento da realidade efetiva do Espaço Público Urbano e a sua diversidade de especificidades contribui para uma resposta técnica que potencie a constituição de lugares de vida pública urbana, ajustados a uma experiência mais significativa e condizente com as expectativas do utilizador da cidade contemporânea.

Confirmámos neste trabalho como o Espaço Público e o seu contexto não configuram uma realidade adquirida, mas antes dependem de uma construção complexa e variável no tempo, que exige um contínuo trabalho de análise e atuação. Perante fatores de mudança e de novas dinâmicas sociais, culturais, políticas e económicas identificáveis nos discursos teóricos, o projeto do Espaço Público Contemporâneo não pode ser, hoje, objeto de uma única disciplina.

A confrontação dos resultados obtidos estabelece os pontos de contacto e/ou afastamento e permite-nos concluir que as especificidades do Espaço Público Contemporâneo, constatadas nesta investigação, são simultaneamente diferenciáveis e complementares. Estas especificidades possibilitam traçar uma ideia de Espaço Público que se pretende mais completa e um pouco além dos limites formais e temáticos, onde normalmente se circunscrevem estudos desta natureza. O pensamento do Espaço Público, não admite segmentações - complexo e abrangente, é na diversidade e na multiplicidade que se encontra a sua riqueza e equilíbrio.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade Contemporânea, Sociedade, Vida pública, Projeto Urbano, Espaço Público Urbano.

ESPAÇO PÚBLICO URBANO, em constante transformação
Um estudo sobre os discursos teóricos e a prática do espaço público contemporâneo

ABSTRACT

The starting point of the work is the Urban Public Space, as part of a constantly changing reality. The contemporary city and the current society will be our point of view to the transformations of Urban Public Space, with the certainty that we will find different views and processes that we need to understand.

The changing factors, resulting from the transformations in social relations, everyday lifestyles, reorganization of spatial models, modalities of work organization, technological innovations, political decision making, management strategies and maintenance processes implementation and complexification of the social sphere, reflect in the city and in particular in its Public Spaces. Understanding this complex context has demonstrated to be important as well as understanding the direct correlation between the transformation of society and the transformation of the Urban Public Space.

The main goal of this dissertation is to investigate how one thinks the Urban Public Space in contemporary times. For this purpose, research is embodied in a study that relates two goals, the analysis of the theoretical, recent and emerging interdisciplinary vision about the Contemporary Public Space and the analysis of the architects perception before practice, in other words, the act of designing the Public Space.

This dissertation also seeks to demonstrate that the good knowledge of the actual reality of Urban Public Space and its diversity of specificities contributes positively to a technical response that potentiates the creation of places of urban public life adjusted to a more meaningful and consistent experience with the contemporary city user's expectations.

This work confirms that the Public Space and its context do not constitute a granted reality, but rather depend on a complex construction that varies with time, which requires continuous work of analysis and action. In the face of changing factors and new social, cultural, political and economic dynamics, identified in the theoretical speech, the design of the Contemporary Public Space cannot, today, be subject of a single discipline.

The comparison of the results establishes the points of contact and/or detachment which allows us to conclude that the specificities of Contemporary Public Space, raised in this investigation, are both distinguishable and complementary. These characteristics make it possible to trace an idea of Public Space intended to be more complete and beyond the formal and thematic constraints, which usually studies of this nature are circumscribed. The thought of Public Space, does not admit segmentations - complex and far-reaching, is in the diversity and multiplicity that is its richness and balance relies.

KEYWORDS: Contemporary City, Society, Public Life, Urban Design, Urban Public Space.

ESPAÇO PÚBLICO URBANO, em constante transformação
Um estudo sobre os discursos teóricos e a prática do espaço público contemporâneo

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	v
Capítulo 1	
CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO ESTUDO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	1
1.3 JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO	3
1.4 OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO	4
1.5 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO	5
1.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	6
1.7 PLANO GERAL DA DISSERTAÇÃO	6
Capítulo 2	
O ESPAÇO PÚBLICO URBANO EM TRANSFORMAÇÃO	9
2.1 INTRODUÇÃO	9
2.2 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO	10
2.2.1 ABORDAGENS E PERCEÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO	11
2.2.2 O ESPAÇO PÚBLICO E A CIDADE	12
2.3 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO E AS SUAS TRANSFORMAÇÕES	14
2.3.1 O ESPAÇO PÚBLICO: DA CIDADE MODERNA À CIDADE DE HOJE	14
2.3.2 A SOBREMERNIDADE COMO FATOR GERADOR DE UM NOVO CONTEXTO	18
2.4 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO E A SUA CIRCUNSTÂNCIA ATUAL	20
2.4.1 A CIRCUNSTÂNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE DE HOJE	21
2.4.2 O DESAFIANTE ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	22
Capítulo 3	
METODOLOGIA	39
3.1 INTRODUÇÃO	39
3.2 DESCRIÇÃO DA INVESTIGAÇÃO	39
3.3 SELEÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	41
3.4 SELEÇÃO DAS TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS	44
3.5 CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	46
3.6 RECOLHA DE DADOS	50
3.7 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	50

Capítulo 4

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	53
4.1 INTRODUÇÃO	53
4.2 ESTUDO I: CONTRIBUTOS TEÓRICOS	54
4.2.1 AMOSTRAGEM E ASPETOS GERAIS.....	54
4.2.2 RELAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO / SOCIEDADE	58
4.2.3 CONTEXTO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	58
4.2.4 ESPECIFICIDADES DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	63
4.2.5 TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	64
4.3 ESTUDO II: PERCEÇÃO DOS ARQUITETOS	65
4.3.1 AMOSTRAGEM E DADOS GERAIS	65
4.3.2 RELAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO /SOCIEDADE	71
4.3.3 CONTEXTO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO.....	72
4.3.4 ESPECIFICIDADES DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO.....	78
4.3.5 TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	83
4.3.6 PRÁTICA PROFISSIONAL	85
4.4 PONTOS DE CONTACTO E/OU DE AFASTAMENTO ENTRE A VISÃO TEÓRICA E A PERCEÇÃO DA PRÁTICA	93

Capítulo 5

CONCLUSÃO.....	99
5.1 INTRODUÇÃO	99
5.2 CONCLUSÕES DO ESTUDO	99
5.3 SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES.....	105

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
---	------------

ANEXO 1

Grelha A – Pré-Análise.....	111
------------------------------------	------------

ANEXO 2

Grelha B – Exploração do Material.....	121
---	------------

ANEXO 3

Inquérito.....	129
-----------------------	------------

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Expressão 1 no Espaço Público [Fonte: https://www.google.pt/search?q=bodies+in+urban+spaces+serralves+2014]	1
Figura 2 – O Espaço Público como Transformer [Fonte: https://www.google.pt/search?q=TRANSFORMERS]	9
Figura 3 – Expressão 2 no Espaço Público [Fonte: http://www.pps.org]	39
Figura 4 – Um olhar sobre o Espaço Público [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	53
Figura 5 - Representatividade dos inquiridos com e sem experiência profissional na área de Planeamento Urbano [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	66
Figura 6 – Género dos inquiridos por grupo de análise [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	67
Figura 7 – Distribuição da idade dos inquiridos por grupo de análise [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	67
Figura 8 – Distribuição das Habilitações Académicas dos inquiridos por grupo de análise [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	68
Figura 9 – Distribuição das Habilitações Académicas dos inquiridos por grupo de análise [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	68
Figura 10 – Distribuição das Habilitações Académicas dos inquiridos por grupo de análise [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	69
Figura 11 – Experiência profissional em contexto internacional [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	70
Figura 12 – Países onde decorreu a experiência profissional dos inquiridos [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	70
Figura 13 – Relação entre os países estrangeiros onde decorreu a experiência dos inquiridos e o número de inquiridos do Grupo A e do Grupo B [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	72
Figura 14 – Como os inquiridos entendem ser mais adequado definir as mudanças ocorridas no Espaço Público Urbano [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	73
Figura 15 – Como os inquiridos do Grupo A caracterizam a circunstância do Espaço Público atual [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	74
Figura 16 – Como os inquiridos do Grupo B caracterizam a circunstância do Espaço Público atual [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	75
Figura 17 – Média da classificação dada aos aspetos da Sociedade atual que os inquiridos consideram constituir maior ou menor dificuldade/desafio do ponto de vista da prática [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	77
Figura 18 – Classificação, com a escala de 1 a 5, dos aspetos da Sociedade atual que os inquiridos consideram constituir maior ou menor dificuldade/desafio do ponto de vista da prática [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	78
Figura 19 – Seleção das especificidades do Espaço Público Contemporâneo pelos inquiridos do Grupo A [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	79

Figura 20 – Comparação da seleção das especificidades do Espaço Público Contemporâneo entre os grupos de análise [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	79
Figura 21 – Especificidades do Espaço Público Contemporâneo consideradas pelo Grupo A [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	81
Figura 22 – Especificidades do Espaço Público Contemporâneo consideradas pelo Grupo B [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	82
Figura 23 – Comparação entre as respostas consideradas estratégicas pelos dois grupos de análise [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	84
Figura 24 – Aspetos considerados pelo Grupo A como os mais e menos valorizados pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	86
Figura 25 – Aspetos considerados pelo Grupo B como os mais e menos valorizados pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	87
Figura 26 – Interpretação das transformações ocorridas no Espaço Público pelo Grupo A [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	88
Figura 27 – Comparação da Interpretação das transformações ocorridas no Espaço Público pelos 2 grupos [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	89
Figura 28 – Listagem das escolhas dos inquiridos quanto ao projeto/obra no Espaço Público [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	91
Figura 29 – Comparação entre os motivos da escolha nos dois grupos [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	92
Figura 30 – Expressão 1 no Espaço Público [Fonte: https://www.google.pt/search?q=bodies+in+urban+spaces&safe]	99

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Apresentação dos títulos e respetivo autor dos documentos a explorar [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	24
Quadro 2 – Caraterização da amostra do ESTUDO I [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	42
Quadro 3 - Caraterização da amostra do ESTUDO II [Fonte: <i>Meneses, M. L.</i>]	43
Quadro 4 - Grupos de análise [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	44
Quadro 5 – Relação entre as finalidades das diferentes partes do plano de investigação e as técnicas e instrumentos utilizados na recolha e análise de dados [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	46
Quadro 6 – Apresentação das categorias de análise [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	47
Quadro 7– Etapas de análise do Estudo I – análise de conteúdo (etapas de análise estruturadas segundo Bardin (1995)) [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	48
Quadro 8 – Abordagem – Visão teórica dos autores em estudo [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	55
Quadro 9 – Noção de Espaço Público - Visão teórica dos autores em estudo [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	56

Quadro 10 – Especificidades do Espaço Público Contemporâneo - Visão teórica dos autores em estudo [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	63
Quadro 11 – Grupos de análise [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	66
Quadro 12 – Tipo de Projeto: “Outro” [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	69
Quadro 13 – Relação entre os países estrangeiros onde decorreu a experiência dos inquiridos e o número de inquiridos do Grupo A e do Grupo B [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	71
Quadro 14 – Proposições mais caracterizadores da circunstância do Espaço Público atual [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	75
Quadro 15 – Resultados obtidos quanto à classificação dos aspetos da Sociedade atual mediante a maior percentagem de respostas dadas a cada aspeto e a sua relação com a classificação [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	77
Quadro 16 – Resultados obtidos quanto à classificação da relevância de cada motivo mediante a maior percentagem de respostas dadas a cada motivo e a sua relação com a classificação [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	82
Quadro 17 – Comparação entre as respostas consideradas estratégicas pelos dois grupos de análise [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	84
Quadro 18 – Resultados ordenados quanto à classificação da relevância de cada motivo [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	87
Quadro 19 – Resultados ordenados quanto à interpretação das transformações [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	89
Quadro 20 – Síntese das escolhas feitas pelos inquiridos quanto ao seu projeto/obra modelar [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	90
Quadro 21 – Resultados ordenados quanto ao motivo da escolha [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	93
Quadro 22 – Síntese de aspetos conclusivos – pontos de contacto e/ou de afastamento entre a visão Teórica e a Percepção da Prática [Fonte: <i>Meneses, M.L.</i>]	94

ESPAÇO PÚBLICO URBANO, em constante transformação
Um estudo sobre os discursos teóricos e a prática do espaço público contemporâneo

Capítulo 1

CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO ESTUDO



Figura 1 - Expressão 1 no Espaço Público [Fonte:
<https://www.google.pt/search?q=bodies+in+urban+spaces+serralves+2014>]

1.1 INTRODUÇÃO

O capítulo introdutório deste estudo tem como objetivo apresentar uma visão geral das questões abordadas. Começa-se por apresentar uma contextualização e justificação do estudo, onde procedemos à sumarização do tema que suporta toda a investigação (1.2). Seguidamente, refere-se os seus objetivos (1.3.) e as principais limitações do mesmo (1.5). Por último, apresenta-se o plano geral da dissertação (1.6.).

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A cidade contemporânea e a sociedade atual serão o nosso ponto de vista perante as transformações do Espaço Público Urbano, com a certeza de que encontraremos distintas visões e processos que precisamos entender. O ponto de partida do trabalho é o Espaço Público Urbano, enquanto elemento de uma realidade em constante transformação. Muito embora a ideia de Espaço Público se desenhe também em espaço rural, é no urbano que estamos interessados em analisá-lo, estudá-lo e caracterizá-lo.

Os fatores de mudança influenciaram e continuam a influenciar o Espaço Público Urbano. A cidade está em constante mudança e como tal revela-se necessário um olhar atento sobre a fase

do processo de transformação que vivemos, designada por François Ascher (1996) – a “terceira revolução urbana” - cujas dinâmicas de transformação sempre presentes, como a individualização, racionalização e diferenciação social, geram uma sociedade mais complexa que se reflete na cidade e, em especial, no seus Espaços Públicos.

Há uma correlação direta entre a transformação da sociedade e a transformação do Espaço Público Urbano, verificando-se que à medida que a sociedade muda, muda também o desenho da cidade e concretamente do Espaço Público Urbano, tornando-se, portanto, fulcral compreender as variações das mudanças em curso. Analisando, para o efeito, como essas dimensões estão presentes na vertente teórica desta temática e nas preocupações da prática profissional dos arquitetos. A compreensão deste complexo contexto revelou-se premente, pois é à medida que as mudanças urbanas ou revoluções urbanas se instalam que os Espaços Públicos Urbanos perdem ou ganham importância, ou seja, se transformam.

É um lugar-comum dizermos que o Espaço Público se transformou, verificando-se uma progressiva perda de algumas das suas características “tradicionais”. Entender o fundamento desta afirmação e, sobretudo, entender como os arquitetos, aqueles que pensam a cidade e os seus espaços comuns, percebem esta realidade, torna-se um exercício relevante.

A cidade e os seus Espaços Públicos são marcados por séculos de história, todavia impõe-se a obrigação de reagir às novas exigências de mobilidade, aos constantes avanços tecnológicos, às diárias incertezas. É, por isso, importante que ao olharmos para o Espaço Público Urbano o consideremos como um produto de um sistema complexo e em transformação.

Quando as pessoas e atividades se distribuem no espaço em padrões cada vez mais dispersos, o Espaço Público perde parte das funções que outrora cumpriu na vida social da cidade: lugar de encontro para o debate político, para trocas comerciais, e para representações culturais. A ideia de que o Espaço Público já não é o que era está em muito relacionada com a natural evolução da sociedade e do mundo urbano em geral. Considerando a evolução tecnológica, iniciada no séc. XIX, o homem passou a estar envolvido por um novo panorama que imprime um ritmo galopante que transforma a realidade a cada dia e comanda a vida quotidiana. A sociedade contemporânea vê-se perante um tempo demasiado rápido e fugaz que acarreta uma profunda modificação nos estilos de vida, atitudes, costumes, interesses e hábitos. A capacidade de obter e partilhar qualquer informação, instantaneamente, de qualquer lugar com qualquer lugar ou pessoa, sem que para isso seja necessária uma proximidade física ou real, tem reflexos diretos na maneira como o cidadão da cidade contemporânea experimenta e constrói significados no Espaço Público Urbano. Este desenvolvimento da cidade e da sociedade acarreta pouca disponibilidade para a “vida pública”, proporcionando a transferência de algumas atividades desempenhadas no domínio público para o domínio privado. Esta ideia apoia-se no que diz Indovina (2002) “ *é possível constatar que o papel e a função do espaço público e de uso público sofreram um acréscimo relativamente ao passado, e este não pode ser senão o ponto de partida para colocar tal papel na nova cultura da cidade.*” Segundo o mesmo autor o espaço público “ *(...) não pode senão continuar a garantir as funções típicas, considerando, ao mesmo tempo, o novo contexto.*” (Indovina, 2002)

A consciência de que o Espaço Público, e o seu contexto, não configuram uma realidade adquirida, mas antes dependem de uma construção complexa e variável no tempo, exige um contínuo trabalho de análise e argumentação. Torna-se, por isso, pertinente uma reflexão sobre o Espaço Público Urbano Contemporâneo, formulando uma caracterização das suas especificidades e transformação, através da visão de especialistas e da opinião de arquitetos perante as novas dinâmicas contemporâneas que influenciam o Espaço Público Urbano.

A partir do reconhecimento de sucessivas visões sobre o Espaço Público Urbano Contemporâneo, surge a necessidade de compreender a relação entre o discurso teórico e o exercício da prática profissional perante o projeto do Espaço Público Urbano.

Se a cidade e a sociedade contemporâneas estão tão cheias de mudanças e novas dinâmicas, como se refletem as mudanças e novas dinâmicas na vida quotidiana?

Como se molda ou é moldado o Espaço Público Urbano com a presença destas mudanças e novas dinâmicas? Que fenómenos desencadeia?

Qual a influência das mudanças e novas dinâmicas na forma de vermos e projetarmos o Espaço Público Urbano? De construirmos espaços para o futuro atendendo às transformações da cidade e da sociedade?

Contraditória ou múltipla a ideia de Espaço Público Urbano, no contexto contemporâneo, compõe-se de distintas realidades que se entrelaçam, espaços e comportamentos que se interpenetram como fluidos de expressões quotidianas. Como dar conta e decodificar esse entrelaçamento?

As perguntas condutoras desta dissertação são:

Como pensam os teóricos o Espaço Público Contemporâneo – o seu contexto e a sua constante transformação?

Como pensam os arquitetos o Espaço Público Contemporâneo - o seu contexto e a sua constante transformação?

Como se relacionam as duas visões? Aproximam-se? Afastam-se?

Colocando-se a hipótese de estarmos num momento de construção de novos conceitos de Espaço Público, representativos de um tempo caracterizado pela velocidade dos acontecimentos e das mudanças sociais, pretende-se investigar os pensamentos mais recentes acerca do Espaço Público deste tempo, ou seja, o Espaço Público da cidade contemporânea num contexto de incertezas e transformações aceleradas.

1.3 JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO

A escolha de um tema centrado no Espaço Público Urbano, na medida em que se trata de uma temática extensa e já muito explorada, foi uma escolha arriscada. Muito embora, o Espaço Público Urbano estimule longos debates e reflexões, reconheceu-se que uma caracterização recente do modo como o Espaço Público Urbano é considerado pelos teóricos e pelos profissionais da prática (arquitetos) não está tão organizada quanto seria desejável em benefício da prática do projeto de Espaço Público Urbano.

Como afirma Carmona “(...) ao formatarem o ambiente construído, os projetistas urbanos influenciam os padrões da atividade humana e, consequentemente, da vida social. Aqui, defende-se que os fatores físicos não são exclusivos nem necessariamente uma influência dominante no comportamento humano contudo, o que as pessoas são capazes de fazer é limitado pelas oportunidades disponibilizadas pelo ambiente envolvente.”. (Carmona et al, 2010)

Sendo, o Espaço Público Urbano um elemento construído, dependente da ação técnica e fortemente determinado pelas constantes mudanças sociais, há necessidade de o entender,

percebendo quais e como são efetivamente as especificidades contemporâneas dos espaços públicos do presente.

Como arquitetos somos formados para pensar, desenhar e construir espaços. Sabemos defini-los, descrevê-los e projetá-los. À pergunta sobre o espaço, respondemos com forma, com escala, com cor, com luz e com matéria. Somos também capazes de ver o que define um lugar, o que o compõe, como se usa, porque existe, mas atendendo que o Espaço Público Urbano implica ser pensado e interpretado não como uma forma, fixa e identificável, mas como experiência: de relações, de evolução, de desejos e de constante transformação (função, uso, necessidades, apropriações), como um processo de interação e de comunicação entre nós e os outros, que também fazem a cidade dia a dia, revela-se útil um reconhecimento destas especificidades. Foi a partir da percepção desta fraqueza, que procurámos identificar as especificidades que dominam o Espaço Público Urbano e que nós muitas vezes não dominamos.

Ora, uma vez que o interesse por este tema se prende com fatores pessoais e profissionais, torna-se pertinente apresentar os principais motivos subjacentes à escolha deste tema:

- Melhor entendimento da circunstância do Espaço Público Urbano como modo de apoiar o difícil exercício de projetar e intervir no espaço que é de todos;
- Como o projeto de arquitetura de Espaço Público pode favorecer o uso destes espaços, bem como as relações de sociabilidade e interação do utilizador com o espaço urbano;
- Como os Espaços Públicos podem contribuir para uma nova experiência urbana, mais próxima dos anseios e aspirações inerentes do século XXI, reconhecendo as especificidades que já são parte do nosso quotidiano;
- Percecionar medidas de intervenção mais ajustadas com a realidade e que conduzam a uma ideia de Espaço Público mais abrangente.

1.4 OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO

O objetivo central desta dissertação consiste em entender como se pensa (ao nível teórico e ao nível prático) o Espaço Público Urbano na contemporaneidade.

Os espaços públicos das cidades expressam claramente a imagem que as sociedades têm de si mesmas, na medida em que existe uma correspondência estrutural entre a disposição física e espacial e as práticas associadas, ou seja entre o espaço físico e o espaço cívico. Como argumenta Innerarity (2006), *“assim como as palavras e as ações geram espaço público, também o espaço gera formas de relacionamento, porque a sociedade é tanto constituída como representada pelas construções e espaços que cria”*. (Innerarity, 2006)

Para Borja (2003) Espaço Público é cidade, e por conseguinte a análise de um obriga à análise do outro. Este raciocínio será construído com base na teoria e focado na temática do Espaço Público, ou seja, é fundamental perceber o contexto onde se circunscreve o Espaço Público Urbano – a cidade de hoje (a contemporânea) para traçar uma visão sobre o mesmo e o seu lugar.

Numa tentativa de compreender de que forma o conhecimento efetivo da realidade do Espaço Público Urbano pode ser capaz de favorecer o uso do espaço público e contribuir para uma experiência mais significativa e condizente com as expectativas do utilizador da cidade contemporânea, esta investigação consubstancia-se num estudo que relaciona dois objetivos, estes conducentes ao objetivo central, uma análise sobre a visão teórica, recente e emergente,

acerca do Espaço Público Contemporâneo e uma análise da percepção dos arquitetos perante a prática, ou seja, o ato de projetar o Espaço Público.

Procura-se pôr em evidência as interligações entre as duas visões, apontando os pontos de contacto e/ou de afastamento (teórica e prática). Procura-se também contribuir para demonstrar que o bom reconhecimento da realidade contribui efetivamente para que o projeto do Espaço Público Urbano potencie a constituição de lugares de vida urbana ajustados às necessidades presentes.

Assim, tem-se por objectivos específicos:

- No primeiro eixo de análise – ESTUDO I – contributos teóricos (quem o pensa/ questiona/ põe em causa/ examina), uma caracterização da visão teórica – explorando as percepções em que se consubstanciam as visões teóricas, traçar uma ideia/ imagem do Espaço Público Contemporâneo a partir de seis visões teóricas interdisciplinares;
- No segundo eixo de análise – ESTUDO II - percepção dos arquitetos (quem o projeta/ o desenha/ o estrutura), uma caracterização da opinião da prática, inquirindo profissionais de modo a obter a sua percepção acerca da circunstância do Espaço Público Contemporâneo e percebendo como se posiciona o profissional da prática aquando do projeto do Espaço Público Contemporâneo.

Quanto ao objetivo geral desta investigação visa-se:

- Um relacionamento entre os dois eixos de análise de modo a compreender as preocupações da teoria e da prática e, assim, traçar pontos de contacto e/ou afastamento.

Distante da pretensão de solidificar conceitos rígidos ou propor uma visão fechada do Espaço Público Contemporâneo, este trabalho propõe-se a refletir e estimular um novo olhar sobre a realidade do Espaço Público Urbano.

Muito além de respostas, procura-se a exploração de ideias e de possibilidade de explicar a importância do conhecimento da realidade do Espaço Público Urbano por parte dos profissionais da prática.

1.5 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

“ É inevitável dar razão aos historiadores quando criticam o simplismo de reduzir a história urbana a 3 grandes etapas ou idades, a primeira sendo a cidade concentrada, separada do seu encontro, a segunda a cidade metropolitana (cidade mais periférica) e a terceira, a atual, a cidade “a repensar” na globalização. Contudo, esta distinção que incomoda os historiadores é útil aos urbanistas. Porque os estimula a focalizar a sua atenção nas novas dinâmicas, não como uma maldição fatal ou a expressão objetiva da modernidade, mas como um desafio ao que se pode responder, se por um lado descobrirmos os elementos de continuidade possíveis relativos ao passado, se por outro distinguirmos o necessário do excessivo e o evitável nos novos processos e se, finalmente, formos capazes de propor novos modelos e projetos que formulem respostas integradoras.” Borja (2003)

Com base nesta citação, uma leitura das mudanças ocorridas ao longo dos tempos na sociedade e na cidade revela-se um exercício de entendimento do Espaço Público Contemporâneo, marcado por séculos de história mas tendo de reagir às novas exigências de mobilidade e de comunicação, às constantes mudanças de programas e às diárias incertezas.

Um técnico com um bom conhecimento da realidade efetiva do Espaço Público Urbano e a sua diversidade de especificidades executará, à partida, projetos que incluem uma resposta mais adequada às necessidades do cidadão contemporâneo.

Este trabalho procura responder a esta necessidade, através de uma reflexão organizada, aspeto que se consolidou no decorrer desta investigação como uma temática pertinente, uma vez que busca compreender de que forma, no final, esta consciência contribui para uma melhor prática profissional.

Destaca-se como importante: indicar aspetos que a teoria aponta que a prática tem dificuldade de interpretar/reconhecer, por sua vez, também o inverso, indicar aspetos que a prática observa e levanta face aos plasmados nos discursos teóricos.

1.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

As principais limitações deste estudo têm a ver com a amostra, com as técnicas de recolha e de análise de dados utilizadas, sobretudo no que respeita ao Estudo II – percepção dos arquitetos.

No que concerne à amostra, o número de arquitetos que participaram no inquérito foi reduzido, pois esteve dependente dos meios de divulgação utilizados pela Seção Regional Norte da Ordem dos Arquitetos. Contudo, considera-se que o facto de os arquitetos responderem voluntariamente ao inquérito pode significar que estão especialmente motivados para esta temática, o que pode conduzir a resultados melhores do que os que seriam obtidos com outros inquiridos. Atendendo ao exposto estes arquitetos, pela motivação, permitiram obter dados que, apesar de obrigarem a limitar as conclusões a este grupo, informam sobre a percepção dos arquitetos, podem ser úteis para futuras intervenções e investigações.

No estudo II desta dissertação, a técnica utilizada na recolha de dados foi o inquérito por questionário. Dada a falta de instrumentos já construídos que servissem de suporte para esta investigação, foi necessário construir o inquérito por questionário com base em literatura da especialidade, reconhecendo-se que seria necessário estudar mais profundamente a sua adequação aos inquiridos.

No que respeita à análise de dados, análise de conteúdo, em ambos os estudos (Estudo I – contributos teóricos e Estudo II – percepção dos arquitectos), pelo facto de ter sido realizada por uma só pessoa, a investigadora, pode ter sido afetada por alguma subjetividade e conduzido a uma consequentemente menor qualidade dos dados obtidos, pese embora as estratégias usadas para a minimizar, que serão descritas no Capítulo 3.

1.7 PLANO GERAL DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos, cada um deles com objetivos diferentes e com uma estrutura que é em função destes.

O primeiro capítulo tem por finalidade fazer uma contextualização e apresentação do estudo desenvolvido. Para isso, começámos por contextualizar o estudo, e por apresentar os seus objetivos, a sua importância e as suas limitações, para concluirmos o capítulo com a apresentação do plano geral da dissertação.

O segundo capítulo destina-se à apresentação de uma revisão de literatura que constitui a fundamentação teórica do estudo desenvolvido. No primeiro subcapítulo, em O Espaço Público Urbano, começa-se com a referência a um conjunto de abordagens e percepções teóricas do

Espaço Público Urbano, seguindo-se a exploração do entendimento da importância do Espaço Público Urbano como lugar essencial da cidade. Em seguida, em O Espaço Público Urbano e as suas transformações, analisa-se a passagem da cidade moderna para a cidade de hoje, o palco do Espaço Público Contemporâneo, bem como a Sobremodernidade como fator gerador de um novo contexto. Posteriormente, e por último, em O Espaço Público Urbano e a sua circunstância atual, estabelece-se uma visão sobre a circunstância do Espaço Público da cidade de hoje, apoiada na literatura explorada até este momento, fechando-se com a apresentação da visão dos autores de referência deste estudo através das concepções e perspetivas plasmadas nos seis documentos selecionados sobre a circunstância do Espaço Público na cidade de hoje.

O terceiro capítulo tem como finalidade descrever e justificar a metodologia utilizada neste estudo. Inicialmente, faz-se uma descrição sucinta do estudo, e depois identifica-se a população e caracteriza-se a amostra selecionada. Em seguida, descreve-se e justifica-se as técnicas e os instrumentos utilizados na recolha de dados. Posteriormente, descreve-se os instrumentos utilizados em cada um dos estudos, Sendo no Estudo I – contributos teóricos, usada uma grelha de organização de dados elaborada pela autora e no Estudo II – perceção dos arquitectos, usado um inquérito por questionário, também elaborado pela autora. Finaliza-se o capítulo, com a apresentação das condições e dos procedimentos usados na recolha e no tratamento dos dados.

No quarto capítulo, apresenta-se e discute-se os resultados obtidos, em função dos objetivos de investigação definidos no Capítulo I. Este capítulo foi subdividido em três subcapítulos: Estudo I - O que se indagou dos contributos teóricos; Estudo II – O que se averiguou da perceção dos arquitectos; e Pontos de contacto e/ou afastamento entre a visão teórica e a perceção da prática. Nos dois primeiros subcapítulos faz-se uma subdivisão em cinco partes, que correspondem às categorias de análise transversais aos dois estudos, como referido no Capítulo 3.

No quinto capítulo, faz-se uma síntese das conclusões decorrentes desta investigação, expõem-se os pontos de contacto e/ou afastamento entre a visão teórica e a perceção da prática dos resultados obtidos e apresentam-se algumas sugestões para futuras investigações.

Finaliza-se esta dissertação com as referências bibliográficas e com os anexos considerados relevantes para uma boa compreensão da investigação apresentada.

ESPAÇO PÚBLICO URBANO, em constante transformação
Um estudo sobre os discursos teóricos e a prática do espaço público contemporâneo

Capítulo 2

O ESPAÇO PÚBLICO URBANO EM TRANSFORMAÇÃO



Figura 2 – O Espaço Público como Transformer [Fonte: <https://www.google.pt/search?q=TRANSFORMERS>]

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, tem-se como objetivo fazer a revisão bibliográfica de textos sobre o Espaço Público Urbano. Deste modo, são analisados aspetos relacionados com o conceito de Espaço Público, a relação entre o Espaço Público e a cidade e a origem de novas dinâmicas e tendências que introduzem transformações no Espaço Público, considerando-se, designadamente, o contexto de permanente mudança e velocidade caracterizador da cidade e da vida social contemporânea.

Em primeiro lugar, no ponto 2.2, aborda-se um conjunto de perceções acerca da noção de Espaço Público Urbano e da importância do Espaço Público na cidade, designadamente a relação de contingência entre os dois.

De seguida, no ponto 2.3, explora-se a passagem da cidade moderna para a cidade de hoje como modo de estruturar o entendimento de um novo contexto que determinou evidentes transformações no Espaço Público Urbano. A compreensão desta passagem revelou-se importante e fundamentou-se no argumento de Indovina (2002) *“Hoje, alguns estudiosos tendem a contrapor a cidade contemporânea à cidade moderna, confronto que, caso fizesse sentido, significaria uma fratura, uma modificação profunda na constituição da cidade. Não se nega que estejamos em presença de grandes transformações, na cidade, na tecnologia, na economia, na vida quotidiana e mesmo no uso da cidade, mas que tudo isto configure uma*

fratura (um antes e um depois) na constituição, na organização e no papel da cidade parece, a meu ver, muito dúbio. (...) Num certo sentido, cada época teve a sua cidade contemporânea, e aquela de hoje está no cerne da modernidade.” (p.120)

Em terceiro lugar, no ponto 2.4, desenvolve-se uma aproximação ao Espaço Público Contemporâneo e à sua circunstância atual, estruturada através de uma revisão teórica que constituiu a base para o objetivo central desta investigação. Esta abordagem procura encontrar as manifestações e características do Espaço Público Urbano plasmadas em seis documentos teóricos interdisciplinares, recentes e emergentes de especialistas que têm os seguintes focos de análise: Borja (2003), geógrafo urbanista, debruça-se na relação entre o exercício da cidadania e a configuração do Espaço Público; Jeffrey Hou (2010), arquitecto paisagista, explora as expressões insurgentes de grupos de cidadãos e indivíduos com a capacidade de desempenhar um papel singular na formação do ambiente urbano contemporâneo; Daniel Innerarity (2006), filósofo, preocupa-se com a ideia de Espaço Público e as suas transformações no contexto contemporâneo, nomeadamente, o ajuste das novas ideias de democracia e de vida comum às condições atuais de governação e funcionamento da sociedade; Jan Gehl (2002), arquiteto e urbanista, foca-se na revitalização dos espaços públicos e o seu potencial como lugares de relevo e significado para aqueles que o usam e para o equilíbrio da cidade; por último, Matthew Carmona (2010), professor de planeamento e projeto urbano, tem como preocupação central a análise da gestão e a manutenção dos espaços públicos, designadamente no que respeita a questões de sub-gestão e sobre-gestão.

2.2 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO

“O espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a cidade.”

(Indovina, 2002)

As temáticas do Espaço Público Urbano têm sido foco de atenção das mais variadas disciplinas, como o urbanismo, a arquitetura, a geografia, a economia, a filosofia, a sociologia, a história, a psicologia, as ciências políticas, a antropologia e as artes, que ao longo do tempo se mostram atentas às características estruturais que determinam o território, e também ao seu significado social, político e cultural.

Uma sucinta retrospectiva pela história permite-nos constatar que o Espaço Público, ao longo dos séculos, vai sendo percebido de acordo com a estrutura existente no momento e com os interesses predominantes nessa estrutura. Na Idade Antiga o Espaço Público (a ágora; o fórum romano) relacionava-se com o poder, na Idade Média o Espaço Público (o mercado medieval) passa a ser o local das relações sociais e com o Renascimento no Espaço Público (avenidas e praças monumentais) verifica-se uma maior relevância da configuração espacial. Em todos estes momentos, de forma recorrente, o Espaço Público surge ligado a três elementos: o poder, a configuração espacial e as relações sociais. Se, no passado, estes espaços eram o palco da vida social e política, hoje as suas funções estão, predominantemente, relacionadas com o lazer e o recreio.

Atualmente a ideia central do debate teórico, acerca do Espaço Público Urbano, perfila uma noção de um espaço que se pretende de livre acesso, igualitário e não excludente. Encontramos estas definições nas temáticas do Espaço Público enquanto lugar liminar de celebração da diferença e de encontro com o outro.

2.2.1 ABORDAGENS E PERCEÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO

No sentido de traçar um referencial comum entre conceitos emergentes, sabendo-se que o conceito de Espaço Público remete a uma vasta complexidade e que, por esse facto, uma definição específica seria sempre redutora, elencam-se definições e abordagens de Espaço Público recentemente propostas por diversos autores.

Espaços públicos são:

- “ *Territórios coletivos onde as pessoas prosseguem as atividades funcionais e rituais que unem uma sociedade, quer nas rotinas da vida quotidiana, quer em eventos cíclicos ou pontuais.*” (Carr et al., 1992)
- “ *Lugares urbanos abertos ao público que habitualmente congregam um elevado número de pessoas.*” (Barnett, 2003)
- “ *Espaços que dão suporte, produzem, ou facilitam interações sociais e culturais.*” (Carmona et al., 2003)
- “ *O espaço público é o espaço cívico do bem comum, onde existe uma conquista social, por oposição ao espaço privado dos interesses particulares.*” (Borja, 2006)
- “ *Espaços que sugerem uma abertura e um livre acesso a todos (...) onde estranhos se encontram de forma igualitária e onde existe liberdade de expressão e de reunião entre cidadãos.*” (Warren, 2006)
- “ *Lugares cuja manutenção é assegurada por entidades públicas em benefício da comunidade e que idealmente podem ser utilizados por todos os cidadãos, independentemente da sua condição social e económica, idade, raça, etnia, ou gênero.*” (Chapman, 2006)
- “ *(...) os espaços de propriedade pública, de acesso ilimitado, gratuitos, sem condicionamentos serão os espaços que melhor interpretam o conceito de espaço público.*” (Indovina, 2002)
- “ *É o espaço mediador, ou espaço democrático entre o território, sociedade e política.*” (Solá-Morales, 2002)
- “ *São um palco para a nossa vida pública. São os parques onde as celebrações são realizadas, onde as maratonas terminam, onde as crianças aprendem as habilidades de um desporto, onde as estações são marcadas e onde as culturas se misturam. Estes lugares são as ruas e passeios em frente às residências e às empresas, onde os amigos vão ao encontro uns dos outros e onde as trocas sociais e económicas ocorrem. São os espaços públicos que dão identidade às cidades e sem bons espaços públicos, não poderão haver grandes cidades.*” (Project for Public Spaces, 2012)

No conjunto destas perceções e abordagens, é possível identificar aspetos transversais ao conceito de Espaço Público que se afiguram em três dimensões:

- *dimensão funcional* – lugar onde ocorrem diversas atividades;
- *dimensão social* – lugar primariamente vocacionado para a vida pública coletiva;
- *dimensão simbólica* – lugar que concentra significados.

Nos diversos territórios mais ou menos coletivos da cidade, o Espaço Público apresenta-se como contexto de mediação, por excelência, das relações sociais e da relação de cada indivíduo com a cidade, por ele representada.

Em termos físicos, *“o espaço público não é um décor, mas sim a estrutura da cidade. (...) o elemento aparentemente ‘negativo’, mas que é o mais duradouro” do meio urbano*” (Portas, 2006).

Em termos sociais, *“o espaço público incentiva a mistura social, faz do seu uso um direito de cidadania de primeira ordem, tendo o espaço público de garantir, em termos de igualdade, a apropriação por parte dos diferentes coletivos sociais e culturais (...)”* (Borja, 2000).

Parece-nos oportuno estabelecer, aqui, uma referência à posição de Delgado (2013) que referindo Lefebvre, mostra a necessidade de inquirir quando e em que condições os discursos teóricos iniciam o conceito de Espaço Público, no sentido em que este tem sido aplicado como aspeto central dos discursos políticos e urbanísticos. Assim, Delgado (2013) cita a obra *“La production de l’ espace social”*, de Lefebvre, referindo que este: *“(...) propõe uma divisão conceptual triádica da noção de espaço (...) estabelece uma distinção entre prática espacial, representações de espaço e espaços de representação. (...) Junto a esses dois espaços – o espaço percebido e o espaço vivido – Lefebvre coloca concetualmente o espaço concebido, que denomina representação do espaço, sempre entrelaçado com os outros dois, já que a sua ambição é sempre a de impor-se sobre esses. Neste caso é um espaço não percebido nem vivido, mas que luta por sê-lo de um modo ou de outro.”* (p. 2)

Delgado (2013) refere ainda que Lefebvre trabalha constantemente esta oposição entre espaço vivido (o espaço sensorial e sensual dos habitantes e utilizadores) e o espaço concebido (o espaço físico dos planificadores, do arquiteto e da arquitectura).

Veja-se outra visão de Lefebvre (citado por Delgado, 2013) *“Outro âmbito conceptual onde abrigar a noção atualmente hegemónica de espaço público é a de espaço abstrato”*. O autor concebe este conceito como uma ideologia em ação, associando-o ao espaço vazio, neutro, em condições de ser intervencionado.

2.2.2 O ESPAÇO PÚBLICO E A CIDADE

O espaço público é o espaço por excelência da/cidade. Apreendemos a cidade através do Espaço Público, como aduz Indovina (2002). De uma forma geral, este autor, considera que o Espaço Público constitui um facto importante de identificação, que conota os lugares, manifestando-se através de símbolos e em segundo lugar, refere o Espaço Público como o lugar da palavra, como o lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime. Por sua vez Borja (2003), assume posição semelhante a Indovina e reivindica a cidade como Espaço Público, negando-se a atribuir ao mesmo apenas um só uso especializado. Defendendo que *“(...) é a cidade no seu conjunto que merece a consideração do espaço público (...)”*, e que este é o lugar por excelência da sociabilização.

A história das cidades tem a capacidade de revelar as muitas transformações ocorridas no decorrer dos séculos, sendo também capaz de demonstrar a contingência da relação cidade/espaço público/sociedade. A cidade sempre esteve, e está, em constante modificação, pelo que resulta de um acumular sucessivo de processos históricos, que atualizam o conceito de cidade, redesenham o cenário urbano e por conseguinte o Espaço Público.

Segundo Caiafa (2007) *“As cidades contemporâneas são lugares de exterioridades, de inquietudes, de descoberta e interação”*. Alves (2003) entende que *“a cidade é a segunda grande casa que descobrimos depois da infância nos nossos lares, uma espécie de referência territorial em relação ao Universo que “construímos”; é, assim, algo que nos fascina e surpreende, que nos estimula e desafia a cada momento.”* Por sua vez Delgado (2013) refere que *“O urbano, ao mesmo tempo que lugar de encontro, convergência de comunicações e informações, converte-se no que sempre foi: um lugar de desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução de normalidades e pressões, momento do lúdico e do imprevisível (...) é o que traz “movimento, improvisação, possibilidade e encontros.”*

Nas últimas décadas, assiste-se à discussão em torno das transformações urbanas e da sua relação com os processos globais de crescimento urbano, revelando-se urgente, tal como defende Ascher (1998), a necessidade de *“analisar a dinâmica atual da concentração dos homens, das atividades e das riquezas nas grandes cidades”*. Esta opinião é consistente com a ideia defendida por Pereira (1994):

“A cidade é uma complexa criação da sociedade, cristaliza os seus processos sociais, a sua configuração física vai refletindo a mudança desses processos, conservando o seu testemunho e adquirindo, por essa via, carácter próprio que enraíza e constrói a identidade dos seus habitantes, estimula e organiza os modos de vida e os comportamentos coletivos e individuais e influi nos sucessivos modos de transformação urbana. (...) A cidade que teremos ir-se-á fazer e desfazer pela (...) relação entre os processos sociais de hoje e os espaços onde estes se desenvolvem, orientada pelos valores, ideias e modelos de modernidade e de progresso que formos tendo”. Como referiu Castells (1993), *“as próprias cidades constituem-se os atores deste espectáculo.”*

Solá-Morales (1992), no seu texto *“Projetar a periferia”* referia a periferia enquanto nova matéria de projeto. Este reconhecimento da mudança da cidade leva o autor a pesquisar novas formas de intervir, coerentes com as novas formas que a cidade estava a adquirir. Assim, explora a periferia tal qual ela é, sem juízos de valor, nem a apelidou de “má”, nem de “boa”, apenas de “real”. Posteriormente, o mesmo autor, reedita o texto, agora com o título *“Territórios sem modelo”* (1999) e a mudança de nome indica, claramente, que o próprio mudou de focalização, porque, talvez, “periferia” já não seja suficiente, surgindo a expressão *“território”*.

Para Mansilla & Tuñon (2007) *“na cidade, a capacidade que temos de a fazer crescer é, por vezes, maior do que a capacidade que temos para a estruturar.”*

Por sua vez, como afirma Mayne (2007) *“na cidade contemporânea existem muitos solos, múltiplas camadas, o que leva a uma reformulação radical do problema urbano”*.

Alves (2003) considera que o carácter da cidade é, em grande parte, definido pelo vasto conjunto de componentes do espaço público, nomeadamente, áreas de circulação e de estacionamento, áreas pedonais e de estadia, acessos, áreas e elementos verdes, equipamento, sinalização e mobiliário urbano, património, espaços simbólicos, espaços intersticiais, infraestruturas técnicas e ações de renovação ou modificação desse espaço. Entende que a ponderação sobre a organização deste conjunto de componentes, através da sua distribuição, disposição e configuração, permitirá alcançar um espaço público com boa qualidade.

Falar em cidade é, indissociavelmente falar em Espaço Público, porque o Espaço Público é das pessoas, daqueles que o frequentam e portanto, é nas praças e ruas da cidade que se estabelece,

materializa e expressa a relação entre os seus cidadãos e a cidade. Para Borja (2000) “*o espaço público é a cidade*” e a história de um é consequência da história do outro. “*O espaço público supõe: domínio público, uso social coletivo e multifuncionalidade, aspetos que refletem um campo extenso e complexo que incide no comportamento social e no uso quotidiano das cidades*” (Borja, 2000).

2.3 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO E AS SUAS TRANSFORMAÇÕES

“Espaços públicos da metápole” e deste lugar “onde a população urbana se miscigeniza e procura novas condições de cidadania”.

(Ascher, 1998)

Depois das abordagens às ideias de Espaço Público Urbano e à relação Espaço Público e a cidade, aproximamo-nos agora do entendimento da evolução do Espaço Público e suas transformações. Interessa-nos aqui perceber como os modelos de pensamento teórico exploram a passagem da cidade moderna para a cidade de hoje, permitindo a compreensão da evolução da transformação do Espaço Público Urbano. Entenda-se a cidade de hoje como a cidade do momento presente em que vivemos.

Quais os desafios e os problemas da cidade contemporânea? Quais as suas características, como se desenvolve e como integra as variadas exigências? Como incorpora o Espaço Público?

Visamos construir uma representação evolutiva das transformações do Espaço Público Urbano, no contexto destes modelos de reação.

A importância de fazer este percurso que parte da passagem da cidade moderna para a cidade contemporânea, culminando na exploração de discursos teóricos emergentes, atendendo ao contexto de indefinição e dúvida em que se desenvolvem, permite-nos descortinar a relação que a Cidade e o Espaço Público Urbano encenam. Tal como aduz Fortuna (2004) “*A cidade não é uma coisa. Ela reconhece-se simultaneamente como real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética, como espaço e como tempo, socialmente vividos e (re)construídos*”.

2.3.1 O ESPAÇO PÚBLICO: DA CIDADE MODERNA À CIDADE DE HOJE

Recorde-se que a proposta modernista, hiperorganizada e segmentada, sucedeu ao desequilíbrio espaço-funcional e social da cidade, provocado pela industrialização. Marcado pelo crescimento demográfico das cidades e pelo desenvolvimento das tecnologias, o século XX, trouxe inúmeras transformações para a vida urbana. Estas transformações, já no final do século XIX, se manifestavam a partir da reestruturação dos espaços públicos, que ganharam novos significados e também novas tipologias. Além das ruas outros tipos de espaços passaram a compor o espaço público das cidades: praças, boulevards, avenidas, promenades, jardins e parques. Especialmente entre 1920 e 1960, a ideia de um espaço público funcional passa a materializar-se na forma física da cidade e, como consequência, um novo cenário para os espaços públicos da cidade. A partir da necessidade de compreender essa “nova cidade” surgem novas formas de se pensar o ambiente urbano.

O Movimento Moderno, no seu perfil pautado por ruturas e mudanças face aos pressupostos anteriores, estabelece uma nova associação entre “espaços públicos” e “áreas verdes”. A preocupação com os espaços públicos, neste período, era movida pelo desejo de disciplinar a sociedade, propondo espaços de uso coletivo para a prática recreativa e a vida social. Tornando clara a ideia de espaços institucionalizados e formalizados para o lazer, determinando um uso específico e a ideia de uma “cultura do lazer” em oposição a uma “cultura do trabalho e da produção”. Os ideais preconizados pelo Movimento Moderno contribuíram para a evolução do pensamento da arquitetura e do urbanismo desde 1928, mas as divergências que foram surgindo, acabaram por despertar o interesse por novas discussões. Para Borja (2000) *“A deformação do urbanismo funcionalista em combinação com o zonamento e privatização é a caricatura mais perversa do movimento moderno, cria uma nova imagem da cidade emergente em que as peças, os produtos, a arquiteturas dos objetos substituem a cidade do intercâmbio e da diversidade.”*

Nos últimos anos da sua existência, o confronto com novas situações da cidade e a emergência de novas necessidades resultou em diferentes modos de se pensar o espaço público urbano.

Segundo Harvey (1989), durante o modernismo passa-se a ver o espaço como *“algo a ser moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um projeto social (...); o planeamento urbano modernista trabalha quase sempre com o zonamento monofuncional”*. É exatamente a partir da revisão da utopia de igualdade que surgem as principais críticas ao modernismo e, concretamente, ao seu conceito de Espaço Público.

Inicia-se a crise da modernidade, à qual vem associada a crise da cidade, que alguns autores como Ascher (1998) designaram de “terceira revolução urbana”. Face ao esgotamento dos modelos anteriores, da modernidade, os problemas urbanos emergentes, originaram a construção de novos modelos de pensamento, surgindo, com efeito, reações teóricas que, assentes em modelos paradigmáticos, estabelecem um novo pensamento sobre as novas possibilidades e valores para a cidade. *“Cinco grandes mudanças parecem caracterizar a terceira revolução urbana moderna: a metapolização, a transformação dos sistemas urbanos de mobilidade, a formação do espaço-tempo individual, a redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais e as novas relações de risco.”* (Ascher, 1998)

O declínio das vanguardas do Modernismo marca a transição entre a cidade moderna e a cidade contemporânea. As profundas críticas aos princípios modernistas originaram uma nova visão acerca do urbanismo e do planeamento da cidade configurada no conceito pós-moderno, que se caracteriza pela troca de bens imateriais, como a informação e os serviços (nascidos das tecnologias eletrónica e nuclear). Uma violenta rejeição da cidade moderna, tal como fora concebida por Le Corbusier e por outros arquitetos ligados ao Funcionalismo, condenou as formulações contidas na Carta de Atenas (que proclamava a uniformização e a mecanização da vida urbana, esquecendo a dimensão antropológica, histórica e social da cidade).

A certeza dá lugar à dúvida e a cidade vê-se, assim, confrontada com as mais diversificadas expressões da cultura, política, economia e arquitetura. O domínio do público nunca conhecera tão acentuada ambiguidade relativa à sua delimitação e identificação coletiva. A passagem de uma economia de mercado a uma cultura de consumo transformou radicalmente a paisagem da cidade. À margem dos centros das cidades, o crescimento das periferias criou uma paisagem económica de zonas de habitação unifamiliar ligadas entre si por auto estradas e pontuadas por centros comerciais. Os utilizadores dos mercados e das feiras, das áreas periféricas das cidades principais e das zonas de contato entre o campo e as áreas urbanas, mudaram radicalmente de

hábitos de consumo e aderiram às grandes superfícies cobertas. Figuras como o centro comercial, a televisão e a internet acabaram por reduzir, ainda mais, o já frágil dualismo público/ privado, anunciando ferozmente vantagens como a diversidade, o conforto, a limpeza, a abundância e a segurança.

Importa, considerar a ideia de “*metápole evolutiva*” defendida por Ascher (1998), em que o desenvolvimento metropolitano está cada vez mais ligado às infraestruturas e cuja presença se torna mais evidente à medida que nos afastamos do centro da cidade. Na atual cidade baseada no setor terciário, e já não no industrial, os fluxos, a acessibilidade, a interação, e as redes de comunicação adquiriram uma importância estratégica. Esta efetiva condição da cidade, pressupõe obrigatoriamente a existência de novos contextos e, consequentemente, novas formas urbanas e a consolidação de uma cultura movida pelo imperativo de fluxos e de redes.

Quais são os novos modelos propostos, face ao esgotamento dos modelos anteriores, e como se posicionam perante esta cidade e o seu Espaço Público?

Perante um alargado conjunto de modelos de pensamento defendidos por diferentes autores, fruto da então “*terceira revolução urbana*” apelidada por Asher (1998), destacamos, a par de Ascher, também, Augé (1994) e Koolhaas (1995), que reativamente se colocaram em relação aos pressupostos modernistas.

A compreensão do processo pós-moderno, designadamente da passagem da cidade moderna para a cidade de hoje, revela-se importante, porque é neste momento, como em todos os momentos de transição, e à medida que as revoluções urbanas se instalam, que os espaços públicos da cidade perdem ou ganham importância.

Com a exploração destes conceitos teóricos, que apelidam esta nova cidade de diferentes modos, pretende-se, entender como se colocam perante o contexto pós-moderno considerando o seu princípio de reação, e como identificam as novas características da sobremodernidade. Aspeto que será sistematizado no sub-capítulo seguinte.

Note-se que a ideia de sobremodernidade surge, ao longo desta investigação, baseada na definição defendida por Augé (1994) que para a fundamentar refere-se à mesma como a “*face de uma moeda de que a pós-modernidade nos apresenta apenas o reverso - o positivo do negativo*”, definindo-a através de três figuras importantes do excesso:

- a superabundância de acontecimentos (o fator tempo) concretiza-se na aceleração da história, e na consequente necessidade de dar sentido ao presente: tudo se torna um acontecimento de tal forma que já nada é um acontecimento. A organização do mundo a partir da categoria “tempo” deixa de fazer sentido.
- a superabundância espacial (o fator espaço) exprime-se nas mudanças de escala, um mundo cada vez mais pequeno e mais próximo; nas acelerações e expansões das redes dos meios de transporte e na multiplicação das referências imagéticas e imaginárias comuns.
- a individualização de referências (o fator ego) pelo enfraquecimento das referências coletivas e um processo de “singularização” das relações com o mundo que levam ao crescente individualismo: “o indivíduo pretende ser o mundo. Entende interpretar as informações que lhe são transmitidas por e para si mesmo”.

O elemento comum a estes pensamentos é o de que a cidade pós-moderna, ou seja, a cidade da sobremodernidade, a contemporânea, é constituída por espaços fragmentados, sejam eles de

carácter urbanístico, social ou cultural, cujo aparecimento se deve à evolução da sociedade que tem influência nos comportamentos sociais, às estratégias imobiliárias implementadas em território urbano e às políticas públicas urbanas adotadas.

Importa refletir sobre a posição de Augé (1994) acerca da questão da globalização. Este define três movimentos complementares que permitem analisar a transição do local para o global: a passagem da modernidade ao que define como sobremodernidade; a passagem dos lugares aos não-lugares e a passagem do real para o virtual.

O conceito de não-lugar é assim proposto por Marc Augé (1994) para designar um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade. O não-lugar investe-se de velocidade e movimento, um espaço de incerteza e ambiguidade. Para o autor, os não-lugares são o produto desta sobremodernidade, o oposto da noção de lugar antropológico: *"se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar"*.

Segundo Augé (1994) *"Tudo se passa como se o espaço fosse ultrapassado pelo tempo, como se a história se limitasse às notícias do dia ou da véspera, como se a história individual fosse buscar os seus temas, as suas palavras e as suas imagens ao stock inesgotável de uma inesgotável história do presente."*

Koolhaas (2006) traça um olhar sobre a metrópole contemporânea: uma sociedade de consumo de massa e de comunicação acelerada, que apelida de “cidade genérica”.

Assim, a cidade genérica, recusando as restrições da identidade, do passado, e da histórica, é multirracial e multicultural, permanece aberta, flexível, correspondendo em cada momento às necessidades do "agora" como um reflexo da necessidade actual e da capacidade actual. É fácil, não necessita de manutenção. A renovação, a expansão, a substituição ocorrem sem obstáculos; é uma cidade sem "problemas de consciência": se se torna demasiado pequena, simplesmente expande-se; se se torna velha, simplesmente autodestrói-se e se renova. (Koolhaas, 2006) Note-se que o texto-manifesto “The Generic City” de Koolhaas teve a primeira publicação no livro S, M, L, XL58, em 1995. Para Koolhaas (2006) o ponto de partida é a constatação da “convergência” das cidades contemporâneas: a perda de identidade histórica, o turismo mundial, a homogeneização dos centros urbanos, fenómenos que podemos facilmente associar à globalização. A identidade concebida como uma forma de partilhar o passado desaparecerá, o exponencial crescimento populacional levará ao *“esgotamento do passado”*. Curiosamente, apesar da ausência da história, esta torna-se a principal preocupação, a principal indústria, da Cidade Genérica. Para Koolhaas (2006), a cidade genérica, formalmente, corresponde a um deslocamento para a periferia urbana, o espaço público desaparece, consequência da passagem dos grandes sectores da vida urbana para o ciberespaço. Apenas resta o espaço destinado à circulação, principalmente a automóvel.

Na obra *“Les Nouveaux Principes de L'Urbanisme”* de Ascher (1996) é referido o conceito de metapolização: “conurbações, vastas, descontínuas, heterogêneas e multipolarizadas” que corresponde também à recomposição social das cidades com a individualização do espaço-tempo, a flexibilização e personalização crescente dos horários de trabalho e a emergência de novos tipos de serviços públicos adaptados à diversificação das necessidades sociais. A cidade deve tornar-se um mecanismo para trazer estes diferentes sistemas em relações coerentes uns com os outros, e a arquitetura deve agir como o interface. Ascher (1996) sugere que a sociedade pode ser vista como um tipo de hipertexto, onde os indivíduos vivem em diferentes planos (texto do trabalho, texto da vizinhança, texto doméstico) e movem-se de um texto para o outro

seja pela comunicação à distância seja fisicamente movendo-se de um lugar para o outro. O seu conceito ajuda-nos a compreender a grandeza dos fenómenos e a traduzir em mudanças profundas nas maneiras de conceber, fazer e gerir cidades. Ascher caracteriza o novo urbanismo emergente como: um urbanismo de dispositivos, reflexivo, de precaução, concorrente, reativo, multivariado, estilisticamente aberto e multisensorial.

Estes modelos de pensamento refletem a contemporaneidade e a instabilidade da cidade sob os efeitos das inovações tecnológicas, da reorganização espacial, da mudança nas relações sociais. Nesta vasta problemática é possível detetar tendências que modificam os paradigmas tradicionais da cidade perante os quais se configuraram estes novos modelos.

Tal como refere Távara (2006) *“A cidade ‘atual’ é o fruto da industrialização, da segregação de funções e do automóvel, é a cidade que cresce a um ritmo exorbitante onde se torna difícil criar um sistema de relações coerentes entre os seus espaços, não formando um todo estruturado onde se misturam e confundem funções, mas sim uma soma de espaços individualizados”*.

2.3.2 A SOBREMERNIDADE COMO FATOR GERADOR DE UM NOVO CONTEXTO

Interessa-nos, agora, proceder à identificação das características do contexto específico que é a sobremodernidade. Recorrendo aos argumentos teóricos explorados, elabora-se uma sistematização dessas novas dinâmicas e tendências urbanas contemporâneas apontadas.

Torna-se, assim, necessário analisar os aspetos que condicionam a dimensão funcional do espaço público. Tendo como objetivo perceber, mais adiante, as suas especificidades num contexto ainda mais complexo e diversificado, na cidade de hoje, e o modo como são interpretadas nos discursos emergentes.

Ao longo do século XX algumas sociedades contemporâneas manifestaram diferenças na vivência e uso do Espaço Público, traduzindo-se num enfraquecimento da esfera pública. Segundo Sennett (1978) este processo produz-se de um modo contínuo desde o século XIX, inerente a uma imparável individualização e atomização do indivíduo crescente na modernidade ocidental. Através dos autores analisados, e de um modo resumido, é possível expor uma série de evidências detetadas nos seus pressupostos relativamente ao contexto de sobremodernidade, como se apresenta abaixo:

- Augé: sobremodernidade | superabundância de acontecimentos, de espaço, de referências;
- Koolhaas: genérica | substituição | renovação | fractal | ciberespaço | hiper-local | hiper-global;
- Ascher: metapolização | hipertexto | complexificação | usos imprevistos | heterogeneidade.

Perante este conjunto de aspetos, e atendendo aos seus significados, é possível descortinar, no contexto da *sobremodernidade*, um cenário de grande complexidade.

Ascher (1998) afirma que a noção de Espaço Público é o alvo em torno do qual se construiu *“uma problemática que constitui um dos instrumentos privilegiados do urbanismo”*. A configuração espacial da cidade, e do seu Espaço Público, e os fenómenos sociais que nela se processam são, de facto, realidades que se influenciam e estruturam mutuamente. E o que se

torna singular na cidade de hoje é precisamente a simultaneidade dos factos, a velocidade dos acontecimentos e a necessidade de versatilidade.

Neste sentido, consideramos a referência de Borja (2000) feita a Ascher, e à sua obra *Metapolis*, quando indica ser este o autor quem provavelmente melhor sistematizou a questão do contexto pós-moderno. Assim, de modo a estabelecermos uma caracterização desse contexto, concentramo-nos nas três dinâmicas enunciadas por Ascher (1998): a individualização, a racionalização e a diferenciação.

Individualização:

Para Ascher (1998), na cidade, onde o urbano está em constante mudança, as pessoas e as relações interpessoais tornam-se estranhas, deslocalizadas e precárias. O social funciona, mas as ligações alteram de natureza e de suporte. Alteram-se as relações entre os interesses individuais e os coletivos.

Verifica-se um enfraquecimento das referências coletivas e o acentuar de um processo de singularização das relações. Num crescente comportamento de individualismo, segundo Augé (1996) *"o indivíduo pretende ser o mundo. Entende interpretar as informações que lhe são transmitidas por e para si mesmo"*.

A multiplicidade de escolhas origina perfis de vida e de consumo cada vez mais diferenciados tornando o indivíduo, também, cada vez mais único. Para Delgado (2009) *"A cidade é uma composição espacial definida pela alta densidade populacional e pelo assentamento de um amplo conjunto de construções estáveis, uma colónia humana densa e heterogénea conformada essencialmente por estranhos entre si."* Desta definição proposta por Manuel Delgado interessa-nos particularmente a caracterização que o autor faz da sociedade *"como colónia humana densa e heterogénea."*

Racionalização:

"Um sentimento de ubiquidade e de multitemporalidade acompanha assim um duplo processo de deslocalização e de desestabilização" (Ascher, 1996)

Para Ascher (1996) o desenvolvimento dos transportes e o aumento do seu desempenho, do armazenamento de bens, de informações e de pessoas desencadeou uma transformação social essencialmente de ordem científica e técnica.

A vida quotidiana contemporânea, pautada de micro-acontecimentos incertos, afasta o homem do que poderia ser uma rotina diária introduzindo na cidade um novo conceito: o da flexibilidade. A cidade tenta adaptar-se a esta necessidade de múltiplos lugares a múltiplas horas, um contexto mais variado e de circunstâncias menos previsíveis. Com a aceleração da vida e a consequente necessidade de dar sentido ao presente, tudo se torna um acontecimento de tal forma que já nada é um acontecimento. Neste contexto da pós-modernidade, a introdução do conceito de reflexividade é importante para a noção de modernidade reflexiva, ou seja, a avaliação de sucessivas hipóteses provisórias para poder agir estrategicamente.

Diferenciação Social

A dinâmica da diferenciação é porventura das três dinâmicas a mais complexa, precisamente por reunir em si variados fatores. A superabundância de tempo, de espaço e de ego, proposta por Augé (1994) como excesso, altera os modos de vida e os valores, o que inevitavelmente produz o aumento da diversidade. Se a este exponencial aumento de diversidade se associar a

globalização, constrói-se a combinação perfeita para a promoção e o reforço da diferenciação social, territorial e cultural.

Perante estes factos torna-se inevitável falar de dois tipos diferentes de mobilidade: mobilidade social e mobilidade física. A primeira surge enquanto consequência direta da diferenciação. Como já analisado, os laços sociais modificaram-se muito. A nossa relação com os outros revela-se mais individualista e diferenciada do que em relação ao passado, e ao mesmo tempo mais complexa. O avanço tecnológico dos meios de comunicação e informação tem muita influência no modo como nos relacionamos com os outros; como vemos e como somos vistos. Mudam-se práticas quotidianas de convivência e partilha que, antes focadas em relações familiares e ciclos circunscritos, agora se manifestam numa socialização mais alargada, porém mais virtual. Esta socialização mais alargada consegue-se ainda através da maior facilidade na mobilidade física das pessoas. É através dos novos contatos e das trocas feitas de forma regular e/ou esporádica, independentemente da distância, que se estruturam as diferenças ou afinidades entre os indivíduos e os grupos sociais.

Tal como indica Borja (2000), quando as pessoas e atividades se distribuem no espaço em padrões cada vez mais dispersos o Espaço Público perde parte das funções que outrora cumpriu na vida social da cidade e por conseguinte nos padrões da vida quotidiana.

Nestas três dinâmicas (racionalização, individualização e diferenciação) pode claramente ler-se uma relação de reciprocidade. Revelam-se tendencialmente capazes de gerar uma sociedade cada vez mais complexa que faz com que estas dinâmicas evoluam e introduzam, sequencialmente, novas necessidades. Quer estas sejam físicas (espaço) ou sociais (comportamentos).

Como refere Lefebvre (CITADO por Delgado, 2013) *“O urbano, ao mesmo tempo que lugar de encontro, convergência de comunicações e informações, converte-se no que sempre foi: um lugar de desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução de normalidades e pressões, momento do lúdico e do imprevisível (...) é o que traz “movimento, improvisação, possibilidade e encontros”.* (p. 6)

2.4 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO E A SUA CIRCUNSTÂNCIA ATUAL

“O papel e a função do espaço público e de uso público sofreram um acréscimo relativamente ao passado, e este não pode ser senão o ponto de partida para colocar tal papel na nova cultura da cidade”.

Indovina (2002)

Focamo-nos agora em entender qual o posicionamento da teoria mais recente acerca das dinâmicas e tendências do Espaço Público Contemporâneo, hoje, perante um contexto consequentemente mais complexo e incerto.

A cidade que conhecíamos mudou: extravasou os antigos limites administrativos, multiplicou os seus centros, especializou algumas zonas, expandiu a sua influência com a ajuda de redes de infra-estruturas. A par, evidencia-se o aparecimento da sociedade da informação, mudanças ao nível económico e tecnológico, a globalização. Este complexo conjunto de fenómenos reflectem-se profundamente no funcionamento da cidade contemporânea e, por conseguinte nas exigências feitas ao Espaço Público. Como refere Saskia Sassen (2007) *“Existe muito mais indeterminação nos atuais ambientes urbanos, “state of the art”, do que imaginamos. É uma plataforma”.*

De que forma estas alterações se refletem no pensamento sobre o Espaço Público Contemporâneo? Considerando-se o pensamento teórico como uma forma de construção de realidades, pela ordenação de experiências, de que forma os discursos teóricos recentes constroem um pensamento sobre as dinâmicas e tendências emergentes do Espaço Público Contemporâneo?

2.4.1 A CIRCUNSTÂNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE DE HOJE

Decorrente da análise teórica efetuada nos capítulos anteriores, parece consistente referir que quando pensamos no Espaço Público da cidade de hoje, é difícil escapar a uma sensação de fratura relativamente à sua circunstância atual, afigurando-se dividida em:

- Uma consciência sedimentada da ancestralidade do ser do Espaço Público, como lugar de encontro e de vida coletiva,
- Uma experiência dinâmica de constante mudança dos modos de vida quotidiana, como lugar estruturante para a cidade num contexto de incerteza.

Se, por um lado, parece poder considerar-se que as necessidades básicas da vida coletiva do ser humano não mudaram ao longo da história, desvalorizando à partida qualquer intenção de pensar a mudança em termos da função do Espaço Público, por outro lado, acentua-se a transformação intensa e acelerada das sociedades contemporâneas, aos níveis tecnológico, político, económico, social e cultural, exigindo uma resposta que enfrente essas mutações estruturais.

Com todas as suas mutações estruturais o contexto urbano persiste e inclusive intensifica-se, pois não só se alimenta daquilo que o altera, como segundo Lefebvre (1974) *“as relações sociais vão ganhando em complexidade, multiplicando-se, intensificando-se, através das contradições mais dolorosas.”* O autor defende ainda que *“Enquanto forma, o urbano tem um nome: é a simultaneidade”*. É também simultaneidade de perceções, de acontecimentos, de espaço, portanto, de hipersocialização, pois é a sua forma concreta que condensa os variados encontros e permite a conjugação dos elementos que compõem a vida social.

Pode assim entender-se que à medida que a sociedade muda e se complexifica, o Espaço Público também o faz. Por conseguinte, como defende Borja (2003) a observável mudança emergente não quer dizer que seja obviamente negativa. É seguramente diferente e adaptada ao seu tempo e à sua sociedade. À semelhança do passado, o Espaço Público é o elemento por excelência que reflete uma determinada sociedade, uma determinada cidade, num determinado tempo. Esse é um fator que nunca muda.

Atendendo à literatura já analisada, considera-se que ao pensar o Espaço Público na atualidade se revela necessário reequacionar 3 questões fundamentais, que delimitam a circunstância do Espaço Público Contemporâneo, algo que adiante, no ponto 2.4.2, pretendemos capturar e fundamentar com a análise de um conjunto de seis discursos teóricos relevantes sobre a circunstância do Espaço Público de hoje. Assim, tomemos em consideração:

Em primeiro lugar, tal como Gianni Vattimo (1992) afirmou, no contexto de emergência da sociedade de comunicação generalizada, *“viver neste mundo múltiplo significa fazer experiência de liberdade como oscilação contínua entre pertença e desenraizamento”*. O Espaço Público como espaço de identidade e relação harmoniosa com a cidade equaciona-se perante o mundo contemporâneo. O espaço público contemporâneo, surge como reflexo de uma

sociedade mercantilizada e mediatizada de alcance cada vez mais global, mas que não pode deixar de responder afirmativamente aos movimentos concomitantes de enraizamento e desenraizamento que definem os nossos lugares cada vez mais fragmentados e imprecisos.

Em segundo lugar, como refere Indovina (2002) “*a cidade é o lugar da palavra*” o que impõe a organização de espaços nos quais a palavra possa ser expressa. Nesta dimensão, o Espaço Público é lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime. No entanto, com a afirmação moderna do inconstante, o Espaço Público encontrou no ambiente urbano ativo e desestabilizador da condição metropolitana a sua própria alteridade.

Em terceiro lugar, o Espaço Público sempre se fundou numa ideia (histórica) de lugar aspirando à intemporalidade, devendo por isso transcender a transitoriedade do tempo. Já o Espaço Público moderno, recorrendo à metáfora da máquina, interiorizava o paradoxo de ser simultaneamente um espaço idealizado para o bem estar e um espaço da transformação tecnológica com os seus processos inexoráveis de construção e obsolescência. Como reconhecido por Sennett (1978), a sua relevante característica de “*possibilitador de encontros impessoais e anônimos e de copresença dos diferentes grupos sociais*”, constitui uma característica intemporal e fundamental para a análise da transformação do espaço público.

Prossigamos, assim, atendendo a estas premissas caracterizadores de um Espaço Público Contemporâneo, que se joga:

- Na simultânea proximidade e distância do lugar (físico/virtual);
- Na identidade e estranheza do espaço (percepção/ significado/ (in) segurança);
- Na sequencialidade e simultaneidade do tempo (aqui-e-agora).

Perante esta complexa circunstância como argumentam os teóricos os seus discursos emergentes sobre as dinâmicas e tendências do Espaço Público Contemporâneo? Como estruturam uma abordagem capaz de agenciar simultaneamente continuidades e ruturas?

2.4.2 O DESAFIANTE ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

Hoje, como refere Borja (2000) “*nesta nova cidade as infraestruturas de comunicação não criam centralidades nem lugares fortes, mais segmentam ou fraturam o território e atomizam as relações sociais*”, pelo que ao se tentar efetuar uma leitura destas dinâmicas não se obtém uma imagem clara e definida.

Quando as pessoas e atividades se distribuem no espaço em padrões cada vez mais dispersos, quando as redes de comunicação instantânea criam novas arenas de debate e sistemas de troca que não dependem do espaço físico nem dos contatos face-a-face, quando o carácter público dos espaços se revela cada vez menos público, e quando, ainda, se verifica um significativo grau de desertificação dos espaços e a consequente insegurança, é notória a perda de parte das funções que outrora cumpriu na vida social, como: lugar de encontro para o debate político, para trocas comerciais, e para representações culturais.

A realidade hoje impõe-nos grandes questionamentos para a abordagem do Espaço Público Contemporâneo. A consolidação de novos produtos imobiliários (loteamentos fechados, *shopping centers*, centros empresariais, parques temáticos, centros turísticos) questionam o significado e função do Espaço Público. Os novos espaços públicos, na verdade semipúblicos ou pseudopúblicos, são muitas vezes caricaturas da vida social, negando ou ocultando as

diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais homogênea e, em última instância até a negando.

Estaremos perante uma nova “*morte do lugar*” como já proclamado por Webber (1964) a propósito do advento da massificação do automóvel ou perante o argumento acerca da “*morte do espaço público*” colocado posteriormente por Koolhaas (1995) na sua definição de cidade genérica fruto de uma sociedade de consumo de massa e de comunicação acelerada?

A realidade e a investigação atual, apesar do cenário acima descrito que revela uma circunstância em que os espaços públicos são cada vez menos encarados como espaços de pertença efetivos, tem vindo a demonstrar o oposto face a estas expectativas veiculadas, alertando não para a sua morte mas para a sua transformação. Assim, a importância e o valor do lugar tende a aumentar apesar, ou precisamente por causa, dos novos produtos imobiliários e ainda das inovações impostas pelas tecnologias informáticas, com a oferta de uma dimensão não-espacial do espaço eletrónico e das redes sociais digitais que se impõem, cada vez mais, nas vivências quotidianas.

Se hoje, a ideia de Espaço Público é central no discurso que visa a qualificação do espaço urbano, é porque foi posta em causa pelas práticas sociais, urbanísticas e económicas.

Interessa assim entender o processo, progressivo, de transformação que o Espaço Público tem sofrido que, de perda, ou não, mas seguramente de mudança, motiva o entendimento de novas dinâmicas e tendências do e no Espaço Público Contemporâneo.

A sociedade transformou-se e o uso do espaço público alterou-se. Para Indovina (2002) há que considerar que:

“ (...) a “questão” do espaço público e de uso público é hoje mais rica e articulada; não se trata de uma questão de mero “espaço”, mas de um espaço com funções segundo fins definidos e variáveis no tempo. Isto reporta à gradação dos espaços públicos e de uso público: se, por um lado, devem ser garantidos espaços públicos de tipo tradicional, que podem ser qualificados pelo uso que a população legitimamente lhes dará, por outro lado, devem ser considerados todos os graus intermédios dos espaços de uso público para um efetivo envolvimento público na determinação de um quadro geral que defina, mesmo que numa malha larga, as condições de uso, a acessibilidade, as condições de fruição para atingir eficiência, eficácia e redução de qualquer forma de discriminação eventualmente ativada.”. (p.123)

A abordagem que propomos para o Espaço Público Contemporâneo tem a sua base teórico metodológica na ideia de Espaço Público - como produto e condicionante da reprodução da sociedade, da reprodução da vida, das relações sociais que se manifestam na prática socio espacial, ou seja, o espaço construído e modificado, no dia-a-dia, nas ações quotidianas, no uso e na apropriação que dele se faz e, ao mesmo tempo, o espaço influenciado por esses usos. O espaço público é analisado como um produto e um possibilitador das relações sociais.

A nossa abordagem encontra-se fundamentada na obra de Lefebvre (1973), que superou a conceção tradicional do espaço como um recetáculo - o espaço é também nível de determinação - e, assim, confrontou a sua suposta neutralidade com sua função instrumental, destacando a complexidade e as potencialidades do espaço.

Partindo deste fundamento, neste subcapítulo, reuniu-se um conjunto de seis discursos teóricos interdisciplinares avocados por diferentes autores, que se encontram na ideia transversal de que o domínio público não está efetivamente em declínio, pelo contrário, tecem argumentos de que as novas dinâmicas e tendências contemporâneas são um processo de transformação

sociocultural que poderá fazer ressurgir o Espaço Público, uma vez que avaliam a esfera pública como mais densa, diversa e democrática do que alguma vez foi.

Quadro 1 – Apresentação dos títulos e respetivo autor dos documentos a explorar [Fonte: *Meneses, M.L.*]

<i>El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía.</i>	Jordi Borja (2000)
<i>Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities.</i>	Jeffrey Hou (2010)
<i>El Nuevo Espacio Público.</i>	Daniel Innerarity (2006)
<i>O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança.</i>	Francesco Indovina (2002)
<i>Novos Espaços Urbanos.</i>	Jan Gehl (2002)
<i>Espaço Público Contemporâneo: Crítica e Classificação (a e b).</i>	Matthew Carmona (2010)

El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía

Jordi **Borja** (2000)

“Hoje o espaço público volta a ser atualidade.”

Para Borja (2000), o espaço público é “o lugar do intercâmbio por excelência”. É um espaço físico, simbólico e político e por isso mesmo é “também onde mais se manifesta a crise da cidade”, considerando ser, também, “onde aparecem as respostas positivas”.

Na sua obra “*El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*” Borja (2000) argumenta que:

“Há uma reação periódica que se apresenta regularmente na história da cidade e do urbanismo quando as formas do crescimento urbano, ou a evolução da cidade existente dão prioridade à edificação e/ou às estradas, quando os espaços se especializam devido à segregação social ou à zonificação funcional, quando a cidade perde qualidade de autorrepresentação, ocorre uma reação social e cultural de retorno ao espaço público. É uma reação que frequentemente mistura o “passeisme” e a modernidade, a mitificação do passado e uma proposta de síntese para o futuro, busca local e de valores universais. Ainda assim é uma reação oportuna e necessária para evitar o desastre urbano.” (p.8)

Na sua perspetiva fizemos a cidade do século XX para nos podermos confrontar com os novos desafios da cidade do século XXI (a cidade dispersa e informacional). Apesar de considerar que a cidade atual sofre de um triplo processo negativo: “*dissolução, fragmentação e privatização*”, Borja argumenta que, apesar deste contexto, “*vemos como as luzes voltam à cidade, precisamente pelo êxito das políticas baseadas no espaço público. É a consideração da cidade como espaço público.*” Borja (2000)

O autor interessa-se pelo Espaço Público principalmente por duas razões: em primeiro lugar porque considera que é no espaço público que se manifesta muitas vezes e com mais força a crise do urbanismo, e em segundo lugar porque o Espaço Público é o espelho das novas

realidades urbanas, sobretudo as que ocorrem nas margens da cidade existente lançando novos reptos: a mobilidade individual generalizada, a multiplicação das novas centralidades e a força das distâncias parecem impor-se aos intentos de dar continuidade formal e simbólica aos espaços públicos. Borja encontra na dialética entre mobilidades-centralidades a chave do urbanismo; e na conceção dos espaços públicos o fator decisivo, embora não seja o único, no tipo de resposta que se dá à questão anterior.

Segundo a sua perspetiva, Borja (2000), defende que embora o uso e apropriação do espaço muitas vezes seja feito de forma pessoal e individualizada, a verdade é que o Espaço Público supõe um domínio público, um uso social coletivo e uma multifuncionalidade, sendo a sua qualidade avaliada, essencialmente, pela intensidade e qualidade das relações sociais que proporciona assim como pela mistura social, pela identificação simbólica e pela expressão cultural.

Uma das problemáticas apontadas por Borja (2000) prende-se com o sentimento de liberdade que deve ser conferido pelo espaço público e que hoje se vê posto em causa: *“es que la libertad nos la ha de dar el espacio público y hoy hay temor al espacio público. No es un espacio protector ni protegido”*.

O autor aduz:

“Si la agorafobia urbana es una enfermedad producida por la degradación o la desaparición de los espacios públicos integradores y protectores a la vez que abiertos para todos, es necesario hacer espacios públicos de calidad en aquellos lugares en que se producen los flujos y en los nuevos guetos residenciales, centros comerciales, áreas de sector terciario, áreas privilegiadas, etc. En esta nueva ciudad las infraestructuras de comunicación no crean centralidades ni lugares fuertes, más bien segmentan o fracturan el territorio y atomizan las relaciones sociales. O los nuevos parques temáticos lúdico - comerciales excluyentes crean caricaturas de “centro urbano” para clases medias consumistas.” (p.25)

O espaço público é uma ferramenta social e portanto à medida que a sociedade muda e se complexifica, este também o faz. Não quer dizer que a mudança emergente seja obviamente negativa, é simplesmente diferente, adaptada ao seu tempo e à sua gente, porque à semelhança do lugar do passado, o espaço público é o elemento por excelência que reflete uma determinada sociedade, uma determinada cidade, num determinado tempo. Esse é um fator que nunca muda. (Borja, 2000)

O ângulo de análise escolhido por Borja (2000) é o espaço e a relação entre a sua configuração e o exercício da cidadania como o estatuto que permite exercer um conjunto de direitos e deveres cívicos, políticos e sociais. Deste modo, para o autor o Espaço Público é um conceito jurídico, mas o que define a natureza do espaço público é o seu uso e não o seu estatuto jurídico; o Espaço Público pode acontecer onde não estava previsto: espaços intersticiais, edifícios abandonados. Caracteriza-se fisicamente pela sua acessibilidade, como um fator de centralidade. Oferece e cumpre funções urbanísticas, socioculturais e políticas: no bairro é a vida social e a relação entre elementos construídos, populações e atividades; na cidade liga e dá continuidade aos diversos territórios urbanos, proporcionando uma imagem de identidade e monumentalidade.

Segundo Borja (2000) o conceito de espaço público pode também definir-se através de três desafios globais de política urbana que ele comporta (p.41-42):

1. Desafio Urbanístico - “o espaço público não é o espaço residual entre o que se construiu e o espaço viário”. É um elemento ordenador que atua independentemente da escala do projeto urbano, capaz de suportar diversos usos e funções e de criar lugares.
2. Desafio Político - divide-se em duas dimensões: por um lado as relações sociais no espaço público (vida comunitária, encontro, intercâmbio...) o que faz com que haja a necessidade de criar espaços de transição que contribuam para o uso coletivo; e por outro lado relaciona-se com o direito do cidadão à afirmação, confrontação e manifestação, sendo por isso fulcral o direito à acessibilidade a espaços públicos que interajam com edifícios políticos ou administrativos e com a capacidade para concentrações urbanas.
3. Desafio Cultural - o grau de monumentalidade de um espaço é um dos melhores indicadores dos valores urbanos predominantes nesse espaço, sejam de índole urbanística, histórica, política ou simbólica.

A qualidade do Espaço Público para Borja (2000) é uma condição principal para a aquisição de cidadania. A sociedade atual bem como os direitos que configuram a cidadania são muito mais complexos que no passado e devem adequar-se a populações mais diversificadas e individualizadas. Borja enuncia uma série de direitos urbanos e da cidadania, que representam as necessidades e os desafios aos quais a cidade contemporânea deve corresponder. O autor afirma que a reinvenção desta cidade da cidadania, do Espaço Público construtor-ordenador da cidade e do urbanismo como produtor de sentido é da responsabilidade de todos os seus intervenientes.

Segundo Borja (2000) o Espaço Público é uma determinação político jurídica mas também é um produto da utilização social. Por conseguinte argumenta:

“La dinámica propia de la ciudad y los comportamientos de la gente pueden crear espacios públicos que jurídicamente no lo son, o que no estaban previstos como tales, abiertos o cerrados, de paso o a los que hay que ir expresamente. Puede ser una fábrica o un depósito abandonado o un espacio intersticial entre edificaciones. Lo son casi siempre los accesos a estaciones y puntos intermodales de transporte y a veces reservas de suelo para una obra pública o de protección ecológica. En todos estos casos lo que define la naturaleza del espacio público es el uso y no el estatuto jurídico.” (p.27-28)

O autor afirma que *“Hoy tiende a predominar en muchas ciudades una dialéctica negativa entre espacio público ciudadano (decreciente) y sensación de inseguridad difusa y exclusión social juvenil (crecientes). Pero es posible una política urbana activa que invierta este círculo vicioso, que lo convierta en virtuoso.”* (p.60) Considera, por isso, que construir a cidade do século XXI obriga a um projeto de cidadania, que aumente os direitos da terceira geração, o direito de lugar e de mobilidade, a identidade local, o autogoverno e a diferença, a igualdade jurídica de todos os residentes e o entendimento da cidade como entidade política aberta.

Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities

Jeffrey Hou (2010)

“ O espaço público insurgente está em oposição ao tipo de espaço público que é regulado, controlado e mantido exclusivamente pelo Estado. (...) Por causa da escala e modo de produção, a realização deste espaço público alternativo é mais participativo e espontâneo, e, portanto, mais aberto e inclusivo.”

Para Hou (2010) ao contrário da retórica de abrangência proclamada pelos governos ou entidades de gestão urbana, a realização efetiva do Espaço Público reflete, na maioria dos casos, *“uma realidade política diferente e pontuada por preconceitos sociais.”* Para o autor mesmo perante o tão proclamado direito à publicidade e à acessibilidade é possível reconhecer argumentos, na história ocidental recente, como o de Fraser (citado por Hou, 2010) que afirma que *“ a esfera pública oficial repousa sobre uma série de exclusões, baseadas em gênero, classe e raça ”*. Argumento que revela que o Espaço Público oficial tem sido excludente, contrariando a noção de espaço público defendida por Young (citado por Hou, 2010) que *“ vê o espaço público numa cidade acessível a todos, refletindo e incorporando a diversidade na cidade.”* Neste sentido para o autor além da prática de exclusão, o espaço público, hoje, revela um fenômeno mundial que mostra como a forma segue o capital, pelo que tem sido, claramente *“ tanto uma expressão de poder como um assunto de controlo político.”*

Nas democracias modernas, com a deslocação do poder para as pessoas, os espaços públicos configuraram-se num espaço legítimo para protestos e manifestações - uma expressão da liberdade de expressão. Contudo, para Hou (2010) essa liberdade nunca vem sem lutas e modos de vigilância consideráveis e essas *“ novas formas de controlo no espaço público reduziram a liberdade de movimento e de expressão ”* limitando as atividades e os significados do espaço público contemporâneo. Pelo que, tal realidade, leva Hou *“ a afirmar que o espaço público tem sido gerido como uma empresa ideologicamente tendenciosa e regulamentada.”*

Hou (2010) constrói um olhar sobre a cidade que é diferente da noção institucionalizada do urbanismo e da formulação de políticas urbanas. Considera que ao contrário da prática convencional de planeamento urbano, que tende a ser dominado por profissionais e especialistas, é preciso olhar com cuidado atitudes de grupos de cidadãos e indivíduos que, com expressões insurgentes, revelam a capacidade de desempenhar um papel singular na formação do ambiente urbano contemporâneo, em desafio às normas e regulamentos oficiais. Não mais confinados a espaços públicos tradicionais, como parques de bairro e praças públicas, estes espaços de *guerrilha* expressam as relações sociais e espaciais alternativas nas nossas cidades em constante mudança.

O autor em vez de lamentar a erosão da esfera pública, centra-se nas novas possibilidades de Espaço Público perante uma sociedade democrática mais diversificada. As populações urbanas e as culturas tornam-se cada vez mais heterogêneas. Com essa heterogeneidade aumenta o reconhecimento das diferenças culturais e sociais na produção e uso do Espaço Público. Como as cidades e suas dimensões sociais, econômicas e políticas continuam a mudar, as funções, significados e produção do Espaço Público também evoluem ao longo do tempo. Tomando as atuais mudanças culturais, econômicas e espaciais das cidades, o Espaço Público representa uma variedade cada vez maior de ações e práticas que viabilizam e fortalecem um processo de contestação – o Espaço Público Insurgente (Hou, 2010).

Para Hou (2010) é fundamental para o entendimento do uso do Espaço Público que se construa uma abordagem interdisciplinar que explore o modo como o Espaço Público é utilizado no mundo urbano contemporâneo, interpretando como, alheios a regulamentações ou eventuais oportunidades de participação, os cidadãos ou grupos de cidadãos têm a capacidade de tomar iniciativas por conta própria. Para o autor *“tais atos de insurgência no espaço público podem revigorar, tanto, o projeto urbano do espaço público, como a reconstrução da cidade contemporânea”*. Apelida estas conquistas espontâneas do Espaço Público Urbano como atos de um *“Urbanismo de Guerrilha”* e reconhece que esta capacidade dos cidadãos é capaz de provocar mudanças diárias radicais no seio das forças dominantes da cidade.

Hou (2010) valida o seu argumento de Espaço Público insurgente defendendo que a conquista do Espaço Público não é exclusivamente do domínio de instituições do estado, pode englobar um vasto número de atores e, assim, evidenciar o facto de que público não é somente um adjetivo mas que de um modo mais amplo significa um corpo ativo dos cidadãos.

Neste sentido, Hou (2010) estabeleceu uma distinção entre dois tipos de Espaço Público - espaço público institucional e espaço público insurgente, que caracterizou como sendo:

- Espaços públicos institucionais: são os espaços, por natureza, codificados, regulamentados e institucionalmente geridos; geralmente pressupõem um público genérico, mas na realidade a maior parte não está envolvida na sua realização. São os parques, as praças, as ruas e alguns edifícios cívicos, bem como espaços públicos de propriedade privada, sendo que todos são definidos e produzidos por governos e corporações.

- Espaços públicos insurgentes: são espaços criados por aqueles que ocupam um espaço especial para reunir, reclamar ou expressar opiniões e participar de várias práticas culturais, muitas vezes fora ou na fronteira dos domínios regulamentares e legais. Estes espaços podem incluir flash mobs, "terceiros lugares", venda ambulante, teatro de rua e protestos.

O autor afirma: *“Eventos temporários e ações de guerrilha constituem agora novas expressões para as noções de espaço público.”* Esta capacidade dos indivíduos e das comunidades para transformar espaços urbanos, explorada por Hou (2010) tem sido alvo de atenção e análise de outros autores da literatura recente do desenho urbano. Em *Todos os dias Urbanismo*, Crawford (citado por Hou 2010) faz uma distinção entre *“espaços comuns e os cuidadosamente planeados, designados oficialmente, e espaços muitas vezes subutilizadas de uso público”*. Afirma que utilizações não previstas *“têm a capacidade de se soltar dos significados dominantes de lugares específicos, dando origem a novas percepções, atitudes e comportamentos.”* Por sua vez, *Em Espaço Solto*, Franck & Stevens (citado por Hou 2010) examinam como as pessoas procuram uma rica variedade de atividades em locais inesperados, e argumentam que essas ações *“tornam um espaço solto e uma cidade verdadeiramente vital, com ou sem sanções oficiais, e com ou sem características físicas que suportam essas atividades”*.

Para Hou (2010) as iniciativas de cidadãos e atividades informais criaram outros novos usos e formas de Espaço Público: eventos espontâneos, usos não-intencionais, e uma variedade de atividades que desafiam ou escapam às regras existentes. Estes atos, apesar da sua natureza momentânea, transformam os espaços urbanos em locais de potencialidade, diferença e encontros surpreendentes:

O mesmo autor diz que estas *“lutas das comunidades e indivíduos para encontrar o seu lugar e expressões na cidade contemporânea”* redefinem *“as fronteiras, os significados e a instrumental idade discursiva da esfera pública.”*. Aparentemente confusos e caóticos os

cenários, da vida dos espaços públicos, criados por meio de atividades na fronteira dos domínios institucionais exalam uma ordem peculiar que escapa à teorização predominante das cidades e do urbanismo avocada no século passado.

El Nuevo Espacio Público

Daniel Innerarity (2006)

“o espaço público não é uma realidade dada, mas é sim uma frágil variável construção laboriosa, que exige a representação de trabalho contínuo e raciocínio, os principais inimigos são o imediatismo não estruturado e os espaços globais abstratos.”

Innerarity (2006) preocupa-se com a ideia de Espaço Público e as suas transformações no contexto contemporâneo, e neste sentido considera:

“O problema com que hoje nos enfrentamos consiste em como pensar a cidade quando temos refez em vez de vizinhanças, quando o espaço homogêneo e estável não é mais do que um caso limite no seio de um espaço global de multiplicidades locais conectadas, quando há já muito tempo que o debate público se realiza em espaços virtuais, quando as ruas e as praças deixaram de ser o principal lugar de encontro e encenação. A questão está em saber se o espaço público como espaço de experiência urbana medieval, renascentista e burguês, ou se essa antiga relação entre civilização e urbanidade pode realizar-se fora do espaço da cidade europeia convencional.”

As principais preocupações acerca do Espaço Público Contemporâneo para Innerarity (2006) centram-se no entendimento de *“como podemos ajustar as nossas ideias de democracia e de vida comum às condições atuais de governação e funcionamento da sociedade.”* Para o efeito propõe uma transformação do sistema do poder político de modo a que seja capaz de *“articular espaços, cooperação, responsabilidades e integração na nova sociedade global”*. Refere que vivemos num mundo que é um sistema integrado de informação, contudo afirma que *“a velocidade informativa é paga com a redundância.”*

Segundo Innerarity (2006), *“encontramo-nos num momento histórico em que a educação para a cidadania e a formação das virtudes públicas se apresentam como tarefas fundamentais para a renovação da cultura política das sociedades democráticas. Trata-se de determinar o que pode significar hoje uma cultura pública comum, como entender a política para um mundo comum. (...) Innerarity analisa os atuais cenários em que se desenvolva a vida pública, apresenta uma conceção das questões relativas à identidade e à diferença, em consonância com as exigências democráticas de um sociedade plural, propondo uma transformação do poder político de modo a que consiga articular espaços comuns, de cooperação, responsabilidade e integração na nova sociedade mundial.”*

Instigado com o mundo multifocal e heterogêneo característico do mundo em que vivemos, Innerarity (2006) articula e explora uma relação de três temas: *“o palco, os atores e as ações”*.

- 1) Palco: Mundos comuns. O autor analisa as profundas transformações dos últimos 50 anos em quatro áreas: a relação entre o privado e os sistemas de políticas públicas de representação, a configuração técnica dos próprios meios de comunicação e os seus próprios espaços na cidade;

- 2) Atores: Quem somos nós. O autor discute algumas incompatibilidades que, consideradas insubstituíveis até aos dias de hoje, entende que agora se encontram num evidente processo de reformulação, dadas as profundas mudanças que ocorrem ao seu redor, como já aconteceu pelo menos com as noções de cultura, comunidade ou história;
- 3) Ações: Articulação do espaço público. O autor analisa como esta nova noção básica permite alcançar reinterpretar as noções tradicionais e, assim, encontrar um novo significado. Seja fornecendo uma nova gramática do bem comum, uma nova organização social da responsabilidade, o surgimento de uma potência cooperativa mais próxima do cidadão ou com referência a um horizonte interpretativo mais cosmopolita e aberto.

Focado na perspectiva dos benefícios da ação comum (no entrelaçamento da existência individual e das formas de vida coletiva), Innerarity (2006) pensa o sujeito integrado na vida pública, porque a realização humana não acontece fora do espaço comum. Para o autor *“uma verdadeira comunidade protege-se mutuamente, permitindo compartilhar riscos e aumentar as possibilidades.”* O Espaço Público é o lugar onde os problemas são assinalados e interpretados, onde se experimentam as tensões e os conflitos se convertem em debate, onde a problematização da vida é posta em cena. Este conceito, tal como emergiu no século XVIII, sendo determinante na definição das democracias modernas, revela estar hoje a necessitar de uma nova reflexão, atendendo a que o Espaço Público já não é apenas o espaço de comunicação de cada sociedade com ela mesma, mas o lugar de uma comunicação de sociedades diferentes entre si.

A vida atual está imbuída de questões relacionadas com a identidade. Verifica-se uma espécie de ascensão do privado sobre os cenários públicos, devido, talvez, segundo Innerarity (2006), à incapacidade de oferta de significados comuns, com os quais o sujeito moderno se possa identificar. A reflexão histórica, neste contexto, exerce uma influência benéfica sobre esta discussão, na medida em que dota a nossa identidade coletiva de uma profunda consciência da sua contingência, *“porque a história que contamos deve estar aberta à história que fomos”*.

Está em causa um modelo de integração que se configurou com base nos princípios de neutralidade, homogeneidade e igualdade abstrata. Afigura-se necessário revalorizar as diferenças para progredir de acordo com uma lógica de verdadeira igualdade, porque não se pode ocultar as diferenças reais se o pretendido é reconhecê-las em pé de igualdade. Ao mesmo tempo que não é possível assegurar as liberdades individuais sem se respeitar a pluralidade cultural.

Para Innerarity (2006), o desafio revela-se na integração do indivíduo não pela privatização das suas particularidades, mas pelo reconhecimento público da sua identidade diferenciada. É esta a realidade, de hoje, que carece organização. Segundo o autor pode-se encarar o Espaço Público como o lugar onde se articulam os diversos tempos sociais: o tempo vigilante da memória, o tempo variável das instituições e o tempo curto da opinião.

As condições formais de um Espaço Público cívico podem resumir-se quanto à sua legibilidade, ou seja, a sua configuração espacial deve ser compreensível e a sua perceção permitir a sua identificação e reconhecimento, possibilitando, como já defendido por Lynch (1996), uma interação entre o cidadão e o espaço urbano. Deste modo, formalmente, para que um espaço seja legível, os seus limites devem ser perceptíveis, assim como deve ser entendido como uma única

entidade espacial, aspeto garantido pela articulação das diferentes partes e deve, ainda, revelar critérios claros de composição dos planos (horizontal e vertical) que o definem.

Como afirma Innerarity (2006), assim como as palavras e as ações geram um Espaço Público, também o espaço gera determinadas formas de relacionamento, isto é, o ambiente urbano não só reflete a ordem social como constitui uma grande parte da existência social e cultural, *“porque a sociedade é tanto constituída como representada pelas construções e espaços que cria.”*

As transformações urbanas tendem a fragmentar-se de acordo com aspetos vários, sejam a homogeneidade, a polarização ou a especialização funcional. No caso deste último fruto de uma justaposição de elementos que, de um modo mais ou menos independentes, seguem regras específicas. Contrariando o argumento de Lynch (1996), acima referido, esta fragmentação conduz claramente à falta de um sentimento de identidade: muitos cidadãos equacionam a cidade onde vivem efetivamente, pois onde se vive não se trabalha, e onde se trabalha não se passa o tempo livre. Para autores como Ascher (1998) e Bourdin (2005), este espaço fragmentou-se em diferentes clientelas, que anseiam satisfazer interesses específicos: uns querem viver num lugar tranquilo; outros desejam um mercado de trabalho; e outros uma oferta de ampla de possibilidades para comprar e para se divertirem.

A monofuncionalidade do Espaço Público está fortemente relacionada com o destaque tomado pela esfera económica no contexto da modernidade e para Innerarity (2006) expressa-se diretamente em duas figuras: por um lado com os recintos destinados a atividades comerciais, tornando o espaço num uso massivo, em detrimento do Espaço Público, por outro lado, e em simultâneo, é o próprio Espaço Público Urbano que se transfigura segundo uma lógica estritamente lúdico-comercial.

No entendimento do autor o modo de combater esta proeminência da lógica comercial, passa por potencializar a diversidade de usos, a multifuncionalidade, permitindo que o Espaço Público Contemporâneo ofereça oportunidades de encontro casual. Argumento já defendido por Baird (1995 quando criou a definição de *espaços de aparência*. Definição esta que remete para uma constituição de espaços onde, através de ações de diálogo e de proximidade, o cidadão aparece aos outros de forma explícita, e vice-versa, o que de resto é o ponto de partida para qualquer experiência cívica.

O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança

Francesco **Indovina** (2002)

“O espaço público, dentro da nova cultura da cidade, não pode senão continuar a garantir as funções típicas, considerando, ao mesmo tempo, o novo contexto.”

Para Indovina (2002) o Espaço Público deve ser considerado fundador da cidade. Argumenta *“O espaço público é a cidade”* e afirma-o segundo três pontos de vista:

- Representa a condição para que se possa realizar a vida urbana, trata-se de uma espécie de *condição geral* para a existência própria da cidade;
- Constitui um fator importante de identificação (e também de identidade), isto é, conota os lugares, dá-lhes forma representativa, assumindo muitas vezes a conotação de um *símbolo*;

- *A cidade é o lugar da palavra*, o que impõe a organização de espaços nos quais a palavra possa ser expressa. É lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime.

Para o autor este último papel desempenhado pelo Espaço Público é seguramente o mais evidente e *“que hoje se encontra em crise”*. É nesta dimensão que melhor se apresenta uma das características da cidade: a imprevisibilidade e casualidade dos encontros

Indovina (2002) foca a sua investigação na função do Espaço público, no seu sentido amplo de espaço de uso público, não focando o tipo de propriedade ou gestão. Apesar do último aspeto referido não ser o foco que lhe interessa explorar, o autor, destaca que na circunstância contemporânea *“é observável o crescimento da apropriação privada do espaço público e que esta passagem de público/privado confunde papéis e funções e não é desprovida de consequências, constituindo uma manipulação da própria cidade.”* (p.119)

Neste contexto, evidencia-se, uma preocupante consequência que deriva da transformação e que *“constitui a passagem de uma função universalista para uma função discriminada”* facto que, no entendimento do autor, prejudica a vivência social e coletiva no Espaço Público.

Para Indovina (2002) os espaços de uso público podem colocar-se numa escala que vai de uma máxima a uma mínima caracterização pública, neste sentido o autor defende:

“devem ser considerados, pelo menos, os seguintes parâmetros: a propriedade (pública e privada); os limites de uso (ilimitado; limitado: no tempo; a determinadas categorias de cidadãos; à duração; etc.); o custo de acesso (gratuito; a pagamento); os condicionamentos ao seu uso (falar não falar; fotografar não fotografar; com animais sem animais, etc.).” (p.120)

Indovina (2002) estrutura esta caracterização por considerar que *“se torna relevante para definir quais são as mutações (hoje relativamente ao passado) na determinação do espaço público, e qual o papel do espaço de uso público na “nova cultura da cidade”.* (p.120)

É certo que hoje se manifestam formas urbanas e de organização da cidade diferentes das do passado, mas segundo Indovina (2002) estabelecer, entre a cidade contemporânea e a cidade moderna, *“uma fratura, no sentido literal de rutura: um antes e um depois, na constituição, na organização e no papel da cidade e dos seus espaços, é uma definição dúbia”*. Para o autor a cidade sofreu modificações de forma e de organização, fruto, por exemplo, das inovações tecnológicas, das modalidades de organização do trabalho, das mudanças nos estilos de vida quotidiana, mas segundo o seu entendimento *“é possível sustentar que se trata de uma característica da cidade em cada tempo”*.

Perante este contexto Indovina (2002) estabelece um conjunto de proposições recorrentes, relativamente aos espaços públicos e que, dividindo-as em cinco afirmações de diferente natureza e consistência que exemplificam casos pertencentes a diversas famílias, sistematiza do seguinte modo:

- *Comportamentos individuais*: o uso do espaço público como ocasião de socialização já não corresponde aos modelos de vida mais recentes;
- *Comportamentos de natureza coletiva*: o declínio da praça como lugar de agrupamentos sociais, entre as quais as manifestações políticas, é inevitável, resultado da possível difusão da democracia eletrónica;

- *Relação de elementos de comportamento com elementos estruturais*: desenvolveram-se novos “espaços” que, podendo ser privados, desempenham um papel público, restituindo os tradicionais lugares públicos obsoletos, no sentido em que aqueles novos apresentam “equipamentos” e “condições” que superam os tradicionais;
- *Círculo vicioso*: a fuga dos espaços públicos é determinada pela situação de insegurança que os caracteriza;
- *Modalidades estruturais da nova forma de habitar*: as novas instalações, sobretudo difusas, ditam a redução dos espaços públicos na sua componente infra-estrutural, privilegiando os espaços privados. (p.121)

A origem das problemáticas do Espaço Público para Indovina (2002) não se encontram na decadência de *“uma função de lugar, mas sim de uma carência organizativa e de objetivos.”* O autor entende que com a superação destas carências a praça (o Espaço Público por excelência) renascerá como um dos lugares da política. Havendo aqui que integrar a *“praça política virtual”*, que de resto segundo o autor *“aquela real deveria cancelar.”*

Neste sentido, para Indovina (2002) pode afirmar-se que a degradação física dos espaços constitui um dos problemas mais evidentes do Espaço Público, e que prejudicando o exercício da sua função é diretamente responsável pela fuga do mesmo. O autor evidencia este facto argumentando que:

“Cada vez que se consegue requalificar um espaço público – por exemplo cada vez que se transforma uma estrada ou uma praça num espaço pedonal, libertando-a, portanto da invasão dos automóveis – ele torna-se imediatamente num polo de socialização, um lugar fortemente frequentado ou até um local de atividades lúdicas, com comedores de fogo, malabaristas, vendedores ambulantes, etc. Este exemplo clarifica, novamente, a questão dos lugares de socialização, orientando-se também no sentido dos lugares, por assim dizer, “tradicionais”, quando funcionais e acolhedores.” (p.122):

Outras problemáticas enunciadas por Indovina (2002) são: *“ a questão dos novos espaços de uso público ” e “ a insegurança ”*. Relativamente à questão dos novos espaços (centros comerciais) o autor argumenta que pelo facto destes lugares *“ reproduzirem funções urbanas, ao ponto de reconstruírem a cidade com zonas de descanso, praças cobertas, zonas para as crianças brincarem, fontes, quiosques, deve fazer refletir, pois o que estes lugares põem em evidência não é tanto o desaparecimento de algumas zonas urbanas, mas sim as suas diversas formas de organização, importando modelos estranhos à nossa tradição e, sobretudo, respondendo à degradação do espaço público.”* Quanto à segunda questão o problema da insegurança, da efetiva consciência do perigo, o autor considera-a *“como outro relevante motivo para a decadência do uso do espaço público, reconhecendo que “um decréscimo do papel social e de socialização da cidade tende a incrementar a insegurança, pois deixa mão livre e espaço a comportamentos que geram insegurança.”* (p.122)

Considerando as precedentes observações o autor afirma que *“ é possível constatar que o papel e a função do espaço público e de uso público sofreram um acréscimo relativamente ao passado, e este não pode ser senão o ponto de partida para colocar tal papel na nova cultura da cidade.”* (p.123)

Segundo Indovina (2002):

“Deve-se ter em conta que a “questão” do espaço público e de uso público é hoje mais rica e articulada; não se trata de uma questão de mero “espaço”, mas de um espaço com funções segundo fins definidos e variáveis no tempo. Isto reporta à gradação dos espaços públicos e de uso público: se, por um lado, devem ser garantidos espaços públicos de tipo tradicional, que podem ser qualificados pelo uso que a população legitimamente lhes dará, por outro lado, devem ser considerados todos os graus intermédios dos espaços de uso público para um efetivo envolvimento público na determinação de um quadro geral que defina, mesmo que numa malha larga, as condições de uso, a acessibilidade, as condições de fruição para atingir eficiência, eficácia e redução de qualquer forma de discriminação eventualmente ativada.” (p.123)

Perante uma atual dinâmica social caracterizada por Indovina (2002) pela “fragmentação, desarmonia, ocasionalidade, privatização e oportunismo individualista”, o autor defende que o papel e a função do Espaço Público não pode senão integrar o projeto da cidade como um todo e assim contrapor as características prevaletentes. O autor não defende com este argumento uma hipótese de “cidade unitária, harmoniosa, coletiva e determinada”, pois afirma que a cidade “continua a ser o terreno das contradições da sociedade”, mas ao mesmo tempo é capaz de desempenhar um papel positivo se posta “nesta dimensão dialética”.

Como argumento central do seu foco de análise sobre a função do Espaço Público Indovina (2002) afirma e reitera:

“O espaço público, dentro da nova cultura da cidade, não pode senão continuar a garantir as funções típicas, considerando, ao mesmo tempo, o novo contexto. No entanto, apenas pode ser a intervenção ao nível zero da cidade que deve reconduzi-lo à sua funcionalidade constitutiva, libertando-o daquilo que é considerado inconveniente, e ativando um processo de manutenção adequada e contínua.” (p.123)

Novos Espaços Urbanos

Jan Gehl (2002)

“Em uma sociedade na qual cada vez mais a vida diária acontece na esfera privada – em casas privadas, com computadores e carros privados, em espaços de trabalho privados e em centros comerciais estritamente controlados e privatizados – existem sinais claros que a cidade e os espaços urbanos receberam um novo e influente papel como espaço e fórum públicos.”

Gehl (2002) toma uma posição positiva perante o Espaço Público atual, considerando que nas últimas décadas se sedimentou “um interesse renovado pela vida pública e pela cidade como lugar de encontro”. Segundo o autor este facto tem vindo a gerar “uma transformação notável do planeamento urbano e da arquitetura do espaço público.”

Segundo Gehl (2002) a “cidade é um lugar de encontro e seus espaços públicos são os lugares que possibilitam estes encontros.” Afirma que existe uma “nova vida na rua” e defende que o Espaço Público é o catalisador espacial para a mudança social, destacando a capacidade das cidades de se recuperarem e se adaptarem depois de efeitos provocados pelas drásticas transformações provocadas pela passagem do tempo e os novos modos de vida.

O autor lembra que há que reconhecer que apesar de todas as evoluções tecnológicas e avanços sociais, o bem-estar do dia-a-dia tem um ritmo lento, e que se substancia numa vida quotidiana

baseada no contato humano e na partilha, em passar tempo de qualidade com as outras pessoas; passar tempo ao ar livre; praticar exercício físico regular e uma alimentação saudável, pelo que afirma que se deve priorizar a compreensão das pessoas e das suas necessidades básicas diárias.

Gehl (2002) considera que os espaços públicos são os protagonistas da vida urbana, debruçando-se no entendimento de como estes espaços se podem tornar lugares com relevo e significado para aqueles que os usam. Defende que as experiências simples da vida quotidiana, e a relação com a arquitetura e o espaço físico envolvente podem funcionar como motor das vivências urbanas.

Segundo Gehl (2002) no século XX, as condições para os três usos principais do espaço público (lugar de encontro, de comércio e de circulação) mudaram pois, “ *Os novos padrões de tráfego, comércio e comunicação foram tão radicais que interromperam séculos de tradição na práxis urbana.*” (...) “ *Em particular depois da Segunda Guerra Mundial, o tráfego de veículos na cidade desenvolveu-se a sobressaltos e o uso do espaço público mudou em função deste. O tráfego pesado de carros não coexiste pacificamente com os usos da cidade como lugar de encontro e de comércio. Esses usos estiveram em equilíbrio por séculos e estão agora em conflito aberto.*”

Gehl (2002) quando se refere à evolução da cidade, dos usos correntes do espaço público e das condições de uso da cidade como arena pública, diz que é possível, através de uma simplificação, “*observar e descrever quatro tipos diferentes de cidades*”:

- *A cidade tradicional*: os espaços públicos serviam simultaneamente como lugar de encontro, de comércio e de circulação, e coexistiam em equilíbrio. As ruas eram adaptadas aos pedestres e as praças desenhadas sob medida para os usos que necessitavam.
- *A cidade invadida*: os espaços públicos transformaram-se dramaticamente. O trânsito e o estacionamento automóvel usurparam gradualmente o espaço das ruas e praças, em prejuízo de outros usos do espaço urbano. Em grande parte das cidades invadidas por carros, a qualidade do espaço público tornou-se tão problemática que as pessoas evitam completamente o centro da cidade.
- *A cidade abandonada*: a vida nos espaços públicos extinguiu-se e a vida pública desapareceu. A circulação das pessoas e a própria vida são por completo dependentes do automóvel. O hábito de comprar em lojas com acesso a carros generaliza-se, e as ruas cheias de veículos estacionados leva as pessoas optarem por comprar em grandes centros comerciais fora das cidades. (É difícil descrever as consequências totais deste tipo de política urbana. De facto, a extinção do tráfego de pessoas e do espaço público, assim como de grande parte da vida pública, possui muitas consequências diretas e indiretas.)
- *A cidade recuperada*: onde são feitos grandes esforços para encontrar um novo equilíbrio entre os usos da cidade como lugar de encontro, comércio e circulação. O interesse na vida pública e nos espaços públicos começou a crescer de novo, nos últimos 30/40 anos, em geral como reação direta ao empobrecimento crescente das suas condições. Por isso, muitas cidades se esforçaram para conceder aos pedestres melhores oportunidades. (Foi em Barcelona que o conceito de “cidade recuperada” nasceu, garantindo espaços públicos agradáveis a novos tipos de vida pública.

A “*cidade tradicional*”, reconhecida por alguns autores como a cidade onde as pessoas interagem e onde os espaços provocam estímulos, é vista por Gehl (2005) como a cidade que é rica em experiências. Para o autor, na sua obra *Life between buildings – using public space*, “*o fator chave destas cidades são as pessoas na rua*”. Gehl (2005) afirma que “*as pessoas sentem-se atraídas pelas pessoas*”. Reconhece que ao invés, o problema das “*cidades fragmentadas, influenciadas pelo funcionalismo, é precisamente o desaparecimento da rua e da praça para dar lugar aos edifícios ícones, grandes ‘superfícies’ congregadoras de atividades centrais ligadas entre si por vias rápidas ou autoestradas*”. Aspetos que para o autor conduzem ao desaparecimento das pessoas na rua.

O autor considera que é cada vez mais importante constituir possibilidades onde se desenvolvam experiências cara a cara entre os cidadãos e que tal decorra através de estímulos dos nossos sentidos. A vida pública em espaços públicos de boa qualidade é uma parte importante de uma vida democrática e uma vida plena. Para Gehl (2005) somente quando forem consideradas em simultâneo a vertente física e funcional, poderemos garantir que fazemos edifícios flexíveis e robustos, que podem acomodar uma série de atividades ao longo do tempo, bem como os ciclos complexos da vida familiar. É interessante que muitos edifícios mais antigos são tão bem-sucedidos, certamente decorrente do seu caráter robusto e pela possibilidade de encerrar muitos usos e utilizadores diferentes. Quando construímos, estamos a investir no futuro, logo deveremos pensar a longo prazo.

A importância da transformação gradual das áreas urbanas em desenvolvimento é defendida por Gehl (2002). O autor enfatiza que a fim de se fazerem mudanças sustentáveis é preciso conceder tempo (etapas graduais) às pessoas para se adaptarem às mudanças físicas, ajustarem os seus estilos de vida e experiências às novas formas de utilização da cidade. A transformação gradual, apresenta, portanto, uma maior flexibilidade no processo de projeto/planeamento e facilita experiências positivas, mudanças de atitudes e o envolvimento público no processo.

Gehl (2002) defende que a estrutura física e a divisão funcional e social do espaço podem abrir ou eliminar oportunidades para o desenvolvimento de atividades. Se queremos convidar as pessoas a viver uma vida melhor quotidianamente, tem de se criar espaços públicos atraentes e confortáveis para estar e andar com segurança.

No seu trabalho, *Novos Espaço Urbanos*, Gehl (2002) aponta que:

“Agora, às vésperas de um novo milénio, as numerosas mudanças ocorridas na sociedade num mesmo século tornam especialmente interessante a vitalidade da vida pública...” (...) “Apesar do desenvolvimento e mudança nos padrões de uso, a cidade como lugar de trabalho e encontro continua a oferecer uma alternativa importante, um complemento valioso a todas as outras opções.”

O autor reconhece que “*O interesse crescente na recuperação da nova vida nos espaços públicos é certamente uma ideia instigante*”. Tal facto deve estimular e orientar a criação de novos espaços urbanos, que libertados do automóvel, possam ser usados para a convivência e recreação social, nos quais seja proporcionada a oportunidade de interagir e conviver, como aspeto central, entre os cidadãos. Em simultâneo o autor afirma que:

“Em contraste às várias comunicações indiretas e aos diversos espaços privados, a oportunidade das pessoas em usar os seus sentidos e interagir diretamente com o seu entorno vem-se tornando extremamente atrativa. A sociedade da informação está a fornecer novos sentidos e significados à cidade como lugar de encontro”.

Contemporary Public Space: Critique and Classification

Matthew Carmona (2010)

“O espaço público molda e é moldado pela sociedade – pelas suas relações de poder, prioridades e receios.”

Carmona (2010a) considera que estamos perante uma crescente “*consciência do valor do espaço público*” e que esta consciência alcança os mais altos níveis políticos. Para o autor, este interesse dos níveis superiores demonstra uma crescente valorização da importância das questões do espaço público como uma preocupação política, a par de uma evidente consciência de que o Espaço Público é capaz de ser um elemento benéfico “*na relação entre as esferas económicas, sociais e ambientais*”.

Na sua obra *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design* Carmona et al (2003) defende tal como (Borja 2000) que a origem do espaço público se articula na base de um processo de “*democratização urbana*”, contrariamente a um processo de apropriação privada. Afirmando que devido ao seu carácter qualificante o Espaço Público contribui para a criação ou, em muitos casos, reconversão de determinadas zonas desqualificadas em espaços cívicos equilibrados.

O espaço e sociedade estão claramente relacionados e a sua relação assenta num processo bilateral onde, por um lado as pessoas e sociedades criam e modificam o espaço, mas pelo outro são influenciadas por esse mesmo espaço. (Carmona et al, 2003)

Para Carmona (2010b) a maior parte do problema do Espaço Público “*around a failure to understand public space and its multiple dimensions, arguably it may be more by accident than design that public space has deteriorated. With this in mind it is useful to conclude with one further typology that specifically addresses the theme underpinning so many of the critiques of public space: how urban space is managed.*” (p.171)

Encontramo-nos perante o paradigma da gestão e manutenção dos espaços públicos existentes, nomeadamente no contexto europeu, reitera Carmona (2010). Neste sentido, o autor estrutura as suas críticas à gestão dos espaços públicos em torno da ideia de que “a esfera pública, está experimentando um declínio físico”, aspeto sobre o qual debruça a sua investigação e procura um novo olhar para o EP e para o debate contemporâneo, designadamente entre: gestão e classificação; sobre-gestão e sub-gestão; tipologias e significados dos espaços públicos.

As críticas à gestão do espaço público já não são recentes, como citado por Carmona (2010 a):

“As early as 1889 Camillo Sitte bemoaned the loss of civic life and the focus on functionality in the design of new civic space. Classic urban design texts such as Jane Jacobs (1961) and Oscar Newman (1973) have long since criticized the tendency to design environments that encourage incivil behaviour and a heightened fear of crime. In this tradition, Alice Coleman’s (1985) work examined how the design of the built environment could support activities such as littering, graffiti, vandalism and other anti-social behaviour, leading all too quickly to a degraded environment and a disadvantaged community. Again, an extensive literature has developed from these pioneering studies, much of which challenges the details, if not the fundamentals, of the early work.”(p.123)

Carmona (2010b) cita ainda outros discursos teóricos importantes no panorama das preocupações com o espaço público, designadamente Loukaitou-Sideris e Fainstein, que

“entenderam que devido à competição por uma identidade espacial, daqueles que o usam, o espaço público contemporâneo tem-se tornado cada vez mais contestado e fragmentado.” (p.158)

A forma como uma vasta variedade de políticas e de processos de desenvolvimento foram definidos e implementados conduziu a espaços públicos cada vez mais privatizados e com manifestas consequências de exclusão. (Carmona 2010) Ideia, também, defendida por Madanjpour (citado por Carmona, 2010b) *“A combination of the need for safe investment returns and safe public environments has led to the demand for total management of space, hence undermining its public dimension”* (p.159)

Segundo Carmona (2010) a sub-gestão dos espaços públicos relaciona-se com o declínio físico dos espaços, decorrente de falhas na gestão dos mesmos, e a problemática da sobre-gestão está relacionada, sobretudo, com uma noção de espaço público cada vez mais mercantilizada. Os interesses capitais e comerciais evidenciam-se perante uma esfera pública debilitada que, mal gerida e concebida, potencia o aparecimento de espaços de gestão privada que introduzem inevitavelmente características excludentes.

Para Carmona (2010b) as críticas de sob-gestão e sobre-gestão podem ser simplesmente *“dois lados da mesma moeda”*, com cada um influenciando direta e indiretamente o outro. O autor mostra uma complexa relação entre os dois âmbitos de crítica e os tipos de espaço a que se referem. Refere que *“são cada um a causa e consequência do outro, levando a uma homogeneização geral do ambiente público construído.”* O autor reconhece que é preocupante que, apesar de uma parte da literatura estabelecer uma visão relativamente otimista sobre a natureza e a qualidade do espaço público contemporâneo, na maioria verifica-se uma visão mais pessimista, que argumenta que a forma como espaço urbano é gerido hoje está cada vez mais a desvalorizar o conceito de 'público' no de espaço público. O autor considera que é reconhecível que as tendências contemporâneas no design e na gestão do espaço público estão a dar origem a tipos de espaço público cada vez mais complexos. Aponta para uma nova e recarregada tipologia que deverá evidenciar, na sua essência, as questões de função, perceção e de propriedade, tão relevantes no modo como o espaço público é gerido. Para o autor considerando *“ (...) a manta de retalhos dos diferentes tipos de espaço público, o contexto de gestão é também provavelmente mais complexo do que nunca.”*

Será do ponto de vista qualitativo, como visto e argumentado por Carmona (2010), que o espaço público poderá ser preparado como força matriz de atração e de integração urbana, principalmente na sua dimensão social. A visão de Carmona (2010b) em relação à diversidade funcional foca-se no papel social que os espaços públicos desempenham. Fenómenos morfológicos presentes no movimento e nas interações tornam-se relevantes especialmente por razões de ordem de contenção, proteção, segurança e qualidade do ambiente urbano na sua globalidade.

Para Carmona (2010) *“ (...) no futuro, os políticos terão de ser mais sensíveis a toda a gama de tipologias de espaço urbano, para assim enfrentarem e superarem os problemas associados com o excesso de sob e sub-gestão do espaço público.”* É necessário o entendimento de que é a partir do papel e responsabilidades de gestão do espaço público, organizados segundo uma ideia de etapas, ordenadas e coordenadas, que considere o sentido prático e a interdisciplinar, articulando abordagens cognitivas e normativas, que não se conduzirá o Espaço Público à homogeneização.

Capítulo 3

METODOLOGIA



Figura 3 – Expressão 2 no Espaço Público [Fonte: <http://www.pps.org>]

3.1 INTRODUÇÃO

A finalidade deste capítulo é apresentar e fundamentar a metodologia utilizada nesta investigação para alcançar os objetivos definidos no Capítulo I. Para começar, procede-se à descrição sucinta do estudo realizado (3.2). De seguida, apresenta-se o processo de seleção e caracterização da amostra (3.3), apresentam-se e justificam-se as técnicas (3.4.) e os instrumentos (3.5.) utilizados na recolha de dados. Posteriormente, esclarece-se de que modo foram recolhidos os dados (3.6.) e foi efetuado o respetivo tratamento (3.7.).

3.2 DESCRIÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Após a elucidação do referencial teórico, o passo lógico a seguir é determinar a metodologia de investigação que pretendemos seguir. É de conhecimento geral que o investigador tem ao seu dispor inúmeros métodos de pesquisa, cujo principal objetivo é a descoberta de conhecimentos para a compreensão da complexidade dos fenómenos ou problemas em estudo. Na perspetiva de Pardal e Correia (1995) a metodologia é o percurso orientador da investigação, assente num conjunto articulado de normas e técnicas que visam a consecução dos objetivos definidos.

Tomando esta referência podemos, de um modo geral, dizer que a metodologia consiste num conjunto de métodos e técnicas utilizadas na investigação científica tendo em vista a descoberta de novo conhecimento, a resposta a certas questões ou incertezas, ou ainda a verificação empírica de certas hipóteses. Estes métodos, técnicas e procedimentos são colocados em função

dos recursos disponíveis para a própria pesquisa. Determinados estes, coloca-se o objetivo da pesquisa e as opções metodológicas que melhor se adequam à satisfação de tais objetivos. Por exemplo, importa saber, desde logo, que sujeitos podem participar, que instrumentos se vão usar e se o modelo de análise da informação a recolher e a tratar é mais de índole qualitativa ou quantitativa.

Por conseguinte, dado ao pluralismo metodológico e tendo em conta a finalidade, o objeto e os objetivos do nosso estudo, consideramos pertinente recorrer aos contributos de uma metodologia mista, como modo de enriquecer a investigação. Optou-se por recorrer à complementaridade dos métodos qualitativo e quantitativo de análise dos dados aferidos e trabalhados segundo um plano de investigação desenvolvido em dois estudos.

- O Estudo I - contributos teóricos: permitiu concretizar o primeiro objetivo específico e envolveu as seis visões teóricas.

- O Estudo II - percepção dos arquitetos: visou atingir o segundo objetivo específico e envolveu a opinião de profissionais da prática (arquitetos) no âmbito do projeto do Espaço Público Urbano.

Estudo I – contributos teóricos

O **Estudo I**, que é pré-requisito do segundo estudo, teve como base o conhecimento teórico provido do capítulo 2 (2.4), debruçando-se na análise das seis visões teóricas selecionadas, no sentido de averiguar como se posicionam perante as questões das especificidades do Espaço Público Contemporâneo e suas transformações.

No estudo I, baseado numa investigação qualitativa, importa referir o defendido por Olabuénaga (2003) que ressalta que o foco de ação da análise qualitativa assenta na busca dos significados e símbolos intersubjetivos. Por conseguinte, esta metodologia tem como quadro de referência o paradigma interpretativo que visa a compreensão dos fenómenos baseada na premissa de que os fenómenos sociais e culturais são construídos e interpretados pelos sujeitos - por isso são considerados indispensáveis uma vez que ela é “particularmente importante no estudo das relações sociais” (Flick, 2005), permitindo desta forma o aprofundamento necessário à compreensão do fenómeno em estudo.

Outro aspeto também importante nesta abordagem é que o investigador é aquele que recolhe os dados e está em constante interação com a realidade objeto de estudo, encarando-a de forma holística. Relevante também se mostra o carácter indutivo, flexível e aberto da investigação qualitativa, isto é, não é sequencial, vai-se realizando progressivamente, acabando por se adaptar aos conhecimentos entretanto produzidos sobre a realidade estudada. Assim, expostas as principais características da investigação qualitativa, considerámos que só a partir desta metodologia poderíamos compreender os sentidos e representações, que os diferentes teóricos têm sobre o Espaço Público Contemporâneo.

O Estudo I foi realizado com o intuito de traçar uma imagem da circunstância do Espaço Público Contemporâneo e suas transformações a partir do ponto de vista do conjunto interdisciplinar das seis visões teóricas dedicadas às questões do Espaço Público Urbano, bem como serviu para estruturar conteúdos e dados para a elaboração do instrumento aplicado no Estudo II, o questionário, que visou a caracterização da percepção dos projetistas acerca do Espaço Público Contemporâneo.

Estudo II – percepção dos arquitetos

O **estudo II** consistiu em inquirir os arquitetos sobre a sua opinião quanto o Espaço Público Contemporâneo, suas especificidades e transformações. A realização deste estudo pretendeu reunir o conjunto de aspetos que, perante a opinião destes profissionais, contribuem para a caracterização do Espaço Público Contemporâneo. O Estudo II, cuja técnica foi o inquérito por questionário, surge como complemento do Estudo I, de forma a procurar questões e mudanças

observáveis na prática que enriquecem a teoria, e deste modo permitir estabelecer relações de contato e/ou de afastamento entre as duas realidades.

O Estudo II, como acima exposto, só foi realizado após a elaboração do Estudo I, pois o primeiro constituiu a base para os conteúdos a aferir nas questões colocadas no Estudo II.

O estudo II, tratando-se de uma investigação quantitativa tem como intuito a descoberta de relações de associação que tendem ao esclarecimento do objeto em análise. Como é referido por Fortin (2003) no método quantitativo pode-se atuar com uma amostra retirada da população, contendo o auxílio de técnicas de amostragem, preferencialmente probabilísticas ou com uma amostra da população alvo, como ocorre no presente estudo.

De acordo com os autores Fortin (2003) e Carmo & Ferreira (1998) a metodologia de investigação quantitativa baseia-se num processo de sistematização da recolha de dados que podem ser observados e quantificados, baseando-se na observação de factos objetivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador. O investigador, adota um sistema regular, que o conduz a várias etapas, que vão da definição do problema até à obtenção de resultados. O processo do estudo quantitativo tem como objetivo contribuir para validar, desenvolver conhecimentos e oferecer a possibilidade de generalizar os resultados, bem como proporcionar previsão e controlo de acontecimentos, considerando os objetivos e os procedimentos de estudo de forma pormenorizada e uma revisão da literatura pertinente prévia à elaboração e estruturação do estudo em causa.

3.3 SELEÇÃO E CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Na investigação dificilmente poderemos abranger toda a população, por isso é indispensável delimitar a amostra do estudo. A amostra é, portanto, segundo Fortin (2003) um sub-conjunto do universo. Uma pequena parte da população alvo. Esta é figurativa do universo mencionado, sendo que tem presentes as caraterísticas pretendidas. Tendo sido esta investigação dividida em dois estudos trabalhou-se com dois grupos de amostra correspondentes a cada estudo e ao respetivo objetivo em análise.

Estudo I – contributos teóricos

Relativamente ao Estudo I, cabe aqui salientar que nos estudos qualitativos o critério que determina o valor da amostra não é a sua representatividade - no sentido estatístico do termo – mas, como defendido por Albarello et al (1997) *“a sua adequação aos objetivos da investigação, (...) os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar”*.

Neste sentido, considerando aos objetivos do Estudo I, a amostra compreendeu o conjunto dos seis autores teóricos analisados no 2.3.2 do Capítulo 2, que tiveram como critério de seleção o facto de configurarem:

- Testemunhos reconhecidos no debate teórico sobre as temáticas do Espaço Público Urbano;
- Visões interdisciplinares, como mostra o Quadro 2, relativamente às temáticas emergentes do Espaço Público Urbano Contemporâneo;
- Que plasmassem uma posição quanto ao processo progressivo de transformação que o Espaço Público Urbano tem sofrido e que, através da mudança, motiva o entendimento de novas dinâmicas e expressões do e no Espaço Público Contemporâneo.

Note-se que o interesse pessoal pela temática explorada nesta investigação, a formação profissional da autora e a própria natureza do estudo, orientaram a escolha destes autores.

Denote-se, também, que a interdisciplinaridade dos autores foi desde o começo um aspeto determinante atendendo a que o objetivo central desta investigação se centra na intenção de traçar uma ideia de Espaço Público Contemporâneo que se pretende mais completa e um pouco além dos limites formais e temáticos, onde normalmente se circunscrevem estudos desta natureza, e por isso este mesmo objetivo assim o justificou.

Quadro 2 – Caracterização da amostra do ESTUDO I [Fonte: *Meneses, M.L.*]

VISÃO TEÓRICA	FORMAÇÃO DO AUTOR	DOCUMENTO	ANO DE PUBLICAÇÃO
Jordi Borja	Geógrafo Urbanista	<i>El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía</i>	2003
Jeffrey Hou	Arquiteto Paisagista	<i>Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities</i>	2010
Daniel Innerarity	Filósofo	<i>El Nuevo Espacio Público</i>	2006
Francesco Indovina	Urbanista	<i>O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança</i>	2002
Jan Gehl	Arquiteto e Urbanista	<i>Novos Espaços Urbanos</i>	2002
Matthew Carmona	Professor de Planeamento e Projeto Urbano	<i>Espaço Público Contemporâneo: Crítica e Classificação (a e b)</i>	2010

Estudo II – percepção dos arquitetos

Para o Estudo II e atendendo a Fortin (1999) podemos definir a população alvo como “uma população particular que é submetida a um estudo”, sendo esta “constituída pelos elementos que satisfazem os critérios de seleção definidos antecipadamente e para os quais o investigador deseja fazer generalizações”. A amostra é, portanto, o grupo de indivíduos que participa no estudo, e que tem uma dimensão inferior à da população.

Neste Estudo, considerando os objetivos da investigação, foram escolhidos os arquitetos como figuras centrais, por se entender que estes representam um papel chave no alvo deste estudo, ou seja, nas transformações no Espaço Público Urbano. Assim, a população é constituída por todos os profissionais de arquitetura inscritos na Ordem dos Arquitetos. No entanto, dado o elevado número de arquitetos pertencentes a esta entidade (a nível nacional), à localização geográfica da autora e tendo em vista a facilidade de obtenção de dados, só se trabalhou com uma parte desta população, a amostra, que compreende os arquitetos inscritos na Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitetos. Neste sentido, a amostra compreende os profissionais que satisfazem os seguintes critérios de seleção:

- Membros efetivos da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitetos;
- Arquitetos que se encontrem no exercício da atividade profissional.

Foram recebidas 98 respostas, de um universo de amostra composto por 6391arquitetos o que corresponde a uma representatividade de 1.53%. Note-se que o número de respostas alcançado ficou aquém das expectativas pela sua representatividade reduzida, o que se considera dever ao método de divulgação utilizado. Por decisão da própria Secção Regional Norte da Ordem dos

Arquitetos o inquérito foi dado a conhecer aos seus membros pelos seus meios próprios de comunicação eletrónicos, que segundo a informação dada pelo assessor do pelouro da Comunicação corresponde ao procedimento adotado aquando de um pedido de aferição de opinião dos membros. Decisão que a autora não pode controlar e que se revelou contrária ao pedido solicitado de o envio de um email específico para cada membro, com a descrição e o link do inquérito, de modo a potencializar a possibilidade de resposta e a anular a dispersão de conteúdo que pode representar uma informação divulgada nas redes sociais.

No Quadro 3 apresentam-se as características quer a nível pessoal, quer a nível profissional dos inquiridos envolvidos no Estudo II. As referidas características foram obtidas a partir das respostas dadas a questões incidentes em dados pessoais (género e idade) e em dados profissionais (Anos de experiência profissional; Habilitações Académicas; Experiência profissional na área de planeamento; Experiência profissional em contexto internacional) que foram incluídas no inquérito.

Quadro 3 - Caracterização da amostra do ESTUDO II [Fonte: *Meneses, M. L.*]

Aspetos Gerais	Características	Dados
Género	Feminino	42
	Masculino	56
Idade	25-35	48
	36-45	34
	46-55	12
	56-65	3
	+ 65	1
Anos de experiência profissional	1 a 10 anos	45
	11 a 20 anos	38
	+ de 20 anos	13
Habilitações académicas	Licenciatura	45
	Pós-Graduação	14
	Mestrado	35
	Doutoramento	4
Experiência profissional na área de planeamento	Sim	53
	Não	45
Experiência profissional em contexto internacional	Sim	59
	Não	36

Importa aqui referir que, no âmbito da interpretação dos resultados, entendeu-se conveniente estabelecer uma divisão da análise deste Estudo II em dois grupos. Assim, a apresentação e discussão dos resultados foi estruturada nos dois seguintes grupos de análise: Grupo A – *Todos os inquiridos* (98 respostas) e Grupo B - *Somente os inquiridos com experiência profissional em Projeto Urbano (projeto de Espaço Público)* (53 respostas), valor que representa 54% da amostra global, como apresenta o Quadro 4. Esta divisão revelou-se importante, pois permite averiguar a perceção dos arquitetos atendendo ao facto de terem ou não experiência na área de Planeamento Urbano. Existem questões onde a experiência profissional em Planeamento Urbano (projeto de Espaço Público) irá afetar as respostas dos inquiridos e introduzir padrões de resposta diferenciados entre os dois grupos de análise.

Quadro 4 - Grupos de análise [Fonte: *Meneses, M.L.*]

Grupo de análise	Nº inquiridos	%
Grupo A - <i>Todos os inquiridos</i>	98	100%
Grupo B - <i>Somente inquiridos com experiência profissional em Planeamento Urbano (projeto de Espaço Público)</i>	53	54%

3.4 SELEÇÃO DAS TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

Segundo De Ketele & Roegiers (1999) a recolha de dados pode ser efetuada através da observação, da análise de documentos e do inquérito (por questionário ou por entrevista). Dada a diversidade de técnicas existentes, analisou-se em que consiste cada uma delas, quais as suas potencialidades e as suas limitações, para se escolher a técnica que melhor se adequa à recolha de dados necessária para concretizar os objetivos propostos no Capítulo 1.

Nesta investigação a observação mostrou-se inadequada para os objetivos, uma vez que não permitia averiguar o que os teóricos e os profissionais da prática pensam sobre o Espaço Público Contemporâneo e o que dizem considerar nas suas práticas, ou seja, as suas conceções, perspetivas e representações das suas práticas. No entanto, permitiria avaliar o que eles efetivamente fazem e como fazem, mas seria um processo moroso, pelo que não seria possível aplicá-la no espaço de tempo disponível para o estudo em causa. Optou-se, assim, por efetuar a recolha de dados através da técnica de análise documental (Estudo I) e de inquérito, mais precisamente pelo inquérito por questionário, (Estudo II). Considerou-se estas técnicas como as mais adequadas pois, a análise documental permite recolher as visões dos teóricos plasmadas nos documentos e o questionário permite recolher dados sobre algo que não é observável, designadamente: experiências, opiniões, valores, perspetivas e/ou interesses.

Estudo I – contributos teóricos

No Estudo I optou-se pela análise de documentos por ser a técnica que permite obter dados para responder aos objetivos propostos: as visões, conceções e perspetivas dos autores teóricos plasmados nos documentos analisados no ponto 2.3.2 do Capítulo 2. Visto tratar-se de uma atividade exploratória e por se pretender manter em aberto todas as perspetivas sobre o tópico em estudo, foi construída e utilizada uma grelha de organização de dados criada pela investigadora.

Bardin (1995) adverte que “*não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento (...)*”. Desta forma, tendo como base de referência os polos cronológicos da organização da análise de conteúdo proposto por Bardin (1995), podemos enquadrar os procedimentos utilizados para a análise do nosso material reunido no ponto 2.3 do capítulo 2, nas três etapas que passamos a apresentar.

Etapa 1 – *Pré-análise*

Leitura integral dos textos seguida de um resumo para cada uma das seis visões teóricas, apresentadas no ponto 2.3.2 do capítulo 2, com o objetivo de apreender as informações plasmadas. Esta fase é designada por Bardin (1995) como “*leitura flutuante*” dos dados, onde o analista procede à apreensão das diferentes impressões e orientações sobre o conteúdo do texto.

Nesta leitura foram identificadas as ideias-chaves e os elementos cruciais do discurso. Por sua vez, Fortin (1999) acrescenta que esta primeira fase “*serve para entrar no conteúdo do texto familiarizando-se com a experiência relatada (...), de forma a descobrir nele o sentido global*”.

Etapa 2 – Exploração do material

Esta etapa refere-se às operações de categorização, ou seja, a definição e enunciação de categorias e subcategorias sobre as quais incidirão a análise dos conteúdos presentes nos seis textos selecionados. Este processo tem como objetivo a representação simplificada e estruturada dos dados brutos através da sua condensação e agregação em unidades de análise (palavras, frases, temas) por analogia de sentido (Bardin, 1995). Cabe aqui ressaltar que este processo é complexo e de importância vital, pois as “categorias são elementos chave do código do analista” (Vala, 1986). Em termos mais amplos, podemos dizer que a categoria definida ilustra o conteúdo que foi explorado e o conjunto de significados comuns que são enunciados pelos diferentes participantes, ou seja, é a partir destas categorias que vamos proceder à interpretação e, por isso, devem ser bem definidas. Importa salientar que as categorias de análise deste estudo são emergentes da leitura do material recolhido. Assim sendo, agrupamos os diversos elementos das visões teóricas em categorias com o intuito de extrair e compreender o sentido e significado da mensagem.

Etapa 3 – Interpretação dos resultados

É nesta etapa que procedemos à dupla leitura referida por Bardin (1995), ou seja, à compreensão do conteúdo manifesto (objetividade) e latente (subjetividade) das mensagens através da sua interpretação. Nesta etapa interpretativa recorreremos aos contributos da fundamentação teórica anteriormente apresentada para uma melhor compreensão dos conteúdos expressos nas diferentes categorias. Flick (2009) destaca também a vantagem que tal método analítico possui sobre os métodos mais indutivos, visto que a formalização do procedimento origina categorias que facilitam a comparação entre os diferentes casos. Como toda técnica de análise, certas limitações também são inerentes à análise de conteúdo. Flick (2009) destaca que muitas vezes falta profundidade nas análises e se constitui no uso de paráfrases, “utilizadas não apenas para explicar o texto básico, mas também para substituí-lo – sobretudo na síntese da análise de conteúdo”.

Estudo II – percepção dos arquitetos

No Estudo II a técnica de recolha de dados selecionada foi o inquérito e mais precisamente o inquérito por questionário. Segundo Fortin (2003) o questionário pode ser aplicado a um grande número de participantes distribuídos por uma extensa região, o que permite adquirir mais informações num grupo populacional. Possibilita uma apresentação uniformizada, a mesma ordenação das perguntas para todos os participantes, as mesmas diretrizes, podendo certificar-se assim fidelidade e facilidade nas comparações de respostas. Além de que ao respeitar o anonimato os inquiridos expressam-se de forma mais espontânea.

Atendendo ao público-alvo do estudo e ao tempo disponível, considerou-se esta técnica como a mais adequada aos objetivos pretendidos para o estudo, que consiste numa recolha de opinião dos arquitetos sobre o Espaço Público Contemporâneo, suas especificidades e transformações. Na técnica de inquérito optou-se por um questionário fechado, aplicado on-line.

Veja-se no Quadro 5 a relação entre as técnicas/os instrumentos/a aplicação/a análise, utilizados na recolha de dados face aos objetivos traçados nesta investigação e no que respeita aos dois estudos (I e II).

Quadro 5 – Relação entre as finalidades das diferentes partes do plano de investigação e as técnicas e instrumentos utilizados na recolha e análise de dados [Fonte: *Meneses, M.L.*]

ESTUDOS	Finalidades	Técnicas/Instrumentos para recolha e análise de dados			
		Técnica	Instrumento	Aplicação	Análise
I Contributos teóricos	- Correlacionar discursos de diferentes autores teóricos; - Fazer emergir dados para a construção do questionário a aplicar no Estudo II.	Análise documental	Grelha de organização de dados	Documentos teóricos	Qualitativa
II Perceção dos arquitetos	- Recolher e analisar dados relativos à perceção dos arquitetos.	Inquérito	Questionário fechado	Arquitetos	Quantitativa

3.5 CARATERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Uma vez seleccionadas as técnicas de recolha de dados foi necessário elaborar os respetivos instrumentos. Assim, foram elaborados dois instrumentos um para cada estudo. Para o Estudo I as grelhas de organização de dados criadas pela autora e no Estudo II um questionário.

Para tal, teve-se em atenção os objetivos definidos no Capítulo I, a revisão de literatura efetuada no Capítulo II e as sugestões para desenvolvimento de instrumentos de recolha de dados referidas por Ghiglione e Matalon (1997).

Como primeiro momento da investigação definiu-se um conjunto de categorias estruturado *à priori* com base na literatura explorada no Capítulo 2 e segundo os objetivos traçados, de modo a organizar os conteúdos a aferir em ambos os Estudos. A análise foi estruturada sensivelmente do mesmo modo para os dois Estudos, diferenciando-se apenas a parte Final do Estudo II, designadamente com a formulação de três questões focadas na prática e experiência profissional dos inquiridos. Assim, a análise teve como estrutura a grelha que se segue, Quadro 6.

Quadro 6 – Apresentação das categorias de análise [Fonte: *Meneses, M.L.*]

DIMENSÃO: Espaço Público Contemporâneo		
Categorias	Subcategorias	Indicadores
RELAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO URBANO / SOCIEDADE		Pertencem a esta categoria enunciados alusivos à importância da relação entre Espaço Público Urbano e Sociedade.
CONTEXTO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	Cidade	Pertencem a esta categoria enunciados alusivos às transformações urbanas, e especificamente aos fatores motivadores da passagem do conceito de cidade moderna para cidade contemporânea, pois a cidade moderna é a cidade que nos influenciou diretamente, e que podemos dizer ser a cidade onde vivemos.
	Espaço Público Urbano	Pertencem a esta categoria enunciados alusivos ao Espaço Público Urbano, à sua circunstância, a aspetos novos que o influenciam e que estiveram na causa das suas transformações.
	Sociedade	Pertencem a esta categoria enunciados alusivos à Sociedade: mudanças comportamentais; usos; necessidades e expressões.
ESPECIFICIDADES DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO		Pertencem a esta categoria enunciados alusivos às características específicas caracterizadoras e próprias da circunstância atual do Espaço Público Contemporâneo.
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	Estratégias de otimização e resposta para o Espaço Público Contemporâneo	Pertencem a esta categoria enunciados alusivos a princípios de resposta, intervenção e intervenções estratégicas face às especificidades e necessidades do Espaço Público Contemporâneo.

Estudo I – contributos teóricos

Como instrumentos, na técnica de análise documental, foram construídas pela autora três tipos de grelhas de análise de conteúdo: a Grelha A (Anexo 1), Grelha B (Anexo 2) e as Grelhas de organização de dados. Aplicadas, respetivamente, na etapa *Pré-análise, Exploração do material e Interpretação dos resultados*. Estas últimas encontram-se ao longo do ponto 4.2 no Capítulo 4. Vejam-se as referidas etapas no Quadro 7.

Quadro 7 – Etapas de análise do Estudo I – análise de conteúdo (etapas de análise estruturadas segundo Bardin (1995)) [Fonte: *Meneses, M.L.*]

Etapas do Estudo I	Grelhas de análise
Etapa 1 <i>Pré-análise</i>	Grelha A: <ul style="list-style-type: none">▪ Primeira exploração do conteúdo de cada discurso, sob a forma de resumo genérico (Anexo 1).
Etapa 2 <i>Exploração do material</i>	Grelha B: <ul style="list-style-type: none">▪ Organização dos conteúdos por respetiva categoria (Anexo 2).
Etapa 3 <i>Interpretação dos resultados</i>	Grelhas de organização de dados: <ul style="list-style-type: none">▪ Resumo sistemático por autor (com base nos conteúdos da etapa 2) (ponto 4.2 do Capítulo 4)

Estudo II – percepção dos arquitetos

Foi estruturado um inquérito, destinado a arquitetos, cujo objetivo é obter uma caracterização sobre a percepção dos arquitetos sobre o EPC, designadamente ao que entendem sobre as suas especificidades e transformação. Este instrumento foi elaborado através da ferramenta de trabalho on-line do Google Docs.

Para a elaboração deste inquérito foram analisadas perguntas de inquéritos realizados quanto à percepção, retirando-se destes princípios de construção das questões de modo a aferir objetivamente a opinião dos inquiridos. Contudo, quanto à temática estudada nesta investigação, não se encontraram exemplos a seguir a título de modelo. Assim, foi considerada a literatura explorada no capítulo 2 e de um modo especial no ponto 2.4.2, principalmente para suportar a escolha dos parâmetros a abordar. Que, de resto, como expresso no ponto 3.5, foi também a base de estruturação das categorias de análise.

O inquérito divide-se em **cinco** etapas, são elas: Dados pessoais e profissionais; Relação Espaço Público/ Sociedade; Contexto do Espaço Público Contemporâneo, que se divide em três aspetos - Cidade/ Espaço Público/ Sociedade; Especificidades do Espaço Público Contemporâneo; Transformação do Espaço Público Contemporâneo e Prática Profissional. Esta organização do inquérito é coincidente com as categorias de análise definidas à priori. Note-se que os Dados pessoais e profissionais e a Prática Profissional foram consideradas, somente, no inquérito para obtenção da caracterização da amostra e a percepção quanto a três questões relacionadas com a prática profissional.

Seguidamente, serão explicados os objetivos pretendidos com cada uma das questões.

As seis primeiras questões do inquérito são os dados gerais, é perguntado o género, a idade, os anos de experiência profissional, as habilitações académicas dos inquiridos. Estes dados são apenas para caracterização da amostra. Segue-se a questão sobre a experiência profissional na área de Planeamento Urbano, sendo esta colocada com o propósito de estabelecer uma divisão da amostra em inquiridos com e sem experiência profissional na respetiva área. O grupo das questões dos dados pessoais e profissionais termina com a questão sobre a experiência

profissional em contexto internacional. Esta questão permite cruzar resultados relativamente aos dois grupos de análise.

Relativamente à sétima questão pretende-se obter a perceção dos inquiridos quanto à relação Espaço Público/ Sociedade. Segue-se um grupo de três questões que dizem respeito ao Contexto do Espaço Público Contemporâneo. A primeira, correspondente à oitava questão do inquérito, pretende aferir como os inquiridos entendem ser mais adequado definir as mudanças ocorridas no Espaço Público Urbano. Na questão seguinte, a nona, a intenção é compreender mediante um conjunto de proposições recorrentes que caracterizam a circunstância do Espaço Público atual, quais os inquiridos que concordam ou não concordam. O que nos permite concluir a imagem que têm do mesmo. Na última questão deste grupo, a décima do inquérito, o objetivo é saber os aspetos que o inquirido considera constituir maior dificuldade ou desafio do ponto de vista da prática profissional, designadamente na elaboração de projetos de Espaço Público.

Posteriormente coloca-se a décima primeira questão com a qual se pretende aferir as cinco especificidades que o inquirido considera serem próprias do Espaço Público Contemporâneo. Esta revelar-nos um dos aspetos centrais desta investigação, ou seja, as questões que os inquiridos consideram próprias e caracterizadores do Espaço Público Contemporâneo. A questão posterior, a décima segunda, está relacionada com esta, pois questiona o inquirido sobre quais considera serem os motivos que estão na origem das especificidades que apontou na questão anterior.

A décima terceira questão está relacionada com a transformação do Espaço Público Urbano e tem o objetivo de aferir quais as estratégias que o inquirido entendem serem as adequadas para responder às especificidades do Espaço Público Contemporâneo.

Por fim, as décimas quarta, quinta e sexta questões referem-se à prática profissional e têm o objetivo de averiguar, respetivamente, o que os inquiridos entendem ser os aspetos mais valorizados pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público. A décima quinta questão pretende aferir a perceção do inquirido sobre como considera que as transformações efetivas do Espaço Público são interpretadas e consideradas na prática profissional aquando do projeto do Espaço Público Contemporâneo. Por fim, coloca-se a última questão onde se pede ao inquirido para indicar, atendendo à sua experiência profissional, um exemplo de projeto/obra no Espaço Público que considere ser modelar. De seguida pede-se que indique o motivo que considerou mais determinante para a sua escolha. Com esta questão de encerramento pretende-se aferir qual será a tipologia que predominará nas respostas, na medida em que permitira aferir um padrão.

Importa referir que, após a formulação do inquérito, antes de inquirir os participantes do nosso estudo, este foi submetido a um teste com dois arquitetos com o objetivo de averiguar possíveis lacunas, nomeadamente: se permite recolher as informações desejadas; se as questões são bem compreendidas ou não; se não é muito longo e se as questões não são ambíguas. O pré-teste é um procedimento indispensável, cujo principal objetivo é avaliar a eficácia e a pertinência do instrumento de recolha de dados, permitindo a sua correção ou modificação em função das deficiências constatadas (Fortin, 1999). Este procedimento revelou-se importante visto permitir rever algumas questões que induziam a respostas incertas, melhorando a adequação do instrumento à amostra selecionada.

3.6 RECOLHA DE DADOS

A recolha de dados, necessários para atingir os objetivos definidos no Capítulo I, foi efetuada, no Estudo I, através da aplicação de grelhas de análise de conteúdo aos seis documentos selecionados e no Estudo II, através da aplicação de um inquérito aos arquitetos da Secção Regional Norte da Ordem do Arquitetos. Em ambos os estudos apresentam-se os procedimentos básicos que foram adotados ao longo do processo de recolha de dados visando, entre outros aspetos, assegurar a confiança e a coerência dos resultados deste estudo.

Estudo I – contributos teóricos

As grelhas de análise de conteúdos foram aplicadas aos seis documentos selecionados, como indicados no ponto 3.3 deste capítulo. As grelhas de análise foram aplicadas segundo as etapas indicadas por Bardin (1995). A aplicação da grelha A (anexo 1), correspondente à etapa 1 – pré-análise, permitiu elaborar a primeira síntese de cada um dos documentos selecionados. Seguiu-se a aplicação da grelha B (Anexo 2), correspondente à etapa 2 – exploração do material, que possibilitou a apresentação dos dados enquadrados nas categorias de análise definidas à priori. Note-se que nesta fase se procedeu a ajustes nas categorias de modo a se adequarem devidamente aos conteúdos teóricos estruturantes desta investigação e assim como aos objetivos pretendidos em ambos os estudos. Por último, aplicaram-se as grelhas de organização de conteúdos, estas elaboradas ao longo do ponto 4.2 do capítulo 4 e que apresentam as conclusões do Estudo I. As categorias de análise elaboradas de acordo com a teoria subjacente ao estudo, e reformuladas no exercício de síntese dos dados, são em si mesmas conclusões do estudo. Bem como o modo como os dados são apresentados nas tabelas pressupõe já algum tipo de conclusões sobre os dados obtidos.

Estudo II – percepção dos arquitetos

O questionário foi aplicado pelo pelouro da Comunicação e da Cultura da Secção Regional da Ordem dos Arquitetos aos seus membros, através dos meios próprios de comunicação eletrónicos, nomeadamente o Mensageiro e o Facebook. Sendo o inquérito em formato digital as respostas foram recebidas no ficheiro de Excel que foi produzido automaticamente aquando da elaboração do inquérito.

3.7 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

O tratamento dos dados obtidos foi concretizado em conformidade com os objetivos específicos definidos no Capítulo I para ambos os Estudos.

Estudo I – contributos teóricos

Os seis documentos teóricos selecionados são o alvo de estudo por si próprios e é a partir destes que os dados deste estudo se obtêm. A análise do material empírico, de acordo com as categorias definidas, tem como finalidade enquadrar, compreender e interpretar as diferentes representações que as visões teóricas plasmam sobre o Espaço Público Contemporâneo e as suas especificidades, e quais as perspetivas que possuem (ou não) em relação a estratégias de otimização e de resposta.

Neste sentido, com a aplicação das grelhas de análise dos conteúdos recolhidos concretizou-se, na primeira etapa, a deteção de unidades de significado na grelha A (pré-análise) e, posteriormente, na grelha B (exploração do material). Na passagem de uma grelha para a outra,

os dados foram trabalhados com maior detalhe, no sentido de se estabelecer relações entre os dados das duas análises e em relação ao todo.

Assim, sequencialmente, procedeu-se ao tratamento da informação recolhida, estruturando uma análise crítica apoiada nas categorias de análise definidas à priori, de forma que esta se torne significativa para o objetivo central da investigação.

Decorrente dos dados obtidos na grelha B seguiu-se a estruturação e apresentação dos dados. Esta informação é exposta no ponto 4.2 do Capítulo 4. Cada conjunto de dados obtidos surge associado a descrições discursivas no sentido de uma leitura simplificada e clara. Este tratamento dos dados mostra já os aspetos conclusivos decorrentes das etapas aqui conducentes. Sempre que se considera relevante, para fundamentar a análise e discussão dos resultados, são apresentadas citações dos seis autores analisados.

Estudo II – percepção dos arquitetos

Como já exposto o inquérito, aplicado sendo um inquérito on-line (de aplicação via eletrónica), quando elaborado no programa Google Docs, gerou automaticamente um ficheiro Excel onde as respostas foram recolhidas. Após a obtenção dos dados dos 98 inquéritos, fez-se uma primeira leitura flutuante das respostas dadas a cada questão, a fim de identificar os assuntos referidos pelos inquiridos. De seguida, através do programa Excel foram quantificados os resultados. O tratamento dos dados como exposto no ponto 3.3 deste capítulo foi estruturado segundo dois grupos de análise, o Grupo A (*Todos os inquiridos*) e o Grupo B (*Somente os inquiridos com experiência profissional na área de Planeamento Urbano*).

Após a quantificação dos dados gerais de cada grupo de análise procede-se, à elaboração de elementos representativos dos resultados, nomeadamente gráficos e quadros que constituem instrumentos de apoio à explanação dos resultados. Cada um destes elementos surge associado a descrições discursivas no sentido de uma leitura simplificada e clara.

Sempre que as questões apresentam resultados diferenciáveis entre os grupos de análise, os dados são trabalhados num primeiro momento de modo individualizado, aferindo-se a visão particular do grupo, e posteriormente são relacionados entre si, aferindo-se as relações de maior pertinência. Sobretudo os aspetos de destaque quanto a tomadas de posição dos inquiridos.

Por fim, os dados obtidos através da análise de conteúdos (Estudo I) e os obtidos através do questionário (Estudo II), são confrontados no ponto 4.4 do Capítulo 4. Esta confrontação visa a sistematização dos aspetos conclusivos em cada um dos grupos. Adiante, no capítulo 5, estabelece os pontos de contacto e/ou afastamento entre a visão teórica e a prática. Com o propósito de se retirarem aspetos presentes nas duas visões que por sua vez se complementem. O processo de tratamento e apresentação dos dados permite fazer afirmações que progressivamente evoluem, desde o descritivo ao explicativo. Neste último ponto, a confrontação dos estudos, o tratamento dos dados implica maiores níveis de inferência e por isso mesmo consubstanciam as conclusões do estudo.

Capítulo 4

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



Figura 4 – Um olhar sobre o Espaço Público [Fonte: *Meneses, M.L.*]

4.1 INTRODUÇÃO

Neste quarto capítulo, após a elucidação das opções metodológicas e em conformidade com a estrutura definida, apresentam-se e discutem-se os resultados que retirámos desta investigação, considerando os objetivos definidos.

O capítulo organiza-se dividido em três partes correspondentes ao Estudo I (4.2), ao Estudo II (4.3) e a parte final deste capítulo onde se apresenta uma síntese de aspetos conclusivos – pontos de contacto e/ou de afastamento entre a visão teórica e a perceção da prática (4.4). Assim, inicia-se com a interpretação do material empírico a partir das seis visões teóricas e seguidamente apresenta-se o ponto de vista dos arquitetos. A apresentação e discussão dos resultados de cada Estudo dividiu-se em quatro partes: amostragem e aspetos gerais; relação Espaço Público/Sociedade; contexto do Espaço Público Contemporâneo e especificidades do Espaço Público Contemporâneo. Esta análise, como exposto no Capítulo 3, está organizada considerando uma dimensão dentro da qual surgem as categorias e subcategorias de análise tendo em vista a facilitação da leitura e uma melhor compreensão do seu conteúdo.

Na parte final deste capítulo apresenta-se a referida síntese (4.4), onde se procurou estabelecer o cruzamento da visão dos dois grupos de estudo. Estruturou-se a discussão de acordo com os fundamentos teóricos anteriormente expostos de modo a revelar os eventuais e principais pontos

de afastamento ou de contacto entre a visão teórica e a prática que sobressaem desta investigação. Esta fase da interpretação dos dados é o alicerce do trabalho empírico.

4.2 ESTUDO I: CONTRIBUTOS TEÓRICOS

Neste subponto, são apresentados e discutidos os resultados decorrentes da exploração do conteúdo das seis visões teóricas analisadas. Os resultados apresentados correspondem à Etapa 3 (interpretação dos resultados) deste estudo. Os conteúdos referentes à Etapa 1 (pré-análise) e Etapa 2 (exploração do material), etapas conducentes à interpretação dos resultados, encontram-se nos Anexos 1 e 2, respetivamente.

A Etapa 3 deste estudo trata da interpretação dos resultados que são apresentados em grelhas de organização de dados realizadas pela autora e que se encontram associadas a cada categoria e subcategoria da respetiva análise, como expresso no Capítulo 3. A informação recolhida foi trabalhada, na Etapa 1 e Etapa 2, de modo a que nesta fase fosse possível processá-la, recorrendo à análise qualitativa, o que permite estabelecer relações entre as seis visões teóricas.

Após a análise exploratória dos conteúdos podemos evidenciar que todas as visões teóricas analisadas refletem uma caracterização das especificidades e transformações do Espaço Público Contemporâneo, efeito de uma alteração das relações sociais, dos estilos de vida quotidiana, da reorganização espacial, das modalidades de organização do trabalho, das inovações tecnológicas, das tomadas de decisão políticas, das estratégias de gestão e processos de manutenção praticados e de uma complexificação da esfera social.

4.2.1 AMOSTRAGEM E ASPETOS GERAIS

Nesta primeira categoria que aborda a caracterização geral das seis visões teóricas analisadas, apresentam-se os dados divididos em duas subcategorias de análise: abordagem e noção de Espaço Público, que por sua vez se dividem em dois pontos. Na subcategoria Abordagem são debatidos o foco de análise e a preocupação. Na subcategoria noção de Espaço Público são analisados o Espaço Público e as Dimensões do Espaço Público Contemporâneo.

Importa salientar que esta dimensão tratou de caracterizar de modo geral cada uma das visões teóricas estudadas circunscrevendo-se ao documento analisado. Esta caracterização revelou-se essencial para o enquadramento e esclarecimento das temáticas exploradas por cada um dos autores. Ainda, quanto à caracterização, importa evidenciar a interdisciplinaridade dos discursos, que mostrou ser um contributo positivo para o alcance dos objetivos estabelecidos para este primeiro Estudo (Estudo I), designadamente para a consolidação de uma ideia de Espaço Público Contemporâneo perfilada num olhar teórico decorrente de uma amostra interdisciplinar e emergente. Relacionando, nomeadamente, preocupações e características que concernem às temáticas políticas, sociais e de gestão do Espaço Público Contemporâneo.

É, também aqui, importante reconhecer que as diferenças de foco de análise das seis visões teóricas, como expectável, englobam um conjunto de preocupações claramente diferenciáveis entre si e que por esse mesmo motivo, permitiu traçar uma ideia de espaço público mais completa e um pouco além dos limites formais e temáticos, onde normalmente se circunscrevem estudos desta natureza.

Abordagem

As abordagens tomadas em cada uma das visões teóricas revelam as diferentes formas como os autores se aproximam e se debruçam sobre as questões do Espaço Público. Procurou-se nesta categoria aferir o foco de análise e a preocupação central a cada uma delas, como mostra o Quadro 8.

Quadro 8 – Abordagem – Visão teórica dos autores em estudo [Fonte: *Meneses, M.L.*]

Visão Teórica	ABORDAGEM	
	Foco de análise	Preocupação
Borja	<i>Relação entre o exercício da cidadania e a configuração do Espaço Público.</i>	<i>Cidadania enquanto estatuto que permite exercer um conjunto de direitos e deveres cívicos, políticos e sociais.</i>
Hou	<i>As expressões insurgentes de grupos de cidadãos e indivíduos com a capacidade de desempenhar um papel singular na formação do ambiente urbano contemporâneo.</i>	<i>Espaços Insurgentes enquanto noção diferente da prática do planeamento urbano convencional.</i>
Innerarity	<i>A ideia de Espaço Público e as suas transformações no contexto contemporâneo.</i>	<i>O ajuste das novas ideias de democracia e de vida comum às condições atuais de governação e funcionamento da sociedade.</i>
Indovina	<i>A função do Espaço Público, no seu sentido amplo de espaço de uso público.</i>	<i>A degradação física dos espaços públicos, enquanto aspeto que conduz à manipulação e esvaziamento do Espaço Público.</i>
Gehl	<i>A revitalização dos espaços públicos e o seu potencial como lugares de relevo e significado para aqueles que os usam e para o equilíbrio da cidade.</i>	<i>A arquitetura e o espaço físico envolvente enquanto motores das vivências urbanas.</i>
Carmona	<i>A gestão e a manutenção dos espaços públicos: sub-gestão e sobre-gestão.</i>	<i>Paradigma da gestão e manutenção dos espaços públicos existentes enquanto aspeto fulcral em torno da ideia de esfera pública.</i>

Podemos observar que todos os autores se debruçam sobre a temática do Espaço Público adotando abordagens diferenciadas pelos focos de análise e pelas preocupações que elegem, facto que está claramente relacionado com as suas áreas de trabalho e interesses de investigação.

Pode-se ver então, que no caso do primeiro autor citado, Borja (2003) o foco de análise dirige-se para a relação entre o exercício da cidadania e a configuração do Espaço Público como aspeto fulcral para o equilíbrio deste. Hou (2010), por sua vez, direciona a sua atenção para as expressões insurgentes dos cidadãos como uma prática diferente do planeamento urbano convencional. Na visão de Innerarity (2006) há um aspeto central que se direciona para as

exigências democráticas da nova sociedade plural e o modo como se ajustam à ideia de Espaço Público. Já na visão de Indovina (2002) a função do Espaço Público é o seu aspeto central de análise e preocupação, evidenciando a sua relevância quanto ao uso e permanência dos cidadãos nos espaços. A par de Indovina (2002) destaca-se Gehl (2002) que valoriza a arquitetura e o espaço físico, enquanto suporte, como aspetos chave para a promoção da vida comum. Ainda nesta linha de análise pode incluir-se o último autor citado Carmona (2010) que vinca a sua análise na questão da gestão e manutenção do Espaço Público como aspeto chave para a integração urbana dos Espaços Públicos e concretamente da salvaguarda da esfera pública.

Noção de Espaço Público

Quanto à noção de Espaço Público a análise foi estruturada nas duas seguintes subcategorias: espaço público e dimensões do espaço público contemporâneo. Constatou-se que, em semelhança à categoria anterior, como era expectável, cada visão teórica articula a sua noção de Espaço Público, como se ilustra no Quadro 9.

Quadro 9 – Noção de Espaço Público - Visão teórica dos autores em estudo [Fonte: Meneses, M.L.]

Visão Teórica	NOÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	
	Espaço público	Dimensões do espaço público contemporâneo
Borja	<i>O Espaço Público é o lugar do intercâmbio por excelência. O que define a sua natureza é o seu uso e não o seu estatuto jurídico.</i>	<i>O Espaço Público supõe um domínio público, um uso social coletivo e multifuncionalidade.</i>
Hou	<i>O espaço público insurgente é um espaço público alternativo que, devido à sua escala e modo de produção, se revela mais participativo e espontâneo, e, portanto, mais aberto e inclusivo.</i>	<i>Distinção entre dois tipos de espaço público: espaço público institucional e espaço público insurgente.</i>
Innerarity	<i>O Espaço Público não é uma realidade dada, mas antes uma frágil construção laboriosa, que exige a representação de trabalho contínuo e raciocínio. É o lugar onde os problemas são assinalados e interpretados, onde se experimentam as tensões e os conflitos se convertem em debate, onde a problematização da vida é posta em cena.</i>	<i>O conceito de EP tal como emergiu no século XVIII, sendo determinante na definição das democracias modernas, revela estar hoje a necessitar de uma nova reflexão, atendendo a que o Espaço Público já não é apenas o espaço de comunicação de cada sociedade com ela mesma, mas o lugar de uma comunicação de sociedades diferentes entre si.</i>
Indovina	<i>O Espaço Público deve ser considerado fundador da cidade, segundo três pontos de vista: Representa a condição para que se possa realizar a vida urbana; Constitui um fator importante de identificação e identidade, pois conota os lugares, dá-lhes forma representativa, assumindo muitas vezes a conotação de um símbolo; É lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos.</i>	<i>Os espaços de uso público podem colocar-se numa escala que vai de uma máxima a uma mínima caracterização pública. Devendo, assim, ser considerados os seguintes parâmetros: a propriedade; os limites de usos; o custo de acesso e os condicionamentos ao seu uso.</i>

Gehl	<i>Os espaços públicos são os protagonistas da vida urbana, e sendo a cidade um lugar de encontro, os seus espaços públicos são os lugares que possibilitam esses encontros. O espaço público é o catalisador espacial para a mudança social.</i>	
Carmona	<i>O Espaço Público desempenha um papel social, associado à sua diversidade funcional. Fenómenos morfológicos presentes no movimento e nas interações que nele decorrem tornam-se relevantes especialmente por razões de ordem de contenção, proteção, segurança e qualidade do ambiente urbano na sua globalidade.</i>	<i>A origem do espaço público articula-se na base de um processo de “democratização urbana”, contrariamente a um processo de apropriação privada. Devido ao seu carácter qualificante o Espaço Público contribui para a criação ou, em muitos casos, reconversão de determinadas zonas desqualificadas em espaços cívicos equilibrados.</i>

Considerando a visão de Borja (2003) evidencia-se a referência que faz ao Espaço Público como o lugar de intercâmbio por excelência, destacando a importância do seu uso para o desempenho positivo da vida em sociedade. Quanto a Hou (2010) destaca o âmbito participativo dos usos e modos de produção por parte dos cidadãos que originam o espaço público insurgente, pautado pela espontaneidade e singularidade das atitudes tomadas de um modo livre. Para Innerarity (2006) o Espaço Público é o lugar do debate e através da sua complexidade, expõe os problemas e absorve os conflitos da sociedade. Na visão de Indovina (2002) o Espaço Público articula-se em três grandes aspetos: é a condição para que se realize vida urbana; é fator de identificação e identidade e é o lugar de encontro, dos manifestos, ou seja da sociabilização. Para Gehl (2002) os Espaços Públicos são também os lugares que possibilitam os encontros e são claramente o catalisador espacial para a mudança social. Na visão de Carmona (2010) evidencia-se, à semelhança dos outros autores, uma primordial função do papel social do Espaço Público.

Podemos observar que a dimensão social (*uso social; inclusivo; comunicação de sociedades; identificação e identidade; catalisador espacial para a mudança social; desempenha um papel social decorrente da sua função*) está vincadamente integrada nos discursos dos autores. Evidenciando-se a principal característica que as visões teóricas integram na sua noção de Espaço Público e que está essencialmente associada à sua dimensão funcional e ao tipo de benefícios que advém da mesma no âmbito social da vida coletiva dos cidadãos.

Dadas as características da técnica de recolha de dados, não foi possível recolher informação sistematizada sobre todos os aspetos que eventualmente pertencem às visões globais de cada autor. Note-se que, os conteúdos trabalhados se circunscrevem, como já referido, aos documentos analisados, não se tecendo aqui a noção integral do que é o Espaço Público para cada um destes autores, mas sim a sua noção de Espaço Público enquadrada no conteúdo do documento, que se consubstancia no conjunto das seis visões teóricas. O facto de um autor ter plasmado um dado aspeto não nos garante que ele não considere um outro aspeto importante.

Por isso, os resultados informam sobre o conteúdo trabalhado na análise exploratória dos documentos selecionados.

4.2.2 RELAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO / SOCIEDADE

Nesta categoria de análise, que visa o entendimento do processo de relação Espaço Público/Sociedade, os resultados mostraram que, pelo menos em quatro das visões teóricas, há convergência quanto ao modo de interpretar esta interação. Podendo-se identificar uma característica de mutualidade entre o Espaço Público e a Sociedade, como se pode verificar pelas seguintes citações:

“(...) à medida que a sociedade muda, se complexifica, o espaço público também o faz.” (Borja, 2003);

“(...) o espaço público gera determinadas formas de relacionamento, porque a sociedade é tanto constituída como representada pelas construções e espaços que cria (...)” (Innerarity, 2010);

“(...) a estrutura física e a divisão funcional e social do espaço podem abrir ou eliminar oportunidades para o desenvolvimento de atividades (...) ” (Gehl, 2002);

“ (...) o espaço público é moldado pela sociedade. A sua relação assenta num processo bilateral onde, por um lado as pessoas e sociedades criam e modificam o espaço, pelo outro são influenciadas por esse mesmo espaço.” (Carmona, 2010).

Mediante o conteúdo das citações apresentadas podemos retirar o entendimento de uma comunhão de duas ideias sobre o espaço físico (o palco do Espaço Público) e a Sociedade:

- A primeira prende-se com a configuração do espaço; com a importância do projeto urbano e de processos de produção adequada; com o equilíbrio do Espaço Público que depende das dinâmicas geradas pelo modo de gestão e manutenção do espaço físico: o espaço físico como suporte de comportamentos.

- A segunda prende-se com a relação do indivíduo consigo próprio, com a comunidade e com o espaço que o circunda; com a importância da vivência quotidiana (usos, expressões, apropriações, relações de significado, de vivência e de identificação); com o equilíbrio do Espaço Público que depende das dinâmicas geradas pela sociedade: a sociedade como geradora de comportamentos.

4.2.3 CONTEXTO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

A análise dos conteúdos relativa às visões teóricas quanto ao contexto do Espaço Público Contemporâneo foi elaborada segundo três subcategorias: Cidade; Espaço Público e Sociedade e a apresentação dos resultados estrutura-se mediante a mesma divisão.

Cidade

Na subcategoria cidade, reconhecido o discurso plasmado nas seis visões teóricas é possível dividir o conjunto em dois tipos de posições, designadamente uma *imagem mais otimista (positiva)* e outra *mais apreensiva (negativa)* face à cidade atual. Note-se que em cada um dos

autores analisou-se o conceito de cidade na contemporaneidade, procurando evidenciar o que considera entender serem os elementos caracterizadores da cidade atual.

Relativamente à *imagem mais otimista* podemos elencar um conjunto de citações que ilustram esse posicionamento:

“A cidade atual sofre de um triplo processo negativo: dissolução, fragmentação e privatização, mas apesar desse contexto “vemos como as luzes voltam à cidade, precisamente pelo êxito das políticas baseadas no espaço público. É a consideração da cidade como espaço público.” (Borja, 2003)

“ Como as cidades e suas dimensões sociais, econômicas e políticas continuam a mudar, as funções, significados e produção do espaço público também evoluem ao longo do tempo. Tomando as atuais mudanças culturais, econômicas e espaciais das cidades, o espaço público representa uma variedade cada vez maior de ações e práticas que viabilizam e fortalecem um processo de contestação – o espaço público insurgente.” (Hou, 2010)

“ Hoje manifestam-se formas urbanas e de organização da cidade diferentes das do passado. Contudo, estabelecer, entre a cidade contemporânea e a cidade moderna, uma rutura, um antes e um depois, na constituição, na organização e no papel da cidade e dos seus espaços, é uma definição dúbia. É certo que a cidade sofreu modificações de forma e de organização, fruto, por exemplo, das inovações tecnológicas, das modalidades de organização do trabalho, das mudanças nos estilos de vida quotidiana, mas é possível sustentar que se trata de uma característica da cidade em cada tempo.” (Indovina, 2002)

“Existe uma “nova vida na rua” e o espaço público é o elemento chave para essa vida e consequentemente para o equilíbrio social. As cidades têm uma vasta capacidade de se recuperarem e se adaptarem depois de efeitos provocados pelas drásticas transformações causadas pela passagem do tempo e os novos modos de vida. Facto observável na própria evolução da cidade, dos usos correntes do espaço público e das suas condições de uso como arena pública.” (Gehl, 2002) O autor, através de uma simplificação, denomina quatro tipos de cidade, referindo-se à cidade atual como “a cidade recuperada”, onde diz: *“(...) são feitos grandes esforços para encontrar um novo equilíbrio entre os usos da cidade como lugar de encontro, comércio e circulação. O interesse na vida pública e nos espaços públicos começou a crescer de novo (últimos 30/40 anos) em geral como reação direta ao empobrecimento crescente das suas condições. Por isso, muitas cidades esforçaram-se para conceder aos pedestres melhores oportunidades.” (Gehl, 2002)*

Destaca-se do conjunto citado o discurso de Indovina (2002) que vinca a sua posição quanto à não concordância com a ideia de rutura no que respeita à passagem entre a cidade moderna e a cidade contemporânea. O autor assume uma posição que fala de modificações de forma e de organização que remete para um processo característico da cidade de cada tempo. Nas restantes visões são identificáveis, de um modo transversal, referências a processos de dissolução, fragmentação e privatização; mudanças culturais, económicas e espaciais; heterogeneidade; modificações de forma e de organização; novos modos de vida; formas de organização diferentes do passado; acentuado crescimento da mobilidade e de uma cultura de consumo; falta de uma abertura cívica. A par dos aspetos referidos, todos os autores plasmam uma ideia positiva que entendem acompanhar as mudanças ocorridas na cidade: na visão de Borja (2003) evidencia-se uma valorização de políticas baseadas no espaço público; em Hou (2010) denota-se a referência a uma variedade crescente de ações e práticas por parte dos cidadãos que fortalecem o espaço público; por último, em Gehl (2002) destaca-se a referência a uma “nova vida na

rua”, em que o autor focaliza uma evolução dos usos correntes e das condições de uso do espaço público. O autor dá uma designação à cidade atual de “*cidade recuperada*” onde reconhece que são feitos grandes esforços no sentido de valorizar o espaço público e a vida pública, designadamente beneficiando os usos do espaço público enquanto lugar de encontro, comércio e circulação.

Por sua vez, tomando as visões teóricas cuja posição se pode integrar numa *imagem mais negativa* da cidade, é possível destacar as seguintes citações:

“ As transformações urbanas tendem a fragmentar-se de acordo com aspetos vários, como sejam a homogeneidade, a polarização ou a especialização funcional. Esta fragmentação conduz claramente à falta de um sentimento de identidade: muitos cidadãos equacionam a cidade onde vivem efetivamente. Na medida em que: onde se vive não se trabalha e onde se trabalha não se passa o tempo livre. O espaço fragmentou-se, assim, em "diferentes clientelas", com interesses distintos: uns querem viver num lugar tranquilo; outros desejam um mercado de trabalho; e outros uma oferta de ampla de possibilidades para comprar e para se divertirem.

Estamos num momento histórico, perante um mundo multifocal e heterogêneo, em que a educação para a cidadania e a formação das virtudes públicas se apresentam como tarefas fundamentais para a renovação da cultura política das sociedades democráticas.” (Innerarity, 2006)

“ Na cidade atual já não predomina o domínio de uma abertura cívica, como era na cidade tradicional, mas um território pautado por uma cultura de classe média, caracterizada pela crescente mobilidade, consumo de massa e recreação em massa.” (Carmona, 2010)

Verificamos que nas visões destes autores, Innerarity e Carmona, a cidade surge pautada por uma fragmentação do espaço e uma fragmentação da esfera social, que leva à acentuada perda de sentimento de identidade e à falta de abertura cívica.

De um modo geral o aspeto comum em todas estas visões é o de que a cidade contemporânea é constituída por espaços fragmentados, sejam eles de carácter urbanístico, social ou cultural, cujo aparecimento se deve à natural evolução da sociedade que tem influência nos comportamentos sociais, às estratégias imobiliárias implementadas no território urbano e às políticas públicas urbanas adotadas.

Espaço Público

Nesta subcategoria, quanto ao Espaço Público, começamos por individualizar a visão de Indovina (2002) onde se evidencia um conjunto de cinco proposições que o autor estabelece atendendo ao contexto contemporâneo, e que afirma englobarem aspetos de diferente natureza e consistência, como se pode verificar abaixo. Estabelece-se este destaque porque adiante vai-se compreender que de um modo geral as restantes visões teóricas se relacionam em certa medida com as proposições elencadas por este autor.

As proposições de Indovina (2002) dividem-se do seguinte modo: “*comportamentos individuais*”; “*comportamentos de natureza coletiva*”; “*relação de elementos de comportamento com elementos estruturais*”; “*círculo vicioso*” e “*modalidades estruturais da nova forma de habitar*”. Em cada uma o autor refere, respetivamente, que as pessoas devido aos modelos de vida atuais já não usam o Espaço Público para sociabilizarem; a praça assiste a um declínio da sua função como lugar de agrupamento social; fala das condições oferecidas pelo

desenvolvimento de novos espaços privados, que desempenham papel público, e que por essa mesma oferta de condições atraem as pessoas; destaca a situação de insegurança dos espaços públicos como um motivo causador da fuga das pessoas desses espaços e evidencia também, no que respeita à última proposição, que se assiste, ao nível da componente infraestrutural, a uma redução dos espaços públicos em privilégio dos espaços privados.

Na visão de Borja (2003) destaca-se a problemática da privatização do espaço público e de outras dinâmicas negativas como a prática de um urbanismo de produtos e de submissão ao mercado, a força económica da iniciativa privada, a par da debilidade identificável nas políticas de iniciativa pública.

Para Hou (2010) os espaços públicos já não se encontram circunscritos às categorias arquetípicas de parques, praça pública e arquitetura cívica, pelo que apelida o que entende por uma nova noção de espaço público que desafia a convencional os *“espaços públicos insurgentes”*. Reconhece uma problemática advinda do modo como o espaço público tem sido gerido que evidencia ser fruto de uma gestão *“ideologicamente tendenciosa e regulamentada”*. A par refere, também, o condicionamento da liberdade de expressão e de movimento, em muitos casos, devido a modos de controlo que limitam as atividades e os significados do espaço público contemporâneo.

Na visão de Innerarity (2006) a praça e a rua há muito tempo que deixaram de ser o centro do debate público, lugar de encontro e de encenação, muito devido, no seu entendimento, à passagem destas funções para os espaços virtuais. Para o autor o imediatismo não estruturado e os espaços globais abstratos constituem outro aspeto do espaço público contemporâneo. Bem como, o destaque da esfera económica configurada segundo afirma em duas figuras: recintos comerciais e a transfiguração, em simultâneo, do próprio espaço público numa lógica lúdico-comercial. Aspetos que entende potenciadores da monofuncionalidade do espaço público.

Em Gehl (2002) destaca-se uma visão sobre a alteração do uso do Espaço Público decorrente das mudanças das condições dos três usos principais do Espaço Público: lugar de encontro, de comércio e de circulação. O autor entende que estes usos, que se encontraram em equilíbrio durante séculos, estão agora em conflito. Todavia refere que se tem vindo, nas últimas décadas, a intensificar um interesse pela vida pública e pela cidade como lugar de encontro, facto que realça como destacável para a transformação que considera visível ao nível do planeamento urbano e da arquitetura do espaço público.

Na visão de Carmona (2010) é possível identificar um aspeto central relacionado com o tipo de políticas e de processos de desenvolvimento implementados que conduziram a espaços públicos de carater privatizado, que por sua vez acarretam efeitos de exclusão. Faz evidência, também, à competição por uma identidade espacial por parte dos cidadãos que usam o espaço e que tem conduzido o espaço público contemporâneo a uma situação de fragmentação.

Olhando as visões citadas, verificamos que em Gehl e Carmona é possível, a par de um apontar de aspetos caracterizadores do contexto do Espaço Público com carácter problemático, notar uma valorização do Espaço Público. Respetivamente o citar de *“um interesse renovado pela vida pública e pela cidade como lugar de encontro”*, que para o autor tem motivado transformações notáveis ao nível do planeamento urbano e da arquitetura do espaço público”; uma crescente consciência da esfera política quanto à importância das questões do espaço público e o entendimento deste como elemento benéfico *“na relação entre as esferas económicas, sociais e ambientais”*. Em Borja também se destaca a ideia do autor de que a mudança emergente ao nível do Espaço Público deve ser considerada diferente e não *“obviamente má”*. O autor fala de

uma mudança adaptada “*ao seu tempo e à sua gente*”, frisando que o espaço público incorpora um fator que não se altera, o facto de ser o elemento por excelência que reflete uma “*determinada sociedade, uma determinada cidade, num determinado tempo*”.

Sociedade

A análise dos conteúdos quanto às visões teóricas sobre a Sociedade revelou que, no conjunto, todos os autores evidenciam uma complexificação da natureza social e cultural das relações entre os indivíduos e, também, com o meio envolvente. Destacam-se, neste sentido, a partir dos discursos teóricos aspetos como: heterogeneidade, diversificação, individualismo, privatização, identidade, falta de significados, ocasionalidade, comunicação indireta, mudanças comportamentais e novos usos.

Constata-se que para Borja (2003) há, em relação ao passado, uma complexidade da sociedade atual e dos direitos que configuram a cidadania, referindo que as populações atuais são mais diversificadas e individualizadas. Para Hou (2010) uma sociedade democrática mais diversificada origina populações urbanas e culturas mais heterogêneas. Evidencia por isso o reconhecimento de diferenças na produção e uso do espaço público. Fala da capacidade dos indivíduos e das comunidades para transformar os espaços urbanos, através de utilizações de natureza espontânea (novas perceções, usos, formas e comportamentos). Innerarity (2003) expõe um processo de reformulação da esfera social, como refere já ter acontecido nas noções de cultura, comunidade ou história. Evidencia a falta de oferta de significados comuns que leva necessariamente à falta de identidade. A visão de Indovina (2002), quanto à sociedade atual, destaca a atual dinâmica social que se caracteriza pela “*fragmentação, desarmonia, ocasionalidade, privatização e oportunismo individualista*”. Perante a sua própria caracterização o autor afirma que “*o papel e a função do espaço público não pode senão integrar o projeto da cidade como um todo e, assim, contrapor as características prevalecentes*”. Por fim, Gehl (2002) realça na sua visão uma sociedade com acentuados comportamentos de individualismo, designadamente pelo facto da vida diária acontecer cada vez mais na esfera privada. O autor assume que se deve tomar este aspeto como um alerta e um sinal claro de que “*a cidade e os espaços urbanos reclamam um novo e influente papel como espaço e fórum públicos*”. Considera que por oposição aos contactos indiretos, possibilitados, por exemplo, pela sociedade da informação, e aos espaços privados, e precisamente por estas particularidades, assiste-se ao valorizar da interação direta das pessoas entre si e com a sua envolvente.

É curioso que mesmo perante as características de complexidade plasmadas nas visões teóricas é possível evidenciar posições que estruturam aspetos positivos, como é o caso do entendimento de Hou (2010) quando evidencia a existência de novas expressões para as noções de espaço público que valorizam ações e atitudes espontâneas por parte dos cidadãos, os utilizadores do espaço. Em Indovina (2002) destaca-se que o papel do espaço público não pode senão contrapor as características prevalecentes de complexidade da sociedade atual e desempenhar um papel positivo. Por último, evidencia-se a posição de Gehl (2002) quando, nomeadamente, refere que a própria sociedade da informação, pelo que introduz de negativo quanto ao acentuar do individualismo da sociedade, está em simultâneo a originar a necessidade de “*novos sentidos e significados à cidade como lugar de encontro*”.

4.2.4 ESPECIFICIDADES DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

Já se percebeu como as visões teóricas plasam as suas ideias sobre a relação Espaço Público / Sociedade e sobre o contexto do Espaço Público Contemporâneo, pelo que agora importa compreender como consideram as especificidades do Espaço Público Contemporâneo. Assim, nesta subcategoria procurou-se identificar aspetos que cada um dos autores refere como particularidades do Espaço Público na conjuntura atual. Atendendo a que se reconheceu que cada autor estrutura de forma diferenciada as suas especificidades apresenta-se no Quadro 10 os aspetos identificados nos conteúdos explorados, como modo de facilitar a leitura. Note-se que cada aspeto ou expressão apresentada advém do contexto teórico que lhe está subjacente e que se deve entender como parte desse discurso.

Quadro 10 – Especificidades do Espaço Público Contemporâneo - Visão teórica dos autores em estudo
[Fonte: *Meneses, M.L.*]

Visão Teórica	Especificidades do Espaço Público Contemporâneo
Borja	<ul style="list-style-type: none"> As infraestruturas de comunicação não criam centralidades, nem lugares fortes, pelo contrário dividem o território e desagregam as relações sociais. Existe medo no espaço público, pois o sentimento de liberdade que deve ser conferido pelo espaço público está, hoje, em causa. A mobilidade individual generalizada, a multiplicação das novas centralidades e a força das distâncias superiorizam-se face ao simbolismo dos espaços públicos.
Hou	<ul style="list-style-type: none"> O espaço público oficial tem sido excludente. Ao invés do que é proclamado pelos governos ou entidades de gestão urbana, a realização efetiva do espaço público reflete uma realidade política contrária, em muitos casos, marcada por preconceitos sociais. A nível global o espaço público transparece uma lógica de produção que revela que a forma segue o capital.
Innerarity	<ul style="list-style-type: none"> É necessário revalorizar as diferenças de modo a respeitar uma lógica de verdadeira igualdade. Segundo o autor não se pode dissimular as diferenças reais se o objetivo é toma-las com base na igualdade. Não é possível garantir as liberdades individuais sem o respeito pela pluralidade cultural.
Indovina	<ul style="list-style-type: none"> Os problemas atuais do espaço público contemporâneo advém não da decadência de uma função de lugar mas de uma carência organizativa e de objetivos. Entende que uma organização que vença estas carências levará ao renascer da praça como um dos lugares da política. O motivo da fuga das pessoas do espaço público é a sua degradação física. Novos espaços de uso público (como os centros comerciais) ao reproduzirem funções urbanas respondem à degradação do Espaço Público. A insegurança surge pela perda do papel de sociabilização da cidade e dos espaços públicos como lugares de encontro e ao aumento de comportamentos marginais. Embora o autor alegue estes consideráveis aspetos negativos, constata que há um acréscimo relativamente ao passado quanto ao papel e à função do espaço público e de uso público. Referindo que <i>“este não pode ser senão o ponto de partida para colocar tal papel na nova cultura da cidade.”</i>
Carmona	<ul style="list-style-type: none"> Verifica uma acentuada incapacidade de compreensão do espaço público e as suas múltiplas dimensões, nomeadamente no que respeita ao modo como o espaço público urbano é gerido. Fala de sob-gestão e sobre-gestão, referindo, respetivamente, falhas na gestão dos mesmos e uma noção de espaço público

	<p>cada vez mais mercantilizada.</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Quanto à sob-gestão e sobre-gestão, refere “dois lados da mesma moeda”, ou seja, são cada um a causa e a consequência do outro, o que conduz à homogeneização geral do ambiente público construído.▪ Os interesses capitais e comerciais evidenciam-se perante uma esfera pública debilitada e potenciam o aparecimento de espaços de gestão privada, consequentemente mais excludentes.
--	--

Constata-se que no conjunto dos discursos citados predomina uma ideia de identificação de motivos e procedimentos que levam a um conjunto de problemática que pontuam o espaço público contemporâneo. Podendo-se elencar, decorrente dos discursos, aspetos como: existência de medo e insegurança; falta sentimento de liberdade; perda de símbolos; série de exclusões; lógica de produção que segue o capital; falta de entrelaçamento entre as liberdades individuais e a pluralidade cultural; carência organizativa e de objetivos; degradação física dos espaços; processos de gestão indevidamente geridos que resultam em sobre-gestão e/ou sub-gestão.

4.2.5 TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

Relativamente às transformações do Espaço Público Contemporâneo analisou-se nas visões teóricas como os autores manifestam as suas ideias sobre eventuais estratégias de otimização e de resposta, consideraram-se aqui pressupostos, motivos ou planos de ação para o Espaço Público Contemporâneo. Os autores expressam-se de modo diferenciado quanto a esta temática, como de seguida se expõe.

Em relação a Borja (2003) é possível observar que a sua visão incide em questões que estão associadas a uma ideia de “*espaço público construtor-ordenador da cidade*”, na conceção de espaços públicos como fator decisivo, embora não o único, no tipo de resposta que se tem de dar para um urbanismo responsável. Evidencia-se uma ideia central no seu discurso configurada na necessidade de um projeto de cidadania, focando a responsabilidade de todos os intervenientes no Espaço Público.

Por sua vez, no discurso de Hou (2010) o autor, evidencia o potencial das atitudes ativas e espontâneas dos cidadãos. Destaca a importância de uma abordagem interdisciplinar que valorize as expressões da sociedade e dos indivíduos, no contexto urbano contemporâneo que muitas vezes, nos limites ou até além dos limites do regulamentar, originam novos significados da esfera pública.

Já na visão de Innerarity (2006) é de salientar a importância que revela quanto à integração do cidadão na vida pública, pelas vantagens e possibilidade que reconhece na partilha e vivência em comunidade. Reconhece um défice quanto à organização da vida coletiva; dos deveres do sistema do poder político de articular espaços, cooperação, responsabilidades e integração dos cidadãos na nova sociedade global; bem como de uma oferta de oportunidades de encontro coletivo e de experiências de proximidade, que expressa se poder concretizar com a integração de diversidade de usos e de funções nos espaços públicos.

Quanto a Indovina (2002) evidencia no seu discurso a ideia de que é necessária uma intervenção mais profunda, designada pelo autor de “*intervenção ao nível zero da cidade*”, que permita uma continuidade das suas funções típicas atendendo ao novo contexto da cidade. Verifica-se também um vincado destaque no que se relaciona com a importância de um processo de manutenção adequado e contínuo, a par do reconhecimento do valor da requalificação do espaço

público, dando o exemplo da alteração de um espaço para uso predominantemente pedonal, enquanto estratégia de valorização da funcionalidade e otimização do caráter social do espaço.

No que concerne à visão de Gehl (2002), o seu discurso, quanto a estratégias de otimização e resposta para o Espaço Público Contemporâneo, centra-se na importância das relações interpessoais e no valor do contacto humano cara a cara. Evidencia, neste sentido, a necessidade de serem consideradas, em simultâneo, a vertente física e funcional dos espaços públicos, como meio de garantir a multifuncionalidade e os diferentes usos. Salienta também a existência de um interesse nos espaços públicos e que entende dever constituir motivo de criação de novos espaços que proporcionem a convivência entre cidadãos e a satisfação das necessidades básicas diárias, pois refere que mesmo com as mudanças sociais e a intensidade das novas tecnologias, a vida diária encontra o seu equilíbrio pautado pela partilha e pelas relações humanas.

Por fim, relativamente ao discurso de Carmona (2010), constata-se uma preocupação relativa às tipologias dos espaços públicos. O discurso reflete a importância que deve ser tomada por parte dos dirigentes políticos no que respeita aos processos de gestão e de manutenção e a necessidade de serem devidamente estruturados como fator chave para o afastamento dos espaços públicos de uma homogeneização prejudicial e que pode conduzir à falta de clareza quanto às questões essenciais do espaço público (função, perceção e propriedade).

Retomando a análise com na base nos discursos estudados, é possível observar que as visões teóricas se posicionam numa relação que se pode agrupar e sistematizar, de um modo resumido, da seguinte forma:

Indovina e Carmona: processos de gestão e manutenção;

Innerarity e Carmona: transformação do poder político;

Borja: projeto de cidadania / espaço público construtor-ordenador;

Hou: abordagem interdisciplinar que valorize o modo como o espaço público é utilizado;

Innerarity e Gehl: experiências cara-a-cara, ações de diálogo e de proximidade.

4.3 ESTUDO II: PERCEÇÃO DOS ARQUITETOS

Vimos, no Estudo I, como o pensamento teórico incorpora a temática do Espaço Público Contemporâneo, mas como se apresenta na visão dos profissionais da prática?

Vamos, neste subponto, apresentar os resultados mais pertinentes do inquérito aplicado aos arquitetos, explorando a opinião manifestada quando interpelados sobre o Espaço Público Contemporâneo, suas especificidades e transformações.

4.3.1 AMOSTRAGEM E DADOS GERAIS

O número de respostas obtido alcançou uma representatividade reduzida, que se considera dever ao método de divulgação utilizado. Como exposto no Capítulo 3 o questionário foi aplicado via on-line pela Seção Regional Norte da Ordem dos Arquitetos, a todos os seus membros efetivos através dos seus meios próprios de divulgação e comunicação eletrónicos. A autora solicitou o envio de um email específico, com uma descrição e o link do inquérito para cada membro, de modo a potencializar a possibilidade de resposta e a anular a dispersão de conteúdo que pode representar uma informação divulgada nas redes sociais. No entanto, o modo de aplicação do

inquérito foi uma decisão da própria Seção Regional Norte da Ordem dos Arquitetos informando ser este o procedimento normativo.

Obteve-se um total de 98 respostas. O número de respostas corresponde a uma representatividade de 1.53%. Entende-se que, por sua vez, as respostas obtidas denunciam motivação por parte dos inquiridos, pois colaboraram no preenchimento do questionário voluntariamente e acredita-se pelo interesse que têm na temática. A análise dos dados teve em conta o valor de representatividade aquando da interpretação dos resultados.

É importante salientar, nesta fase, que dentro dos dados gerais e profissionais, designadamente na questão número cinco, foi pedido aos inquiridos que respondessem quanto ao facto de terem ou não terem experiência profissional na área de Planeamento Urbano (projeto de Espaço Público). Dos 98 inquiridos 53 inquiridos responderam afirmativamente, como mostra a Figura 5.

Inquiridos com e sem experiência profissional na área de Planeamento Urbano



Figura 5 - Representatividade dos inquiridos com e sem experiência profissional na área de Planeamento Urbano [Fonte: Meneses, M.L.]

No âmbito da interpretação dos resultados pretendida neste Estudo esta divisão é importante e permite averiguar a perceção dos arquitetos atendendo ao facto de terem ou não experiência na área de Planeamento Urbano. Existem questões onde a experiência profissional em Planeamento Urbano (projeto de Espaço Público) irá afetar as respostas dos inquiridos e introduzir padrões de resposta diferenciados entre os dois grupos de análise.

Assim, a apresentação e discussão dos resultados foi estruturada nos dois seguintes grupos de análise: Grupo A – *Todos os inquiridos* (98 respostas) e Grupo B - *Somente os inquiridos com experiência profissional em Projeto Urbano (projeto de Espaço Público)* (53 respostas), valor que representa 54% da amostra global, como apresenta o Quadro 11.

Quadro 11 – Grupos de análise [Fonte: Meneses, M.L.]

Grupo de análise de inquiridos	Nº inquiridos	%
Grupo A - <i>Todos os inquiridos</i>	98	100%
Grupo B - <i>Somente inquiridos com experiência profissional em Planeamento Urbano (projeto de Espaço Público)</i>	53	54%

Note-se que, deste modo, ao longo da apresentação dos resultados os grupos de análise aparecerão sempre identificados como Grupo A e Grupo B. Sendo que relativamente ao Grupo A, como é o grupo total dos inquiridos, ou seja a nossa amostra, será sempre o grupo analisado em primeiro lugar. O que significa que ao longo do texto este será sempre tomado como o grupo principal e o Grupo B é que será identificado sempre que se estabelecer com este algum tipo de comparação.

Após a leitura dos dados, quanto ao género, 57% dos inquiridos eram do sexo masculino, como evidenciado na Figura 6.

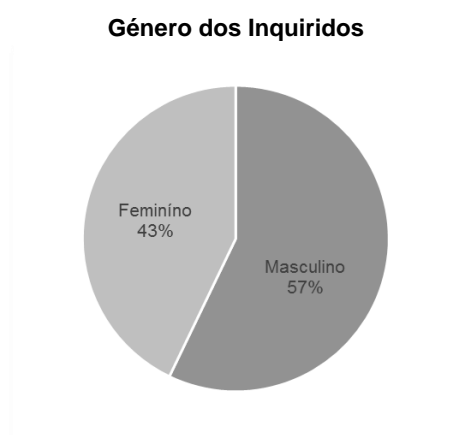


Figura 6 – Género dos inquiridos por grupo de análise [Fonte: *Meneses, M.L.*]

Quanto à idade, 48% dos inquiridos tem entre 25-35 anos, seguindo-se 34% de inquiridos com idade entre os 36-45 anos, 12% entre 46-55, 3% entre 56-65 e apenas 1% com mais de 65 anos de idade. Por sua vez, considerando apenas os inquiridos do Grupo B, 39% dos inquiridos tem entre 25-35 anos, 38% tem entre 36-45 anos, 17% entre 46-55 anos e 5% entre 56-65. Neste último grupo, os resultados apresentam mais homogeneidade entre os dois intervalos de idade 25-35 e 36-45. Vejam-se os resultados específicos de cada grupo de análise na Figura 7.

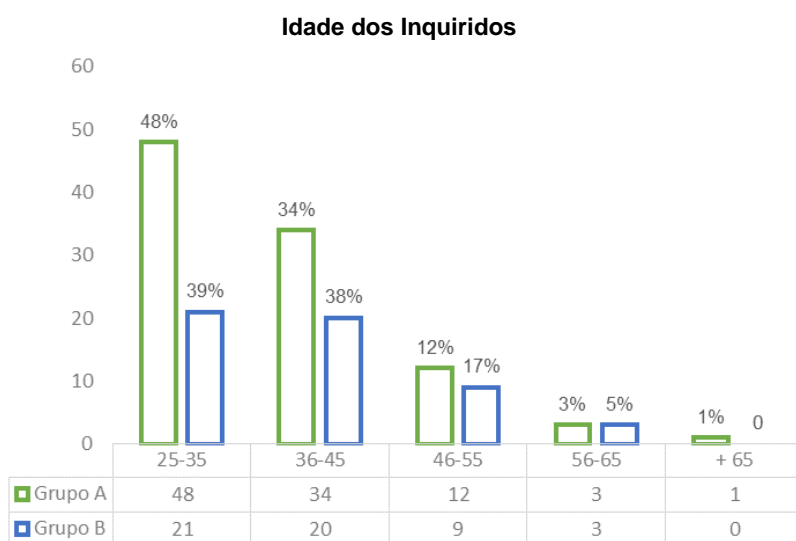


Figura 7 – Distribuição da idade dos inquiridos por grupo de análise [Fonte: *Meneses, M.L.*]

Quanto às habilitações académicas, dos inquiridos, 45 dos inquiridos (45%) possuem Licenciatura e 35 inquiridos (35%) possuem Mestrado. Considerando somente os resultados do Grupo B o número de inquiridos que possuem Licenciatura passa para 26 (49%), seguindo-se 17 inquiridos (32%) com Mestrado, como evidenciado na Figura 8.

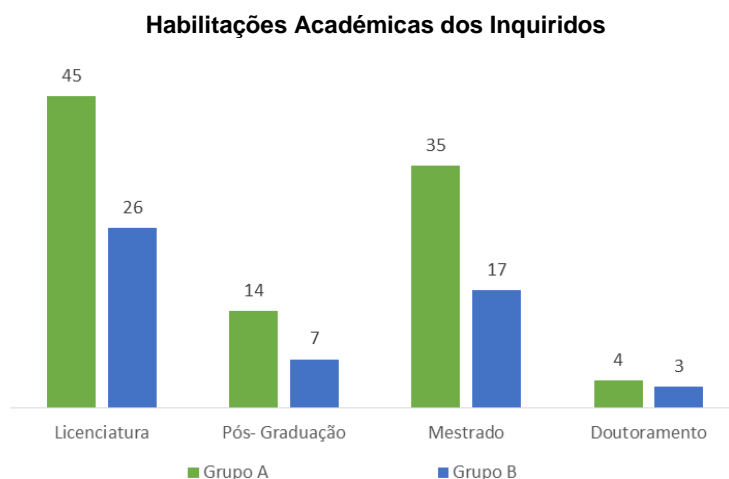


Figura 8 – Distribuição das Habilitações Académicas dos inquiridos por grupo de análise [Fonte: *Meneses, M.L.*]

Os resultados aferidos relativamente aos anos de experiência profissional dos inquiridos relacionam-se diretamente com os resultados aferidos quanto à idade. Os resultados mostram que 45% dos inquiridos tem entre 1 a 10 anos de experiência profissional, seguindo-se 38% que tem entre 11 a 20 anos e por último 13% que tem mais de 20 anos de experiência profissional. Já considerando somente o Grupo B regista-se uma variação nos valores, nomeadamente no intervalo entre 1 a 10 anos de experiência profissional, descendo para 38% e no intervalo de 11 a 20 anos de experiência profissional sobe para 45%. Vejam-se os resultados apresentados na Figura 9.

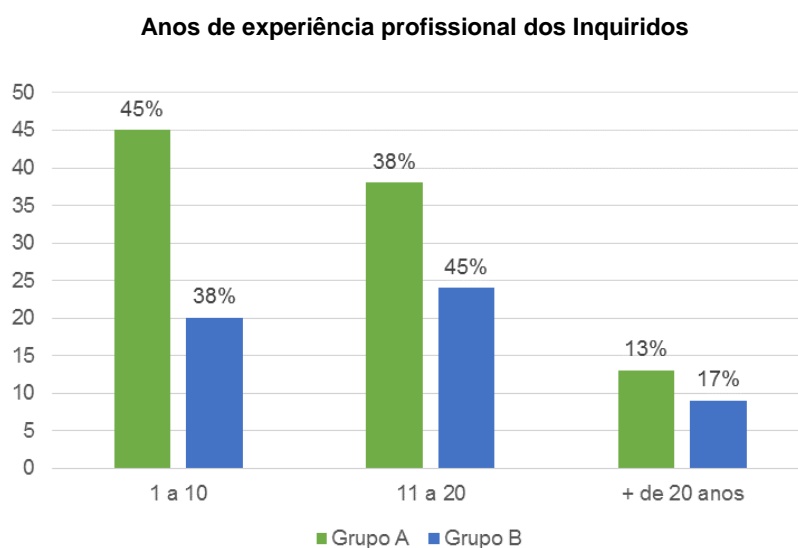


Figura 9 – Distribuição das Habilitações Académicas dos inquiridos por grupo de análise [Fonte: *Meneses, M.L.*]

Ainda dentro da experiência profissional os inquiridos do Grupo B, que responderam afirmativamente quanto à experiência profissional na área de Planeamento Urbano (projeto de Espaço Público), foram questionados sobre o tipo de projeto em que trabalharam. Destacou-se com 28 respostas (56%) a resposta “Projeto de renovação de um Espaço Público”, seguindo-se a resposta “Projeto de um novo um Espaço Público” (30%) e por último a resposta “Outro” (17%), como mostra a Figura 10.

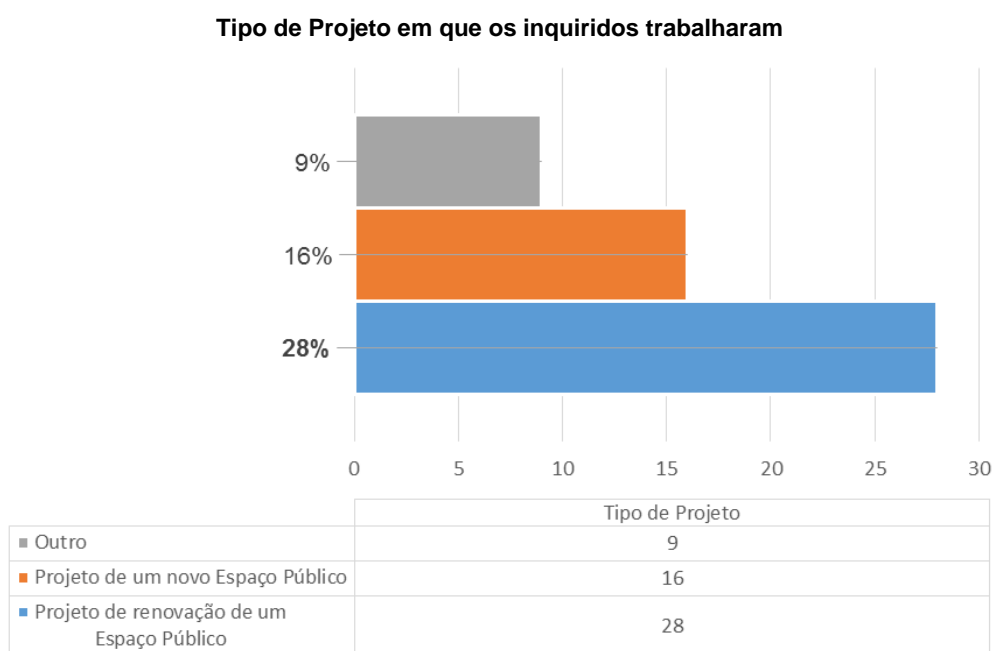


Figura 10 – Distribuição das Habilitações Académicas dos inquiridos por grupo de análise [Fonte: Meneses, M.L.]

Quanto ao parâmetro “Outro”, respetivamente ao tipo de projeto, obtiveram-se 9 respostas. As respostas obtidas variaram segundo mostra o Quadro 12.

Quadro 12 – Tipo de Projeto: “Outro” [Fonte: Meneses, M.L.]

Tipo de projeto: “Outro”	Nº respostas
<i>Em ambos.</i>	4
<i>Urban plans, master planning and town planning.</i>	1
<i>A implantação de um edifício de habitação coletiva deu origem ao desenho de uma nova rua.</i>	1
<i>DGT e CCDRC.</i>	1
<i>Plano Diretor Municipal.</i>	1
<i>Loteamentos.</i>	1
Total de respostas	9

A última questão colocada no que toca aos dados profissionais foi relativa ao facto de os inquiridos terem ou não terem experiência profissional em contexto internacional. Dos 98 inquiridos, aferiu-se que 59 inquiridos (62 %) não têm experiência profissional em contexto internacional, sendo que 36 inquiridos (37%) responderam afirmativamente, como mostra a Figura 11.

Experiência profissional dos Inquiridos em contexto internacional

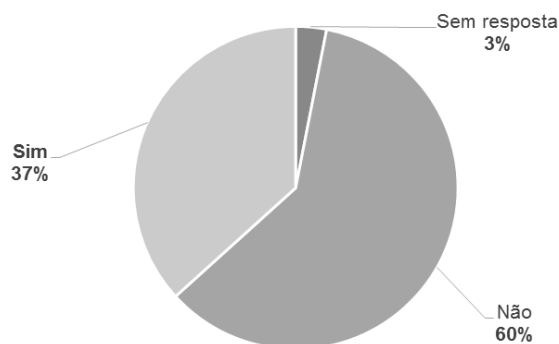


Figura 11 – Experiência profissional em contexto internacional [Fonte: Meneses, M.L.]

Dos 36 inquiridos (37%) que responderam afirmativamente ao facto de terem com experiência profissional em contexto internacional, 12 inquiridos ao Grupo A e 24 inquiridos pertencem ao Grupo B. A experiência profissional dos inquiridos decorreu em 21 países diferentes, como, tal como está plasmado na Figura 12.

Países onde decorreu a experiência profissional dos inquiridos

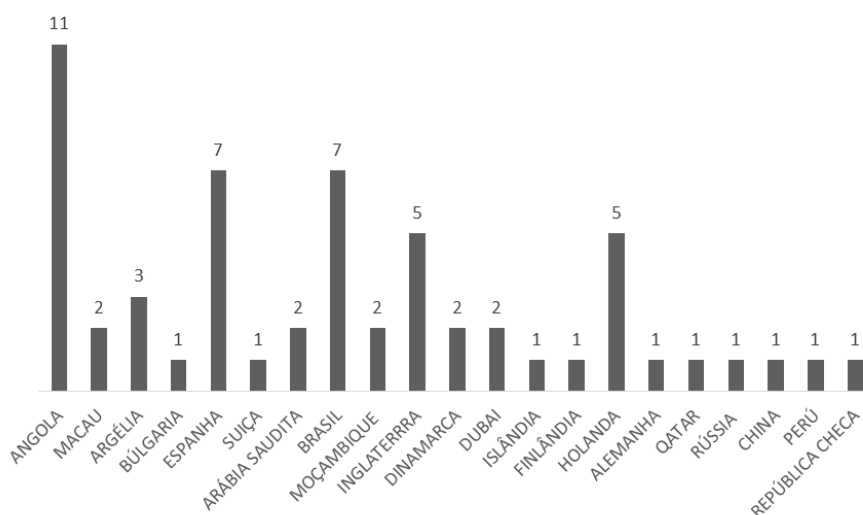


Figura 12 – Países onde decorreu a experiência profissional dos inquiridos [Fonte: Meneses, M.L.]

Veja-se no Quadro 13 os resultados aferidos por grupo de análise quanto ao número de inquiridos e o respetivo país onde indicou ter desenvolvido experiência profissional no estrangeiro.

Quadro 13 – Relação entre os países estrangeiros onde decorreu a experiência dos inquiridos e o número de inquiridos do Grupo A e do Grupo B [Fonte: *Meneses, M.L.*]

Países estrangeiros (21) onde decorreu a experiência dos inquiridos	Grupo B	Grupo A	Nº de respostas
<i>Inglaterra</i>	1	2	3
<i>Angola Espanha Suíça</i>	1		1
<i>Espanha Islândia</i>	1		1
<i>Dubai</i>	1		1
<i>Angola</i>	2	4	6
<i>Holanda Inglaterra Qatar</i>	1		1
<i>Dubai Macau Angola Moçambique</i>	1		1
<i>Holanda Alemanha Inglaterra</i>	1		1
<i>Brasil</i>	1	3	4
<i>Espanha</i>	1	2	3
<i>Finlândia</i>		1	1
<i>Dinamarca</i>		2	2
<i>República Checa</i>		1	1
<i>Perú Rússia Argélia</i>		1	1
<i>Espanha Arábia Saudita</i>		1	1
<i>Holanda Brasil Rússia China</i>		1	1
<i>Brasil Moçambique Argélia Angola Inglaterra</i>		1	1
<i>Holanda</i>		1	1
<i>Arábia Saudita</i>		1	1
<i>Brasil Angola</i>		1	1
<i>Angola Argélia Bulgária</i>		1	1
<i>Holanda Espanha</i>			1
Não indicou o país	1	1	2
Total de respostas	12	24	36

No Quadro apresentado, estão destacados os países que revelaram comunhão de respostas, ou seja, com valor igual ou superior a 2 respostas dadas pelos inquiridos para o mesmo país ou conjunto de países. Assim, evidencia-se Angola como o país onde mais inquiridos (6) trabalharam, segue-se o Brasil (4), a Inglaterra (3) e a Espanha (3) ambas como o mesmo valor e por fim a Dinamarca (2).

4.3.2 RELAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO /SOCIEDADE

A opinião dos inquiridos quanto ao que consideram ser a designação que melhor evidencia a relação entre o Espaço Público e a Sociedade revelou um destaque na escolha da designação: “A

Sociedade como geradora de comportamentos juntamente com o Espaço Público como suporte de comportamentos formam a estrutura segundo a qual se articulam e se determinam as vivências ocorridas no espaço físico” com 72 respostas (72%). De salientar que tendo apenas em conta o Grupo B estes resultados têm uma variação significativa, acentuando-se a percentagem de inquiridos para 85% (44 respostas) na escolha da mesma designação. Já nas duas outras designações revelou-se uma proximidade quanto à escolha. Sendo que no Grupo A a segunda opção de escolha foi “ *A sociedade como geradora de comportamentos e de dinâmicas diárias influencia o Espaço Público e determina as vivências ocorridas no espaço físico*” com 15 respostas (16%), resultado que no grupo B desce para 5 respostas (10%). A designação “ *O Espaço Público como suporte de comportamentos e de processos de produção influencia a Sociedade e determina as vivências ocorridas no espaço físico*” foi a menos escolhida por ambos os grupos, como se pode ver na Figura 13.

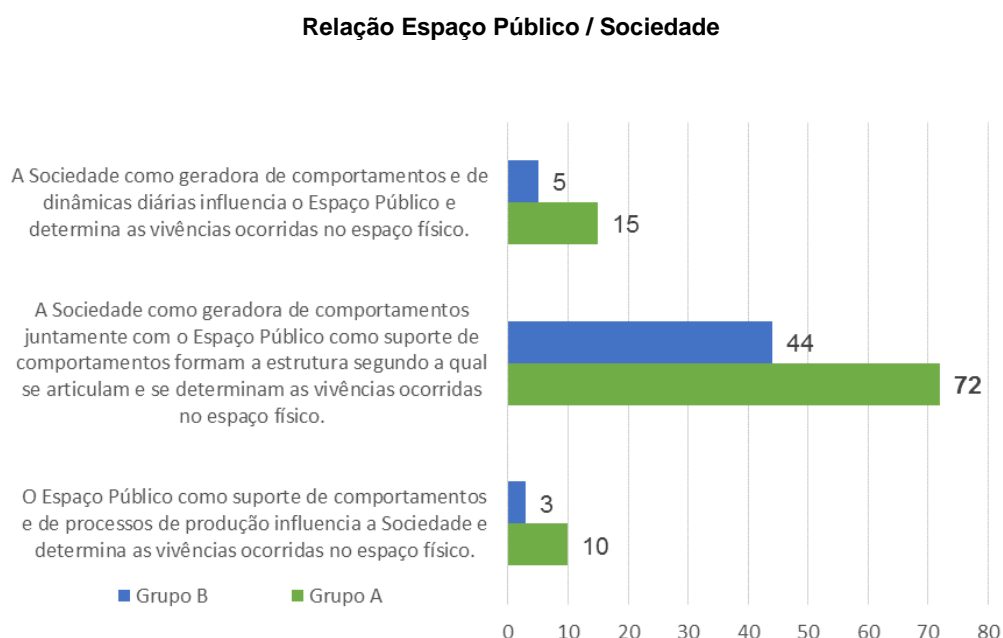


Figura 13 – Relação entre os países estrangeiros onde decorreu a experiência dos inquiridos e o número de inquiridos do Grupo A e do Grupo B [Fonte: Meneses, M.L.]

Os resultados aferidos permitem dizer que a maioria dos arquitetos considera de modo evidente que a designação que melhor evidencia a relação Espaço Público/ Sociedade é a designação: “*A Sociedade como geradora de comportamentos juntamente com o Espaço Público como suporte de comportamentos formam a estrutura segundo a qual se articulam e se determinam as vivências ocorridas no espaço físico.*”.

4.3.3 CONTEXTO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

As questões colocadas relativamente a esta categoria dividiram-se em três subcategorias: Cidade / Sociedade / Espaço Público. Em cada uma das três subcategorias foi colocada uma questão aos inquiridos de modo a averiguar a sua perceção sobre cada um destes aspetos do contexto do Espaço Público Contemporâneo.

CIDADE

Os resultados referentes à opinião dos inquiridos quanto ao modo como entendem ser mais adequado definir as mudanças ocorridas no Espaço Público Urbano, e focando a passagem entre a cidade contemporânea e a cidade moderna (a que lhe antecedeu), mostram que 60 dos 98 arquitetos, ou seja, cerca de 62% entendem adequado definir as mudanças como *Transformação*. Por sua vez, tendo em conta apenas o Grupo B, a opinião mostra que 31 dos 53 inquiridos, cerca de 59%, ou seja, a maioria também escolhe a *Transformação* como a designação mais adequada quanto às mudanças ocorridas no Espaço Público Urbano. Seguem-se a *Evolução* (26%) e depois a *Rutura* (3%) e a *Perda* (3%) ambas com os mesmos valores. Considerando apenas os resultados do Grupo B verifica-se uma ligeira diferença de valores, pois a *Evolução* (27%) é também a segunda opção escolhida pelos inquiridos, mas a este segue-se a *Perda* (8%) e por fim a *Rutura* (6%), como mostra a Figura 14.

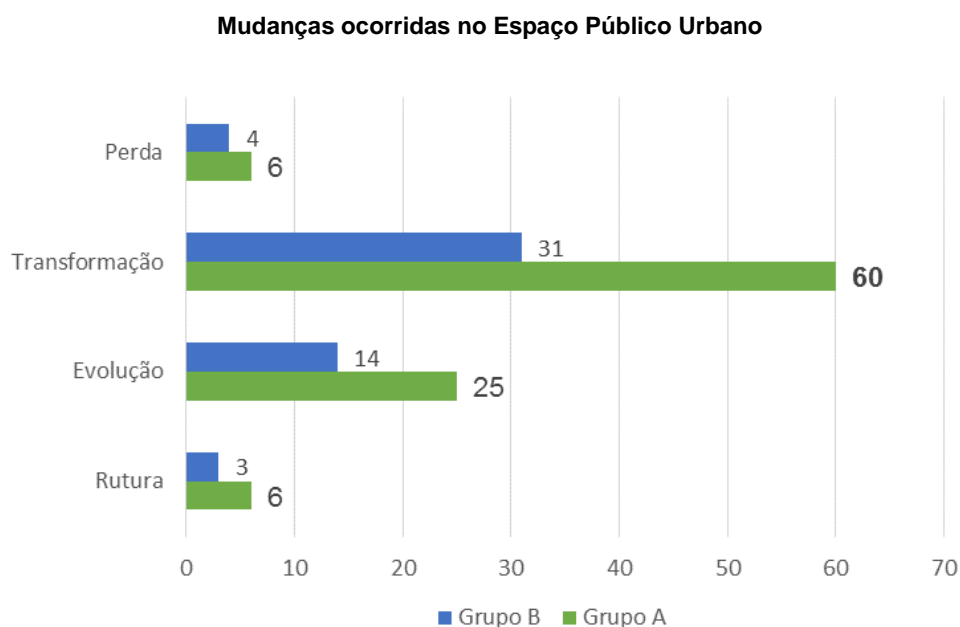


Figura 14 – Como os inquiridos entendem ser mais adequado definir as mudanças ocorridas no Espaço Público Urbano [Fonte: Meneses, M.L.]

Denote-se, que no geral, os resultados aferidos mostram que os dois grupos de análise partilham de opiniões semelhantes quanto à opção mais escolhida a *Transformação*, com respostas em ambos os grupo acima dos 50%, e nas restantes opções apresentam oscilações ligeiras.

ESPAÇO PÚBLICO

Relativamente à opinião dos inquiridos sobre o Espaço público atual, foi solicitado que avaliassem um conjunto de 19 proposições, indicando *concordo* ou *não concordo*, quanto à caracterização da circunstância do Espaço Público atual.

Os resultados mostram que 5 proposições se evidenciaram do conjunto como as mais escolhidas pelos 98 inquiridos. Verificando-se, sequencialmente, com 85 respostas, ou seja cerca de 87% *lugar de uma comunicação de sociedades diferentes entre si*, seguindo-se, com 84 respostas, ou

seja, cerca de 86%, *novas expressões e usos* e depois com 78 respostas, ou seja, cerca de 79%, nas três seguintes proposições, *valorização do cidadão enquanto ser coletivo / velocidade e o imediatismo das rotinas quotidianas/ multiplicidades locais conectadas*. A proposição indicada pelos inquiridos, como a que menos concordam como caracterizadora da atual circunstância do Espaço Público, foi a *imposição de limites de uso* (27%), como mostra a Figura15.

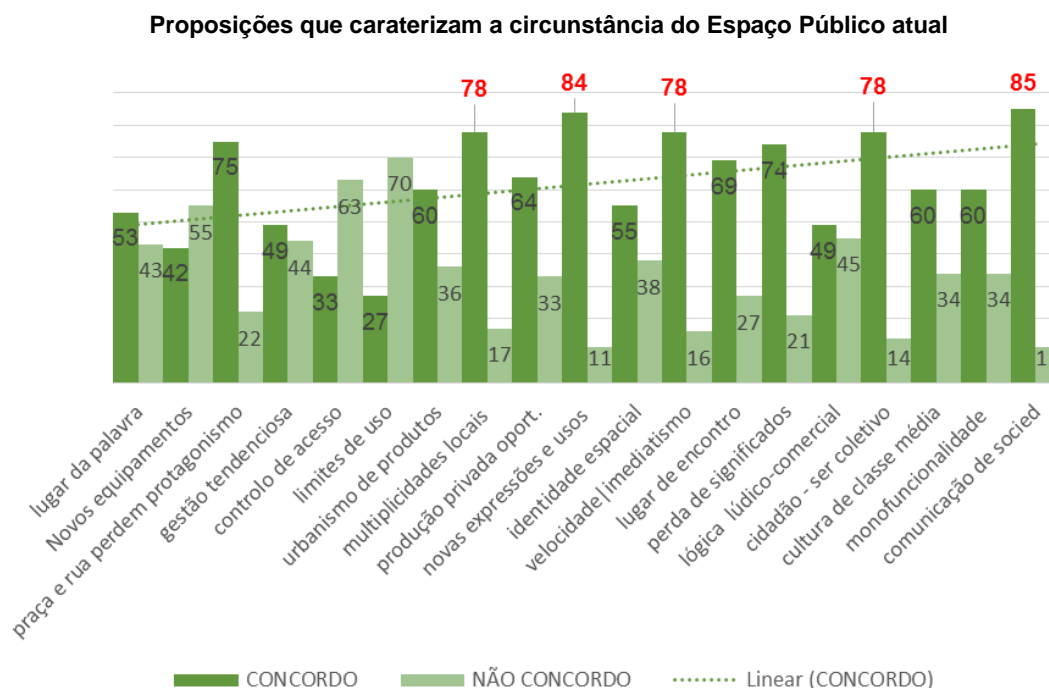


Figura 15 – Como os inquiridos do Grupo A caracterizam a circunstância do Espaço Público atual [Fonte: Meneses, M.L.]

Tendo em conta apenas o Grupo B, os resultados mostram que entre os dois grupos de análise se efetivam algumas diferenças. Neste grupo, as 5 proposições que se evidenciaram do conjunto como as mais escolhidas pelos 53 inquiridos na categoria concordo, foram, sequencialmente com 49 respostas, ou seja cerca de 92% o *lugar de uma comunicação de sociedades diferentes entre si*, seguindo-se com 45 respostas, ou seja, cerca de 86% as *novas expressões e usos*, depois com 40 respostas, ou seja, cerca de 85%, nas duas seguintes proposições, a *perda de significados / a praça e a rua perdem protagonismo*, por fim, como quinta opção escolhida na categoria concordo, surge com 39 respostas, ou seja, cerca de 73% a *valorização do cidadão enquanto ser coletivo*. A proposição indicada pelos inquiridos, como a que menos concordam como caracterizadora da atual circunstância do Espaço Público, foi a *imposição de limites de uso* (27%), como mostra a Figura 16.

Proposições que caracterizam a circunstância do Espaço Público atual

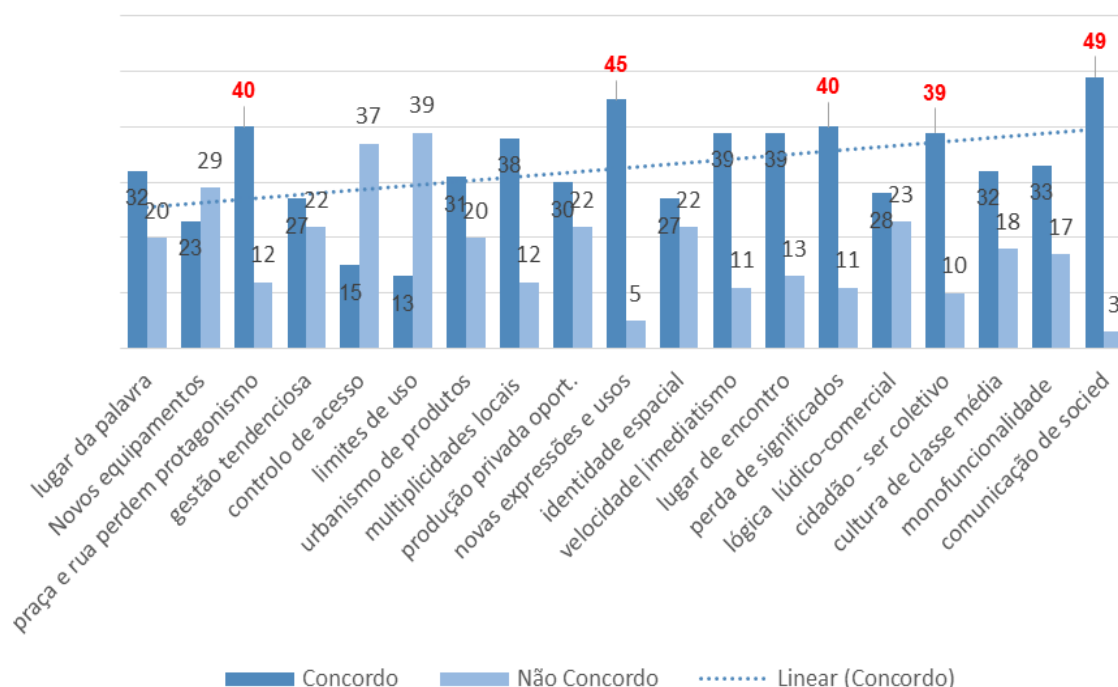


Figura 16 – Como os inquiridos do Grupo B caracterizam a circunstância do Espaço Público atual [Fonte: Meneses, M.L.]

Em suma, dos resultados obtidos verifica-se que as proposições com que os inquiridos, dos dois grupos de análise, concordam ser as mais caracterizadoras da circunstância do Espaço Público atual, são as que mostra o Quadro 14:

Quadro 14 – Proposições mais caracterizadoras da circunstância do Espaço Público atual [Fonte: Meneses, M.L.]

Resposta acima dos 70% em ambos os grupos	Resposta acima dos 50% e abaixo dos 70% em ambos os grupos
<ul style="list-style-type: none"> A praça e a rua perdem protagonismo Multiplicidades locais conectadas Novas expressões e usos Velocidade e o imediatismo das rotinas quotidianas Valorização do cidadão enquanto ser coletivo Lugar de uma comunicação de sociedades diferentes entre si 	<ul style="list-style-type: none"> Lugar da palavra Urbanismo de produtos Produção privada Identidade espacial Lugar de encontro Cultura de classe média Monofuncionalidade
Resposta abaixo dos 50% em ambos os grupos	Com percentagem de resposta acima dos 50% só no grupo B
<ul style="list-style-type: none"> Novos equipamentos Controlo de acessos Limites de uso 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão tendenciosa Lógica lúdico-comercial

Destacam-se do conjunto apresentado as 6 primeiras proposições que pelo facto de todas mostrarem percentagem de resposta acima dos 70% (em ambos os grupos de análise) nos permite dizer que os arquitetos consideram estas 6 proposições como sendo as mais caracterizadoras da circunstância do Espaço Público atual. Relativamente às proposições menos consideradas, ou seja, com que menos arquitetos concordam como caracterizadoras da atual, os resultados mostraram com percentagem de resposta abaixo dos 50% (em ambos os grupos de análise) ser os *Novos equipamentos*; o *Controlo de acessos* e os *Limites de uso*. É de destacar que no Grupo B os resultados mostram duas proposições com percentagem de resposta acima dos 50%. Estes valores não se verificam no Grupo A, pelo que se revela aqui uma diferença de opinião, ou seja, podemos dizer que os inquiridos do Grupo B entendem que a *Gestão tendenciosa* e a *Lógica lúdico comercial* também contribui para a caracterização da circunstância atual do Espaço Público, face à opinião do Grupo A que não as considerou como tal.

SOCIEDADE

É importante começar por referir que, nesta subcategoria, a questão sobre a Sociedade foi formulada com um objetivo de resposta, no entanto dos 98 inquiridos somente 16 inquiridos (16%) responderam conforme era esperado. Esclareça-se que era esperado que os inquiridos classificassem numa escala 1 a 5 (sendo 1 = aspeto com menor dificuldade e 5 = aspeto com maior dificuldade) o grupo de aspetos apresentado. O que a maioria dos inquiridos (80%) fez foi uma classificação numa escala de 1 a 5 de cada um dos aspetos apresentados, ou seja, uma classificação individualizada e não em grupo. O facto de se obter cerca de 80% de respostas com o mesmo tipo de interpretação leva a concluir que a formulação da questão não era clara, ao ponto de conduzir a interpretações diferentes. Perante este facto reviu-se o tipo de análise dos dados recolhidos de modo a adequar a análise ao tipo de respostas dadas.

Nesta subcategoria de análise onde se pretendia saber qual aspeto da Sociedade atual, perante a sua complexificação que gera e implica diferenças na produção e uso do Espaço Público, o inquirido considera constituir maior dificuldade/desafio do ponto de vista da prática, designadamente na elaboração de projetos de Espaço Público. Não se apresentam os resultados divididos nos dois grupos de análise, pois na leitura dos mesmos concluiu-se que apresentam resultados muito semelhantes, na medida em que os aspetos considerados como maior dificuldade/ desafio se revelaram os mesmos em ambos os grupos.

Foi solicitado aos inquiridos que assinalassem mediante a escala apresentada os seguintes aspetos da Sociedade atual: *Identidade* / *Heterogeneidade* / *Complexidade* / *Individualismo* / *Imediatismo*. Os resultados obtidos, de um modo geral, permitem evidenciar, através do número de vezes que cada inquirido selecionou o aspeto face à escala apresentada, o nível obtido em cada aspeto. Assim, os inquiridos consideram que o aspeto da Sociedade que constituiu maior dificuldade/desafio, com que se deparam aquando da elaboração de projetos de Espaço Público, é a *Complexidade* (média de 3,76) e o aspeto considerado de menor dificuldade/desafio é o *Individualismo* (média de 2,88), como exposto na Figura 17 e no Quadro 15.

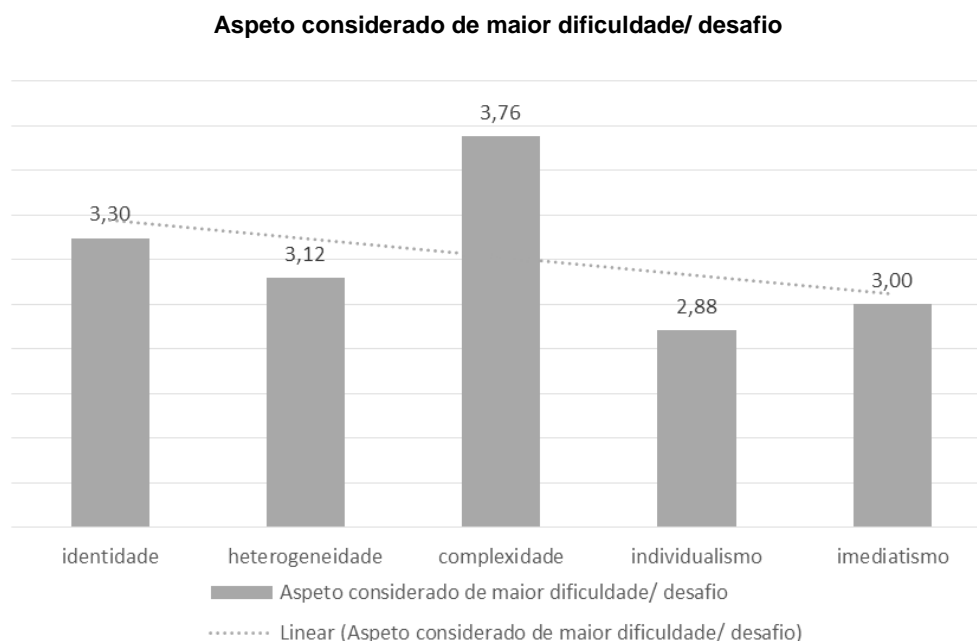


Figura 17 – Média da classificação dada aos aspetos da Sociedade atual que os inquiridos consideraram constituir maior ou menor dificuldade/desafio do ponto de vista da prática [Fonte: Meneses, M.L.]

Quadro 15 – Resultados obtidos quanto à classificação dos aspetos da Sociedade atual mediante a maior percentagem de respostas dadas a cada aspeto e a sua relação com a classificação [Fonte: Meneses, M.L.]

Aspeto da Sociedade atual	% de respostas dadas	Classificação face à escala	Grau de dificuldade
<i>Identidade</i>	38%	3	
<i>Complexidade</i>	37%	4	Maior dificuldade
<i>Imediatismo</i>	31%	3	
<i>Heterogeneidade</i>	28%	4	
<i>Individualismo</i>	25%	2	Menor dificuldade

Verifica-se no Quadro anterior que quanto aos resultados aferidos, mediante a percentagem de respostas dadas a cada aspeto, nenhum dos aspetos mostra a classificação 5 (nível de maior dificuldade). No entanto, é interessante verificar que, de um modo mais detalhado, os resultados mostram que o aspeto que reuniu mais respostas com nível 5 foi a *Complexidade* (25 respostas). Que de resto reforça o que revelam os valores médios que, embora a classificando em nível 4, também destacam a *Complexidade*. Aqui é curioso verificar-se que apesar de nos valores médios obtidos o *Individualismo* ser classificado como nível 2, nesta análise verifica-se que foi o segundo aspeto, a seguir à *Complexidade*, que reuniu mais votos de classificação 5 (17 respostas), o que quer dizer que alguns inquiridos o consideram de grande dificuldade. Seguido da *Identidade* (13 respostas), da *Heterogeneidade* (11 respostas) e por fim do *Imediatismo* (6 respostas), como representa a Figura18.

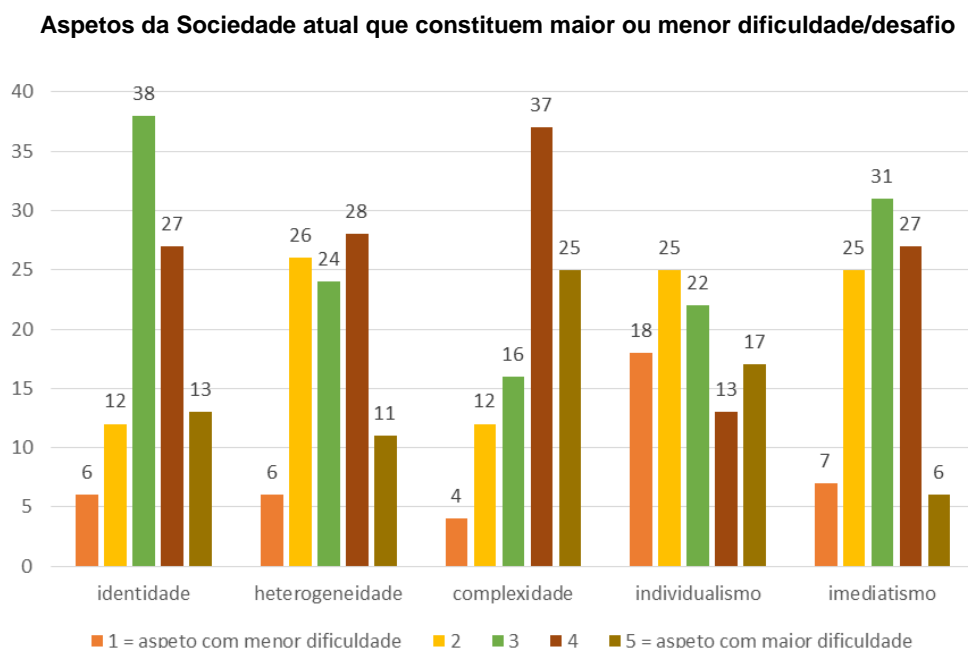


Figura 18 – Classificação, com a escala de 1 a 5, dos aspetos da Sociedade atual que os inquiridos consideram constituir maior ou menor dificuldade/desafio do ponto de vista da prática [Fonte: Meneses, M.L.]

É notório que os resultados apresentam uma grande variedade de respostas, ou seja, os inquiridos distribuem-se pelos diferentes aspetos de um modo muito heterogéneo, o que não possibilita uma visualização concreta das suas posições. Atendendo à análise possível dos resultados, baseada no maior número de respostas aferido em cada aspeto, podemos dizer que os arquitetos classificam os aspetos da Sociedade atual de acordo com o apresentado no Quadro 15, ou seja, a *Complexidade* surge como a aspeto de maior dificuldade aquando da elaboração de um projeto de Espaço Público e o *Individualismo* como o de menor dificuldade. Muito embora nos parece acertado ressaltar que, devido à distribuição diversa de opiniões, os inquiridos logo os arquitetos, tomam de um modo geral os 6 aspetos da Sociedade atual como caraterizadores da sua circunstância.

4.3.4 ESPECIFICIDADES DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

Era pedido aos inquiridos que de um conjunto de onze especificidades assinalassem as cinco que consideram serem próprias do Espaço Público Contemporâneo.

Os resultados referentes à opinião dos inquiridos quanto às questões específicas da conjuntura atual do Espaço Público Contemporâneo, que aqui designamos de especificidades, mostram que as cinco especificidades mais consideradas pelos inquiridos foram: *Degradação física*; *Soluções espaciais desajustadas*; *Tráfego automóvel*; *Insegurança* e *Envelhecimento da população*.

É curioso observar que três das especificidades obtiveram o mesmo número de respostas, ou seja, dos 98 inquiridos, 66% selecionaram a *Degradação física*, *Soluções espaciais desajustadas* e *Tráfego automóvel* como sendo as especificidades que consideram ser as mais próprias da conjuntura atual. Seguindo-se a *Insegurança* (58%) e o *Envelhecimento da população* (49%), como evidenciado na Figura 19.

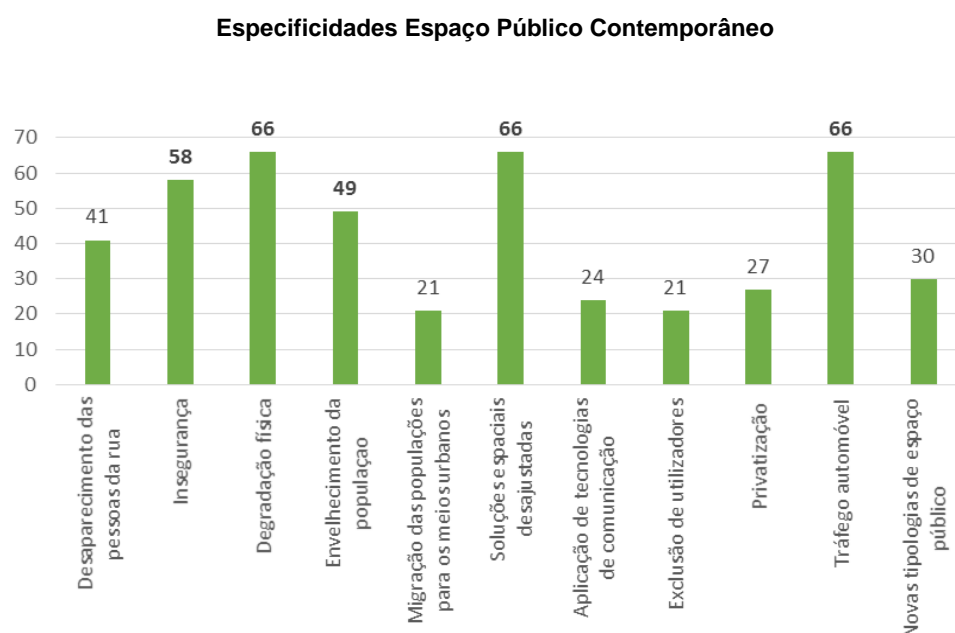


Figura 19 – Seleção das especificidades do Espaço Público Contemporâneo pelos inquiridos do Grupo A
[Fonte: Meneses, M.L.]

Procurando, uma vez mais, perceber se a experiência profissional na área de Planeamento Urbano (projeto de Espaço Público) influencia a opinião dos inquiridos, neste caso, se há diferença significativa entre as cinco opções de escolha de especificidades, estabeleceu-se a comparação dos resultados aferidos nos dois grupos de análise, como mostra a Figura 20.

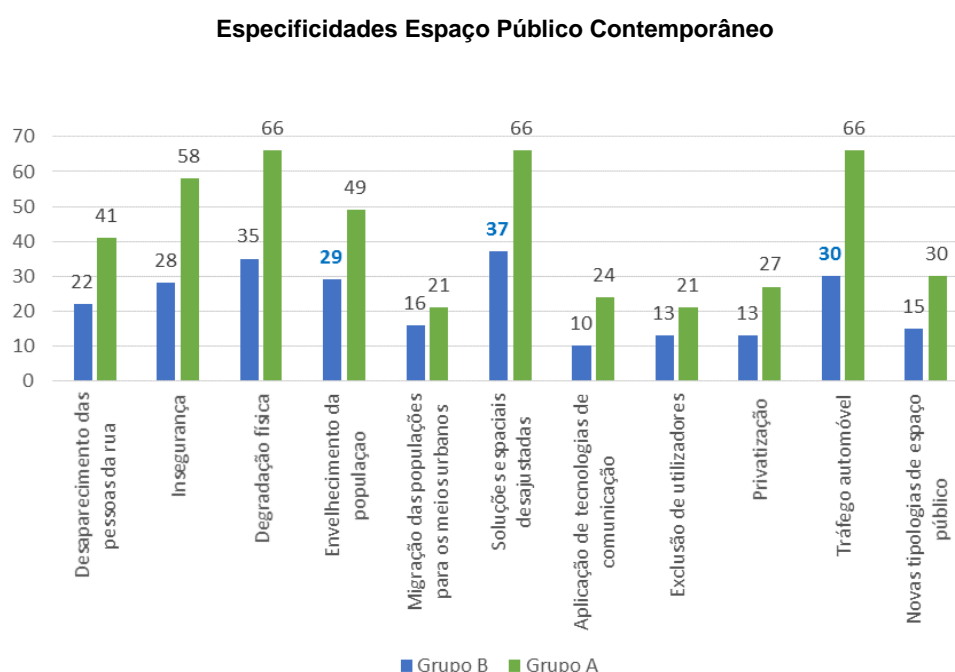


Figura 20 – Comparação da seleção das especificidades do Espaço Público Contemporâneo entre os grupos de análise [Fonte: Meneses, M.L.]

Após a interpretação da comparação estabelecida na Figura 20 observa-se que a escolha das cinco especificidades recai exatamente sobre as mesmas opções em ambos os grupos. Sendo também possível verificar que, não só se verificam as 5 escolhas comuns, como também cada uma delas apresenta percentagem semelhante quanto ao número de respostas. Estes resultados permitem inferir que os dois grupos partilham da mesma opinião face às questões específicas que, próprias da conjuntura atual da relação cidade/ sociedade/ espaço, pontuam o Espaço Público Contemporâneo.

Ainda quanto à conjuntura do Espaço Público Contemporâneo questionamos os inquiridos sobre quais consideram ser os motivos que estão na origem das suas especificidades. Foi, então, pedido que, perante o conjunto de especificidades apresentado na questão anterior (questão número 11), indicassem a relevância de cada motivo, de modo a aferir os que consideram: *Pouco Relevante; Relevante e Muito Relevante*.

A opinião dos inquiridos quanto a esta questão mostra que em pelo menos dois motivos (a *falta de políticas de manutenção e gestão* e as *infraestruturas de comunicação*) as respostas dos inquiridos permitem traçar posições claras. Sendo que dos 98 inquiridos 70% consideram como motivo muito relevante a *falta de políticas de manutenção e gestão do Espaço Público*. Seguindo-se 62% que consideram as *Infraestruturas de comunicação segmentarem e fraturarem o território e atomizarem as relações sociais*. Nestes dois motivos, atendendo ao facto de que mais de 50% dos inquiridos comungam da mesma avaliação, verifica-se uma homogeneidade no tipo de resposta. Por sua vez, as restantes respostas, mostram valores mais diversos quanto ao tipo de relevância considerada pelos inquiridos. Segue-se, assim, o *desajuste de um modelo de integração social* 52% dos inquiridos, como um motivo relevante, 37% inquiridos como muito relevante e apenas 6% dos inquiridos como pouco relevante. Com semelhante diversidade de resposta verifica-se o *decréscimo do papel de sociabilização da cidade, que proporciona o surgimento de comportamentos que geram o medo e a insegurança* considerado por 48% dos inquiridos como relevante, por 39% como muito relevante e somente por 9% como pouco relevante. Por último, apresentam-se dois motivos considerados pouco relevantes. Assim, temos 47% dos inquiridos que consideram o *Espaço Público ser considerado como expressão de poder e assunto de controlo político* e 43% dos inquiridos a *realização efetiva do Espaço Público surgir pontuada por preconceitos sociais e uma série de exclusões*. Veja-se a relação da relevância considerada pelos inquiridos do Grupo A para cada motivo na Figura 21.

Motivos que estão na sua origem das especificidades do Espaço Público Contemporâneo

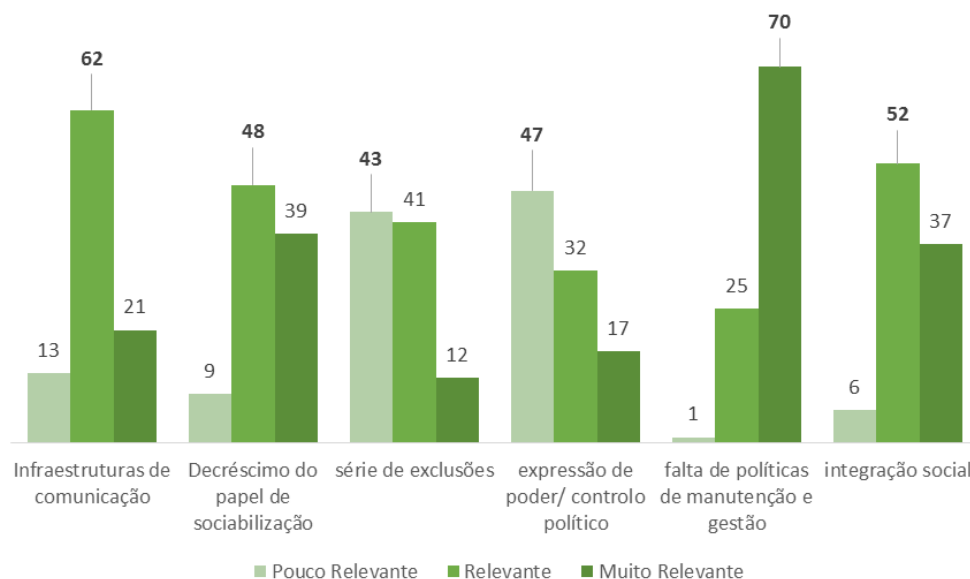


Figura 21 – Especificidades do Espaço Público Contemporâneo consideradas pelo Grupo A [Fonte: Meneses, M.L.]

Note-se que estes resultados permitem inferir que o último motivo acima referido (*série de exclusões*) é o que apresenta um diferencial menor entre o tipo de relevância considerada pelos inquiridos, ou seja, é o motivo em que é menos evidente a posição dos arquitetos face aos motivos que estão na origem das especificidades do Espaço Público Contemporâneo.

De salientar que tendo em conta apenas o Grupo B os resultados apresentam-se semelhantes, quanto aos três primeiros motivos e com ligeiras alterações quanto aos restantes. Assim, dos 53 inquiridos, 75%, 73% e 55% dos inquiridos consideram, respetivamente, como motivo muito relevante a *falta de políticas de manutenção e gestão do Espaço Público*, como motivos relevantes as *Infraestruturas de comunicação segmentarem e fraturarem o território e atomizarem as relações sociais* e o *desajuste de um modelo de integração social*. Quanto aos restantes motivos apresentam-se com as seguintes distribuições de resposta. O *decréscimo do papel de sociabilização da cidade*, é considerado por 45% dos inquiridos como relevante. Como motivos considerados pouco relevantes verificam-se igualmente o *Espaço Público ser considerado como expressão de poder e assunto de controlo político* (38%) e a *realização efetiva do Espaço Público surgir pontuada por preconceitos sociais e uma série de exclusões* (47%), como se pode verificar na Figura 22.

Motivos que estão na sua origem das especificidades do Espaço Público Contemporâneo

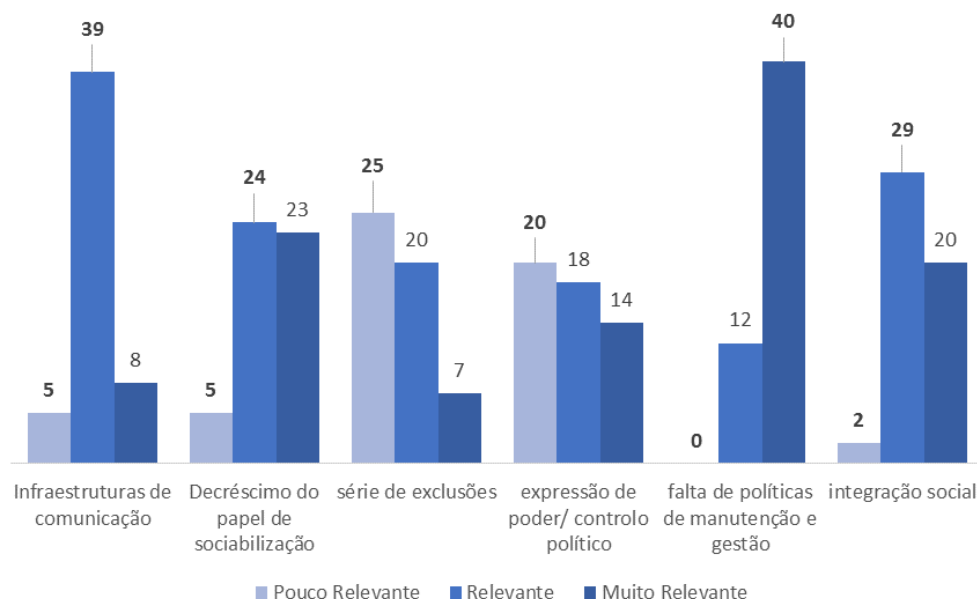


Figura 22 – Especificidades do Espaço Público Contemporâneo consideradas pelo Grupo B [Fonte: *Meneses, M.L.*]

Como modo de estabelecer uma síntese comparativa entre as respostas dos dois grupos apresenta-se o Quadro 16 onde se pode fazer uma leitura mais rápida dos resultados e aferir a relevância de cada motivo.

Quadro 16 – Resultados obtidos quanto à classificação da relevância de cada motivo mediante a maior percentagem de respostas dadas a cada motivo e a sua relação com a classificação [Fonte: *Meneses, M.L.*]

Motivos	% de respostas dadas		Classificação
	Grupo A	Grupo B	
<i>Falta de políticas de manutenção e gestão</i>	70%	75%	Muito Relevante
<i>Infraestruturas de comunicação</i>	62%	73%	Relevante
<i>Integração social</i>	52%	55%	Relevante
<i>Decréscimo do papel de sociabilização</i>	48%	45%	Relevante
<i>Expressão de poder/ controlo político</i>	47%	38%	Pouco Relevante
<i>Série de exclusões</i>	43%	47%	Pouco Relevante

Note-se que, no Quadro apresentado, é possível verificar que os dois primeiros motivos obtiveram uma homogeneidade quanto à relevância considerada pelos inquiridos, o que permite inferir uma posição clara dos arquitetos quanto a estes dois motivos. Já nos três motivos

seguintes os resultados não apresentam posições tão claras mas sim revelam grande diversidade. Pode também verificar-se que, entre as respostas dos dois grupos, há uma ligeira alteração de percentagem de respostas (com ligeiras oscilações para mais e menos percentagem). Dentro da leitura possível dos resultados, entende-se certo dizer que a falta de políticas de manutenção e gestão e as infraestruturas de comunicação são claramente motivos que na opinião dos arquitetos estão na origem das especificidades do Espaço Público Contemporâneo. Já quanto aos outros motivos parece correto entender-se que são motivos onde a posição não é tão evidente, muito embora, nos pareça aceitável toma-los segundo a classificação obtida no Quadro 16.

4.3.5 TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

Procurou-se, nesta categoria, aferir a opinião dos arquitetos sobre quais entendem ser as estratégias de resposta, mais adequadas, às especificidades do Espaço Público Contemporâneo. Assim, solicitou-se aos inquiridos que, tendo em conta o conjunto de estratégias apresentadas, assinalassem as quatro que consideram poder ter mais impacto para a transformação do Espaço Público Contemporâneo.

As estratégias mais assinaladas foram a *Diversidade de usos* com 68% de respostas, seguida da *Adaptabilidade dos espaços* com 62%, depois *Processos de Manutenção adequados e contínuos* e *Sistema do poder político* com 50% e por fim *Encontros coletivos de proximidade* com 48%. De salientar que as primeiras estratégias referidas apresentam, cada uma, um número de respostas igual ou superior a 50% dos inquiridos, facto que deixa evidente a posição dos arquitetos quanto à sua perceção. Já quanto ao resultado relativo à estratégia *Encontros coletivos de proximidade* a posição dos inquiridos não é tão evidente, pois embora se registem 48 inquiridos com a mesma opinião, é um valor abaixo dos 50%. Para as restantes estratégias registam-se valores entre os 38% e 13%, sendo a estratégia *Função comercial* considerada como a resposta menos adequada face às especificidades do Espaço Público Contemporâneo.

Considerando apenas os inquiridos do Grupo B registam-se valores com expressão semelhante à do Grupo A, verificando-se as mesmas opções de resposta, somente com ligeiras alterações de percentagem. Assim, destacam-se igualmente a *Diversidade de usos* com 70% de respostas e a *Adaptabilidade dos espaços* com 64%. De seguida *Processos de Manutenção adequados e contínuos* e *Sistema do poder político* com 51% e depois, como quarta escolha, a *Configuração formal dos espaços* com 47% de respostas, como mostra a figura 23.

Estratégias de resposta às especificidades do Espaço Público Contemporâneo

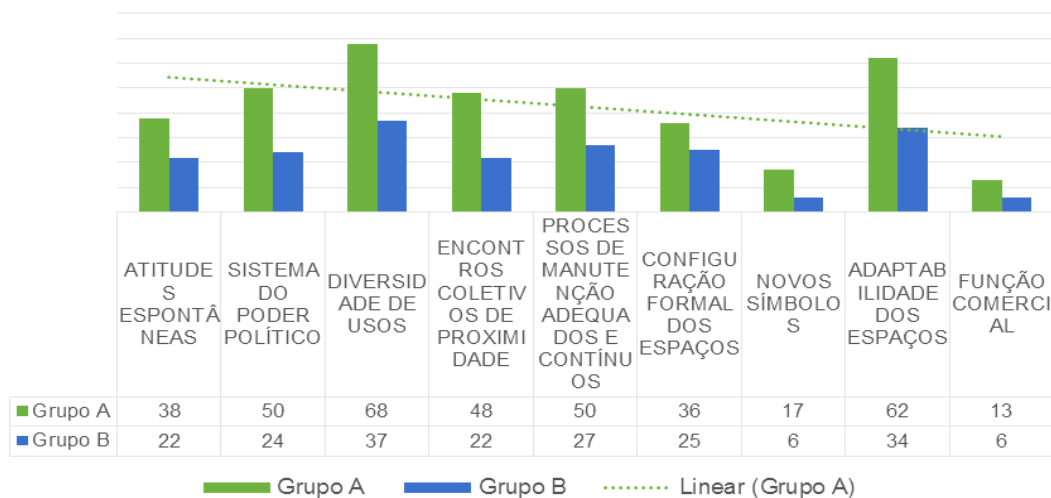


Figura 23 – Comparação entre as respostas consideradas estratégicas pelos dois grupos de análise
[Fonte: Meneses, M.L.]

Dos resultados obtidos verifica-se que as soluções apontadas pelos inquiridos dos dois grupos, como sendo as respostas mais adequadas para a transformação do Espaço Público Contemporâneo, apresentam alguma variação entre os grupos e são as que se mostram no Quadro 17.

Quadro 17 – Comparação entre as respostas consideradas estratégicas pelos dois grupos de análise
[Fonte: Meneses, M.L.]

Estratégias	% de respostas dadas	
	Grupo A	Grupo B
<i>Diversidade de usos</i>	68%	70%
<i>Adaptabilidade dos espaços</i>	62%	64%
<i>Processos de Manutenção adequados e contínuos</i>	50%	51%
<i>Sistema do poder político</i>	50%	45%
<i>Encontros coletivos de proximidade</i>	48%	42%
<i>Atitudes espontâneas</i>	38%	42%
<i>Configuração formal dos espaços</i>	36%	47%
<i>Novos símbolos</i>	17%	11%
<i>Função comercial</i>	13%	11%

Note-se que as três primeiras soluções apresentadas mostram percentagens de resposta igual ou acima dos 50%. Este facto permite-nos dizer que os arquitetos as consideram soluções/estratégias adequadas para a transformação do Espaço Público atual, a referir: *Diversidade de usos*, *Adaptabilidade dos espaços* e *Processos de Manutenção adequados e contínuos*. A estas seguem-se o Sistema do poder político e os encontros coletivos de proximidade. De referir que a Configuração formal dos espaços mostra uma percentagem superior no Grupo B, perto dos 50%, em comparação com o Grupo A. Relativamente à solução/estratégia menos considerada pelos arquitetos, os resultados mostraram ser a *Função Comercial*.

4.3.6 PRÁTICA PROFISSIONAL

O inquérito aplicado termina com três questões (pergunta 14, 15 e 16) relacionadas com a prática profissional, pretendendo-se aferir a opinião dos arquitetos quanto a questões mais relacionadas especificamente com o projeto de Espaço Público. Pelo que seguidamente serão apresentados os resultados obtidos tendo em conta a opinião dos dois grupos de análise, como tem sido concretizado ao longo desta apresentação e discussão dos resultados.

Primeiramente colocou-se aos inquiridos uma questão sobre quais entende serem os aspetos mais valorizados pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público, seguindo-se uma questão sobre como entende que as transformações efetivas do Espaço Público são interpretadas e consideradas na prática profissional aquando do projeto do Espaço Público Contemporâneo e por fim, atendendo à experiência profissional de cada inquirido, foi solicitado que indicassem um exemplo de projeto/obra no Espaço Público que considere ser modelar. Fechando-se esta questão com a indicação do motivo que o inquirido entende ter sido determinante para a sua escolha.

Aspetos considerados pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público

Perante a questão colocada aos inquiridos sobre quais consideram ser os aspetos muito e pouco valorizados pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público, os resultados obtidos revelam claramente uma homogeneidade de opinião. Evidencia-se, como o aspeto considerado muito valorizado a *Viabilidade económica*, com a resposta de 80% dos inquiridos. Por sua vez, e em contraponto, o aspeto considerado como sendo pouco valorizado, pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público, evidenciou-se a *Coesão social* com a resposta de 76% dos inquiridos, como mostra a Figura 24.

Aspetos considerados muito valorizados pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público

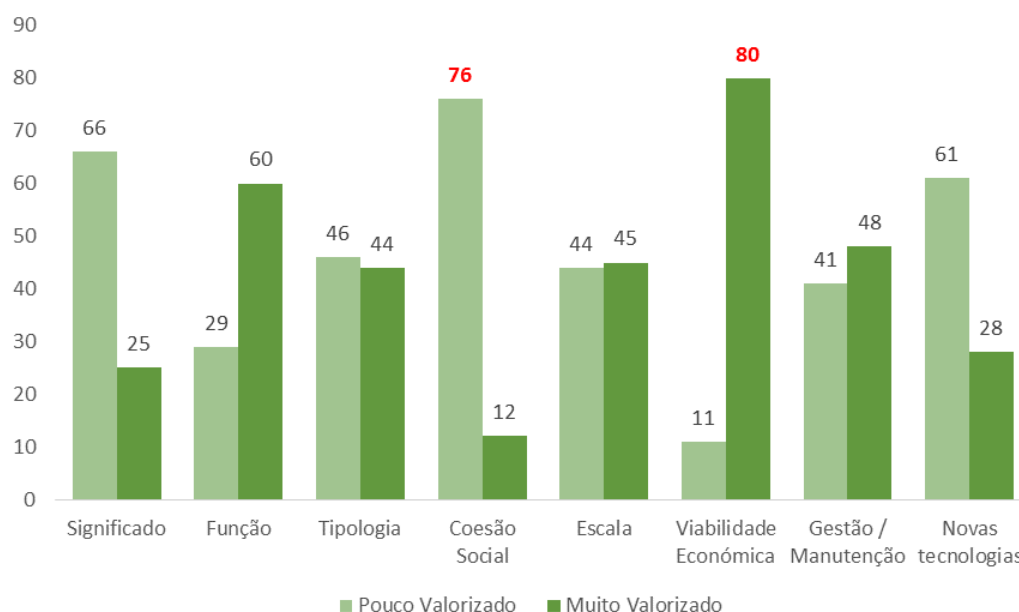


Figura 24 – Aspetos considerados pelo Grupo A como os mais e menos valorizados pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público [Fonte: *Meneses, M.L.*]

Os restantes aspetos apresentam respostas heterogéneas. Sendo relevante destacar que, como segundo aspeto considerado pelos inquiridos como muito valorizado apresenta-se a *Função* (60%), ou seja, com um nível de respostas superior a 50% dos inquiridos. Por sua vez, no que respeita ao segundo aspeto considerado pelos inquiridos como pouco valorizado, evidencia-se o *Significado* (66%), com também um nível de respostas superior a 50%.

Note-se que tendo em conta apenas as respostas do Grupo B os resultados apresentam também como aspeto considerado pelos inquiridos como muito valorizado pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público a *Viabilidade Económica* (85%). Verifica-se um acentuar da percentagem de inquiridos neste grupo. Seguindo-se, tal como no Grupo A, como segundo aspeto muito valorizado a *Função* (69%). Quanto aos aspetos considerados pelos inquiridos como pouco valorizados surgem em destaque a *Coesão social* (74%) seguindo-se o *Significado* (60%) e as *Novas tecnologias* (60%), com igual resultado. Sendo nos dois casos superior a 50%, como mostra Figura 25.

Aspetos considerados muito valorizados pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público

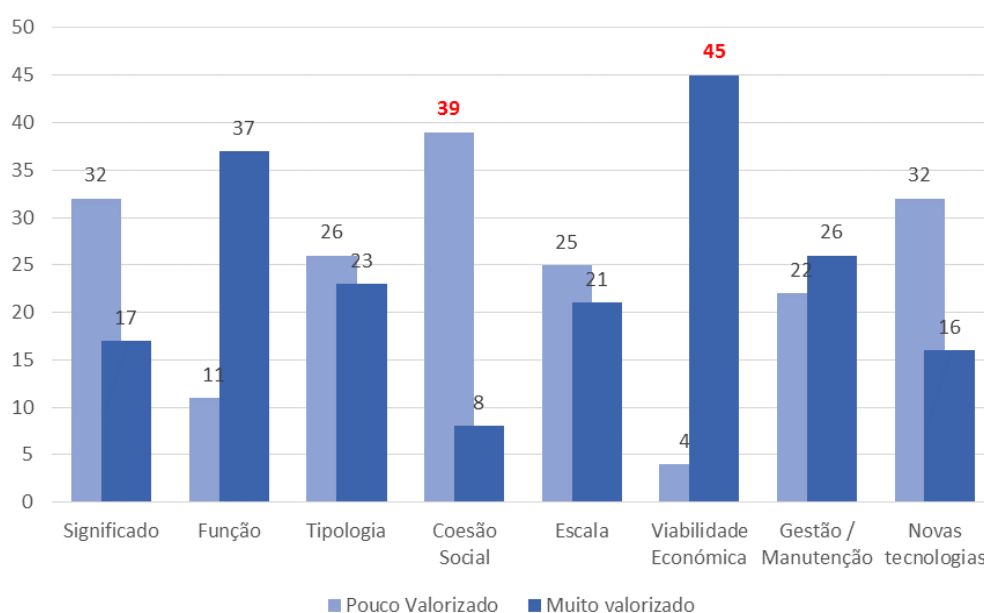


Figura 25 – Aspetos considerados pelo Grupo B como os mais e menos valorizados pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público [Fonte: Meneses, M.L.]

Assim, os resultados obtidos em ambos os grupos de análise permitem inferir que dos aspetos apontados se destacam claramente, como aspetos considerados muito valorizados (com comunhão de respostas superiores a 60% em ambos os grupos), a *Viabilidade Económica* e a *Função*. Como aspetos considerados pouco valorizados apresentam-se a *Coesão Social* e o *Significado* (com comunhão de respostas superiores a 50% em ambos os grupos), como mostra o Quadro 18.

Quadro 18 – Resultados ordenados quanto à classificação da relevância de cada motivo [Fonte: Meneses, M.L.]

Aspetos considerados		% de respostas dadas	
		Grupo A	Grupo B
Muito valorizados (respostas acima dos 60% em ambos os grupos)	<i>Viabilidade Económica</i>	80%	85%
	<i>Função</i>	60%	69%
Pouco valorizados (respostas acima dos 60% em ambos os grupos)	<i>Coesão Social</i>	76%	74%
	<i>Significado</i>	66%	60%
	<i>Novas Tecnologias</i>	61%	60%

Verifica-se que os aspetos: *Tipologia*, *Escala* e *Gestão/Manutenção* apresentam a mesma percentagem de respostas quanto a inquiridos que os consideram muito valorizados e pouco valorizados. O que nos permite dizer que relativamente a estes aspetos os arquitetos se posicionam divididos.

Os resultados quanto ao destaque da *Viabilidade Económica* como o aspeto muito valorizado face à *Coesão Social* como o aspeto menos valorizado eram de algum modo expectáveis, ou seja, considerando o facto de que as entidades gestoras registam usualmente uma proeminência de preocupação quanto a aspetos relacionados com fins lucrativos e menos focados nas questões sociais.

Interpretação das transformações

Os resultados referentes à questão sobre como os inquiridos consideram que as transformações efetivas do Espaço Público são interpretadas e consideradas na prática profissional aquando do projeto do Espaço Público Contemporâneo, mostram uma variedade quanto às opiniões aferidas. Destaca-se a opinião dos inquiridos que entende como mais adequado haver um *ACOMPANHAMENTO das práticas face às transformações efetivas do Espaço Público* (37%). Seguindo-se os inquiridos que entendem haver um *DESFASAMENTO entre as práticas e a realidade das transformações efetivas do Espaço Público* (28%), depois seguem-se os inquiridos que entendem que o mais adequado é considerar-se uma *IMPOSIÇÃO das transformações efetivas do Espaço Público sobre as práticas* (17%) e finalmente os inquiridos que consideram haver um *AFASTAMENTO das práticas da realidade das transformações efetivas do Espaço Público* (11%), como mostra a Figura 26.

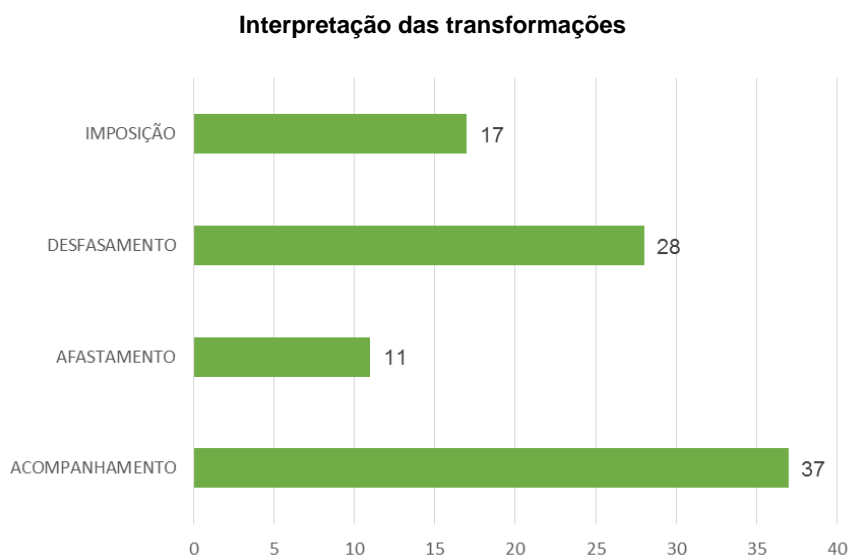


Figura 26 – Interpretação das transformações ocorridas no Espaço Público pelo Grupo A [Fonte: Meneses, M.L.]

Considerando apenas as respostas do Grupo B os resultados evidenciam as mesmas escolhas ou seja, verifica-se igualmente um destaque relativamente à opinião dos inquiridos que entende como mais adequado haver um *ACOMPANHAMENTO das práticas face às transformações*

efetivas do Espaço Público (41%). Seguindo-se os inquiridos que entendem haver um DESFASAMENTO entre as práticas e a realidade das transformações efetivas do Espaço Público (30%), depois seguem-se os inquiridos que entendem que o mais adequado é considerar-se uma IMPOSIÇÃO das transformações efetivas do Espaço Público sobre as práticas (15%) e finalmente os inquiridos que consideram haver um AFASTAMENTO das práticas da realidade das transformações efetivas do Espaço Público (7%), como mostra a Figura 27.

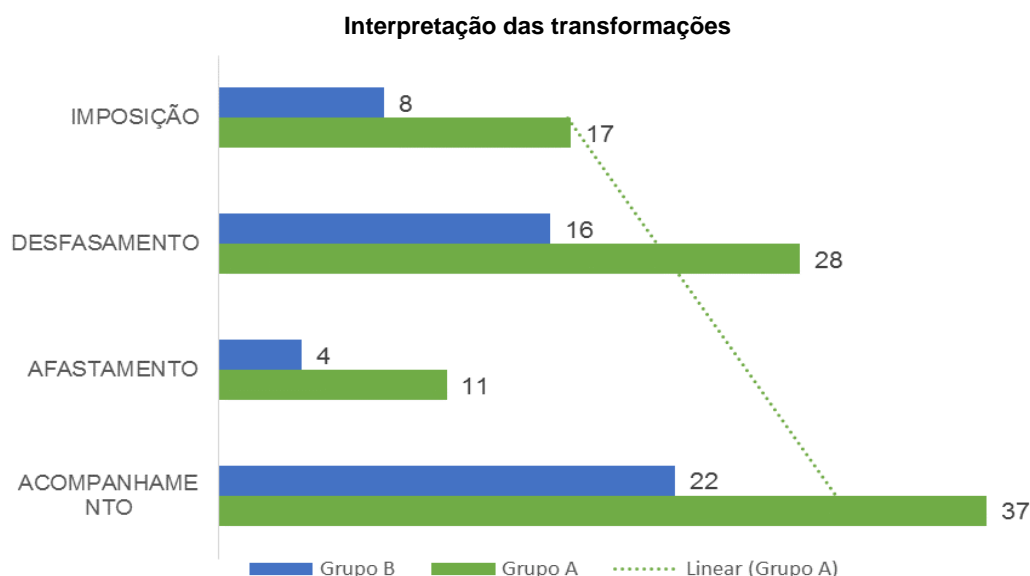


Figura 27 – Comparação da Interpretação das transformações ocorridas no Espaço Público pelos 2 grupos [Fonte: Meneses, M.L.]

Os resultados aferidos no grupo B permitem reforçar a observação de que no geral há uma posição clara de que os inquiridos consideram que há um *ACOMPANHAMENTO das práticas face às transformações efetivas do Espaço Público*. O que nos permite dizer que os arquitetos consideram que as transformações efetivas do Espaço Público são tidas em conta aquando do desenvolvimento prático dos projetos de Espaço Público.

Quadro 19 – Resultados ordenados quanto à interpretação das transformações [Fonte: Meneses, M.L.]

Interpretação das transformações	% de respostas dadas	
	Grupo A	Grupo B
<i>Acompanhamento</i>	37%	41%
<i>Desfasamento</i>	28%	30%
<i>Imposição</i>	17%	15%
<i>Afastamento</i>	11%	7%

Projeto/Obra considerado modelar no Espaço Público

Por último, a questão final do questionário solicitou aos inquiridos que, atendendo à sua experiência profissional, indicassem um exemplo de projeto/obra no Espaço Público que considerem ser modelar. Foi pedida indicação do nome, da tipologia e da localização do projeto/obra escolhido. Por se tratar de uma questão aberta e de âmbito pessoal, as respostas foram muito diferenciadas, como mostra a Quadro 20. Importa referir que dos 98 inquiridos apenas 66 inquiridos responderam a esta questão, e que dos 66 inquiridos 37 (56%) pertencem ao Grupo B, ou seja, têm experiência profissional na área de Planeamento Urbano.

Quadro 20 – Síntese das escolhas feitas pelos inquiridos quanto ao seu projeto/obra modelar [Fonte: *Meneses, M.L.*]

Projeto/Obra considerado modelar no Espaço Público					
Obra/ Projeto	Tipologia	Localização	Grupo A	Grupo B	Nº respostas
"Uma Horta em Cada Esquina", projeto "Mais Pra Menos Que Pra Mais"	Hortas provisórias no espaço urbano	Montemor-o-Novo	1		1
Alameda de São Damaso	Praça pública	Guimarães	1		1
Av. dos Aliados	Avenida	Porto	2	1	3
Casa da Música	Praça	Porto		1	1
Central Park	Parque	Nova Iorque		1	1
Contínuo urbano que liga o parque da cidade ao mar	Plano	Porto	2		2
Espaço público envolvente à praça de Oslo	Lazer	Oslo	1		1
Flon	Reabilitação urbana	Lausanne		1	1
Frente marítima	Frente marítima	Viana do Castelo	1		1
Frente marítima	Frente marítima	Vila do Conde	1		1
Frente marítima	Frente marítima	Matosinhos	2		2
Área das Galerias de Paris	Rua	Porto		2	2
High line	Parque	Nova Iorque	2	1	3
Largo da Oliveira	Largo/Praça	Guimarães	1	1	2
Marginal de Esposende	Marginal pedonal	Esposende	2		2
Metro do Porto	Arranjos exteriores	Porto	1		1
Não tenho			1		1
Parque da cidade	Parque urbano/verde	Porto	6	6	12
Parque da devesa	Parque	Vila Nova de Famalicão	1		1
Parque das Nações	Frente ribeirinha	Lisboa	3	4	7
Parque Eduardo VII	Parque	Lisboa	1		1
Praça de Lisboa	Comércio / passagem / estar	Porto	2		2
Passadiço sobre rio ave	Equipamento desportivo/ lazer	Santo Tirso		1	1

Place Léon Aucoc	Praça	Bordeaux	1		1
Polis Gondomar	Requalificação Ribeirinha	Gondomar	1		1
Fórum e Praça Dr. José Vieira de Carvalho	Praça/Fórum	Maia		1	1
Praça de São Pedro	Praça	Roma	1		1
Praça do Geraldo	Praça pública	Évora		1	1
Praça do Toural	Praça	Guimarães	1	1	2
Praça Georges Pompidou	Praça	Paris		1	1
Projeto SAAL	Arranjos exteriores dos complexos de habitação	Porto	1		1
Quarteirão das Cardosas	Urbano	Porto		1	1
Marginal Vila Nova de Gaia	Arranjo de espaço público	Vila Nova de Gaia		1	1
Ribeira das Naus	Requalificação	Lisboa	1		1
Shouwburgplein	Praça	Roterdão		1	1
Zhujiang new town	Garden	Guangzhou		1	1
36 Opções			37	29	66

Do apresentado isolaram-se as opções de respostas que mostram pelo menos duas ou mais respostas coincidentes (demarcadas no quadro, na coluna do nº de respostas). Assim, das 36 opções obtidas destacam-se 11 opções como as mais escolhidas pelos inquiridos como um exemplo de projeto/obra no Espaço Público que consideram ser modelar, veja-se Figura 28.

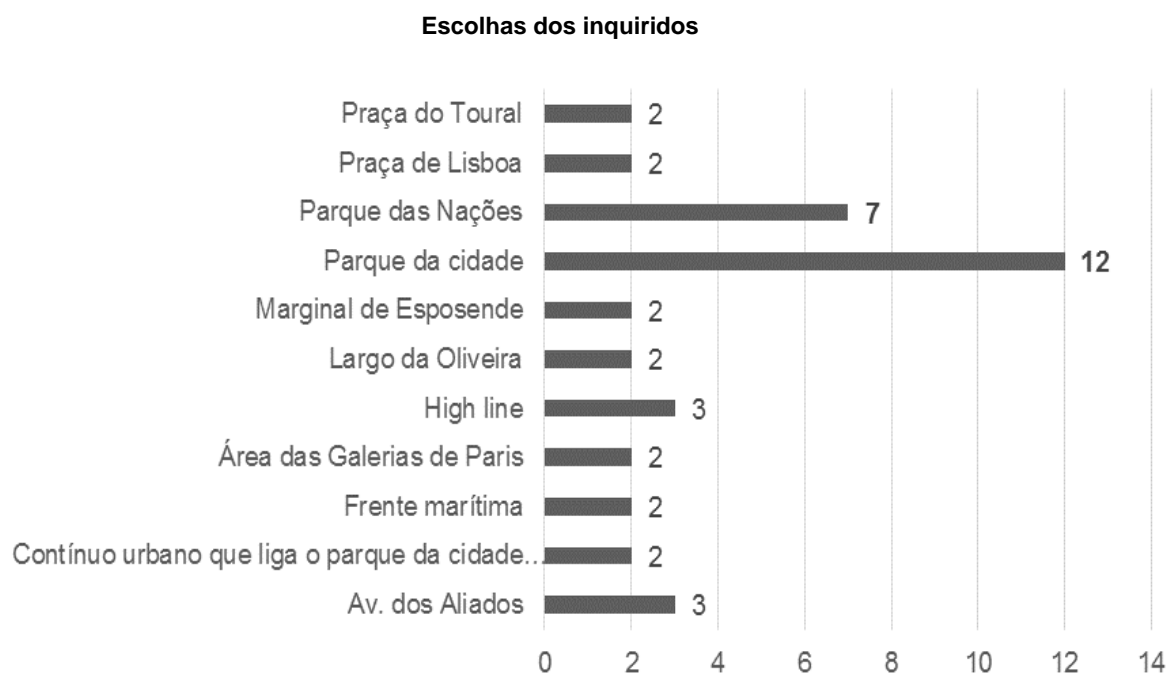


Figura 28 – Listagem das escolhas dos inquiridos quanto ao projeto/obra no Espaço Público [Fonte: Meneses, M.L.]

Os resultados obtidos nas 11 opções mais escolhidas pelos inquiridos correspondem a 39 respostas. Destas 39 respostas, 16 são de inquiridos do Grupo A (41%) e 23 respostas são de inquiridos do Grupo B (59%), grupo que tem maior representatividade, como se pode verificar no acima Quadro 20.

É ainda possível verificar-se que das escolhas com maior número de respostas somente uma opção é no estrangeiro (Nova Iorque). Note-se que as duas opções mais escolhidas foram o Parque da cidade, Porto (12 respostas) e o Parque das Nações, Lisboa (7 respostas). Interessante é verificar que as duas escolhas dividem-se de modo semelhante entre os dois grupos. O que nos leva a considerar que quando se trata de escolher um espaço Público como modelar, parece revelar-se que a escolha é feita de um ponto de vista mais de utilizador, ou seja, o inquirido/arquiteto respondeu atendendo à sua satisfação pessoal enquanto frequentador do espaço.

Após indicarem a escolha, de um exemplo de projeto/obra no Espaço Público que consideram ser modelar, foi solicitado aos inquiridos que assinalassem o motivo que entenderam ser mais determinante para a sua escolha. Os resultados mostram que os inquiridos selecionaram como motivo mais determinante a *Multifuncionalidade* (27%), seguindo-se a *Configuração Espacial* e a *Função* (ambos com 11%), a *Tipologia* (7%), a *Localização* (5%) e por fim o *Estado de Conservação* e a *Simbologia* (4%). Note-se que a *Programação Cultural*, a *Segurança* e a *Vertente tecnológica* não foram considerados por nenhum inquirido como sendo um motivo relevante para efetuar a sua escolha, como mostra a Figura 29.

Motivo da escolha do espaço/obra, no Espaço Público, considerado modelar

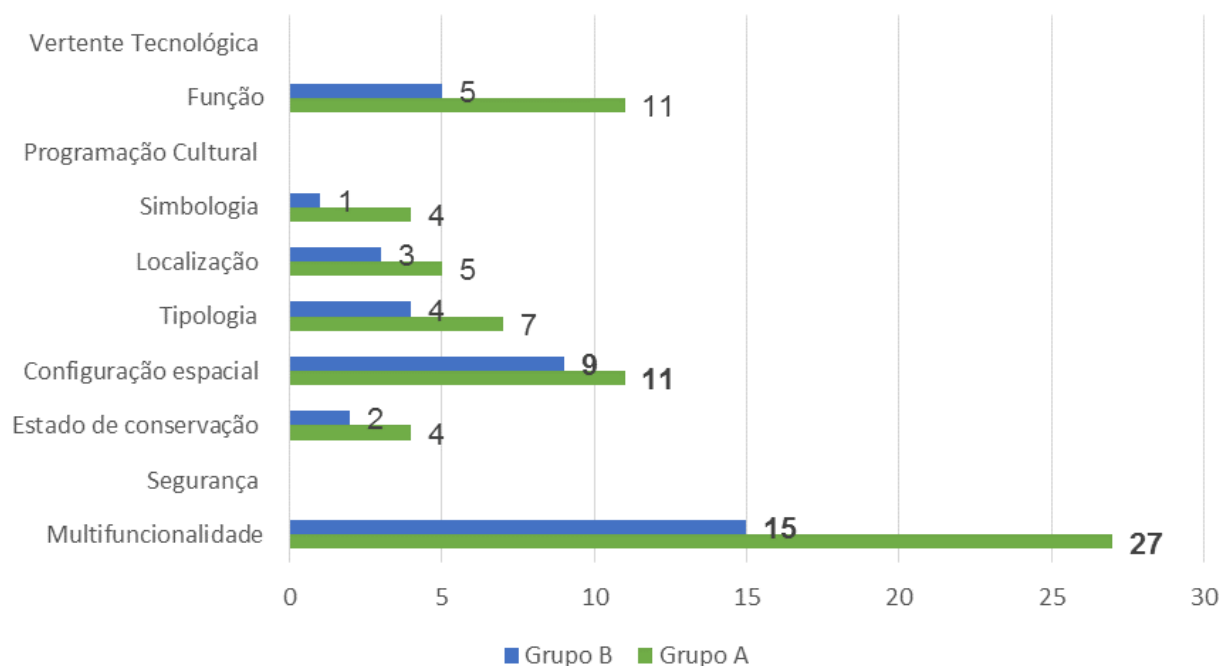


Figura 29 – Comparação entre os motivos da escolha nos dois grupos [Fonte: Meneses, M.L.]

Através dos resultados obtidos verifica-se que a ordenação dos motivos da escolha é a apresentada no Quadro 21.

Quadro 21 – Resultados ordenados quanto ao motivo da escolha [Fonte: *Meneses, M.L.*]

Motivo da escolha	% de respostas dadas	
	Grupo A	Grupo B
<i>Multifuncionalidade</i>	27%	28%
<i>Configuração espacial</i>	11%	17%
<i>Função</i>	11%	9%
<i>Tipologia</i>	7%	7%
<i>Localização</i>	5%	5%
<i>Simbologia</i>	4%	4%
<i>Estado de conservação</i>	4%	2%
<i>Segurança</i>	0%	0%
<i>Programação Cultural</i>	0%	0%
<i>Vertente Tecnológica</i>	0%	0%

Os resultados mostram que, embora se verifique uma grande variedade de respostas, de facto os motivos da escolha mais considerados foram a *Multifuncionalidade*, a *Configuração Espacial* e a *Função*. Sendo que a *Configuração Espacial* acentua a percentagem de respostas no Grupo B

4.4 PONTOS DE CONTACTO E/OU DE AFASTAMENTO ENTRE A VISÃO TEÓRICA E A PERCEÇÃO DA PRÁTICA

Feita a apresentação e discussão dos resultados do Estudo I – visão teórica e do Estudo II – percepção da prática, importa agora estabelecer uma confrontação dos resultados obtidos, colocando em discussão a visão de quem pensa e avalia o Espaço Público com a opinião de quem o projeta e o desenha, designadamente, as seis visões dos especialistas analisados e dos 98 arquitetos inquiridos.

Por forma a finalizar este capítulo, apresenta-se uma síntese, Quadro 22, que coloca em evidência os aspetos mais presentes e destacáveis que estão implícitos nos resultados que foram reunidos e interpretados, tanto nas visões analisadas como na percepção obtida. Esta averiguação, primeiro passo para o alcance das conclusões deste Estudo, permite constatar a relação entre a visão dos especialistas e a opinião dos arquitetos, lembrando que, como exposto no Capítulo 3, o Estudo I é a base para o Estudo II, e estabelecer conclusões sobre o que é mais destacável, o que os aproxima e os afasta nas suas considerações sobre o Espaço Público Contemporâneo e suas transformações.

Quadro 22 – Síntese de aspetos conclusivos – pontos de contacto e/ou de afastamento entre a visão Teórica e a Percepção da Prática [Fonte: *Meneses, M.L.*]

PONTOS DE CONTACTO E/OU AFASTAMENTO		
CATEGORIAS DE ANÁLISE	Visão dos seis autores	Percepção dos 98 arquitetos
RELAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO /SOCIEDADE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O espaço físico como suporte de comportamentos. ▪ A sociedade como geradora de comportamentos. 	<p><i>“A Sociedade como geradora de comportamentos juntamente com o Espaço Público como suporte de comportamentos formam a estrutura segundo a qual se articulam e se determinam as vivências ocorridas no espaço físico.”</i></p>
CONTEXTO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	<p>CIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma imagem mais optimista: Borja, (2003); Hou (2010); Indovina (2002) e Gehl (2002). ▪ Uma imagem mais apreensiva: Innerarity (2006) e Carmona (2010). <p>Um aspeto comum em todas as visões: <i>cidade contemporânea é constituída por espaços fragmentados.</i></p> <p>Destaca-se do conjunto citado o discurso de Indovina (2002).</p>	<p>1ª opinião aferida: <i>Transformação</i> 2ª opinião aferida: <i>Evolução</i> Designação menos escolhida: <i>Rutura</i></p>
	<p>ESPAÇO PÚBLICO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Individualiza-se Indovina (2002): <ul style="list-style-type: none"> ▪ perda de carater de sociabilização; ▪ declínio da função da praça como lugar de ajuntamento; ▪ novos espaços privados; ▪ crescimento da insegurança; ▪ redução dos Espaços Públicos - As restantes visões teóricas relacionam-se em certa medida com as proposições elencadas por este autor: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Borja (2003): problemática da privatização; prática de um urbanismo de produtos e de submissão ao mercado; força económica da iniciativa privada a par da debilidade das políticas de iniciativa pública; ▪ Hou (2010): os espaços públicos já não se encontram circunscritos às categorias arquetípicas; condicionamento da liberdade de expressão e de movimento e de gestão do EP ideologicamente e tendenciosa regulamentada; 	<p>- Proposições com que os inquiridos mais concordam:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>A praça e a rua perdem protagonismo</i> ▪ <i>Multiplicidades locais conectadas</i> ▪ <i>Novas expressões e usos.</i> ▪ <i>Velocidade e o imediatismo das rotinas quotidianas.</i> ▪ <i>Valorização do cidadão enquanto ser coletivo</i> ▪ <i>Lugar de uma comunicação de sociedades diferentes entre si</i> <p>- Proposições com que os inquiridos menos concordam:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Novos equipamentos</i> ▪ <i>Controlo de acessos</i> ▪ <i>Limites de uso</i>

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Innerarity (2006): perda de protagonismo da praça real para a virtual; imediatismo; espaços globais abstratos; destaque da esfera económica e da monofuncionalidade do EP; ▪ Gehl (2002): alteração dos usos do EP mas a par refere uma intensificação no interesse pela vida pública e pela cidade como lugar de encontro; ▪ Carmona (2010): tipo de políticas e processos de desenvolvimento implementados; privatização dos espaços; efeitos de exclusão e a procura de uma identidade espacial. <p>- Gehl (2002), Carmona (2010) e Borja (2003) falam de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ um interesse renovado pela vida pública; ▪ uma crescente consciência da esfera política quanto à importância das questões do espaço público e que a mudança emergente não deve ser considerada negativa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Destaque de proposições no Grupo B: <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Gestão tendenciosa</i> ▪ <i>Lógica lúdico-comercial</i>
<p>SOCIEDADE</p> <p>- Todos os autores falam de uma complexificação da natureza social e cultural das relações entre os indivíduos e o meio envolvente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>heterogeneidade;</i> ▪ <i>diversificação;</i> ▪ <i>individualismo;</i> ▪ <i>privatização;</i> ▪ <i>identidade;</i> ▪ <i>falta de significados;</i> ▪ <i>ocasionalidade;</i> ▪ <i>comunicação indireta;</i> ▪ <i>mudanças comportamentais e novos usos.</i> <p>- Borja (2003): <i>complexidade da sociedade, populações atuais são mais diversificadas e individualizadas.</i></p> <p>- Hou (2010): <i>sociedade democrática mais diversificada origina populações urbanas e culturas mais heterogêneas; capacidade dos indivíduos e das comunidades para transformar os espaços urbanos, através de utilizações de natureza espontânea.</i></p> <p>- Innerarity (2006): <i>processo de reformulação da esfera social; falta de oferta de significados comuns e falta de identidade.</i></p> <p>- Indovina (2002): <i>atual dinâmica social fragmentação, desarmonia; ocasionalidade; privatização e oportunismo individualista.</i></p> <p>- Gehl (2002): <i>sociedade com acentuados comportamentos de individualismo; vida diária acontecer cada vez mais na esfera privada..</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aspeto da sociedade que os inquiridos consideram que constitui a maior dificuldade/desafio aquando do projeto do Espaço Público: <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Complexidade</i> - Aspeto da sociedade que os inquiridos consideram que constitui menor dificuldade/desafio aquando do projeto do Espaço Público: <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Individualismo</i> - Ordem conferida aos aspetos, mediante os resultados obtidos, quanto à dificuldade que representam: <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Complexidade</i> ▪ <i>Identidade</i> ▪ <i>Heterogeneidade</i> ▪ <i>Imediatismo</i> ▪ <i>Individualismo</i>

<p style="text-align: center;">CONTEXTO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO</p>	<p>Posições com aspetos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Hou (2010): <i>existência de novas expressões fruto de atitudes espontâneas.</i> ▪ Indovina (2002): <i>o papel do espaço público não pode senão contrapor as características prevalecentes de complexidade da sociedade atual.</i> ▪ Gehl (2002): <i>a própria sociedade da informação está a originar a necessidade de “novos sentidos e significados à cidade como lugar de encontro”.</i> 	
<p style="text-align: center;">ESPECIFICIDADES DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO</p>	<p>No conjunto dos discursos predomina:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ existência de medo e insegurança; ▪ falta sentimento de liberdade; ▪ perda de símbolos; ▪ série de exclusões; ▪ lógica de produção que segue o capital; ▪ falta de entrelaçamento entre as liberdades individuais e a pluralidade cultural; ▪ carência organizativa e de objetivos; ▪ degradação física dos espaços; ▪ processos de gestão indevidamente geridos que resultam em sobre-gestão e/ou sub-gestão. <p>- Borja (2003):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ as infraestruturas de comunicação atomizam as pessoas; ▪ sentimento de medo no EP, falta de sentimento de liberdade; ▪ mobilidade individual generalizada; ▪ multiplicação das centralidades e perda de simbolismo dos lugares. <p>- Hou (2010):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ EP excludente e o realce de uma lógica de produção que segue o capital. <p>- Innerarity (2006):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ a falta de uma lógica de verdadeira igualdade; ▪ a falta de respeito pela pluralidade cultural. <p>- Indovina (2002):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ a carência organizativa e de objetivos; ▪ a degradação física; ▪ o surgimento de novos espaços de uso público (como os centros comerciais). <p>- Carmona (2010):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ a incompreensão das múltiplas dimensões do EP; ▪ as falhas de gestão do EP - sub-gestão e sobre-gestão; ▪ a evidência dos interesses capitais privados sobre debilidades da esfera pública. 	<p>- As 5 especificidades mais consideradas pelos inquiridos, como serem próprias do Espaço Público Contemporâneo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Degradação física;</i> ▪ <i>Soluções espaciais desajustadas;</i> ▪ <i>Tráfego automóvel;</i> ▪ <i>Insegurança;</i> ▪ <i>Envelhecimento da população.</i> <p>- Motivos considerados como <u>Muito Relevantes</u> na origem do conjunto das especificidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Falta de políticas de manutenção e gestão.</i> ▪ <i>Infraestruturas de comunicação</i> ▪ <i>Desajuste de um modelo de Integração social</i> ▪ <i>Expressão de poder/ controlo político.</i> ▪ <i>Série de exclusões.</i>

TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	<ul style="list-style-type: none"> - Indovina (2002) e Carmona (2010): <ul style="list-style-type: none"> ▪ processos de gestão e manutenção; - Innerarity (2006) e Carmona (2010): <ul style="list-style-type: none"> ▪ transformação do poder político; - Borja (2003): <ul style="list-style-type: none"> ▪ projeto de cidadania / espaço público construtor-ordenador; - Hou (2010): <ul style="list-style-type: none"> ▪ abordagem interdisciplinar que valorize o modo como o espaço público é utilizado; - Innerarity(2006) e Gehl (2002): <ul style="list-style-type: none"> ▪ experiências cara-a-cara, ações de diálogo e de proximidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégias consideradas como mais adequadas para responder às especificidades do Espaço Público Contemporâneo: - Grupo A /B <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Diversidade de usos</i> ▪ <i>Adaptabilidade dos espaços</i> ▪ <i>Processos de manutenção adequados e contínuos</i> ▪ <i>Sistema do poder político</i> ▪ <i>Encontros coletivos de proximidade</i> - Grupo B <ul style="list-style-type: none"> ▪ Configuração formal dos espaços
PRÁTICA PROFISSIONAL		<ul style="list-style-type: none"> - Os aspetos considerados como mais valorizados pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público: <u>Muito valorizados:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Viabilidade Económica</i> ▪ <i>Função</i> <u>Pouco valorizados:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Coesão Social Significado</i> ▪ <i>Novas Tecnologias</i> <hr/> <p>-Interpretação das transformações efetivas do Espaço Público aquando do projeto do Espaço Público Contemporâneo.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>ACOMPANHAMENTO das práticas face às transformações efetivas do Espaço Público.</i> <p>- Ordenação geral, mediante os resultados obtidos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1º <i>Acompanhamento</i> 2º <i>Desfasamento</i> 3º <i>Imposição</i> 4º <i>Afastamento</i> <hr/> <p>- Exemplo de projeto/obra no Espaço Público que considerada como modelar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Parques</i> ▪ <i>Praças</i> ▪ <i>Marginais e Frentes marítimas</i> <p>- Motivo da escolha:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Multifuncionalidade</i> ▪ <i>Configuração espacial</i> ▪ <i>Função</i>

Capítulo 5

CONCLUSÃO



Figura 30 – Expressão 1 no Espaço Público [Fonte:
<https://www.google.pt/search?q=bodies+in+urban+spaces&safe>]

5.1 INTRODUÇÃO

Neste último capítulo, apresentam-se as principais conclusões do estudo realizado, em conformidade com os objetivos formulados no Capítulo I (5.2.). O capítulo fecha-se com a exposição de algumas sugestões para futuras investigações (5.3.).

5.2 CONCLUSÕES DO ESTUDO

Confirmámos neste trabalho como o Espaço Público e o seu contexto não configuram uma realidade adquirida, mas antes dependem de uma construção complexa e variável no tempo, que exige um contínuo trabalho de análise e atuação. Perante fatores de mudança e de novas dinâmicas sociais, culturais, políticas e económicas identificáveis nos discursos teóricos sobre o Espaço Público, procuramos com esta dissertação perceber as transformações e especificidades apontadas nos discursos teóricos e qual a perceção dos arquitetos, aqueles que pensam a cidade e projetam o Espaço Público para ser vivido pelos cidadãos, sobre as mesmas.

Como expressámos na definição dos objetivos, visámos uma reflexão interdisciplinar sobre como se pensa o Espaço Público Contemporâneo, através de um ponto de vista que entrelaça a visão teórica e a prática. Para alcançar este objetivo central da dissertação, foi realizado um estudo que se consubstanciou em dois polos de análise, no Estudo I - visão teórica

interdisciplinar, recente e emergente acerca do Espaço Público Contemporâneo e no Estudo II - opinião dos arquitetos relacionada com o ato de projetar o Espaço Público Contemporâneo. Com efeito, estes estudos foram organizados segundo categorias de análise que permitiram alcançar uma síntese de pontos de afastamento e/ou contacto entre os contributos teóricos e a percepção da prática. As categorias de análise, conducentes ao objetivo central, estruturaram-se em quatro partes: a Relação Espaço Público/ Sociedade; o Contexto do Espaço Público Contemporâneo, categoria dividida em três subcategorias: Cidade / Espaço Público / Sociedade; as Especificidades do Espaço Público Contemporâneo e a Transformação do Espaço Público Contemporâneo. No primeiro estudo, indagou-se a visão teórica (concepções e perspetivas) de seis autores/especialistas sobre a temática do Espaço Público Contemporâneo, através dos conteúdos plasmados em seis documentos selecionados. No segundo estudo averiguou-se, através da aplicação de um questionário, a opinião de 98 arquitetos, membros da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitetos, sobre o projeto do Espaço Público Contemporâneo.

Colocam-se agora duas questões:

O que se indaga dos contributos teóricos? O que se averigua da opinião dos arquitetos?

As conclusões do estudo são apresentadas de acordo com os objetivos específicos da investigação, formulados no Capítulo I e seguindo a estrutura das categorias de análise adotadas.

Através das visões teóricas estudadas, conclui-se que a maioria dos autores comunga de duas ideias face à **relação Espaço Público/Sociedade**. A primeira prende-se com a configuração do espaço; com a importância do projeto urbano e de processos de produção adequada; com o equilíbrio do Espaço Público que depende das dinâmicas geradas pelo modo de gestão e manutenção do espaço físico: o espaço físico como suporte de comportamentos. A segunda prende-se com a relação do indivíduo consigo próprio, com a comunidade e com o espaço que o circunda; com a importância da vivência quotidiana (usos, expressões, apropriações, relações de significado, de vivência e de identificação); com o equilíbrio do Espaço Público que depende das dinâmicas geradas pela sociedade: a sociedade como geradora de comportamentos.

No que toca à percepção dos arquitetos, sobre esta relação, verificou-se que, quando inquiridos, estes consideram de modo consensual que a designação que melhor evidencia a relação Espaço Público/ Sociedade é: *“A Sociedade como geradora de comportamentos juntamente com o Espaço Público como suporte de comportamentos formam a estrutura segundo a qual se articulam e se determinam as vivências ocorridas no espaço físico.”*. O que permite verificar uma concordância de opinião entre a teoria e a prática.

Face à **cidade** é possível constatar um aspeto comum em todas as visões teóricas, consubstanciando-se este na ideia de que a cidade contemporânea é constituída por espaços fragmentados. Sejam eles de carácter urbanístico, social ou cultural, que se deve à natural evolução da sociedade; a processos de dissolução e de fragmentação do território; à privatização; à heterogeneidade social; às modificações de forma e de organização; aos novos modos de vida; ao acentuado crescimento da mobilidade, bem como de uma cultura de consumo e à falta de uma abertura cívica. Características que os autores referem ser do momento contemporâneo.

Sob esta percepção destacam-se dois tipos de posições, uma mais otimista Borja (2003); Hou (2010); Indovina (2002) e Gehl (2002) e uma mais apreensiva Innerarity (2006) e Carmona (2010). O grupo mais otimista defende que se está perante um processo de transformação sociocultural que poderá fazer ressurgir o espaço público, uma vez que avaliam a esfera pública

como mais densa, diversa e democrática do que alguma vez foi. Os autores plasmam uma ideia positiva que entendem acompanhar as mudanças ocorridas na cidade. Na visão de Borja (2003) evidencia-se uma valorização de políticas baseadas no espaço público. Em Hou (2010) denota-se a referência a uma variedade crescente de ações e práticas espontâneas por parte dos cidadãos, que fortalecem o espaço público. Por último, em Gehl (2002) destaca-se a referência a uma “*nova vida na rua*”, em que o autor focaliza uma evolução dos usos correntes e das condições de uso do espaço público. O autor dá uma designação à cidade atual de “*cidade recuperada*” onde reconhece que são feitos grandes esforços no sentido de valorizar o espaço público e a vida pública, designadamente, beneficiando os usos do espaço público enquanto lugar de encontro, comércio e circulação. Destaca-se deste conjunto a posição de Indovina (2002) que afirma uma não concordância com a ideia de rutura no que respeita à passagem entre a cidade moderna e a cidade contemporânea. O autor assume uma posição que defende modificações de forma e de organização que entende ser característico da cidade de cada tempo. Verifica-se que nas visões mais apreensivas, Innerarity (2006) e Carmona (2010), a cidade surge pautada por uma fragmentação do espaço e da esfera social, que leva à acentuada perda de sentimento de identidade e à falta de abertura cívica. Uma cidade onde a rápida velocidade das mudanças é uma constante, onde a paciência e a perseverança não são mais características intrínsecas de uma sociedade que se contenta, em muitos casos, com espaços de passagem que sejam fluídos o suficiente para não se tornarem obstáculos à sua pressa.

Na percepção dos arquitetos conclui-se que as suas ideias vão de encontro aos aspetos plasmados na visão dos especialistas. Constatando-se que para a maioria as mudanças ocorridas no Espaço Público Urbano são tomadas como Transformação, o que estabelece uma aproximação de opiniões. Importa aqui evidenciar, em oposição à Transformação, que a ideia de Rutura se destaca como designação menos considerada e que revela um claro contacto com a posição de Indovina: “*Hoje manifestam-se formas urbanas e de organização da cidade diferentes das do passado. Contudo, estabelecer, entre a cidade contemporânea e a cidade moderna, uma rutura, um antes e um depois, na constituição, na organização e no papel da cidade e dos seus espaços, é uma definição dúbia. É certo que a cidade sofreu modificações de forma e de organização, fruto, por exemplo, das inovações tecnológicas, das modalidades de organização do trabalho, das mudanças nos estilos de vida quotidiana, mas é possível sustentar que se trata de uma característica da cidade em cada tempo.*” (Indovina, 2002).

A ideia de **espaço público**, na sua generalidade, determina que este seja um espaço democrático e de livre acesso a todos os cidadãos. Acontece que, na realidade, os espaços públicos de hoje são muitas vezes espaços que foram apropriados por instituições ou por determinados grupos e que não estão ao acesso da população em geral. Os lugares públicos contemporâneos refletem uma sociedade mais complexa, de indivíduos com aspirações e práticas múltiplas e, por isso mesmo, carecem de uma carga simbólica, tão necessária a este tipo de espaço, que se deve adequar às novas necessidades e solicitações.

Individualiza-se, uma vez mais, a visão de Indovina (2002) onde se constata um conjunto de cinco proposições que o autor estabelece fruto de processos de mudança, em que o fator que despoleta estas mudanças dos espaços públicos pode ser de múltiplas origens: sociais, económicas, culturais, políticas ou tecnológicas. Estabelece-se este destaque porque se denota que, em certa medida, as restantes visões teóricas se relacionam com as proposições elencadas por este autor. Questões de perda de caráter de sociabilização, declínio da função da praça como lugar de ajuntamento, novos espaços privados, o crescimento da insegurança e a redução dos Espaços Públicos como elementos infraestruturais da cidade, estão elencados nos discursos.

Focando duas visões, a de Gehl (2002) e a de Carmona (2010) constata-se que, não obstante os aspetos caracterizadores do contexto do Espaço Público com caráter problemático, Gehl valoriza *“um interesse renovado pela vida pública e pela cidade como lugar de encontro”*, que segundo o autor tem *“motivado transformações notáveis ao nível do planeamento urbano e da arquitetura do espaço público”*. E Carmona valoriza uma crescente consciência da esfera política quanto à importância das questões do espaço público e do entendimento deste como elemento benéfico *“na relação entre as esferas económicas, sociais e ambientais”*. Em Borja (2003) sobressai a ideia que a mudança emergente ao nível do Espaço Público deve ser considerada diferente e não *“obviamente má”*. Os espaços públicos atuais, evidenciam diferenciadas características dos espaços tradicionais, refere, por isso, uma mudança adaptada *“ao seu tempo e à sua gente”*, frisando que o espaço público incorpora um fator que não se altera, o facto de ser o elemento por excelência que reflete uma *“determinada sociedade, uma determinada cidade, num determinado tempo”*.

Na percepção dos arquitetos percebe-se que as proposições apontadas como caracterizadoras da circunstância atual do Espaço Público vão de encontro às referidas nas visões teóricas. Sendo possível concluir que as mais destacáveis aproximam-se predominantemente da visão de Innerarity (2006) e de Hou (2010).

É interessante constatar que, quando considerados apenas os inquiridos com experiência profissional na área de planeamento urbano (grupo B) surge com relevância a questão das *“Estratégias de gestão do Espaço Público com base em processos semelhantes à organização de uma empresa ideologicamente tendenciosa e regulamentada.”* e *“A lógica de produção privada do espaço público constitui uma nova oportunidade de transformação”*, aspetos que colocam em evidência uma divisão na opinião dos arquitetos, pois claramente definem posições perante o que cada uma das proposições significa. Isto revela que uns acreditam que a gestão dos espaços públicos apresenta défices e desajustes de desempenho, enquanto outros entendem que a privatização dos espaços pode afigurar-se uma opção viável.

É manifesto nas visões teóricas uma complexificação da **Sociedade**, da sua natureza social e cultural, das relações entre os indivíduos e, também, com o meio envolvente. Revelam-se, neste sentido aspetos como: heterogeneidade, diversificação, individualismo, privatização, identidade, falta de significados, ocasionalidade, comunicação indireta, mudanças comportamentais e novos usos. Esta ambivalência e complexificação social são importantes para a compreensão das dinâmicas de transformação dos espaços. É curioso que mesmo perante estas características de complexidade plasmadas nas visões teóricas é possível evidenciar posições que estruturam aspetos positivos. Hou (2010) evidencia a existência de novas expressões para as noções de espaço público que valorizam ações e atitudes espontâneas por parte dos cidadãos, os utilizadores do espaço. Indovina (2002) foca que o papel do espaço público não pode senão contrapor as características prevaletentes de complexidade da sociedade atual e desempenhar um papel positivo. Por último, salienta-se a posição de Gehl (2002) quando, nomeadamente, refere que a própria sociedade da informação, pelo que introduz de negativo quanto ao acentuar do individualismo da sociedade, está em simultâneo a originar a necessidade de *“novos sentidos e significados à cidade como lugar de encontro”*.

Constata-se que a **percepção dos arquitetos** se aproxima das visões teóricas. Os inquiridos tomam, de um modo geral, os seis aspetos referidos como caracterizadores da circunstância da Sociedade atual. A complexidade da sociedade concluiu-se ser o aspeto que constituiu maior dificuldade ou desafio do ponto de vista da prática. Verifica-se que o Individualismo foi o aspeto que os arquitetos consideraram de menor dificuldade/desafio. Atendendo aos resultados

obtidos, a ordem de dificuldade conferida aos aspetos entendidos como maior dificuldade foi: *Complexidade; Identidade; Heterogeneidade; Imediatismo e Individualismo*. Estes resultados vão de encontro aos aspetos plasmados nas visões teóricas e que se prendem com as questões do significado e simbolismo do lugar. Porém, há que destacar que o *Individualismo*, embora se apresente em último lugar, numa análise mais detalhada, verificou-se que foi o segundo aspeto considerado de nível 5, ou seja, muito relevante. Importa, ainda, concluir, que os resultados desta questão se apresentaram com grande variedade de respostas, demonstrando uma distribuição diversa de opiniões dos arquitetos.

Ao procurarmos identificar os aspetos que cada um dos autores refere como **especificidades do Espaço Público**, na conjuntura atual, conclui-se que no conjunto das visões teóricas predomina a identificação de motivos e procedimentos que levam a um conjunto de problemáticas que pontuam o espaço público contemporâneo. Quais são então as questões que se levantam com estas identificáveis especificidades do espaço público? Essencialmente são questões relacionadas com a suposta insegurança do espaço público frente à anunciada segurança do espaço privado. Aspeto que gera diversos problemas sociais relacionados com a desigualdade de direitos e provocando a dita insegurança urbana. Este tipo de problema não deve ser ignorado mas sim lido como um alerta social, pois é no espaço público que se manifestam também os descontentamentos e revoltas, e onde se evidenciam os problemas de injustiça social, económica e política. A exclusão reforça os problemas de segurança portanto, é fulcral pensar em estratégias de desenho urbano que melhorem a inclusão, e não apenas em estratégias de privatização que resolvem parte do problema. Pelo que em muitos casos o espaço público é um espaço individualista. A ideia de que os ambientes devem aumentar a escolha e serem inclusivos é central ao pensamento do Espaço Público.

Constata-se que Indovina (2002) defende que há um acréscimo relativamente ao passado quanto ao papel e à função do Espaço Público e de uso público. Referindo que *“este não pode ser senão o ponto de partida para colocar tal papel na nova cultura da cidade.”* É também interessante evidenciar a visão de Hou (2010) que afirma que os espaços públicos *“Não mais confinados às categorias arquetípicas de parques de bairro, praça pública, e arquitetura cívica, os espaços públicos insurgentes desafiam a noção convencional, codificada do público e da criação do espaço. Essas instâncias de espaços urbanos “self-made” (eventos espontâneos, usos não-intencionais, locais recuperados e apropriados e uma variedade de atividades que desafiam ou escapam às regras existentes) têm proporcionado novas expressões da esfera coletiva na cidade contemporânea.”*

Na **perceção dos arquitetos** destacam-se cinco especificidades como consideradas serem próprias do Espaço Público Contemporâneo: a *Degradação física; as Soluções espaciais desajustadas; o Tráfego automóvel; a Insegurança e o Envelhecimento da população*. Quanto aos motivos que entendem estar na origem destas especificidades evidenciam, com grande destaque, a *“Falta de políticas de manutenção e gestão”*. O que permite indagar uma óbvia aproximação à visão de Carmona (2010). Seguem-se as *“Infraestruturas de comunicação”*; *“o Desajuste de um modelo de Integração social”*; *“o Espaço Público como expressão de poder/controlo político”* e por fim *“a Série de exclusões verificáveis nos espaços”*. Note-se que os dois primeiros motivos obtiveram uma homogeneidade quanto à relevância considerada pelos inquiridos e se destacaram do conjunto. Conclui-se também que o *“Envelhecimento da população”* surge entre as cinco especificidades mais escolhidas, não sendo um aspeto predominante nos discursos teóricos, revela-se importante na perceção da prática. Assim como

as “*Soluções espaciais desajustadas*” o que de algum modo era expetável, atendendo à classe inquirida, à sua sensibilidade e consciência da importância formal.

O desenho da cidade esteve sempre ligado aos comportamentos sociais de uma determinada época, refletindo-se nos seus Espaços Públicos. É portanto, importante percebermos que o Espaço Público de hoje tem de compreender os comportamentos da sociedade contemporânea e criar espaços adaptados a essa sociedade, ou seja, revelou-se fundamental compreender como é encarada a **transformação do Espaço Público Contemporâneo**. Assim se constatou nas ideias manifestadas pelos autores sobre estratégias de otimização e de resposta. Atenda-se que nesta análise se consideraram pressupostos, motivos ou planos de ação, para o Espaço Público Contemporâneo. Conclui-se que as visões se articulam de modo diferenciado quanto a esta temática, sendo possível sistematizá-las agrupando-as, de um modo resumido: Indovina (2002) e Carmona (2010) - processos de gestão e manutenção; Innerarity (2006) e Carmona (2010) - transformação do poder político; Borja (2003) - projeto de cidadania e a prática de um urbanismo responsável, focando a responsabilidade de todos os intervenientes no Espaço Público, segundo uma premissa de espaço construtor-ordenador; Hou (2010) - abordagem interdisciplinar que valorize o modo como o espaço público é utilizado, designadamente no que respeita à capacidade transformadora e regeneradora das atitudes espontâneas dos cidadãos; Innerarity (2006) e Gehl (2002) - valorizam as experiências cara-a-cara, as ações de diálogo direto e a promoção da proximidade/ partilha entre os indivíduos.

Na percepção dos arquitetos destacam-se cinco estratégias como sendo as mais adequadas para responder às especificidades do Espaço Público Contemporâneo: a *Diversidade de usos*; a *Adaptabilidade dos espaços*; os *Processos de manutenção adequados e contínuos*; *Sistema do poder político* e *Encontros coletivos de proximidade*.

É, uma vez mais, interessante constatar que, quando considerados apenas os inquiridos com experiência profissional na área de planeamento urbano (grupo B), surge com relevância a questão da *Configuração formal dos espaços*. Que de resto corrobora e reforça a percepção constatada, por este mesmo grupo, quanto às especificidades, ao destacarem as “*Soluções espaciais desajustadas*” como uma das especificidades próprias do Espaço Público Contemporâneo.

Interessou-nos obter a percepção dos arquitetos quanto a três questões diretamente relacionadas com a experiência profissional. A primeira, e atendendo que nas visões teóricas, nomeadamente na visão de Carmona (2010), se destacou como uma das preocupações centrais do Espaço Público Contemporâneo as debilidades das políticas e processos de gestão e manutenção dos espaços, foi: *Quais entende serem os aspetos mais valorizados pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público?*. Conclui-se que estes consideram como aspetos mais valorizados a *Viabilidade Económica* e a *Função*, em contraponto com a *Coesão Social* e o *Significado*, que surgiram como aspetos pouco valorizados. Estes resultados eram de algum modo expectáveis, considerando o facto de que as entidades gestoras registam usualmente uma proeminência de preocupação quanto a aspetos relacionados com fins lucrativos e menos focados nas questões sociais. Conclui-se que o aspeto *Gestão/Manutenção* é considerado pelos inquiridos com igual resultado para muito valorizado e pouco valorizado. O que nos permite dizer que relativamente a estes aspetos os arquitetos se posicionam divididos. A segunda questão, pela importância de que se reveste a consciência da circunstância e das especificidades do Espaço Público Contemporâneo para a compreensão das dinâmicas de transformação dos espaços, foi: *Como considera que as transformações efetivas do Espaço Público são interpretadas e consideradas na prática profissional aquando do projeto do Espaço Público Contemporâneo?* Conclui-se que a

maioria dos arquitetos entende haver um *ACOMPANHAMENTO das práticas face às transformações efetivas do Espaço Público*. Destacando-se que os resultados aferidos no grupo B reforçam a observação desta posição pois, apresentam uma percentagem ainda superior face ao grupo A.

A terceira, e última questão, por interessar constatar, sobretudo, a tipologia de espaços que é considerada pelos arquitetos, foi: *Considerando a sua experiência profissional indique um exemplo de projeto/obra no Espaço Público que considere ser modelar*. Conclui-se que as três tipologias mais indicadas foram: *Parque, Praça e Marginal/ Frente Marítima*. Acredita-se que perante esta questão, quando se trata de escolher um Espaço Público como modelar, a escolha é feita de um ponto de vista mais de utilizador, ou seja, o inquirido respondeu atendendo à sua satisfação pessoal enquanto frequentador do espaço. O que nos interessa para análises posteriores. Quando questionados sobre o motivo da escolha, os resultados mostram que, embora se verifique uma grande variedade de respostas, de facto os motivos da escolha mais considerados foram a *Multifuncionalidade*, a *Configuração Espacial* e a *Função*. Sendo que a *Configuração Espacial* se acentuou no Grupo B, o que também é expectável perante a formação profissional.

Retomando o objetivo central do estudo, a confrontação dos resultados obtidos no sentido de estabelecer os pontos de contacto e/ou afastamento, permite-nos concluir que as especificidades do Espaço Público Contemporâneo, constatadas nesta investigação, são simultaneamente diferenciáveis e complementares. Estas especificidades permitem traçar uma ideia de espaço público que se pretende mais completa e um pouco além dos limites formais e temáticos, onde normalmente se circunscrevem estudos desta natureza.

Pode afirmar-se que, devido ao conjunto de mudanças e complexidades em vários aspetos, aferidos ao longo desta dissertação, é portanto fulcral que o pensamento relacionado com o projeto do Espaço Público também se transforme e se adapta às circunstâncias e necessidades atuais. Esta ideia deverá estar subentendida tanto na criação de novos espaços públicos, como na reconversão de espaços públicos existentes.

Por isto, o projeto do Espaço Público Contemporâneo não pode ser, hoje, objeto de uma única disciplina. A aposta que fizemos, de um trabalho baseado numa análise interdisciplinar é ela própria uma manifestação da necessidade de reunir conhecimento e contributos de áreas distintas para uma reflexão mais abrangente sobre o tema intrincado que é o Espaço Público Contemporâneo. O pensamento do Espaço Público, não admite segmentações - complexo e abrangente, é na diversidade e na multiplicidade que se encontra a sua riqueza e equilíbrio.

5.3 SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

Ao finalizar esta investigação reconhece-se que a mesma não termina com uma teoria geral sobre o assunto, mas com o reconhecimento da variedade de questões e perspetivas envolvidas na circunstância atual do Espaço Público Urbano. Espera-se que este estudo possa beneficiar a atitude dos arquitetos, e que contribua para que a execução dos projetos de Espaço Público seja capaz de favorecer o seu uso e contribuir para uma experiência mais significativa e condizente com as expectativas do utilizador do Espaço Público Contemporâneo.

Os resultados obtidos neste estudo mostraram que seria interessante explorar, em futuras investigações, as perceções de um maior leque de profissionais, ou seja, alargar a amostra de inquiridos, em particular, de abrangência nacional, para permitir estabelecer comparações entre

profissionais que veem a sua prática associada a realidades espaciais com características divergentes.

Como outra sugestão, parece-nos interessante diversificar a amostra e neste sentido um futuro estudo poderia centrar-se numa pesquisa das percepções na ótica do utilizador. Aqueles que diariamente utilizam e vivem o Espaço Público. São estes os que maior sensibilidade têm para transmitirem as necessidades de renovação ou de construção de novos espaços, conducentes com a vivência de uma cidadania inclusiva.

Num estudo de maior abrangência seria positivo cruzar as três perspetivas, a dos teóricos, a dos profissionais da prática e a dos utilizadores, de forma a se encontrarem aspetos que possam ser geradores de uma imagem do Espaço Público Contemporâneo ainda mais abrangente. Decorrente da diversidade dos dados recolhidos nas três visões e da sua comunhão acredita-se alcançar uma complementaridade de percepções, de práticas e de necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBARELLO, L. et al. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- ALVES, F. B. (2003). *Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- ASCHER, F. (1996). *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ASCHER, F. (1998). *Metapolis, Acerca do Futuro das Cidades*. Oeiras : Celta Editora.
- AUGÈ, M. (1994). *Não -Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Bertrand editora.
- BAIRD, G. (1995). *The Space of appearance*. Cambridge: MIT Press.
- BARDIN, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARNETT, J. (2003). *Redesigning Cities: Principles, Practice, Implementation*. Chicago, IL: APA, Planners Press.
- BORJA, J. (2003). *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza Editorial.
- BORJA, J. (2006). *Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio*. *Arquitextos*, 072, 2006. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353> [18/08/2010].
- BORJA, Jordi; MUXI, Z. (2000). *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Barcelona: Electa.
- BOURDIN, A. (2005). *La Métropole des Individus*. Paris: Éditions de l'Aube.
- CAIAFA, J. (2007). *A aventura das cidades. Ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: FGV.
- CALVINO, I. (2002). *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema (ed. Orig. 1972).
- CARMO, H.; FERREIRA, M. M. (1998). *Metodologia da investigação: Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARMONA, M. (2010 a). *Contemporary Public Space, Part One: Critique*. *Journal of Urban Design*, 15(1), 123-148.
- CARMONA, M. (2010 b). *Contemporary Public Space, Part Two: Classification*. *Journal of Urban Design*, 15(1), 157-173.
- CARMONA, M.; TIESDELL, S.; HEATH, T.; OC, T.. (2003). *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press.
- CARR, S.; M. Francis, L.G. Rivlin; A.M. Stone. (1992). *Public Space*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- CASTELLS, M. (1993). *European Cities, the Informational Society, and the Global Economy*, in *Le*

- Gates, Richard e Frederic Stout (eds) *The City Reader*. New York: Routledge.
- CHAPMAN, T. (2006). *Public Space*. *Encyclopedia of American Urban Geography*. SAGE Publish.
- DE KETELE, J.; ROEGIERS, X. (1999). *Metodologia da recolha de dados*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DELGADO, M. (2009). *El animal público*. Barcelona, Anagrama 1999, cit in Jorge Benavides Solís, *Diccionario Urbano Conceptual y Transdisciplinar*. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- DELGADO, M. (2013). *O Espaço Público como Representação*. *Espaço urbano e espaço social em Henri Lefebvre*. Conferência proferida no âmbito do ciclo «A Cidade Resgatada » (OASRN..ed), 15 de Maio de 2013, Museu de Serralves.
- FLICK, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- FLICK, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3a ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed. (Obra original publicada em 1995).
- FORTIN, M. F. (2003). *O processo de investigação: Da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- FORTUNA, C. (1997) *Cidade, Cultura e globalização: Ensaio de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora.
- GEHL, J. (2005). *Life between buildings - using public space*. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold Company Inc. 1.ª Ed. Copenhaga: Arkitektens Forlag.
- GEHL, J.; GEMZOE, L. (2002) (2nd Edition). *Novos Espaços Urbanos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA.
- GHIGLIONE, R. & Matalon, B. (1997). *O Inquérito: teoria e prática* (3ª Edição). Oeiras: Celta.
- HARVEY, D. (1989). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- HILL, M. M.; HILL, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa: Sílabo.
- HOU, J. (2010). *Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities*. . New York: Routledge.
- INDOVINA, F. (2002). *O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança*. *Revista Cidades, Comunidades e Territórios*, 5, dezembro, 119-123, CET – ISCTE, Lisboa.
- INNERARITY, D. (2006). *El Nuevo Espacio Publico*. Madrid: ESPASA.
- KOOLHAAS, R. (2006). *A Cidade Genérica*. 2ª Edição. Barcelona: Gustavo Gili, SA.
- LEFEBVRE, H. (1973) *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Península (ed. Orig. 1968).
- LEFEBVRE, H. (1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- LYNCH, K. (1996). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- MANSILLA, L; TUÑON E. (2007). *Vazios Urbanos*, *Revista arq./a*, 47/48, julho/agosto, 114, *Futurmagazine*, Lisboa.
- MAYNE, T. (2007). *Vazios Urbanos*, *Revista arq./a*, 47/48, julho/agosto, 110-111, *Futurmagazine*, Lisboa.
- OLABUÉNAGA, J. I. R. (2003). *Metodología de la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de

Deusto.

PARDAL, L.; CORREIA, E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal Editores.

PEREIRA, L. V. (1994). *A leitura da imagem de uma área urbana como preparação para o planeamento / Ação da sua reabilitação*. Lisboa: LNEC.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. www.pps.org/, maio 2012.

ROSSI, A. (1996). *La arquitectura de la ciudad*. (3ª edição). Barcelona: Gustavo Gili, SA.

SASSEN, S. (2007). *Vazios Urbanos*, Revista *arq./a*, 47/48, julho/agosto, 70-71, *Futurmagine*, Lisboa.

SENNETT, R. (1978). *El declive del hombre público*. Barcelona: Península.

SOLÀ-MORALES, I. (2002). *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili.

SOLÀ-MORALES, M. (1992). *Projectar la Periferia*. Barcelona.

SOLÀ-MORALES, M. (1999). *Territori senza modello*. Milão: Lotus Quaderni Documents.

TÁVORA, F. (2006). *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP Publicações.

VALA, J. (1986). *A Análise de Conteúdo*. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.). *Metodologia das ciências sociais* (101-128). Porto: Edições Afrontamento.

VATTIMO, G. (1992). *A Sociedade Transparente*. Lisboa: Relógio d'Água.

WARREW, S. (2006). *Public Space*. *Encyclopedia of American Urban History*. SAGE Publish.

WEBBER, M. (1964) *Order in diversity: community without propinquity*. In Wingo, L. (ed.), *Cities and Space: The Future of Urban Land*, 23-153. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

ANEXO 1

Grelha A – Pré-Análise

GRELHA A - PRÉ-ANÁLISE		
AUTORES		RESUMO DOS TEXTOS
BORJA	CIRC	o espaço público é “ o lugar do intercâmbio por excelência”.
	EP/ IMP	É um espaço físico, simbólico e político e por isso mesmo é “também onde mais se manifesta a crise da cidade”, considerando ser, também, “onde aparecem as respostas positivas”.
	EP	o espaço público supõe um domínio público, um uso social coletivo e uma multifuncionalidade,
	CID	Apesar de considerar que a cidade atual sofre de um triplo processo negativo: dissolução, fragmentação e privatização, argumenta que, apesar deste contexto, <i>“vemos como as luzes voltam à cidade, precisamente pelo êxito das políticas baseadas no espaço público. É a consideração da cidade como espaço público.”</i>
	IMP/SOL	interessa-se pelo espaço público principalmente por duas razões: em primeiro lugar porque considera que é no espaço público que se manifesta muitas vezes com mais força a crise do urbanismo, e em segundo lugar porque o espaço público é o espelho das novas realidades urbanas, sobretudo as que ocorrem nas margens da cidade existente lançando novos reptos ao espaço público: a mobilidade individual generalizada, a multiplicação das novas centralidades e a força das distâncias parecem impor-se aos intentos de dar continuidade formal e simbólica aos espaços públicos. Borja encontra na dialética entre mobilidades-centralidades a chave do urbanismo; e na conceção dos espaços públicos o fator decisivo, embora não seja o único, no tipo de resposta que se dá à questão anterior.
	IMP/CIRC	O espaço público é uma ferramenta social e portanto à medida que a sociedade muda, se complexifica, este também o faz. Não quer dizer que a mudança emergente seja ‘obviamente má’, é simplesmente diferente, adaptada ao seu tempo e à sua gente, porque à semelhança do lugar do passado, <i>o espaço público é o elemento por excelência que reflecte uma determinada sociedade, uma determinada cidade</i> , num determinado tempo. Esse é um factor que nunca muda.
	CIR	a sua qualidade é avaliada, essencialmente, pela intensidade e qualidade das relações sociais que proporciona assim como pela mistura social, pela identificação simbólica e pela expressão cultural.
	TP	Uma das problemáticas apontadas por Borja prende-se com o sentimento de liberdade que deverá ser conferido pelo espaço público e hoje existe o medo no espaço público. Não é um espaço protetor nem protegido.
	TP/ SOL	<i>Si la agorafobia urbana es una enfermedad producida por la degradación o la desaparición de los espacios públicos integradores y protectores a la vez que abiertos para todos, es necesario hacer espacios públicos de calidad en aquellos lugares en que se producen los flujos y en los nuevos guetos residenciales, centros comerciales, áreas de sector terciario, áreas privilegiadas, etc. En esta nueva ciudad las infraestructuras de comunicación no crean centralidades ni lugares fuertes, más bien segmentan o fracturan el territorio y atomizan las relaciones sociales.</i>
	FA/ VI	O ângulo de análise escolhido por Borja (2003) é o espaço e a relação entre a sua configuração e o exercício da cidadania como o estatuto que permite exercer um conjunto de direitos e deveres cívicos, políticos e sociais.
	EP	Para Borja o espaço público é um conceito jurídico, mas o que define a natureza do espaço público é o seu uso e não o seu estatuto jurídico;
	DI	o espaço público pode acontecer onde não estava previsto: espaços intersticiais, edifícios abandonados. Ele supõe domínio público, uso social coletivo e a multifuncionalidade.
	IMP	Caracteriza-se fisicamente pela sua acessibilidade, como um fator de centralidade. Oferece e cumpre funções urbanísticas, socio-culturais e políticas: no bairro é a vida social e a relação entre elementos construídos, populações e atividades; na cidade liga e dá continuidade aos diversos territórios urbanos, proporcionando uma imagem de identidade e monumentalidade
	EP	Podemos também definir globalmente o conceito de espaço público através de três desafios globais de política urbana que ele comporta : Desafio Urbanístico Desafio Político Desafio Cultural
	SOC	A sociedade atual bem como os direitos que configuram a cidadania são muito mais complexos que no passado e devem adequar-se a populações mais diversificadas e individualizadas.
	TR	Borja enuncia uma série de direitos urbanos e da cidadania, que representam as necessidades e os desafios aos quais a cidade contemporânea e deve corresponder. O autor afirma que a reinvenção desta cidade da cidadania, do espaço público construtor-ordenador da cidade e do urbanismo como produtor de sentido é da responsabilidade de todos os seus intervenientes.
	SOL	Como argumenta <i>“Construir la ciudad del siglo XXI es tener un proyecto de ciudadanía, ampliar los derechos de la tercera generación, el derecho al lugar y a la movilidad, a la ciudad refugio y a la identidad local, al autogobierno y a la diferencia, a la igualdad jurídica de todos los residentes ya la proyección exterior de la ciudad como entidad política abierta.”</i>
	EP	<i>“ O espaço público insurgente está em oposição ao tipo de espaço público que é regulado, controlado e mantido exclusivamente pelo Estado. (...) Por causa da escala e modo de produção, a realização deste espaço público alternativo é mais participativo e espontâneo, e, portanto, mais aberto e inclusivo.”</i>
	TP	Para Hou (2010) ao contrário da retórica de abrangência proclamada pelos governos ou entidades de gestão urbana, a realização efetiva do espaço público reflete, na maioria dos casos, <i>“uma realidade política diferente e pontuada por preconceitos sociais.”</i> Para o autor mesmo perante o tão proclamado direito à publicidade e à acessibilidade é possível reconhecer argumentos, na história ocidental recente, como o de Fraser (citado por Hou, 2010) que afirma que <i>“ a esfera pública oficial repousa sobre uma série de exclusões, baseadas em gênero, classe e raça”</i> . Argumento que revela que o espaço público oficial tem sido excludente. Para o autor além da prática de exclusão, o espaço público, hoje, revela um fenómeno mundial que mostra como a forma segue o capital, pelo que tem sido, claramente <i>“tanto uma expressão de poder como um assunto de controlo político .”</i>
	CIRC	Nas democracias modernas, com a deslocação do poder para as pessoas, os espaços públicos configuraram-se num espaço legítimo para protestos e manifestações - uma expressão da liberdade de expressão. Contudo, para Hou (2010) essa liberdade nunca vem sem lutas e modos de vigilância consideráveis e essas <i>“novas formas de controlo no espaço público reduziram a liberdade de movimento e de expressão”</i> limitando as atividades e os significados do espaço público contemporâneo. Pelo que, tal realidade, leva Hou <i>“a afirmar que o espaço público tem sido gerido como uma empresa ideologicamente tendenciosa e regulamentada.”</i>

GRELHA A - PRÉ-ANÁLISE		
AUTORES		RESUMO DOS TEXTOS
HOU	FA/ VI	Hou (2010) constrói um olhar sobre a cidade que é diferente da noção institucionalizada do urbanismo e da formulação de políticas urbanas. Considera que ao contrário da prática convencional de planejamento urbano, que tende a ser dominado por profissionais e especialistas, é preciso olhar com cuidado atitudes de grupos de cidadãos e indivíduos que, com expressões insurgentes, revelam a capacidade de desempenhar um papel singular na formação do ambiente urbano contemporâneo, em desafio às normas e regulamentos oficiais. Não mais confinados a espaços públicos tradicionais, como parques de bairro e praças públicas, estes espaços de <i>guerrilha</i> expressam as relações sociais e espaciais alternativas nas nossas cidades em constante mudança
	SOC/ CID	O autor em vez de lamentar a erosão da esfera pública, centra-se nas novas possibilidades de espaço público perante uma sociedade democrática mais diversificada. As populações urbanas e as culturas tornam-se cada vez mais heterogêneas. Com essa heterogeneidade aumenta o reconhecimento das diferenças culturais e sociais na produção e uso do espaço público. Como as cidades e suas dimensões sociais, econômicas e políticas continuam a mudar, as funções, significados e produção do espaço público também evoluem ao longo do tempo. Tomando as atuais mudanças culturais, econômicas e espaciais das cidades, o espaço público representa uma variedade cada vez maior de ações e práticas que viabilizam e fortalecem um processo de contestação – o espaço público insurgente (Hou, 2010).
	SOL	Para Hou (2010) é fundamental para o entendimento do uso do EP que se construa uma abordagem interdisciplinar que explore o modo como o EP é utilizado no mundo urbano contemporâneo, interpretando como, alheios a regulamentações ou eventuais oportunidades de participação, os cidadãos ou grupos de cidadãos têm a capacidade de tomar iniciativas por conta própria. Para o autor <i>“tais atos de insurgência no espaço público podem revigorar, tanto, o projeto urbano do espaço público, como a reconstrução da cidade contemporânea”</i> . Apela estas conquistas espontâneas do EPU como atos de um <i>“Urbanismo de Guerrilha”</i> e reconhece que esta capacidade dos cidadãos é capaz de provocar mudanças diárias radicais no seio das forças dominantes da cidade.
	SOL	Hou (2010) valida o seu argumento de espaço público insurgente defendendo que a conquista do EP não é exclusivamente do domínio de instituições do estado, pode englobar um vasto número de atores e, assim, evidenciar o facto de que público não é somente um adjetivo mas que de um modo mais amplo significa um corpo ativo dos cidadãos.
	DI	Neste sentido, Hou (2010) estabeleceu uma distinção entre dois tipos de espaço público - espaço público institucional e espaço público insurgente, que caracterizou como sendo:
	DI	- Espaços públicos institucionais: são os espaços, por natureza, codificados, regulamentados e institucionalmente geridos; geralmente pressupõem um público genérico, mas na realidade a maior parte não está envolvida na sua realização. São os parques, as praças, as ruas e alguns edifícios cívicos, bem como espaços públicos de propriedade privada, sendo que todos são definidos e produzidos por governos e corporações.
	DI	- Espaços públicos insurgentes: são espaços criados por aqueles que ocupam um espaço especial para reunir, reclamar ou expressar opiniões e participar de várias práticas culturais, muitas vezes fora ou na fronteira dos domínios regulamentares e legais. Estes espaços podem incluir flash mobs, "terceiros lugares", venda ambulante, teatro de rua e protestos.
	SOC	O autor afirma que: <i>“Eventos temporários e ações de guerrilha constituem agora novas expressões para as noções de espaço público.”</i> Esta capacidade dos indivíduos e das comunidades para transformar espaços urbanos, explorada por Hou (2010) tem sido alvo de atenção e análise de outros autores da literatura recente do desenho urbano. Em <i>Todos os dias Urbanismo</i> , Crawford (citado por Hou 2010) faz uma distinção entre <i>“espaços comuns e os cuidadosamente planeados, designados oficialmente, e espaços muitas vezes subutilizados de uso público”</i> . Afirma que utilizações não previstas <i>“têm a capacidade de se soltar dos significados dominantes de lugares específicos, dando origem a novas percepções, atitudes e comportamentos.”</i> Por sua vez, <i>Em Espaço Solto</i> , Franck & Stevens (citado por Hou 2010) examinam como as pessoas procuram uma rica variedade de atividades em locais inesperados, e argumentam que essas ações <i>“tornam um espaço solto e uma cidade verdadeiramente vital, com ou sem sanções oficiais, e com ou sem características físicas que suportam essas atividades”</i> .
	SOC	Para Hou (2010) as iniciativas de cidadãos e atividades informais criaram outros novos usos e formas de espaço público: eventos espontâneos, usos não-intencionais, e uma variedade de atividades que desafiam ou escapam às regras existentes. Estes atos, apesar da sua natureza momentânea, e transformam os espaços urbanos em locais de potencialidade, diferença e encontros surpreendentes:
	CIRC	<i>“Essas instâncias de espaços urbanos “self-made”, locais recuperados e apropriados, eventos temporários e flash mobs, bem como pontos de encontro informais criados por comunidades marginalizadas, predominantemente, têm proporcionado novas expressões da esfera coletiva na cidade contemporânea. Não mais confinados às categorias arquetípicas de parques de bairro, praça pública, e arquitetura cívica, esses espaços públicos insurgentes desafiam a noção convencional, codificada do público e da criação do espaço.”</i> (p. ver a página no livro)
	SOL	O mesmo autor diz que estas <i>“lutas das comunidades e indivíduos para encontrar o seu lugar e expressões na cidade contemporânea”</i> redefinem <i>“as fronteiras, os significados e a instrumentalidade discursiva da esfera pública.”</i> Aparentemente confusos e caóticos os cenários, da vida dos espaços públicos, criados por meio de atividades na fronteira dos domínios institucionais exalam uma ordem peculiar que escapa à teorização predominante das cidades e do urbanismo avocada no século passado.
	EP	<i>“o espaço público não é uma realidade dada, mas é sim uma frágil variável construção laboriosa, que exige a representação de trabalho contínuo e raciocínio, os principais inimigos são o imediatismo não estruturado e os espaços globais abstratos.”</i>
	FA	Innerarity (2006) preocupa-se com a ideia de EP e as suas transformações no contexto contemporâneo, e neste sentido considera que:
	CIRC	<i>“O problema com que hoje nos enfrentamos consiste em como pensar a cidade quando temos refez em vez de vizinhanças, quando o espaço homogêneo e estável não é mais do que um caso limite no seio de um espaço global de multiplicidades locais conectadas, quando há já muito tempo que o debate público se realiza em espaços virtuais, quando as ruas e as praças deixaram de ser o principal lugar de encontro e encenação. A questão está em saber se o espaço público como espaço de experiência urbana medieval, renascentista e burguês, ou se essa antiga relação entre civilização e urbanidade pode realizar-se fora do espaço da cidade europeia convencional.”</i>

GRELHA A - PRÉ-ANÁLISE		
AUTORES		RESUMO DOS TEXTOS
INNERARITY	VI/ SOL / SOC	As principais preocupações acerca do EPC para Innerarity (2006) centram-se no entendimento de <i>“como podemos ajustar as nossas ideias de democracia e de vida comum às condições atuais de governação e funcionamento da sociedade.”</i> Para o efeito propõe uma transformação do sistema do poder político de modo a que seja capaz de <i>“articular espaços, cooperação, responsabilidades e integração na nova sociedade global”</i> . Refere que vivemos num mundo que é um sistema integrado de informação, contudo afirma que <i>“a velocidade informativa é paga com a redundância.”</i>
	VI / SOC	Segundo Innerarity (2006), <i>“encontramo-nos num momento histórico em que a educação para a cidadania e a formação das virtudes públicas se apresentam como tarefas fundamentais para a renovação da cultura política das sociedades democráticas. Trata-se de determinar o que pode significar hoje uma cultura pública comum, como entender a política para um mundo comum. (...) Innerarity analisa os atuais cenários em que se desenvolva a vida pública, apresenta uma conceção das questões relativas à identidade e à diferença, em consonância com as exigências democráticas de um sociedade plural, propondo uma transformação do poder político de modo a que consiga articular espaços comuns, de cooperação, responsabilidade e integração na nova sociedade mundial.”</i>
	CID	Instigado com o mundo multifocal e heterogêneo característico do mundo em que vivemos, Innerarity (2006) articula e explora uma relação de três temas: <i>“o palco, os atores e as ações”</i> .
	CID	1) Palco: Mundos comuns. O autor analisa as profundas transformações dos últimos 50 anos em quatro áreas: a relação entre o privado e os sistemas de políticas públicas de representação, a configuração técnica dos próprios meios de comunicação e os seus próprios espaços na cidade;
	CID	2) Atores: Quem somos nós. O autor discute algumas incompatibilidades que, consideradas insubstituíveis até aos dias de hoje, entende que agora se encontram num evidente processo de reformulação, dadas as profundas mudanças que ocorrem ao seu redor, como já aconteceu pelo menos com as noções de cultura, comunidade ou história;
	CID	3) Ações: Articulação do espaço público. O autor analisa como esta nova noção básica permite alcançar reinterpretar as noções tradicionais e, assim, encontrar um novo significado. Seja fornecendo uma nova gramática do bem comum, uma nova organização social da responsabilidade, o surgimento de uma potência cooperativa mais próxima do cidadão ou com referência a um horizonte interpretativo mais cosmopolita e aberto.
	SOL / EP/ DI	Focado na perspectiva dos benefícios da ação comum (no entrelaçamento da existência individual e das formas de vida coletiva), Innerarity (2006) pensa o sujeito integrado na vida pública, porque a realização humana não acontece fora do espaço comum. Para o autor <i>“uma verdadeira comunidade protege-se mutuamente, permitindo compartilhar riscos e aumentar as possibilidades.”</i> O espaço público é o lugar onde os problemas são assinalados e interpretados, onde se experimentam as tensões e os conflitos se convertem em debate, onde a problematização da vida é posta em cena. Este conceito, tal como emergiu no século XVIII, sendo determinante na definição das democracias modernas, revela estar hoje a necessitar de uma nova reflexão, atendendo a que o EP já não é apenas o espaço de comunicação de cada sociedade com ela mesma, mas o lugar de uma comunicação de sociedades diferentes entre si.
	SOC	A vida atual está imbuída de questões relacionadas com a identidade. Verifica-se uma espécie de ascensão do privado sobre os cenários públicos, devido, talvez, segundo Innerarity (2006), à incapacidade de oferta de significados comuns, com os quais o sujeito moderno se possa identificar. A reflexão histórica, neste contexto, exerce uma influência benéfica sobre esta discussão, na medida em que dota a nossa identidade coletiva de uma profunda consciência da sua contingência, <i>“porque a história que contamos deve estar aberta à história que fomos”</i> .
	TP	Está em causa um modelo de integração que se configurou com base nos princípios de neutralidade, homogeneidade e igualdade abstrata. Afigura-se necessário revalorizar as diferenças para progredir de acordo com uma lógica de verdadeira igualdade, porque não se pode ocultar as diferenças reais se o pretendido é reconhecê-las em pé de igualdade. Ao mesmo tempo que não é possível assegurar as liberdades individuais sem se respeitar a pluralidade cultural.
	SOL	Para Innerarity (2006), o desafio revela-se na integração do indivíduo não pela privatização das suas particularidades, mas pelo reconhecimento público da sua identidade diferenciada. É esta a realidade, de hoje, que carece organização. Segundo o autor pode-se encarar o EP como o lugar onde se articulam os diversos tempos sociais: o tempo vigilante da memória, o tempo variável das instituições e o tempo curto da opinião.
	IMP	As condições formais de um EP cívico podem resumir-se quanto à sua legibilidade, ou seja, a sua configuração espacial deve ser compreensível e a sua perceção permitir a sua identificação e reconhecimento, possibilitando, como já defendido por Lynch (1996), uma interação entre o cidadão e o espaço urbano. Deste modo, formalmente, para que um espaço seja legível, os seus limites devem ser perceptíveis, assim como deve ser entendido como uma única entidade espacial, aspeto garantido pela articulação das diferentes partes e deve, ainda, revelar critérios claros de composição dos planos (horizontal e vertical) que o definem, através de mecanismos.
	IMP	Como afirma Innerarity (2006), assim como as palavras e as ações geram um EP, também o espaço gera determinadas formas de relacionamento, isto é, o ambiente urbano não só reflete a ordem social como constitui uma grande parte da existência social e cultural, <i>“porque a sociedade é tanto constituída como representada pelas construções e espaços que cria.”</i>
	CID	As transformações urbanas tendem a fragmentar-se de acordo com aspetos vários, sejam a homogeneidade, a polarização ou a especialização funcional. No caso deste último fruto de uma justaposição de elementos que, de um modo mais ou menos independentes, seguem regras específicas. Contrariando o argumento de Lynch (1996), acima referido, esta fragmentação conduz claramente à falta de um sentimento de identidade: muitos cidadãos equacionam a cidade onde vivem efetivamente, pois onde se vive não se trabalha, e onde se trabalha não se passa o tempo livre. Para autores como Ascher (1998) e Bourdin (2005), este espaço fragmentou-se em diferentes clientelas, que anseiam satisfazer interesses específicos: uns querem viver num lugar tranquilo; outros desejam um mercado de trabalho; e outros uma oferta de ampla de possibilidades para comprar e para se divertirem.
	CIRC	A monofuncionalidade do EP está fortemente relacionada com o destaque tomado pela esfera económica no contexto da modernidade e para Innerarity (2006) expressa-se diretamente em duas figuras: por um lado com os recintos destinados a atividades comerciais, tornando o espaço num uso massivo, em detrimento do EP, por outro lado, e em simultâneo, é o próprio EPU que se transfigura segundo uma lógica estritamente lúdico-comercial.

GRELHA A - PRÉ-ANÁLISE		
AUTORES		RESUMO DOS TEXTOS
	SOL	No entendimento do autor o modo de combater esta proeminência da lógica comercial, passa por potencializar a diversidade de usos, a multifuncionalidade, permitindo que os EPC ofereçam oportunidades de encontro casual. Argumento já defendido por Baird (1995 quando criou a definição de <i>espaços de aparência</i> . Definição esta que remete para uma constituição de espaços onde, através de ações de diálogo e de proximidade, o cidadão aparece aos outros de forma explícita, e vice-versa, o que de resto é o ponto de partida para qualquer experiência cívica.
INDOVINA	CIRC	<i>"O espaço público, dentro da nova cultura da cidade, não pode senão continuar a garantir as funções típicas, considerando, ao mesmo tempo, o novo contexto."</i>
	EP	Para Indovina (2002) o EP deve ser considerado fundador da cidade. Argumenta <i>"O espaço público é a cidade"</i> e afirma-o segundo três pontos de vista:
	EP	- Representa a condição para que se possa realizar a vida urbana, trata-se de uma espécie de <i>condição geral</i> para a existência própria da cidade;
	EP	- Constitui um fator importante de identificação (e também de identidade), isto é, conota os lugares, dá-lhes forma representativa, assumindo muitas vezes a conotação de um <i>símbolo</i> ;
	EP	- <i>A cidade é o lugar da palavra</i> , o que impõe a organização de espaços nos quais a palavra possa ser expressa. É lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime.
	EP	Para o autor este último papel desempenhado pelo EP é seguramente o mais evidente e <i>"que hoje se encontra em crise"</i> . É nesta dimensão que melhor se apresenta uma das características da cidade: a imprevisibilidade e casualidade dos encontros
	FA/VI	Indovina (2002) foca a sua investigação na função do espaço público, no seu sentido amplo de espaço de uso público, não focando o tipo de propriedade ou gestão. Apesar do último aspeto referido não ser o foco que lhe interessa explorar, o autor, destaca que na circunstância contemporânea <i>"é observável o crescimento da apropriação privada do EP e que esta passagem de público/privado confunde papéis e funções e não é desprovida da consequências, constituindo uma manipulação da própria cidade."</i> (p.119)
	TP	Neste contexto, evidencia-se, uma preocupante consequência que deriva da transformação e que <i>"constitui a passagem de uma função universalista para uma função discriminada"</i> facto que, no entendimento do autor, prejudica a vivência social e coletiva no EP.
	DI	Para Indovina (2002) os espaços de uso público podem colocar-se numa escala que vai de uma máxima a uma mínima caracterização pública, neste sentido o autor defende que:
	DI	<i>"devem ser considerados, pelo menos, os seguintes parâmetros: a propriedade (pública e privada); os limites de uso (ilimitado; limitado: no tempo; a determinadas categorias de cidadãos; à duração; etc.); o custo de acesso (gratuito; a pagamento); os condicionamentos ao seu uso (falar não falar; fotografar não fotografar; com animais sem animais, etc.)."</i> (p.120)
	DI	Indovina (2002) estrutura esta caracterização por considerar que <i>"se torna relevante para definir quais são as mutações (hoje relativamente ao passado) na determinação do espaço público, e qual o papel do espaço de uso público na "nova cultura da cidade".</i> (p.120)
	CID	É certo que hoje se manifestam formas urbanas e de organização da cidade diferentes das do passado, mas segundo Indovina (2002) estabelecer, entre a cidade contemporânea e a cidade moderna, <i>"uma fratura, no sentido literal de rutura: um antes e um depois, na constituição, na organização e no papel da cidade e dos seus espaços, é uma definição dúbia"</i> . Para o autor a cidade sofreu modificações de forma e de organização, fruto, por exemplo, das inovações tecnológicas, das modalidades de organização do trabalho, das mudanças nos estilos de vida quotidiana, mas segundo o seu entendimento <i>"é possível sustentar que se trata de uma característica da cidade em cada tempo"</i> .
	CIRC	Perante este contexto Indovina (2002) estabelece um conjunto de proposições recorrentes, relativamente aos espaços públicos e que, dividindo-as em cinco afirmações de diferente natureza e consistência que exemplificam casos pertencentes a diversas famílias, sistematiza do seguinte modo:
	CIRC	<i>Comportamentos individuais</i> : o uso do espaço público como ocasião de socialização já não corresponde aos modelos de vida mais recentes;
	CIRC	<i>Comportamentos de natureza coletiva</i> : o declínio da praça como lugar de agrupamentos sociais, entre as quais as manifestações políticas, é inevitável, resultado da possível difusão da democracia eletrónica;
	CIRC	<i>Relação de elementos de comportamento com elementos estruturais</i> : desenvolveram-se novos "espaços" que, podendo ser privados, desempenham um papel público, restituindo os tradicionais lugares públicos obsoletos, no sentido em que aqueles novos apresentam "equipamentos" e "condições" que superam os tradicionais;
	CIRC	<i>Círculo vicioso</i> : a fuga dos espaços públicos é determinada pela situação de insegurança que os caracteriza;
	CIRC	<i>Modalidades estruturais da nova forma de habitar</i> : as novas instalações, sobretudo difusas, ditam a redução dos espaços públicos na sua componente infra-estrutural, privilegiando os espaços privados. (p.121)
	TP	A origem das problemáticas do EP para Indovina (2002) não se encontram na decadência de <i>"uma função de lugar, mas sim de uma carência organizativa e de objetivos"</i> . O autor entende que com a superação destas carências a praça (o espaço público por excelência) renascerá como um dos lugares da política. Havendo aqui que integrar a <i>"praça política virtual"</i> , que de resto segundo o autor <i>"aquela real deveria cancelar."</i>
	TP	Neste sentido, para Indovina (2002) pode afirmar-se que a degradação física dos espaços constitui um dos problemas mais evidentes do EP, e que prejudicando o exercício da sua função é diretamente responsável pela fuga do mesmo. O autor evidencia este facto argumentando que:
	SOL	<i>"Cada vez que se consegue requalificar um espaço público – por exemplo cada vez que se transforma uma estrada ou uma praça num espaço pedonal, libertando-a, portanto da invasão dos automóveis – ele torna-se imediatamente num polo de socialização, um lugar fortemente frequentado ou até um local de atividades lúdicas, com comedores de fogo, malabaristas, vendedores ambulantes, etc. Este exemplo clarifica, novamente, a questão dos lugares de socialização, orientando-se também no sentido dos lugares, por assim dizer, "tradicionais", quando funcionais e acolhedores."</i> (p.122):

GRELHA A - PRÉ-ANÁLISE		
AUTORES		RESUMO DOS TEXTOS
	TP	Outras problemáticas enunciadas por Indovina (2002) são: “a questão dos novos espaços de uso público” e “a insegurança”. Relativamente à questão dos novos espaços (centros comerciais) o autor argumenta que pelo facto destes lugares “reproduzirem funções urbanas, ao ponto de reconstruírem a cidade com zonas de descanso, praças cobertas, zonas para as crianças brincarem, fontes, quiosques, deve fazer refletir, pois o que estes lugares põem em evidência não é tanto o desaparecimento de algumas zonas urbanas, mas sim as suas diversas formas de organização, importando modelos estranhos à nossa tradição e, sobretudo, respondendo à degradação do espaço público.” (p.122)
	TP	Quanto à segunda questão o problema da insegurança, da efetiva consciência do perigo, o autor considera-a “como outro relevante motivo para a decadência do uso do espaço público, reconhecendo que “um decréscimo do papel social e de socialização da cidade tende a incrementar a insegurança, pois deixa mão livre e espaço a comportamentos que geram insegurança.” (p.122)
	TP	Considerando as precedentes observações o autor afirma que “é possível constatar que o papel e a função do espaço público e de uso público sofreram um acréscimo relativamente ao passado, e este não pode ser senão o ponto de partida para colocar tal papel na nova cultura da cidade.” (p.123)
		Segundo Indovina (2002):
	CIRC	<i>“Deve-se ter em conta que a “questão” do espaço público e de uso público é hoje mais rica e articulada; não se trata de uma questão de mero “espaço”, mas de um espaço com funções segundo fins definidos e variáveis no tempo. Isto reporta à gradação dos espaços públicos e de uso público: se, por um lado, devem ser garantidos espaços públicos de tipo tradicional, que podem ser qualificados pelo uso que a população legitimamente lhes dará, por outro lado, devem ser considerados todos os graus intermédios dos espaços de uso público para um efetivo envolvimento público na determinação de um quadro geral que defina, mesmo que numa malha larga, as condições de uso, a acessibilidade, as condições de fruição para atingir eficiência, eficácia e redução de qualquer forma de discriminação eventualmente ativada.”</i> (p.123)
	SOC	Perante uma atual dinâmica social caracterizada por Indovina (2002) pela “fragmentação, desarmonia, ocasionalidade, privatização e oportunismo individualista”, o autor defende que o papel e a função do EP não pode senão integrar o projeto da cidade como um todo e assim contrapor as características prevalecentes. O autor não defende com este argumento uma hipótese de “cidade unitária, harmoniosa, coletiva e determinada”, pois afirma que a cidade “continua a ser o terreno das contradições da sociedade”, mas ao mesmo tempo é capaz de desempenhar um papel positivo se posta “nesta dimensão dialética”.
	SOL	Como argumento central do seu foco de análise sobre a função do espaço público Indovina (2002) afirma e reitera que:
	SOL	<i>“O espaço público, dentro da nova cultura da cidade, não pode senão continuar a garantir as funções típicas, considerando, ao mesmo tempo, o novo contexto. No entanto, apenas pode ser a intervenção ao nível zero da cidade que deve reconduzi-lo à sua funcionalidade constitutiva, libertando-o daquilo que é considerado inconveniente, e ativando um processo de manutenção adequada e contínua.”</i> (p.123)
	SOC	“Em uma sociedade na qual cada vez mais a vida diária acontece na esfera privada – em casas privadas, com computadores e carros privados, em espaços de trabalho privados e em centros comerciais estritamente controlados e privatizados – existem sinais claros que a cidade e os espaços urbanos receberam um novo e influente papel como espaço e fórum públicos.”
	CIRC	Gehl (2002) toma uma posição positiva perante o espaço público atual, considerando que nas últimas décadas se sedimentou “um interesse renovado pela vida pública e pela cidade como lugar de encontro”. Segundo o autor este facto tem vindo a gerar “uma transformação notável do planeamento urbano e da arquitetura do espaço público.”
	EP / CID	Segundo Gehl (2002) a “cidade é um lugar de encontro e seus espaços públicos são os lugares que possibilitam estes encontros.” Afirma que existe uma “nova vida na rua” e defende que o espaço público é o catalisador espacial para a mudança social, destacando a capacidade das cidades de se recuperarem e se adaptarem depois de efeitos provocados pelas drásticas transformações provocadas pela passagem do tempo e os novos modos de vida.
	SOL	O mesmo autor lembra que há que reconhecer que apesar de todas as evoluções tecnológicas e avanços sociais, o bem-estar do dia-a-dia tem um ritmo lento, e que se substancia numa vida quotidiana baseada no contato humano e na partilha, em passar tempo de qualidade com as outras pessoas; passar tempo ao ar livre; praticar exercício físico regular e uma alimentação saudável, pelo que afirma que se deve priorizar a compreensão das pessoas e das suas necessidades básicas diárias.
	FA	Gehl (2002) considera que os espaços públicos são os protagonistas da vida urbana, debruçando-se no entendimento de como estes espaços se podem tornar lugares com relevo e significado para aqueles que os usam. Defende que as experiências simples da vida quotidiana, e a relação com a arquitetura e o espaço físico envolvente podem funcionar como motor das vivências urbanas.
	CIRC	Segundo Gehl (2002) no século XX, as condições para os três usos principais do espaço público (lugar de encontro, de comércio e de circulação) mudaram pois, “Os novos padrões de tráfego, comércio e comunicação foram tão radicais que interromperam séculos de tradição na prática urbana.” (...) “Em particular depois d Segunda Guerra Mundial, o tráfego de veículos na cidade desenvolveu-se a sobressaltos e o uso do espaço público mudou em função deste. O tráfego pesado de carros não coexiste pacificamente com os usos da cidade como lugar de encontro e de comércio. Esses usos estiveram em equilíbrio por séculos e estão agora em conflito aberto.”
	CID	Gehl (2002) quando se refere à evolução da cidade, dos usos correntes do espaço público e das condições de uso da cidade como arena pública, diz que é possível, através de uma simplificação, “observar e descrever quatro tipos diferentes de cidades”:
	CID	A cidade tradicional: os espaços públicos serviam simultaneamente como lugar de encontro, de comércio e de circulação, e coexistiam em equilíbrio. As ruas eram adaptadas aos pedestres e as praças desenhadas sob medida para os usos que necessitavam.
	CID	A cidade invadida: os espaços públicos transformaram-se dramaticamente. O trânsito e o estacionamento automóvel usurpam gradualmente o espaço das ruas e praças, em prejuízo de outros usos do espaço urbano. Em grande parte das cidades invadidas por carros, a qualidade do espaço público tornou-se tão problemática que as pessoas evitam completamente o centro da cidade.

GRELHA A - PRÉ-ANÁLISE		
AUTORES		RESUMO DOS TEXTOS
GEHL	CID	A <i>cidade abandonada</i> : a vida nos espaços públicos extinguiu-se e a vida pública desapareceu. A circulação das pessoas e a própria vida são por completo dependentes do automóvel. O hábito de comprar em lojas com acesso a carros generaliza-se, e as ruas cheias de veículos estacionados leva as pessoas optarem por comprar em grandes centros comerciais fora das cidades. (É difícil descrever as consequências totais deste tipo de política urbana. De facto, a extinção do tráfego de pessoas e do espaço público, assim como de grande parte da vida pública, possui muitas consequências diretas e indiretas.)
	CID	A <i>cidade recuperada</i> : onde são feitos grandes esforços para encontrar um novo equilíbrio entre os usos da cidade como lugar de encontro, comércio e circulação. O interesse na vida pública e nos espaços públicos começou a crescer de novo, nos últimos 30/40 anos, em geral como reação direta ao empobrecimento crescente das suas condições. Por isso, muitas cidades se esforçaram para conceder aos pedestres melhores oportunidades. (Foi em Barcelona que o conceito de "cidade recuperada" nasceu, garantindo espaços públicos agradáveis a novos tipos de vida pública.
	TP	A " <i>cidade tradicional</i> ", reconhecida por alguns autores como a cidade onde as pessoas interagem e onde os espaços provocam estímulos, é vista por Gehl (2005) como a cidade que é rica em experiências. Para o autor, na sua obra <i>Life between buildings – using public space</i> , "o fator chave destas cidades são as pessoas na rua". Gehl (2005) afirma que "as pessoas sentem-se atraídas pelas pessoas". Reconhece que ao invés, o problema das " <i>cidades fragmentadas, influenciadas pelo funcionalismo, é precisamente o desaparecimento da rua e da praça para dar lugar aos edifícios ícones, grandes 'superfícies' congregadoras de atividades centrais ligadas entre si por vias rápidas ou autoestradas</i> ". Aspetos que para o autor conduzem ao desaparecimento das pessoas na rua.
	SOL	O autor considera que é cada vez mais importante constituir possibilidades onde se desenvolvam experiências cara a cara entre os cidadãos e que tal decorra através de estímulos dos nossos sentidos. A vida pública em espaços públicos de boa qualidade é uma parte importante de uma vida democrática e uma vida plena. Para Gehl (2005) somente quando forem consideradas em simultâneo a vertente física e funcional, poderemos garantir que fazemos edifícios flexíveis e robustos, que podem acomodar uma série de atividades ao longo do tempo, bem como os ciclos complexos da vida familiar. É interessante que muitos edifícios mais antigos são tão bem-sucedidos, certamente decorrente do seu caráter robusto e pela possibilidade de encerrar muitos usos e utilizadores diferentes. Quando construímos, estamos a investir no futuro, logo deveremos pensar a longo prazo.
	SOL	A importância da transformação gradual das áreas urbanas em desenvolvimento é defendida por Gehl (2002). O autor enfatiza que a fim de se fazerem mudanças sustentáveis é preciso conceder tempo (etapas graduais) às pessoas para se adaptarem às mudanças físicas, ajustarem os seus estilos de vida e experiências às novas formas de utilização da cidade. A transformação gradual, apresenta, portanto, uma maior flexibilidade no processo de projeto/planeamento e facilita experiências positivas, mudanças de atitudes e o envolvimento público no processo.
	IMP	Gehl (2002) defende que a estrutura física e a divisão funcional e social do espaço podem abrir ou eliminar oportunidades para o desenvolvimento de atividades. Se queremos convidar as pessoas a viver uma vida melhor quotidianamente, tem de se criar espaços públicos atraentes e confortáveis para estar e andar com segurança.
	SOC	No seu trabalho, <i>Novos Espaço Urbanos</i> , Gehl (2002) aponta que : "Agora, às vésperas de um novo milénio, as numerosas mudanças ocorridas na sociedade num mesmo século tornam especialmente interessante a vitalidade da vida pública..." (...) "Apesar do desenvolvimento e mudança nos padrões de uso, a cidade como lugar de trabalho e encontro continua a oferecer uma alternativa importante, um complemento valioso a todas as outras opções."
	SOL	O autor reconhece que "O interesse crescente na recuperação da nova vida nos espaços públicos é certamente uma ideia instigante". Tal facto deve estimular e orientar a criação de novos espaços urbanos, que libertados do automóvel, possam ser usados para a convivência e recreação social, nos quais seja proporcionada a oportunidade de interagir e conviver, como aspeto central, entre os cidadãos. Em simultâneo o autor afirma que:
	SOC	"Em contraste às várias comunicações indiretas e aos diversos espaços privados, a oportunidade das pessoas em usar os seus sentidos e interagir diretamente com o seu entorno vem-se tornando extremamente atrativa. A sociedade da informação está a fornecer novos sentidos e significados à cidade como lugar de encontro".
	IMP	"O espaço público molda e é moldado pela sociedade – pelas suas relações de poder, prioridades e receios."
	CIRC	Carmona (2010a) considera que estamos perante uma crescente " <i>consciência do valor do espaço público</i> " e que esta consciência alcança os mais altos níveis políticos. Para o autor, este interesse dos níveis superiores demonstra uma crescente valorização da importância das questões do espaço público como uma preocupação política, a par de uma evidente consciência de que o espaço público é capaz de ser um elemento benéfico " <i>na relação entre as esferas económicas, sociais e ambientais</i> ".
	IMP	Na sua obra <i>Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design</i> Carmona et al (2003) defende tal como (Borja 2000) que a origem do espaço público se articula na base de um processo de " <i>democratização urbana</i> ", contrariamente a um processo de apropriação privada. Afirmando que devido ao seu carácter qualificante o EP contribui para a criação ou, em muitos casos, reconversão de determinadas zonas desqualificadas em espaços cívicos equilibrados.
	IMP	O espaço e sociedade estão claramente relacionados e a sua relação assenta num processo bilateral onde, por um lado as pessoas e sociedades criam e modificam o espaço, mas pelo outro são influenciadas por esse mesmo espaço. (Carmona et al, 2003)
	TP	Para Carmona (2010b) a maior parte do problema do EP "around a failure to understand public space and its multiple dimensions, arguably it may be more by accident than design that public space has deteriorated. With this in mind it is useful to conclude with one further typology that specifically addresses the theme underpinning so many of the critiques of public space: how urban space is managed." (p.171)
	FA	Encontramo-nos perante o paradigma da gestão e manutenção dos espaços públicos existentes, nomeadamente no contexto europeu, reitera Carmona (2010). Neste sentido, o autor estrutura as suas críticas à gestão dos espaços públicos em torno da ideia de que "a esfera pública, está experimentando um declínio físico", aspeto sobre o qual debruça a sua investigação e procura um novo olhar para o EP e para o debate contemporâneo, designadamente entre: gestão e classificação; sobre-gestão e sub-gestão; tipologias e significados dos espaços públicos.
	TP	As críticas à gestão do espaço público já não são recentes, como citado por Carmona (2010 a):

GRELHA A - PRÉ-ANÁLISE

AUTORES		RESUMO DOS TEXTOS
CARMONA	TP	<p>"As early as 1889 Camillo Sitte bemoaned the loss of civic life and the focus on functionality in the design of new civic space. Classic urban design texts such as Jane Jacobs (1961) and Oscar Newman (1973) have long since criticized the tendency to design environments that encourage incivil behaviour and a heightened fear of crime. In this tradition, Alice Coleman's (1985) work examined how the design of the built environment could support activities such as littering, graffiti, vandalism and other anti-social behaviour, leading all too quickly to a degraded environment and a disadvantaged community. Again, an extensive literature has developed from these pioneering studies, much of which challenges the details, if not the fundamentals, of the early work."(p.123)</p>
	CIRC	<p>Carmona (2010b) cita ainda outros discursos teóricos importantes no panorama das preocupações com o espaço público, designadamente Loukaitou-Sideris e Fainstein, que "entenderam que devido à competição por uma identidade espacial, daqueles que o usam, o espaço público contemporâneo tem-se tornado cada vez mais contestado e fragmentado." (p.158)</p>
	CIRC	<p>A forma como uma vasta variedade de políticas e de processos de desenvolvimento foram definidos e implementados conduziu a espaços públicos cada vez mais privatizados e com manifestas consequências de exclusão. (Carmona 2010) Ideia, também, defendida por Madanjpour (citado por Carmona, 2010b) <i>"A combination of the need for safe investment returns and safe public environments has led to the demand for total management of space, hence undermining its public dimension"</i> (p.159)</p>
	TP	<p>Segundo Carmona (2010) a sub-gestão dos espaços públicos relaciona-se com o declínio físico dos espaços, decorrente de falhas na gestão dos mesmos, e a problemática da sobre-gestão está relacionada, sobretudo, com uma noção de espaço público cada vez mais mercantilizada. Os interesses capitais e comerciais evidenciam-se perante uma esfera pública debilitada que, mal gerida e concebida, potencia o aparecimento de espaços de gestão privada que introduzem inevitavelmente características excludentes.</p>
	TP	<p>Para Carmona (2010b) as críticas de sob-gestão e sobre-gestão podem ser simplesmente <i>"dois lados da mesma moeda"</i>, com cada um influenciando direta e indiretamente o outro. O autor mostra uma complexa relação entre os dois âmbitos de crítica e os tipos de espaço a que se referem. Refere que <i>"são cada um a causa e consequência do outro, levando a uma homogeneização geral do ambiente público construído."</i> O autor reconhece que é preocupante que, apesar de uma parte da literatura estabelecer uma visão relativamente otimista sobre a natureza e a qualidade do espaço público contemporâneo, na maioria verifica-se uma visão mais pessimista, que argumenta que a forma como espaço urbano é gerido hoje está cada vez mais a desvalorizar o conceito de 'público' no de espaço público. O autor considera que é reconhecível que as tendências contemporâneas no design e na gestão do espaço público estão a dar origem a tipos de espaço público cada vez mais complexos. Aponta para uma nova e recarregada tipologia que deverá evidenciar as físicas que suportam essas atividades".erção e de propriedade, tão relevantes no modo como o espaço público é gerido. Para o autor considerando <i>" (...) a manta de retalhos dos diferentes tipos de espaço público, o contexto de gestão é também provavelmente mais complexo do que nunca."</i></p>
	VI / EP	<p>Será do ponto de vista qualitativo, como visto e argumentado por Carmona (2010), que o espaço público poderá ser preparado como força matriz de atração e de integração urbana, principalmente na sua dimensão social. A visão de Carmona (2010b) em relação à diversidade funcional foca-se no papel social que os espaços públicos desempenham. Fenómenos morfológicos presentes no movimento e nas interações tornam-se relevantes especialmente por razões de ordem de contenção, proteção, segurança e qualidade do ambiente urbano na sua globalidade.</p>
	SOL	<p>Para Carmona (2010) <i>" (...) no futuro, os políticos terão de ser mais sensíveis a toda a gama de tipologias de espaço urbano, para assim enfrentarem e superarem os problemas associados com o excesso de sob e sub-gestão do espaço público."</i> É necessário o entendimento de que é a partir do papel e responsabilidades de gestão do espaço público, organizados segundo uma ideia de etapas, ordenadas e coordenadas, que considere o sentido prático e a interdisciplinar, articulando abordagens cognitivas e normativas, que não se conduzirá o EP à homogeneização.</p>

ANEXO 2

Grelha B – Exploração do Material

GRELHA B - EXPLORAÇÃO DO MATERIAL									
DIMENSÕES DE ANÁLISE	CATEGORIAS		SUB-CATEGORIAS / tópicos de análise	BORJA	HOU	INNERARITY	INDOVINA	GEHL	CARMONA
TENDÊNCIAS E DINÂMICAS DO ESPAÇO PÚBLIO CONTEMPORÂNEO	Abordagem/ Eixo de análise	FA	Foco de análise	A relação entre o exercício da cidadania e a configuração do EP.	As atitudes de grupos de cidadãos e indivíduos que, com expressões insurgentes, revelam a capacidade de desempenhar um papel singular na formação do ambiente urbano contemporâneo.	A ideia de EP e as suas transformações no contexto contemporâneo.	A função do espaço público, no seu sentido amplo de espaço de uso público.	A revitalização dos espaços públicos e o seu potencial como lugares de relevo e significado, para aqueles que os usam e para o equilíbrio da cidade.	A gestão e a manutenção dos espaços públicos: sub-gestão e sobre-gestão.
		VI	Visão / Preocupação	Cidadania enquanto estatuto que permite exercer um conjunto de direitos e deveres cívicos, políticos e sociais.	Expressão dos espaços insurgentes - enquanto <i>espaços de guerrilha</i> - que manifestam as relações sociais e espaciais alternativas, nas atuais cidades em constante mudança, enquanto noção diferente da prática do planeamento urbano convencional e institucionalizada e da formulação de políticas urbanas.	O ajuste das nossas ideias de democracia e de vida comum às condições atuais de governação e funcionamento da sociedade. Perante os atuais cenários em que se desenvolve a vida pública, o que pode significar hoje uma cultura pública comum. Identidade e diferença enquanto aspetos simultâneos e como exigências democráticas de uma nova sociedade plural.	A degradação física dos espaços públicos, tão observável na circunstância contemporânea, enquanto aspeto que conduz à manipulação e esvaziamento do EP. Apesar da investigação não ser focada no tipo de propriedade ou gestão, relativamente a este último aspeto, destaca que na circunstância contemporânea é também largamente observável o crescimento da apropriação privada do EP e esta passagem de público/privado, confunde papéis e funções e conduz a consequências.	A arquitetura e o espaço físico envolvem enquanto motores das vivências urbanas. As experiências simples da vida quotidiana nos espaços públicos, como fatores capazes de tornar o espaço público como o protagonista da vida urbana.	Paradigma da gestão e manutenção dos espaços públicos existentes, nomeadamente no contexto europeu, enquanto aspeto fulcral em torno da ideia de esfera pública. O espaço público enquanto força matriz de atração e de integração urbana, principalmente na sua dimensão social.
	Noção de Espaço Público	EP	EP	O EP é o lugar do intercâmbio por excelência. É, por isso, um espaço físico, simbólico e político. O que define a sua natureza é o seu uso e não o seu estatuto jurídico. Sendo onde mais se manifesta a crise da cidade é, também, onde aparecem as respostas positivas.	O espaço público insurgente é um espaço público alternativo que, devido à sua escala e modo de produção, se revela mais participativo e espontâneo, e, portanto, mais aberto e inclusivo. É oposto ao tipo de espaço público que é regulado, controlado e mantido exclusivamente pelo Estado.	O EP não é uma realidade dada, mas antes uma frágil construção laboriosa, que exige a representação de trabalho contínuo e raciocínio. É o lugar onde os problemas são assinalados e interpretados, onde se experimentam as tensões e os conflitos se convertem em debate, onde a problematização da vida é posta em cena.	O EP deve ser considerado fundador da cidade, segundo três pontos de vista: Representa a condição para que se possa realizar a vida urbana; Constitui um fator importante de identificação e identidade, pois conota os lugares, dá-lhes forma representativa, assumindo muitas vezes a conotação de um símbolo; É lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos; A cidade é o lugar da palavra, o que impõe a organização de espaços nos quais a palavra possa ser expressa. Este último papel do EP é seguramente o mais evidente e que hoje se encontra em crise. É nesta dimensão que melhor se apresenta uma das características da cidade: a imprevisibilidade e casualidade dos encontros.	Os espaços públicos são os protagonistas da vida urbana, e sendo a cidade um lugar de encontro, os seus espaços públicos são os lugares que possibilitam esses encontros. O espaço público é o catalisador espacial para a mudança social.	O EP desempenha um papel social, associado à sua diversidade funcional. Fenómenos morfológicos presentes no movimento e nas interações que nele decorrem tornam-se relevantes especialmente por razões de ordem de contenção, proteção, segurança e qualidade do ambiente urbano na sua globalidade.
		DI	Dimensões do EPC	O EP supõe um domínio público, um uso social coletivo e multifuncionalidade. O EP pode acontecer onde não estava previsto.	Distinção entre dois tipos de espaço público: espaço público institucional e espaço público insurgente. <i>Espaços públicos institucionais</i> : são os espaços, por natureza, codificados, regulamentados e institucionalmente geridos. Pressupõem um público genérico, mas na realidade essa participação genérica não se efetiva (parques, as praças, as ruas e alguns edifícios cívicos, bem como espaços públicos de propriedade privada). <i>Espaços públicos insurgentes</i> : são os espaços públicos criados por aqueles que ocupam um espaço específico para reclamar ou expressar opiniões e participar de práticas culturais. Geralmente fora ou na fronteira dos domínios regulamentares e legais (flash mobs, "terceiros lugares", venda ambulante, teatro de rua e protestos).	O conceito de EP tal como emergiu no século XVIII, sendo determinante na definição das democracias modernas, revela estar hoje a necessitar de uma nova reflexão, atendendo a que o EP já não é apenas o espaço de comunicação de cada sociedade com ela mesma, mas o lugar de uma comunicação de sociedades diferentes entre si.	Os espaços de uso público podem colocar-se numa escala que vai de uma máxima a uma mínima caracterização pública. Devendo, assim, ser considerados os seguintes parâmetros: <i>a propriedade</i> ; <i>os limites de usos</i> ; <i>o custo de acesso</i> e <i>os condicionamentos ao seu uso</i> . Esta caracterização torna-se relevante para definir quais são as mutações (hoje relativamente ao passado) na determinação do espaço público, e qual o papel do espaço de uso público na nova cultura da cidade.		A origem do espaço público articula-se na base de um processo de " <i>democratização urbana</i> ", contrariamente a um processo de apropriação privada. Devido ao seu carácter qualificante o EP contribui para a criação ou, em muitos casos, reconversão de determinadas zonas desqualificadas em espaços cívicos equilibrados.
	Relação Espaço Público / Sociedade	IMP		O espaço público é uma ferramenta social e portanto à medida que a sociedade muda, se complexifica, este também o faz. Oferece e cumpre funções urbanísticas, socio-culturais e políticas: no bairro é a vida social e a relação entre elementos construídos, populações e atividades; na cidade liga e dá continuidade aos diversos territórios urbanos, proporcionando uma imagem de identidade e monumentalidade.		Tal como as palavras e as ações geram um EP, também o espaço gera determinadas formas de relacionamento. Isto é, o ambiente urbano não só reflete a ordem social como constitui uma grande parte da existência social e cultural, " <i>porque a sociedade é tanto constituída como representada pelas construções e espaços que cria.</i> "		A estrutura física e a divisão funcional e social do espaço podem abrir ou eliminar oportunidades para o desenvolvimento de atividades. Se queremos convidar as pessoas a viver uma vida melhor quotidianamente, tem de se criar espaços públicos atraentes e confortáveis para estar e andar com segurança.	O EP molda e é moldado pela sociedade (pelas suas relações de poder, prioridades e recelos). O espaço e sociedade estão claramente relacionados e a sua relação assenta num processo bilateral onde, por um lado as pessoas e sociedades criam e modificam o espaço, pelo outro são influenciadas por esse mesmo espaço.

GRELHA B - EXPLORAÇÃO DO MATERIAL									
DIMENSÕES DE ANÁLISE	CATEGORIAS		SUB-CATEGORIAS / tópicos de análise	BORJA	HOU	INNERARITY	INDOVINA	GEHL	CARMONA
	Contexto do Espaço Público Contemporâneo	CID	Cidade	A cidade atual sofre de um triplo processo negativo: <i>dissolução, fragmentação e privatização</i> o, mas apesar desse contexto <i>"vemos como as luzes voltam à cidade, precisamente pelo êxito das políticas baseadas no espaço público. É a consideração da cidade como espaço público."</i>	Como as cidades e suas dimensões sociais, econômicas e políticas continuam a mudar, as funções, significados e produção do espaço público também evoluem ao longo do tempo. Tomando as atuais mudanças culturais, econômicas e espaciais das cidades, o espaço público representa uma variedade cada vez maior de ações e práticas que viabilizam e fortalecem um processo de contestação – o espaço público insurgente.	<p>As transformações urbanas tendem a fragmentar-se de acordo com aspetos vários, como sejam a homogeneidade, a polarização ou a especialização funcional. Esta fragmentação conduz claramente à falta de um sentimento de identidade: muitos cidadãos equacionam a cidade onde vivem efetivamente. Na medida em que: onde se vive não se trabalha e onde se trabalha não se passa o tempo livre. O espaço fragmentou-se, assim, em <i>"diferentes clientelas"</i>, com interesses distintos: uns querem viver num lugar tranquilo; outros desejam um mercado de trabalho; e outros uma oferta de ampla de possibilidades para comprar e para se divertirem.</p> <p>Estamos num momento histórico, perante um mundo multifocal e heterogéneo, em que a educação para a cidadania e a formação das virtudes públicas se apresentam como tarefas fundamentais para a renovação da cultura política das sociedades democráticas.</p>	<p>Hoje manifestam-se formas urbanas e de organização da cidade diferentes das do passado. Contudo, estabelecer, entre a cidade contemporânea e a cidade moderna, uma rutura, um antes e um depois, na constituição, na organização e no papel da cidade e dos seus espaços, é uma definição dúbia. É certo que a cidade sofreu modificações de forma e de organização, fruto, por exemplo, das inovações tecnológicas, das modalidades de organização do trabalho, das mudanças nos estilos de vida quotidiana, mas <i>"é possível sustentar que se trata de uma característica da cidade em cada tempo"</i>.</p>	<p>Existe uma <i>"nova vida na rua"</i> e o espaço público é o elemento chave para essa vida e consequentemente para o equilíbrio social. As cidades têm uma vasta capacidade de se recuperarem e se adaptarem depois de efeitos provocados pelas drásticas transformações causadas pela passagem do tempo e os novos modos de vida. Facto observável na própria evolução da cidade, dos usos correntes do espaço público e das suas condições de uso como arena pública. Através de uma simplificação é possível <i>"observar e descrever quatro tipos diferentes de cidades"</i>: <i>A cidade tradicional; A cidade invadida; A cidade abandonada e A cidade recuperada</i> (a atual).</p> <p><i>A cidade tradicional</i>: os espaços públicos como lugar de encontro, de comércio e de circulação, e coexistiam em equilíbrio. As ruas eram adaptadas aos pedestres e as praças desenhadas para os usos que necessitavam.</p> <p><i>A cidade invadida</i>: os espaços públicos transformaram-se dramaticamente. O trânsito e o estacionamento automóvel usurparam gradualmente o espaço das ruas e praças, em prejuízo de outros usos do espaço urbano. A qualidade do espaço público tornou-se tão problemática que as pessoas evitam completamente o centro da cidade.</p> <p><i>A cidade abandonada</i>: a vida nos espaços públicos extinguiu-se e a vida pública desapareceu. A circulação e a própria vida das pessoas são dependentes do automóvel. O hábito de comprar em lojas com acesso a carros generaliza-se, e as ruas cheias de veículos estacionados leva as pessoas optarem por comprar em grandes centros comerciais fora das cidades.</p> <p><i>A cidade recuperada</i>: onde são feitos grandes esforços para encontrar um novo equilíbrio entre os usos da cidade como lugar de encontro, comércio e circulação. O interesse na vida pública e nos espaços públicos começou a crescer de novo (últimos 30/40 anos) em geral como reação direta ao empobrecimento crescente das suas condições. Por isso, muitas cidades esforçaram-se para conceder aos pedestres melhores oportunidades.</p>	Na cidade atual já não predomina o domínio de uma abertura cívica, como era na cidade tradicional, mas um território pautado por uma cultura de classe média, caracterizada pela crescente mobilidade, consumo de massa e recreação em massa.

GRELHA B - EXPLORAÇÃO DO MATERIAL									
DIMENSÕES DE ANÁLISE	CATEGORIAS		SUB-CATEGORIAS / tópicos de análise	BORJA	HOU	INNERARITY	INDOVINA	GEHL	CARMONA
		CIRC	Espaço Público	A mudança emergente não se pode considerar 'obviamente má', é simplesmente diferente. Adaptada ao seu tempo e à sua gente, porque à semelhança do lugar do passado, o espaço público é o elemento por excelência que reflecte uma determinada sociedade, uma determinada cidade, num determinado tempo. Esse é um factor que nunca muda.	Com a deslocação do poder para as pessoas, nas democracias modernas, os espaços públicos configuraram-se num espaço legítimo para protestos e manifestações (uma expressão da liberdade de expressão). Todavia, essa liberdade é condicionada, pois raramente surge sem lutas e modos de vigilância consideráveis que controlam o espaço e reduzem a liberdade de movimento e de expressão. Estas formas de controlo limitam as atividades e os significados do espaço público contemporâneo. "O espaço público tem sido gerido como uma empresa ideologicamente tendenciosa e regulamentada." Não mais confinados às categorias arquetípicas de parques de bairro, praça pública, e arquitetura cívica, os espaços públicos insurgentes desafiam a noção convencional, codificada do público e da criação do espaço. Essas instâncias de espaços urbanos "self-made" (eventos espontâneos, usos não-intencionais, locais recuperados e apropriados e uma variedade de atividades que desafiam ou escapam às regras existentes) têm proporcionado novas expressões da esfera coletiva na cidade contemporânea.	<i>O espaço tornou-se global e repleto de multiplicidades locais conectadas. Há já muito tempo que o debate público se realiza em espaços virtuais, que as ruas e as praças deixaram de ser o principal lugar de encontro e encenação. Os principais inimigos do EPC são o imediatismo não estruturado e os espaços globais abstratos. A monofuncionalidade do EP está fortemente relacionada com o destaque tomado pela esfera económica no contexto da modernidade e expressa-se diretamente em duas figuras: por um lado com os recintos destinados a atividades comerciais, tornando o espaço num uso massivo, em detrimento do EP, por outro lado, e em simultâneo, é o próprio EPU que se transfigura segundo uma lógica estritamente lúdico-comercial.</i>	<p>A questão do espaço público e de uso público é hoje mais rica e articulada. Não se trata de uma questão de mero espaço, mas de um espaço com funções segundo fins definidos e variáveis no tempo. Se, por um lado, devem ser garantidos espaços públicos de tipo tradicional, que podem ser qualificados pelo uso que a população legitimamente lhes dará, por outro lado, devem ser considerados todos os graus intermédios dos espaços de uso público para um efetivo envolvimento público na determinação de um quadro geral que defina, mesmo que numa malha larga, as condições de uso, a acessibilidade, as condições de fruição para atingir eficiência, eficácia e redução de qualquer forma de discriminação. Perante o contexto contemporâneo estabelece-se um conjunto de proposições recorrentes, relativamente aos espaços públicos e que, divididas em cinco afirmações de diferente natureza e consistência, exemplificam casos pertencentes a diversas famílias:</p> <p>Modalidades estruturais da nova forma de habitar: as novas instalações, sobretudo difusas, ditam a redução dos espaços públicos na sua componente infra-estrutural, privilegiando os espaços privados.</p> <p><i>Comportamentos individuais</i> : o uso do espaço público como ocasião de socialização já não corresponde aos modelos de vida mais recentes;</p> <p><i>Comportamentos de natureza coletiva</i> : o declínio da praça como lugar de agrupamentos sociais, entre as quais as manifestações políticas, é inevitável, resultado da possível difusão da democracia eletrónica;</p> <p><i>Relação de elementos de comportamento com elementos estruturais</i> : desenvolveram-se novos "espaços" que, podendo ser privados, desempenham um papel público, restituindo os tradicionais lugares públicos obsoletos, no sentido em que aqueles novos apresentam "equipamentos" e "condições" que superam os tradicionais;</p> <p><i>Círculo vicioso</i> : a fuga dos espaços públicos é determinada pela situação de insegurança que os caracteriza;</p>	No século XX, as condições para os três usos principais do espaço público: lugar de encontro, de comércio e de circulação alteraram-se drasticamente. " Os novos padrões de tráfego, comércio e comunicação foram tão radicais que interromperam séculos de tradição na praxis urbana." E o uso do espaço público mudou em função destas mudanças. Esses usos, que estiveram em equilíbrio por séculos, estraram em conflito aberto. Mas nas últimas décadas sedimentou-se "um interesse renovado pela vida pública e pela cidade como lugar de encontro". E este facto tem vindo a gerar " uma transformação notável do planeamento urbano e da arquitetura do espaço público."	Estamos perante uma crescente "consciência do valor do espaço público", e esta consciência alcança os mais altos níveis políticos. Este interesse dos níveis superiores demonstra uma crescente valorização da importância das questões do espaço público como uma preocupação política, a par de uma evidente consciência de que o espaço público é capaz de ser um elemento benéfico "na relação entre as esferas económicas, sociais e ambientais". Devido à competição por uma identidade espacial, daqueles que o usam, o espaço público contemporâneo tem-se tornado cada vez mais contestado e fragmentado. A forma como uma vasta variedade de políticas e de processos de desenvolvimento foram definidos e implementados conduziu a espaços públicos cada vez mais privatizados e com manifestas consequências de exclusão.

GRELHA B - EXPLORAÇÃO DO MATERIAL									
DIMENSÕES DE ANÁLISE	CATEGORIAS		SUB-CATEGORIAS / tópicos de análise	BORJA	HOU	INNERARITY	INDOVINA	GEHL	CARMONA
		SOC	Sociedade	As populações atuais são mais diversificadas e individualizadas, por isso há que considerar que a sociedade atual bem como os direitos que configuram a cidadania são muito mais complexos que no passado.	As populações urbanas e as culturas são cada vez mais heterogêneas. Essa heterogeneidade e uma sociedade democrática mais diversificada aumenta o reconhecimento das diferenças na produção e uso do espaço público. Ações de guerrilha constituem agora novas expressões para as noções de espaço público e demonstram a capacidade dos indivíduos e das comunidades para transformar os espaços urbanos. Estas utilizações não previstas soltam-se dos significados dominantes, e originam novas percepções, usos, formas e comportamentos. Apesar da sua natureza momentânea, têm a capacidade de transformar os espaços urbanos em locais de potencialidade, diferença e encontros surpreendentes.	Dadas as profundas mudanças sociais que ocorrem globalmente, são claras incompatibilidades que, consideradas insubstituíveis até aos dias de hoje, encontram-se agora num evidente processo de reformulação, como já aconteceu pelo menos com as noções de cultura, comunidade ou história. O sujeito moderno sofre da falta de oferta de significados comuns, com os quais se possa identificar, factor que conduz a questões de falta de identidade. Com reflexos evidentes numa espécie de ascensão do privado sobre os cenários públicos.	Perante uma atual dinâmica social caracterizada pela <i>"fragmentação, desarmonia, ocasionalidade, privatização e oportunismo individualista"</i> , o papel e a função do EP não pode senão integrar o projeto da cidade como um todo e, assim, contrapor as características prevalentes. Não se defende uma hipótese de <i>"cidade unitária, harmoniosa, coletiva e determinada"</i> , pois a cidade <i>"continua a ser o terreno das contradições da sociedade"</i> , mas ao mesmo tempo é capaz de desempenhar um papel positivo se posta <i>"nesta dimensão dialética"</i> .	Numa sociedade na qual cada vez mais a vida diária acontece na esfera privada, são visíveis sinais claros de que a cidade e os espaços urbanos reclamam um novo e influente papel como espaço e fórum públicos. São numerosas as mudanças ocorridas na sociedade num mesmo século e tornam especialmente interessante a vitalidade da vida pública. A sociedade da informação está a fornecer novos sentidos e significados à cidade como lugar de encontro. Em oposição às comunicações indiretas e aos espaços privados, a oportunidade das pessoas em interagirem diretamente com o seu entorno vem-se revelando cada vez mais atrativa. .	
	ESPECIFICIDADES ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	TP	Especificidades do EPC	A nova cidade das infraestruturas de comunicação não cria centralidades, nem lugares fortes, mas segmentam e fraturam o território e atomizam as relações sociais. Uma das problemáticas prende-se com o sentimento de liberdade que deverá ser conferido pelo espaço público e que hoje está em causa, existe o medo no espaço público. Não é um espaço protetor nem protegido. A mobilidade individual generalizada, a multiplicação das novas centralidades e a força das distâncias parecem impor-se aos intentos de dar continuidade formal e simbólica aos espaços públicos.	Hoje, a realização efetiva do espaço público reflete, ao contrário da retórica de abrangência proclamada pelos governos ou entidades de gestão urbana, na maioria dos casos, <i>"uma realidade política diferente e pontuada por preconceitos sociais"</i> . O espaço público oficial tem sido excludente, pois repousa sobre uma série de exclusões, baseadas em género, classe e raça. Além da prática de exclusão, o espaço público, hoje, revela um fenómeno mundial que mostra como a forma segue o capital, pelo que tem sido, claramente <i>"tanto uma expressão de poder como um assunto de controlo político."</i>	Está em causa um modelo de integração que se configurou com base nos princípios de neutralidade, homogeneidade e igualdade abstrata. Atigura-se necessário revalorizar as diferenças para progredir de acordo com uma lógica de verdadeira igualdade, porque não se pode ocultar as diferenças reais se o pretendido é reconhece-las em pé de igualdade. Ao mesmo tempo que não é possível assegurar as liberdades individuais sem se respeitar a pluralidade cultural.	A origem das problemáticas do EP não se encontram na decadência de <i>"uma função de lugar, mas sim de uma carência organizativa e de objetivos"</i> . Com a superação destas carências a praça (o espaço público por excelência) renascerá como um dos lugares da política. Havendo aqui que integrar a <i>"praça política virtual"</i> , que de resto <i>"aquela real deveria cancelar."</i> A degradação física dos espaços constitui um dos problemas mais evidentes do EP, e que prejudicando o exercício da sua função é diretamente responsável pela fuga do mesmo. Outras problemáticas podem ser enunciadas, como: <i>"a questão dos novos espaços de uso público"</i> e <i>"a insegurança"</i> . Quanto aos novos espaços (centros comerciais) pelo facto de <i>"reproduzirem funções urbanas, ao ponto de reconstruírem a cidade, deve fazer refletir. No sentido em que estes lugares , ao porem em evidência, diversas formas de organização que superam e respondem à degradação do espaço público. Quanto à insegurança, constitui outro relevante motivo para a decadência do uso do EP, que devido ao acentuado decréscimo do papel de socialização da cidade tende a surgir espaço para comportamentos que geram insegurança."</i> Neste contexto, evidencia-se, uma preocupante consequência que deriva da transformação e que <i>"constitui a passagem de uma função universalista para uma função discriminada"</i> facto que prejudica a vivência social e coletiva no EP. Constata-se que o papel e a função do espaço público e de uso público sofreram um acréscimo relativamente ao passado, e este não pode ser senão o ponto de partida para colocar tal papel na nova cultura da cidade.	<i>"As pessoas sentem-se atraídas pelas pessoas"</i> . O problema das cidades fragmentadas, influenciadas pelo funcionalismo, é precisamente o desaparecimento da rua e da praça para dar lugar aos edifícios ícones, grandes <i>"superfícies" congregadoras de atividades centrais ligadas entre si por vias rápidas ou autoestradas"</i> . Aspetos que conduzem inevitavelmente ao desaparecimento das pessoas da rua. A sob-gestão dos espaços públicos, decorrente de falhas na gestão dos mesmos, relaciona-se com o declínio físico dos espaços. Já a problemática da sobre-gestão está relacionada, sobretudo, com uma noção de espaço público cada vez mais mercantilizada. Os interesses capitais e comerciais evidenciam-se perante uma esfera pública debilitada que, mal gerida e concebida, potencia o aparecimento de espaços de gestão privada que introduzem inevitavelmente características excludentes.	A maior parte do problema do espaço público contemporâneo gira em torno de uma incapacidade de compreender o espaço público e suas múltiplas dimensões, sem dúvida que pode ser mais por acidente do que pelo projeto que o espaço público se deteriorou, aspeto subjacente e decorrente do modo como o espaço urbano é gerido. Há muito que se verificam críticas direcionadas para a tendência de projetar ambientes que podem estimular o comportamento incivil e desencadear o medo de crime, pois o design do ambiente construído pode favorecer atividades e comportamentos anti-sociais, levando tudo muito rapidamente para um ambiente degradado.

GRELHA B - EXPLORAÇÃO DO MATERIAL									
DIMENSÕES DE ANÁLISE	CATEGORIAS		SUB-CATEGORIAS / tópicos de análise	BORJA	HOU	INNERARITY	INDOVINA	GEHL	CARMONA
	Transformação do Espaço Público Contemporâneo	SOL	Estratégias de resposta para o EP	<i>"Construir a cidade do século XXI é ter um projeto de cidadania, expandir os direitos de terceira geração, o direito de lugar e de mobilidade, de cidade abrigo e de identidade local, de auto-governo e à diferença, à igualdade jurídica de todos os residentes e à projecção exterior da cidade como uma entidade política aberta."</i> <i>"É necessário fazer espaços públicos de qualidade nos lugares em que se produzem os fluxos e nos novos quetos residenciais, centros comerciais, áreas do setor terciário, áreas privilegiadas, etc."</i>	A conquista do EP não é exclusivamente do domínio de instituições do estado, pode englobar um vasto número de atores e, assim, evidenciar o facto de que público não é somente um adjetivo mas que de um modo mais amplo significa um corpo ativo dos cidadãos.	É necessária uma transformação do sistema do poder político de modo a que seja capaz de "articular espaços, cooperação, responsabilidades e integração na nova sociedade global". O sujeito deve estar integrado na vida pública (benefícios da ação comum, do entrelaçamento da existência individual e das formas de vida coletiva), porquê a realização humana não acontece fora do espaço comum. Para o autor "uma verdadeira comunidade protege-se mutuamente, permitindo partilhar riscos e aumentar as possibilidades."	Quanto à sua função "O espaço público, dentro da nova cultura da cidade, não pode senão continuar a garantir as funções típicas, considerando, ao mesmo tempo, o novo contexto. É necessário reconduzi-lo à sua funcionalidade constitutiva, libertando-o daquilo que é considerado inconveniente, e ativando um processo de manutenção adequada e contínua, para tal apenas aintervenção ao nível zero da cidade terá essa capacidade.	É cada vez mais importante constituir possibilidades onde se desenvolvam experiências cara a cara entre os cidadãos e que tal decorra através de estímulos dos nossos sentidos. A vida pública em espaços públicos de boa qualidade é uma parte importante de uma vida democrática e uma vida plena. Somente quando forem consideradas em simultâneo a vertente física e funcional, poderemos garantir que fazemos edifícios flexíveis e robustos, que podem acomodar uma série de atividades ao longo do tempo, bem como os ciclos complexos da vida familiar. Quando construímos, estamos a investir no futuro, logo deveremos pensar a longo prazo.	No futuro, os políticos terão de ser mais sensíveis a toda a gama de tipologias de espaço urbano, para assim enfrentarem e superarem os problemas associados com o excesso de sob e sub-gestão do espaço público." É necessário o entendimento de que é a partir do papel e responsabilidades de gestão do espaço público, organizados segundo uma ideia de etapas, ordenadas e coordenadas, que considere o sentido prático e a interdisciplinar, articulando abordagens cognitivas e normativas, que não se conduzirá o EP à homogeneização.
				<i>A reinvenção desta cidade da cidadania, do espaço público construtor-ordenador da cidade e do urbanismo como produtor de sentido é da responsabilidade de todos os seus intervenientes. Borja encontra na dialética entre mobilidades-centralidades a chave do urbanismo; e na conceção dos espaços públicos o fator decisivo, embora não seja o único, no tipo de resposta que se tem de dar a esta questão.</i>	É fundamental, que se construa uma abordagem interdisciplinar que explore o modo como o EP é utilizado no mundo urbano contemporâneo. Interpretando como, alheios a regulamentações ou eventuais oportunidades de participação, os cidadãos ou grupos de cidadãos têm a capacidade de tomar iniciativas por conta própria. "Tais atos de insurgência no espaço público podem revigorar, tanto, o projeto urbano do espaço público, como a reconstrução da cidade contemporânea". Esta capacidade dos cidadãos é capaz de provocar mudanças diárias radicais no seio das forças dominantes da cidade.	O modo de combater a proeminência da lógica comercial, passa por potencializar a diversidade de usos, a multifuncionalidade, permitindo que os EPC ofereçam oportunidades de encontro casual. É necessária uma constituição de espaços onde, através de ações de diálogo e de proximidade, o cidadão aparece aos outros de forma explícita, e vice-versa, o que de resto é o ponto de partida para qualquer experiência cívica. O desafio revela-se na integração do indivíduo não pela privatização das suas particularidades, mas pelo reconhecimento público da sua identidade diferenciada. É esta a realidade, de hoje, que carece organização. Segundo o autor pode-se encarar o EP como o lugar onde se articulam os diversos tempos sociais: o tempo vigilante da memória, o tempo variável das instituições e o tempo curto da opinião.	<i>"Cada vez que se consegue requalificar um espaço público – por exemplo cada vez que se transforma uma estrada ou uma praça num espaço pedonal, libertando-a, portanto da invasão dos automóveis – ele torna-se imediatamente num polo de socialização, um lugar fortemente frequentado ou até um local de atividades lúdicas, com comedores de fogo, malabaristas, vendedores ambulantes, etc. Este exemplo clarifica, novamente, a questão dos lugares de socialização, orientando-se também no sentido dos lugares, por assim dizer, "tradicionais", quando funcionais e acolhedores."</i>	É importante a transformação gradual das áreas urbanas em desenvolvimento. A fim de se fazerem mudanças sustentáveis é preciso conceder tempo (etapas graduais) às pessoas para se adaptarem às mudanças físicas, ajustarem os seus estilos de vida e experiências às novas formas de utilização da cidade. A transformação gradual, apresenta, portanto, uma maior flexibilidade no processo de projeto/planeamento e facilita experiências positivas, mudanças de atitudes e o envolvimento público no processo.	Revela-se a necessidade de uma nova e recarregada tipologia de espaço público que deverá evidenciar, na sua essência, as questões de função, perceção e de propriedade, tão relevantes no modo como o espaço público é gerido.
					Estas expressões e atitudes da sociedade e dos indivíduos, na procura do seu lugar na cidade contemporânea, redefine os significados e os limites da esfera pública. Aparentemente confusos e caóticos os cenários, da vida dos espaços públicos, criados por meio de atividades na fronteira dos domínios institucionais exalam uma ordem peculiar que escapa à teorização predominante das cidades e do urbanismo avocada no século passado. Apelida estas conquistas espontâneas do EPU como atos de um " Urbanismo de Guernilha".			<i>"O interesse crescente na recuperação da nova vida nos espaços públicos é certamente uma ideia instigante".</i> Tal facto deve estimular e orientar a criação de novos espaços urbanos, que libertados do automóvel, possam ser usados para a convivência e recreação social, nos quais seja proporcionada a oportunidade de interagir e conviver, como aspeto central, entre os cidadãos. Há que reconhecer que apesar de todas as evoluções tecnológicas e avanços sociais, o bem-estar do dia-a-dia tem um ritmo lento, e que se substancia numa vida quotidiana baseada no contacto humano e na partilha, em passar tempo de qualidade com as outras pessoas; passar tempo ao ar livre; praticar exercício físico regular e uma alimentação saudável, pelo que que se deve priorizar a compreensão das pessoas e das suas necessidades básicas diárias.	

ANEXO 3

Inquérito

INQUÉRITO

O QUE PENSA SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO?

Caro(a) colega,

Este questionário foi desenvolvido com o propósito de servir de instrumento de trabalho na dissertação de Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano - FEUP / FAUP.

O estudo compreende uma investigação sobre o Espaço Público Urbano, e a sua constante transformação. Tem como foco específico saber de que modo os profissionais da prática, os projetistas, aqueles que pensam a cidade e projetam o Espaço Público para ser vivido pelos cidadãos, consideram as mudanças e especificidades apontadas nos discursos teóricos. Assim, através deste questionário, pretende-se obter uma caracterização da visão dos projetistas acerca do Espaço Público Contemporâneo.

A confidencialidade do inquirido é totalmente garantida sendo as respostas posteriormente tratadas estatisticamente.

Para o esclarecimento de qualquer dúvida contactar: marialuisatmb@gmail.com.

Por favor, responda preferencialmente a este questionário até ao dia 10 de Setembro.

Obrigada pela colaboração.

DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

1. Género:

☐ Feminino ☐ Masculino

2. Idade:

☐ 25-35 ☐ 36-45 ☐ 46-55 ☐ 56-65 ☐ + 65

3. Anos de experiência Profissional:

☐ 1 a 10 anos ☐ 11 a 20 anos ☐ + de 20 anos

4. Habilitações Académicas:

- ☐ Licenciatura ☐ Pós- Graduação ☐ Mestrado ☐ Doutoramento

Outra

5. Experiência profissional na área de Planeamento Urbano:

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, em que tipo de projeto trabalhou?

- ☐ Projeto de um novo Espaço Público
- ☐ Projeto de renovação de um Espaço Público

Outro

6. Experiência profissional em contexto internacional:

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, em que País / Países?

ESPAÇO PÚBLICO URBANO, E A SUA CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO



RELAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO/ SOCIEDADE

7. Qual entende ser, das seguintes designações, a que melhor evidencia a relação entre o Espaço Público e a Sociedade. Assinale a designação que entende ser mais adequada:

- ☐ A Sociedade como geradora de comportamentos e de dinâmicas diárias influencia o Espaço Público e determina as vivências ocorridas no espaço físico.
- ☐ O Espaço Público como suporte de comportamentos e de processos de produção influencia a Sociedade e determina as vivências ocorridas no espaço físico.
- ☐ A Sociedade como geradora de comportamentos juntamente com o Espaço Público como suporte de comportamentos formam a estrutura segundo a qual se articulam e se determinam as vivências ocorridas no espaço físico.

CONTEXTO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

Cidade

8. Considerando que hoje se manifestam formas urbanas e organizações da cidade diferentes do passado, e focando a passagem entre a cidade contemporânea e a cidade moderna (a que lhe antecedeu), como entende que é mais adequado definir as mudanças ocorridas no Espaço Público Urbano? Assinale a designação que entende ser mais adequada:

- ☐ Rutura
- ☐ Evolução
- ☐ Transformação
- ☐ Perda

Espaço Público

9. Como a cidade e suas dimensões sociais, econômicas e políticas estão em continuada mudança também as funções, significados e produção do espaço público mudam ao longo do tempo. Fruto de transformações, como por exemplo, as mudanças nos estilos de vida quotidiana, os novos padrões de comércio e de circulação, as modalidades de organização do trabalho, as inovações tecnológicas, é possível estabelecer um conjunto de proposições recorrentes que caracterizam a circunstância do Espaço Público atual.

Avalie o seguinte conjunto de proposições de modo a indicar se concorda ou não concorda com as seguintes afirmações relativas à caracterização da circunstância atual do Espaço Público:

	Não Concordo	Concordo
O Espaço Público é pontuado por uma variedade cada vez maior de ações e práticas que o fazem renascer como o lugar da palavra.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Novos equipamentos ditam o esvaziamento dos espaços públicos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A praça e a rua como lugar de sociabilização e de debate público perdem protagonismo para os outros espaços, incluindo os espaços virtuais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estratégias de gestão do Espaço Público com base em processos semelhantes à organização de uma empresa ideologicamente tendenciosa e regulamentada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aplicação de sistemas de controlo de acessos e modos de vigilância reduzindo a liberdade de movimento e de expressão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Imposição de limites de uso e de condicionamento ao uso reduzindo a variedade de atividades e os significados do Espaço Público, promovendo a exclusão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Predomínio de um urbanismo de produtos, orientado para o mercado e para a competitividade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Espaço Público tornou-se global e repleto de multiplicidades locais conectadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A lógica de produção privada do espaço público constitui uma nova oportunidade de transformação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Novas expressões e usos do Espaço Público, provenientes de atos de expressão espontânea, originam espaços, que criados fora ou na fronteira dos domínios regulamentares, desafiam a	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Não Concordo	Concordo
noção convencional de uso da esfera coletiva.		
A procura por uma identidade espacial conduz a um Espaço Público cada vez mais fragmentado, em função de públicos com interesses distintos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A velocidade e o imediatismo das rotinas quotidianas reduz a permanência no Espaço Público.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O interesse das entidades políticas pela cidade, como lugar de encontro, demonstra a importância do Espaço Público para a promoção vida pública.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A perda de significados locais conduz o Espaço Público a espaços globais abstratos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Espaço Público urbano transfigura-se segundo uma lógica estritamente lúdico-comercial.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A valorização do cidadão enquanto ser coletivo, faz crescer um interesse na melhoria das suas condições e oportunidades.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A abertura cívica é esbatida pelo domínio de uma cultura de classe média, caracterizada pela crescente mobilidade, consumo de massa e recreação em massa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A monofuncionalidade do Espaço Público está fortemente relacionada com a relevância da função comercial decorrente do investimento privado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Espaço Público já não é apenas o espaço de comunicação de cada sociedade com ela mesma, mas o lugar de uma comunicação de sociedades diferentes entre si.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sociedade

10. A sociedade atual encerra um processo de complexificação em relação ao passado. Esta complexificação, na medida em que gera e implica diferenças na produção e uso do Espaço Público, influencia a prática profissional. Refira, do conjunto que se segue, os aspetos que considera constituir maior dificuldade ou desafio do ponto de vista da prática, designadamente na elaboração de projetos de Espaço Público. Assinale com a escala de 1 a 5 os seguintes aspetos. Colocando 5 no aspeto que considera constituir maior dificuldade e 1 no que considera constituir menor dificuldade:

	1	2	3	4	5
IDENTIDADE – falta de significados comuns	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
HETEROGENEIDADE – populações multiculturais, com desigualdades sociais e democraticamente diversificadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
COMPLEXIDADE – profusão de interesses, direitos e deveres.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
INDIVIDUALISMO – a vivência quotidiana acontece cada vez mais na esfera privada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
IMEDIATISMO - dinâmica social pontuada por relações de ocasionalidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

ESPECIFICIDADES DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

11. O Espaço Público Contemporâneo é pontuado por uma série de questões específicas, próprias da conjuntura atual: cidade/ sociedade/ espaço, que designamos aqui de especificidades. Assinale 5 especificidades, do conjunto que se segue, que considera serem próprias do Espaço Público Contemporâneo:

- ☐ Desaparecimento das pessoas da rua
- ☐ Insegurança
- ☐ Degradação física
- ☐ Envelhecimento da população
- ☐ Migração das populações para os meios urbanos
- ☐ Soluções espaciais desajustadas

- ☐ Aplicação de tecnologias de comunicação
- ☐ Exclusão de utilizadores
- ☐ Privatização
- ☐ Tráfego automóvel
- ☐ Novas tipologias de espaço público

12. Perante o conjunto de especificidades apresentado na questão anterior, que pontuam o Espaço Público Contemporâneo, quais considera ser os motivos que estão na sua origem?

Avalie os seguintes itens, usando a escala apresentada, indicando a relevância de cada motivo:

	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante
Infraestruturas de comunicação: “segmentam e fraturam o território e atomizam as relações sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Decréscimo do papel de sociabilização da cidade, proporciona o surgimento de comportamentos que geram o medo e a insegurança.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A realização efetiva do Espaço Público surge pontuada por preconceitos sociais e uma série de exclusões (gênero, classe e raça). Este controlo específico conduz à passagem de uma função universalista para uma função discriminada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaço Público como expressão de poder e assunto de controlo político.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A falta de políticas de manutenção e gestão do Espaço Público, prejudicam o exercício da sua função como lugar de encontro.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desajuste de um modelo de integração social que	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Pouco Relevante

Relevante

Muito Relevante

configure a identidade e a diferença enquanto aspetos simultâneos e democráticos de uma nova sociedade plural.

TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

13. Quais entende serem as estratégias mais adequadas para responder às especificidades do Espaço Público Contemporâneo? Assinale 4 soluções, do conjunto apresentado, que considera terem mais impacto para a transformação do Espaço Público Contemporâneo:

- ☐ **ATITUDES ESPONTÂNEAS:** estruturar uma abordagem interdisciplinar que valorize e explore a capacidade que as atitudes espontâneas dos cidadãos têm para o equilíbrio do Espaço Público.
- ☐ **SISTEMA DO PODER POLÍTICO:** aplicar políticas urbanas mais sensíveis à gama de tipologias de espaço urbano existente na cidade atual. Capazes de articular espaços, cooperação, responsabilidades e a integração da nova sociedade global.
- ☐ **DIVERSIDADE DE USOS:** potencializar a resposta quanto à diversidade de usos e a multifuncionalidade.
- ☐ **ENCONTROS COLETIVOS DE PROXIMIDADE:** criar soluções espaciais que potenciem e promovam as vivências e experiências cara a cara, enfatizando a integração coletiva do indivíduo.
- ☐ **PROCESSOS DE MANUTENÇÃO ADEQUADOS E CONTÍNUOS:** enfatizar as responsabilidades de ações de gestão e manutenção, organizadas segundo uma ideia de etapas estratégicas, ordenadas e coordenadas.
- ☐ **CONFIGURAÇÃO FORMAL DOS ESPAÇOS:** projetar espaços com novas configurações espaciais que estejam adaptadas às vivências contemporâneas, por exemplo, a introdução de novas tecnologias.
- ☐ **NOVOS SÍMBOLOS:** criar e produzir elementos simbólicos que enfatizem a identidade do lugar face às referências da sociedade atual.
- ☐ **ADAPTABILIDADE DOS ESPAÇOS:** permitir que no projeto do Espaço Público haja lugar à adaptabilidade direta do utilizador aquando do seu uso.
- ☐ **FUNÇÃO COMERCIAL:** valorizar lógicas de produção do Espaço Público com base em funções comerciais.

PRÁTICA PROFISSIONAL

14. Quais entende serem os aspetos mais valorizados pelas entidades que gerem os projetos de Espaço Público? Avalie os seguintes itens de modo a classificar os aspetos que considera que são mais valorizados:

	Pouco Valorizado	Muito Valorizado
Significado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Função	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tipologia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coesão Social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Escala	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Viabilidade Económica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão / Manutenção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Novas tecnologias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

15. Como considera que as transformações efetivas do Espaço Público são interpretadas e consideradas na prática profissional aquando do projeto do Espaço Público Contemporâneo? Assinale a afirmação que entende ser mais adequada:

- ☐ ACOMPANHAMENTO das práticas face às transformações efetivas do Espaço Público.
- ☐ AFASTAMENTO das práticas da realidade das transformações efetivas do Espaço Público.
- ☐ DESFAZAMENTO entre as práticas e a realidade das transformações efetivas do Espaço Público.
- ☐ IMPOSIÇÃO das transformações efetivas do Espaço Público sobre as práticas.

16. Considerando a sua experiência profissional indique, por favor, um exemplo de projeto/obra no Espaço Público que considere ser modelar. Por favor, indique: nome | tipologia | localização.

Porque motivos entende que fez esta escolha de Espaço Público modelar? Assinale o motivo que considerou mais determinante para a sua escolha:

- ☐ Multifuncionalidade
- ☐ Segurança
- ☐ Estado de conservação
- ☐ Configuração espacial
- ☐ Tipologia
- ☐ Localização
- ☐ Simbologia
- ☐ Programação Cultural
- ☐ Função
- ☐ Vertente Tecnológica

OBRIGADA pela colaboração.